

Jordania de Oliveira Eugenio

ENTRE DESCANSO E SOCIABILIDADES:

**uma etnografia sobre o lazer no cotidiano de mulheres em situação de rua em
Belo Horizonte – MG**

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2023

Jordania de Oliveira Eugenio

ENTRE DESCANSO E SOCIABILIDADES:

**uma etnografia sobre o lazer no cotidiano de mulheres em situação de rua em
Belo Horizonte – MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Lazer.

Área de concentração: Cultura e Educação

Linha de pesquisa: Identidade, sociabilidades e práticas de lazer.

Orientador: Rafael Fortes Soares

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2023

E87e Eugenio, Jordania de Oliveira
2023 Entre descanso e sociabilidades: uma etnografia sobre o lazer no cotidiano de mulheres em situação de rua em Belo Horizonte – MG. [manuscrito] / Jordania de Oliveira Eugenio – 2023.
193 f.

Orientador: Rafael Fortes Soares

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Bibliografia: f. 166-178

1. Lazer – Teses. 2. Mulheres – Teses. 3. Pessoas desabrigadas – Belo Horizonte (MG) – Teses. I. Soares, Rafael Fortes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Sheila Margareth Teixeira Adão, CRB 6: n° 2106, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DO LAZER

ATA DA 93ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

JORDANIA DE OLIVEIRA EUGENIO

Às 08h00min do dia 28 de julho de 2023 reuniu-se de modo virtual (online) a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer para julgar, em exame final, o trabalho “Entre descanso e sociabilidades: uma etnografia sobre o lazer no cotidiano de mulheres em situação de rua em Belo Horizonte - MG”, requisito final para a obtenção do Grau de Doutora em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Rafael Fortes Soares, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para a candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos(as) examinadores(as), com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovada	Reprovada
Prof. Dr. Rafael Fortes Soares (Orientador)	X	
Prof. Dr. Bernardo Lazary Cheibub (UFF)	X	
Profa. Dra. Christianne Luce Gomes (UFMG)	X	
Prof. Dr. Jose Alfredo Oliveira Debortoli (UFMG)	X	
Profa. Dra. Luiza Aguiar dos Anjos (CEFET/MG)	x	

Após as indicações a candidata foi considerada: **APROVADA**

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para a candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Christianne Luce Gomes, Professora do Magistério Superior**, em 04/08/2023, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL FORTES SOARES, Usuário Externo**, em 04/08/2023, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Aguiar dos Anjos, Usuário Externo**, em 09/08/2023, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Alfredo Oliveira Debortoli, Professor do Magistério Superior**, em 20/09/2023, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Lazary Cheibub, Usuário Externo**, em 29/09/2023, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2499435** e o código CRC **9D003A7D**.

AGRADECIMENTOS

A todas as mulheres em situação de rua, que cruzaram o meu caminho ao longo desta pesquisa no Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), especialmente aquelas que me permitiram conhecer um pouco mais de suas histórias e vivência.

Ao meu orientador, Rafael Fortes, pelas contribuições essenciais que lapidaram não somente esta pesquisa, mas também a minha visão acadêmica. Nossa convivência nos últimos quatro anos me provou que há amizades que nascem do poder cuidadoso que o tempo tem de revelar quem somos.

À equipe de funcionárias do CIAM, pelo acolhimento na instituição e auxílio ao longo do desenvolvimento desta tese. Faltam-me palavras para nomear o quanto admiro o trabalho de vocês junto das mulheres em situação de rua.

Aos professores Bernardo Cheibub, Christianne Gomes, José Alfredo e Luiza dos Anjos, pela leitura e avaliação desta tese. Saibam que todos vocês são profissionais por quem nutro profunda admiração.

Aos colegas do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGIEL/UFMG), especialmente aqueles com quem convivi, ainda que por pouco tempo, no Grupo de Pesquisa NaPrática (Núcleo de Estudos sobre Aprendizagem na Prática Social).

À professora Ana Paula Guimarães, pela oportunidade de aprendizagem ao longo do estágio docente. Não tenho dúvidas de que nosso encontro foi fundamental para a minha formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa.

Aos meus amigos, Igor Maciel e Juliana de Paula, por todo o companheirismo no decorrer do doutorado. Saibam que desde aquele café no intervalo da nossa primeira aula no curso eu senti que estaríamos ligados. Igor, você me inspira e me faz lembrar todos os dias – quando olho para a sua pintura de lansã (Eparrei, Oyá!) – o porquê cheguei até aqui. E Ju: obrigada por “ser presença” e pelas trocas quase diárias sobre os nossos estudos; muitas das reflexões apresentadas nesta pesquisa são frutos das incontáveis “conversações” que tivemos ao longo dos últimos 4 anos.

Aos meus amigos, agradeço pela escuta afetiva e por serem, cada um com sua particularidade, partes que sustentam a minha existência. Chegar ao final desta tese, feliz e com boa saúde emocional, perpassa muito pela rede de amizade incrível

formada por cada um de vocês: Ana Cristina, Aline, Bete, Bianca, Bruna, Daniela, Daniel, Diogo, Eveline, Evilásio, Francis, Fernanda, Iza, Jéssica, Joice, Luana, Lucas, Mariângela, Mariana, Natália, Thais e demais amigos da SSV. Que sorte a minha!

Às amigas, Eveline e a Thais, agradeço, em especial, pelas palavras de incentivo e por acreditarem em mim mais do que eu mesma.

À minha amiga Bruna, agradeço por dividir as dores e as delícias desta vida comigo e por escutar diariamente os meus longos relatos desta pesquisa.

Aos meus sobrinhos e afilhados, Danilo, Heitor, Bernardo, João Felipe e Davi, por trazerem para minha vida o frescor e a magia da infância.

Agradeço às minhas quatro tias Maria's (Aparecida, das Graças, Isabel e Auxiliadora), pelo cuidado e amor maternal. Nossos domingos em família com a casa cheia têm cheiros, sabores e sons (como a risada da Paty) que nunca sairão das minhas lembranças.

Às minhas irmãs, Priscila e Melissa, agradeço por todo amor e olhares de orgulho. Nas minhas memórias preferidas, às quais recorro sempre que experimento sentimentos ruins, são seus rostos aqueles que mais aparecem dando-me conforto e alegria. Compartilhar a vida, o lar e a família com vocês é uma dádiva.

Aos meus pais, Sandra e Sebastião, agradeço por todo amor e suporte. Sou plenamente consciente do privilégio que eu e minhas irmãs tivemos de nascer em um lar para o qual sempre poderemos voltar. Saibam que, em todos os dias da minha existência, sentirei saudades dos momentos que vivemos juntos.

Por fim, sou grata a Deus, por fazer morada em meu coração.

RESUMO

Embasada na concepção de que o lazer, indissociável do tempo-espaço no qual se manifesta, é inerente à vida de quaisquer sujeitos, o objetivo desta tese é identificar e descrever de que forma o lazer está presente no cotidiano de mulheres em situação de rua que frequentam o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) em Belo Horizonte – MG. A partir de um estudo etnográfico realizado junto de mulheres em situação de rua, usuárias de um equipamento público multisetorial vinculado à Prefeitura de Belo Horizonte, apresento quais as práticas de lazer estão presentes no dia a dia dessas mulheres, bem como quais os entendimentos que elas têm acerca do fenômeno. O lazer no cotidiano delas é expresso, ora no interior do CIAM, por meio do descanso de seus corpos e mentes, bem como presente nas sociabilidades que se desenrolam no contexto do equipamento; ora nas próprias ruas, quando diferentes lazeres emergem entre essas mulheres divertindo-as e aliviando – ainda que momentaneamente – as tensões que a vivência nas ruas ocasiona. Alinhada com o que os dados indicaram – por meio da prática da observação participante e do exercício de descrição daquilo que muitas vezes não era dito – esta pesquisa defende a ideia de que as práticas de lazer das mulheres em situação de rua, interlocutoras desta pesquisa, ao possibilitarem a fruição de suas vidas, as aproximam de momentos de dignidade, essenciais para a vivência e sobrevivência desse grupo social.

Palavras-chave: Mulher em situação de rua. Descanso. CIAM. Sociabilidade. Lazer.

ABSTRACT

Based on the conception that leisure, inseparable from the time-space in which it manifests itself, is inherent to the life of any person, the objective of this thesis is to identify and describe how leisure is present in the daily lives of homeless women who attend the Integrated Women's Service Center (CIAM) in Belo Horizonte – MG. Based on an ethnographic study carried out with homeless women, users of a multisectoral public facility linked to Belo Horizonte City Hall, I show which leisure practices are present in these women's daily lives, as well as what understandings they have about the phenomenon. Leisure in their daily lives is expressed, within CIAM, through the rest of their bodies and minds, as well as in the sociability that takes place in the context of the Center; on the streets, leisure is present by means of different activities that emerge among these women, amusing them and relieving – even if momentarily – the tensions caused by living on the streets. In line with what the data collected – through the practice of participant observation as well as the exercise of describing what was often left unsaid – this research defends the idea that the leisure practices of homeless women, interlocutors of this research, by enabling the enjoyment of their lives, bring them closer to moments of dignity, which is essential for the experience and survival of this social group.

Keywords: Homeless woman. Rest. CIAM. Sociability. Leisure.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CIAM	Centro Integrado de Atendimento à Mulher
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IEDS	Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIAP+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binária
OSC	Organização da Sociedade Civil
PANC	Plantas alimentícias não convencionais
PPGIEL	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer
PROAD	Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SMASAC	Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
SMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SMSP	Secretaria Municipal de Segurança Pública
SUSAN	Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ETNOGRAFIA E TRAVESSIA: CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA	20
2.1 Etnografia e travessia	20
2.2 Contextualizando tempos e espaços da pesquisa.....	26
2.3 As interlocutoras da travessia	30
3 LEILA, LUÍSA E SUAS GUIANÇAS: O CIAM, AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E NOSSOS PRIMEIROS ENCONTROS	39
3.1 CIAM: a casa e o lar das mulheres	39
3.2 Entre chegadas, partidas e banhos: os encontros	51
3.3 A mulher em situação de rua	66
4 O LAZER NO COTIDIANO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA DENTRO DO CIAM	77
4.1 O descanso como prática de lazer	78
4.2 Lazer e sociabilidades no CIAM.....	95
5 O LAZER DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA FORA DO CIAM	109
5.1 Elas cultivam a Lagoinha	110
5.2 A visita ao museu Inhotim.....	129
5.3 O que mudou no lazer das mulheres interlocutoras da pesquisa?	143
6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	161
REFERÊNCIAS.....	166
GLOSSÁRIO.....	179
APÊNDICES	180

1 INTRODUÇÃO

A escrita me deixa em profundo estado de desesperação, pois a letra não agarra tudo o que o corpo diz. Na escrita faltam os gestos, os olhares, a boca entreaberta de onde vazam ruídos e não palavras. No registro da letra também faltam o tremor do choro e rasgo do riso. A fala suspensa foge da escrita. E mais, a grafia não registra a intensidade de um silêncio intervalar, diante de um renovado estado de estupor, vivido nas horas de lembranças. Se contar e recontar são atos marcados por sinais de incompletude, pois difícil é traduzir os intensos sentidos da memória, imaginem escrever¹.

Conceição Evaristo

Embora esteja incutido no senso comum a ideia de que a pessoa em situação² de rua escolheu estar nessa condição, a realidade referenciada no estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), datado de 2015, atribui a “chegada” dessa população às ruas à redução das atividades econômicas e ao consequente desemprego (Natalino, 2016). Esse cenário não se modificou após nova pesquisa, divulgada por esse instituto no ano de 2023, quando foi possível estimar³ a existência de 281.472 pessoas em situação de rua no Brasil (Natalino, 2023). Trata-se de um úmero alarmante, que possui relação, segundo o Ipea, especialmente com a pandemia da covid-19, que ocasionou, dentre vários impactos sociais, o crescimento do desemprego. O aumento significativo no número de pessoas em situação de rua em âmbito nacional refletiu-se também no município de Belo Horizonte, localidade onde a presente pesquisa se desenvolveu. Estudo realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no ano de 2022, revelou a existência de 5.344 pessoas em situação de rua no município, sendo 16% mulheres com idade média de 38 anos aproximadamente (Belo Horizonte, 2023). Somado às questões econômicas, especialmente à falta de trabalho, o rompimento de vínculos familiares se caracteriza como um dos principais motivos pelos quais as

¹ Trecho do livro *Canção para ninar menino grande*, de Conceição Evaristo. publicado em 2022, pela Pallas Editora.

² Ao longo da tese, adotei a expressão “população/pessoa/homem/mulher em situação de rua” para me referir ao grupo social de sujeitos que, por diferentes motivos – aprofundados no capítulo 2 – fazem da rua seu local de existência e moradia. A escolha pelo uso da expressão “em situação de rua” se relaciona, como será melhor descrito, ora com o fato de pressupor a existência de diferentes dimensões que levam à situação de rua, ora por romper com a estigmatização dessas pessoas, anteriormente chamadas, no Brasil, de ‘moradores de rua’; denominação que, de certo modo, limitava a pluralidade desse grupo social. Destaco, por último, que a forma como as mulheres em situação de rua integrantes desta pesquisa se autodenominaram ao longo do campo foi levada em conta na narrativa. E, por esse motivo, quando houve referência a elas, pode ter sido adotada outra forma de tratamento, pois a escolha delas prevaleceu e foi pontuada no texto.

³ Baseada nos dados fornecidos pelo Censo Suas (2021) e pelo CadÚnico (julho de 2022) (Natalino, 2023).

peças chegam à condição de rua (Castel, 2009; Frangella, 2004; Rosa; Brêtas, 2015; Sanchotene; De Antoni; Munhós, 2019). Essa desvinculação familiar se relaciona, na maioria das vezes, com o uso abusivo de drogas e as consequências que tal dependência traz não só para o usuário, mas também para aqueles com os quais ele convive (Rosa; Brêtas, 2015). Em relação às mulheres em situação de rua, o rompimento de vínculos familiares também tem relação com os abusos e violências domésticas que elas sofrem (Rosa; Brêtas, 2015; Sanchotene; Antoni; Munhós, 2019), havendo ainda a expulsão de casa, quando se trata de mulheres lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binárias (LGBTQIAP+).

Enquanto o homem em situação de rua é comumente representado pela figura do “provedor desempregado que circula para procurar trabalho e, sem outras opções, acaba por ficar na rua” (De Antoni; Munhós, 2016, p. 643); os estudos sobre as mulheres em situação de rua apontam que elas, ainda que em menor número, se inserem nesse contexto, muitas vezes, como forma de escapar de suas casas (Biscotto *et al.*, 2016), seja para fugir da violência doméstica ou do abuso sexual (De Antoni; Munhós, 2016; Minayo, 2006; Rosa; Brêtas, 2015; Sarmiento; Pedroni, 2017); seja pelo uso de drogas lícitas e ilícitas (De Antoni; Munhós, 2016; Rosa; Brêtas, 2015; Minayo, 2006), por rompimentos familiares (Biscotto *et al.*, 2016; Rosa; Brêtas, 2015), transtornos mentais (Rosa; Brêtas, 2015; Sarmiento; Pedroni, 2017) ou falta de amor⁴. Assim, as mulheres em situação de rua têm feito de seus corpos seus próprios lares⁵.

Entretanto, longe de passar a impressão generalista de que as ruas são mais seguras do que o lar para as mulheres, reitero que, como em algumas casas, também nas ruas, as mulheres são vítimas de abusos e violências. Violências que, por sinal, são praticadas muitas vezes pelos próprios homens em situação de rua (Rosa; Brêtas, 2015), o que reforça a concepção de que está instaurada – de forma nada sutil – uma guerra contra os corpos das mulheres (Federici, 2019; Gago; Aguilar, 2018; Segato, 2014), pois, seja em casa, no trabalho ou nas ruas, parece-me que as mulheres nunca estão ou estarão seguras.

⁴De acordo com as mulheres ouvidas por Rosa e Brêtas (2015), a falta de amor contribuiu para sua saída de casa, seja o amor do companheiro (nesse caso há alguns relatos de relacionamentos abusivos, mascarados de amor, segundo as autoras), dos filhos ou dos pais. Há ausência de afeto relatada por algumas dessas mulheres desde suas infâncias.

⁵Referência ao título da dissertação de Carolina Schulze (2018): *Quando o corpo se torna lar: narrativas de moradoras de rua de Porto Alegre/RS*.

Nessas circunstâncias, embora a presente tese tenha sido pensada, inicialmente, sem o recorte das mulheres em situação de rua, os rumos da pesquisa foram alterados logo que tomei conhecimento⁶ da existência, desde 2018, na cidade de Belo Horizonte – MG, de um equipamento público multisetorial⁷ denominado Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), destinado somente às mulheres em situação de rua e/ou usuárias de drogas.

A opção por realizar um trabalho somente com mulheres em situação de rua representou, desse modo, uma oportunidade de conhecer melhor as especificidades desse grupo social, especialmente pelo fato de que, durante o mestrado em turismo (2016- 2018)⁸, os interlocutores daquela pesquisa foram, em sua maioria, homens em situação de rua. Esse panorama despertou meu interesse em saber um pouco mais sobre as mulheres em situação de rua, reconhecendo a existência de distinções nas condições sociais referentes apenas à mulher (Brah, 2006).

Dito isso, o ponto de partida para a concepção desta tese foi marcado ainda na época do mestrado, durante um encontro com um dos homens interlocutores daquela pesquisa, chamado *Sorriso*⁹. Na ocasião, ao encontrá-lo em uma praça da cidade de Niterói-RJ enquanto eu estava em um momento pessoal de lazer, questionei silenciosamente – após trocar algumas palavras com ele – se ali também não era para *Sorriso* um local de vivência e manifestação de seus lazeres. Esse questionamento, por sua vez, me levou a refletir sobre a representatividade e a dinâmica temporal que o lazer possui na vida das pessoas que estão em situação de rua. Como o lazer se manifesta no cotidiano desse grupo social? Quais práticas e entendimentos dessas pessoas a respeito do lazer? De que forma seu modo de vida peculiar nas ruas pode ser determinante em suas práticas de lazer?

⁶ No primeiro semestre do Doutorado Interdisciplinar em Estudos do Lazer em 2019, fui apresentada ao CIAM pela amiga de turma Juliana Araújo de Paula, que já conhecia o trabalho da casa no município de Belo Horizonte.

⁷ Coordenado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMSP), da Prefeitura de Belo Horizonte, com supervisão técnica da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) e da Secretaria Municipal de Educação (SMED).

⁸ Realizei minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo como objetivo refletir de que forma a experiência turística, na perspectiva do lazer, pode intermediar as relações sociais entre a população em situação de rua e a cidade.

⁹ Pseudônimo escolhido para referenciar um homem morador de rua que participou do projeto “Turismo Social” por meio do Centro Pop de Niterói- RJ (Eugenio, 2018).

À luz dessas perguntas e entendendo que as pessoas que estão nas ruas também produzem, vivenciam, participam e consomem práticas de lazer em sua rotina, – mesmo que estejam atravessadas por situações extremas de violência e pela própria falta de moradia – construí as bases que norteiam a presente pesquisa. Dito isso, esta tese tem como objetivo identificar e descrever de que forma o lazer está presente no cotidiano de mulheres em situação de rua que frequentam o Centro Integrado de Atendimento à Mulher em Belo Horizonte – Minas Gerais.

Alinhada às perguntas preliminares e ao objetivo deste estudo, esta pesquisa foi concebida a partir da prática etnográfica; pois reconheço que apenas um olhar de “fora e de longe” não bastaria para descrever o cotidiano, os arranjos do dia a dia e as interações sociais dessas mulheres (Magnani, 2015). Para tanto, seria necessário estar presente naquele tempo-espaço, observando todos os elementos, movimentos e conjunturas que cercam aquelas mulheres durante o período que elas estão no CIAM.

Embasada nesta perspectiva metodológica, iniciei minha inserção em campo¹⁰ no CIAM em 13 maio de 2021, tendo essa data sido adiada por diversas vezes em ocasião da pandemia de covid-19 e seus consequentes protocolos sanitários. Seguindo todas as orientações de segurança da casa e após as mulheres em situação de rua atendidas no local, bem como as funcionárias, terem recebido a primeira dose da vacina contra a covid-19, dei início às observações no CIAM. Ficou combinado com a coordenação do local que, naquele primeiro momento, eu passaria apenas um curto período na casa, em ocasião da incerteza dos desdobramentos da pandemia e pelo fato de que eu ainda não havia recebido a primeira dose da vacina, por conta da minha faixa de idade na época.

Dessa maneira, acordamos que, diante de quaisquer infortúnios, como aumento de casos positivos de covid-19 na cidade ou mesmo ocorrência de casos do vírus no CIAM, eu interromperia momentaneamente a pesquisa de campo. Assim, optei por passar um mês na cidade de Belo Horizonte, tendo feito um isolamento de sete dias, tanto após a chegada ao município – antes de ir para o CIAM pela primeira vez – quanto depois que terminei o primeiro trabalho de campo, em 2021.

¹⁰ Ao longo do texto utilizo, por vezes, o vocábulo “campo” para me referir ao CIAM, bem como as expressões “no campo”, “na pesquisa de campo” e “na observação”, para dizer sobre minha estadia no CIAM.

Nessas circunstâncias, durante 18 dias – de 13 de maio a 07 de junho de 2021 – frequentei ininterruptamente (salvo os finais de semana, quando não há atendimento) o CIAM, em horários não fixados pela casa; obedecendo, porém, a um cronograma da pesquisa de campo, de acordo com o qual planejei passar diariamente no mínimo cinco horas no local. Na maioria dos dias, optei por chegar aproximadamente às 11 horas e 30 minutos (horário em que a quantidade de mulheres que procuram a casa é maior), embora a casa inicie o atendimento às mulheres pontualmente às nove horas, e ir embora no horário de fechamento da casa, às 17 horas¹¹. Entretanto, com o passar dos dias, organizava meu horário de acordo com as minhas observações sobre as demandas das mulheres por serviços oferecidos no local e seus ocasionais planejamentos para o dia seguinte na casa; tendo, por isso, algumas vezes (sete dias) estado no local por um período que abrangia o horário matutino e vespertino.

O segundo período de estadia no campo de pesquisa aconteceu entre os dias 21 de março e 13 de maio de 2022, oito meses após a primeira estadia no CIAM. Frequentei a casa, nessa ocasião, por 37 dias seguidos (excluindo finais de semana e feriados); tendo me programado para passar o máximo de tempo possível no CIAM, dando prioridade para ajustar meus horários de acordo com os próprios movimentos e as dinâmicas das mulheres em situação de rua interlocutoras da pesquisa.

É importante destacar que, ao longo do estudo, estabeleci diálogos com algumas mulheres em situação de rua, bem como com as mulheres funcionárias do CIAM (local onde as observações foram realizadas), sendo, por isso, recorrentes as referências a elas ao longo do texto. Assim, esclareço, de antemão que, com vistas a manter o anonimato dessas mulheres, utilizei nomes fictícios – que aparecerão com efeito itálico – escolhidos pelas próprias interlocutoras da pesquisa. Tal escolha foi feita baseada no nome de mulheres nas quais as interlocutoras da pesquisa se inspiram e se deu no momento das entrevistas ou conversas informais, quando elas escolheram nomes de personalidades femininas (cantoras, atrizes, musicistas, pintoras e escritoras); mulheres de sua família (mães, filhas, irmãs e avós); e/ou nomes femininos que elas consideram bonitos.

¹¹ Em 2022, durante o segundo ano de trabalho de campo, o horário de funcionamento do CIAM foi alterado provisoriamente. O horário de fechamento da casa, enquanto estive no campo era às 15h. Entretanto, é importante apontar que as funcionárias permaneciam no local até às 17h, realizando demandas internas.

Houve, no entanto, duas exceções nesse processo de escolha do nome fictício. Trata-se das duas primeiras mulheres em situação de rua (Leila e Luísa) que entrevistei no ano de 2021. Na ocasião, não pedi a elas que indicassem um nome feminino para ser utilizado no trabalho – não supondo, naquele momento, que não as encontraria mais no CIAM para solicitar essa escolha. Assim, o nome dessas duas mulheres foi escolhido por mim, de acordo com o teor de suas respectivas entrevistas e conversas informais. No caso de Leila, que amava cinema e novelas, e tinha o sonho, desde criança, de ser atriz, a escolha se deu em referência a Leila Diniz (1945-1972), atriz brasileira que foi censurada e perseguida pela ditadura militar por desafiar as regras e convenções sociais do Brasil (Frazão, 2021). Já em relação à Luísa, mulher de eloquência e liderança nata, atribuí esse nome em alusão à Luísa Mahín, africana escravizada que viveu no Brasil durante o século XIX e esteve envolvida ativamente nas revoltas e levantes dos escravizados em favor da liberdade e da igualdade de direitos (Fundação Cultural Palmares, 2023).

O interesse por acompanhar o cotidiano dessas mulheres de perto dialoga tanto com a perspectiva etnográfica adotada neste estudo, quanto com a própria forma como o lazer é concebido nesta investigação; pois, ao compreendê-lo, assim como Gomes (2014) como práticas sociais que possibilitam a fruição da vida, entendo que esse fenômeno constitui/é constituído pelas diferentes identidades de cada grupo social, importando, por isso, os distintos interesses e linguagens dos indivíduos, bem como a maneira como tais elementos se manifestam (Gomes; Pinheiro; Lacerda, 2010)

Assim, ao longo do estudo, o lazer é compreendido como práticas sociais que possibilitam o desfrute da vida e que são indissociáveis do tempo-espço no qual se manifestam. Entenda-se desfrute no sentido de ‘aproveitamento’, de deleite da vida por meio de atividades com sentidos próprios para cada sujeito. No caso das mulheres em situação de rua interlocutoras desta pesquisa, por exemplo, nomeio, por vezes, algumas dessas atividades de ‘lazer possível’, reconhecendo a complexidade de suas vidas e a influência que suas experiências individuais e coletivas exercem nos significados de suas práticas sociais.

Para além do entendimento do lazer como práticas sociais inerentes à vida de quaisquer sujeitos, aproximo as reflexões do lazer de mulheres em situação de rua da perspectiva dos direitos sociais; isso porque as pessoas que estão em situação de rua

acessam pouco – ou nenhum – direito social¹² garantido na Constituição brasileira, sendo o lazer um deles. Entretanto, ainda que esteja no texto constitucional, o lazer parece continuar a ser concebido pela esfera pública e social como um direito de menor importância, quer seja por suas raízes dicotômicas com o trabalho ou mesmo pela falta de compreensão do fenômeno em sua abrangência. Não à toa, acredito que, de forma implícita, há uma tendência a dispor os direitos sociais ‘lado a lado’, como forma de compará-los e posicioná-los considerando uma escala de maior e menor importância, sem levar em conta que, embora certos direitos possuam mais urgência do que outros para determinados grupos, a relevância de cada um deve ser igualmente considerada pelo Estado e pela sociedade.

Por isso, ao pensar sobre o lazer das pessoas que estão em situação de rua, assumo que esse direito social também é inerente à vida dessas pessoas, pois cada qual constrói teias de significados para suas ações, encontros, relações e atividades cotidianas, não sendo possível que outros, que estão de fora, julguem o grau de importância que um direito deve ter em relação ao outro. Nessa direção, levando em conta as especificidades da vida de mulheres que estão em situação de rua, tendo em vista violências, dependência química, abandono e a própria falta de moradia, investigar o lazer em suas rotinas – longe de romantizar a vivência dessas mulheres nas ruas – também se configura como um movimento inverso aos direcionamentos empreendidos (por parte do poder público) para esse grupo social, ou seja, representa uma outra forma de olhar para o cotidiano dessas mulheres.

Da mesma maneira, ao me propor a observar e a descrever o lazer no cotidiano dessas mulheres, também caminho em favor da eminência de refletir e interpretar o lazer para além da dicotomia “tempo de trabalho *versus* tempo de descanso”, uma vez que tal separação reafirma uma lógica evolutiva e linear que tem definido tempos, histórias, culturas e práticas de todos os povos, independentemente de suas realidades (Gomes, 2014). Esse cenário dificulta a compreensão de novas complexidades, olhares e modos de vida, mantendo o foco dos estudos somente no contexto dos grupos pertencentes a conjunturas sociais nas quais, normalmente, o lazer é debatido e suas políticas sociais empreendidas (Gomes, 2014).

Nessas circunstâncias, a realização da pesquisa no CIAM, junto de mulheres em situação de rua, se caracteriza como oportuna, pois o equipamento, que funciona

¹² Sendo eles: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados (Brasil, 1988).

de segunda a sexta-feira e é conhecido também como ‘casa das mulheres’, oferece infraestrutura para higiene pessoal, lavagem/secagem de roupas, alimentação, ambiente para descanso, atividades coletivas e direcionamento a respeito de serviços municipais de saúde, assistência social, educação e moradia (Relatório CIAM, 2019). É importante destacar que o CIAM não se caracteriza como um albergue; não havendo, portanto, infraestrutura para dormitório.

Ademais, além de funcionar como um local seguro de acolhimento a mulheres em situação de rua ou usuárias de drogas, a casa também se configura, por meio dos serviços oferecidos e das profissionais atuantes no local, como um espaço que visa à garantia de acesso dessas mulheres a seus direitos, independentemente das condições sociais as quais elas estão submetidas. Segundo o Relatório interno de atividades de 2019 do CIAM¹³, o equipamento intenciona olhar para essas mulheres em sua totalidade, buscando o atendimento de suas demandas e mesmo a diminuição da invisibilidade a qual essa população está sujeita pelo fato de viver em condição de rua.

Essa aparente invisibilidade, sentida pelas próprias pessoas em situação de rua, no entanto, não é fruto somente de preconceitos estruturais ligados a raça e classe, por exemplo, mas também advém do desconhecimento acerca do modo de vida das mesmas (Escorel, 1999; Frangella, 2004; Sotero, 2011). Assim, são inúmeras as questões que envolvem esta problemática, a começar pela concepção, ainda enraizada, de que a própria população é culpada por sua estadia nas ruas; como se essa situação fosse apenas uma escolha do sujeito (Frangella, 2004), não levando em conta que a “chegada” às ruas é, também, consequência da realidade socioeconômica desse grupo social (Escorel, 1999) e dos próprios processos de desvinculação familiar e/ou emocional – (Castel, 2009), decorridos principalmente do abuso de drogas lícitas e/ou ilícitas. No Brasil, existem poucos estudos relativos a essa população empreendidos por órgãos governamentais, fato que contribui, de forma acentuada, para a reprodução de uma aparente invisibilidade social da pessoa em situação de rua no contexto da organização e da formulação de políticas sociais (Natalino, 2016, 2023). Essa invisibilidade contribui com a ineficiência na proposição

¹³ Esse Relatório interno de atividades do CIAM, referente ao ano de 2019, foi disponibilizado pela coordenação do equipamento antes do início das entrevistas *online*, para que eu pudesse conhecer o trabalho desenvolvido pela casa. Todavia, esse documento não foi publicado e, por isso, fui autorizada a referenciá-lo no texto e, quando o faço, informo se tratar de dados advindos do ‘RELATÓRIO CIAM, 2019’.

e na execução de políticas destinadas a esse grupo social (Sotero, 2011), da mesma forma que também reitera as generalizações a respeito do modo de vida dessa população.

Convidando à leitura desta tese e tendo apresentado as primeiras considerações a respeito do contexto no qual ela foi desenvolvida, reitero que a realização desta pesquisa se justificativa tendo em vista dois pilares principais: o primeiro é relativo às contribuições que este trabalho poderá trazer para dos estudos do lazer, visto que o fenômeno foi observado em um contexto distinto daqueles nos quais, normalmente, ocorrem as investigações. Esse fato oportuniza o surgimento de novos olhares sobre o lazer, possibilitando ampliar e explorar novas discussões sobre a temática. Já o segundo pilar refere-se ao argumento expressivo de que são urgentes os estudos referentes a pessoas em situação de rua, reconhecidas em sua totalidade e individualidade. Afinal, uma busca rápida em quaisquer periódicos acadêmicos demonstrará que a maioria dos trabalhos cuja centralidade está na pessoa em situação de rua trata sobre questões relativas a saúde, violência e direitos, e menos sobre outros campos da vida desses homens e mulheres, ignorando seus cotidianos e as vivências variadas que brotam nas frestas, limites e intervalos dos sofrimentos aos quais estes corpos são submetidos.

Por fim, espero contribuir com reflexões que possam ser significativas para os diferentes campos do conhecimento, de maneira que as mulheres em situação de rua possam ser reconhecidas para além das violências que sofrem e da condição na qual se encontram. Além disso, ao descrever o cotidiano dessas mulheres que frequentam o CIAM, desejo que menos generalizações possam ser concebidas sobre esse grupo social, a fim de que as tratativas públicas e o entendimento comunitário relativos a essa população em geral (homens e mulheres) possam caminhar em favor do respeito à existência dessas pessoas e não em favor de seu apagamento e extermínio.

Isso posto, apresento agora a estrutura deste trabalho.

A tese está dividida em seis capítulos, contando a presente introdução e as considerações finais. No segundo capítulo, denominado “Etnografia e travessia: construção metodológica”, discorro a respeito das escolhas metodológicas que realizei baseadas em referenciais da antropologia, sendo a etnografia o principal meio pelo qual busquei identificar e descrever o lazer no cotidiano de mulheres em situação de rua usuárias dos serviços do CIAM. Foram empregadas as técnicas de observação participante, entrevistas e especialmente as descrições do cotidiano dessas mulheres

para responder ao objetivo desta investigação. Não à toa, reconheço o meu caderno de campo como o principal “companheiro” ao longo da travessia que foi a feitura da tese.

Dessa maneira, no capítulo “Etnografia e travessia: construção metodológica”, narro o tempo-espço no qual este estudo foi desenvolvido, descrevendo como foi o processo etnográfico que, por ocasião do contexto pandêmico, passou por pequenas alterações; e também realizo a “apresentação” das interlocutoras desta pesquisa, detalhando o processo de aproximação que tivemos ao longo da realização dos trabalhos de campo, que aconteceram no ano de 2021 (entre os meses de maio e junho) e no ano de 2022 (entre os meses de março e maio).

No terceiro capítulo, que chamei de “Leila, Luísa e suas guianças: conhecendo a ‘casa’ e as mulheres que frequentam o CIAM”, evoco as duas primeiras mulheres em situação de rua que se tornaram interlocutoras desta pesquisa, para guiarem também essa respectiva seção, que detalha a estrutura, os serviços e a organização do CIAM, bem como as primeiras observações referentes à vida das mulheres em situação de rua e à descrição dos meus primeiros encontros com essas mulheres. É importante situar o leitor, alertando que esse capítulo retrata, especialmente, os primeiros 18 dias no campo (entre maio e junho de 2021), havendo, por isso, o protagonismo maior de Leila e Luísa como “guias” daquele momento inicial da pesquisa.

O capítulo quatro, nomeado “O Lazer no cotidiano de mulheres em situação de rua dentro do CIAM”, por sua vez, descreve o meu retorno ao CIAM em março de 2022, após oito meses da primeira estadia no campo da pesquisa. Nessa seção, descrevo as práticas de lazer, dentro do CIAM, das mulheres em situação de rua interlocutoras da pesquisa; havendo dois subitens que apontam e descrevem, respectivamente, o descanso como principal prática de lazer dessas mulheres dentro da casa, e as sociabilidades estimuladas pelo tempo-espço seguro do CIAM, que possibilita a fruição de suas vidas.

No quinto capítulo da tese, denominado “O Lazer de mulheres em situação de rua fora do CIAM”, dedico-me, primeiramente, a descrever a participação semanal dessas mulheres no projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”, realizado em uma área verde próxima à sede do CIAM, também no bairro Lagoinha, e que leva o nome de Unidade de Produção Agroecológica. Posteriormente, descrevo a visita – mediada pelo mesmo projeto e que também pude acompanhar, assim como as atividades e encontros na

Unidade de Produção Agroecológica – de algumas mulheres em situação de rua ao museu Inhotim. Ainda nesse capítulo, realizo a descrição, a partir de conversas informais e entrevistas, de como era o lazer das mulheres em situação de rua interlocutoras desta pesquisa antes e depois de viverem nas ruas. Encerro este estudo apresentando algumas considerações sobre este trabalho, reconhecendo que o findar desta tese configura-se como o início de novas reflexões e não como a conclusão desta pesquisa propriamente dita.

Por fim, saliento que houve a necessidade de inserir um glossário ao final da tese, pois no decorrer do texto utilizo alguns termos que apareceram em trechos das entrevistas com as mulheres em situação de rua. Para tornar a leitura mais fluida, destaquei as palavras contidas no glossário com efeito itálico. Tal glossário foi elaborado com base na explicação de determinada palavra feita pelas próprias mulheres durante nossas conversas.

2 ETNOGRAFIA E TRAVESSIA: CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Neste capítulo, discorro sobre como se deu o processo de pesquisa, sendo detalhados os caminhos percorridos antes e durante a estadia no CIAM. Apresento ainda a perspectiva etnográfica como teoria a partir da qual desenvolvi esta investigação, apontando os motivos dessa escolha, bem como as concepções de autores como Ingold (2014), Magnani (2015) e Peirano (2008) sobre a temática que têm me auxiliado na “travessia” desta pesquisa. Além disso, discuto sobre a importância de se pensar, cada vez mais, sobre pesquisas colaborativas (Escobar, 2020), nas quais se opta por realizar estudos “com e não sobre” determinados grupos sociais, entendendo a necessidade de romper com a objetificação dos sujeitos que integram um estudo (Cuzicanqui, 1987).

2.1 Etnografia e travessia

Quando concebi a ideia desta tese, desejei desde o início realizá-la junto das pessoas em situação de rua, sendo a observação de seus cotidianos meu interesse maior. Posteriormente ao recorte de gênero no estudo, no qual somente as mulheres passaram a ter centralidade na investigação, soube que minha travessia por essa pesquisa seria mais desafiadora do que eu supunha. Afinal de contas, estar num ambiente no qual conviveria apenas¹⁴ com mulheres que têm suas vidas atravessadas por diferentes formas de violência me causava – e ainda causa – desconforto, pois nós mulheres, mesmo vindas de realidades distintas, compartilhamos situações e condições que, subjetivamente e silenciosamente, nos unem.

Por toda a complexidade que já conhecia a respeito do modo de vida do sujeito em situação de rua e dos objetivos que gostaria de alcançar com este estudo, não cheguei a cogitar realizar uma pesquisa que não fosse etnográfica; assumindo, desta vez¹⁵, a etnografia como método principal da pesquisa e, por isso, me comprometendo a realizá-la o mais próximo possível dos seus princípios como investigação

¹⁴ Em ocasião de minhas observações e entrevistas com as mulheres em situação de rua e funcionárias do CIAM, assumo que todas as mulheres atendidas no equipamento sofreram ou sofrem algum tipo de violência; seja em seus lares, antes da vivência nas ruas, seja já estando na condição de rua, onde sofrem violações diárias, como será visto adiante.

¹⁵ Em minha dissertação de mestrado, concebi uma pesquisa com ‘bases etnográficas’, por receio de afirmar ter feito etnografia por conta de minha formação acadêmica e devido ao fato de, naquele momento, não sentir segurança para discutir que boas etnografias também são realizadas fora da antropologia (Peirano, 2008).

antropológica, investindo, portanto, tanto no uso basilar da observação participante quanto da descrição.

Destaco, no entanto que, mesmo denominando a etnografia como um método, concordo com Ingold (2014) quanto à sua concepção de que etnografia se trata de uma prática de descrição verbal, sendo os relatos (de vida de outras pessoas) advindos das participantes do estudo trabalhos já acabados em si próprios e não matérias-primas para serem analisadas posteriormente pela lente antropológica. Assim, esse autor considera que da mesma forma que etnografia não é um meio para o fim da antropologia, a antropologia também não é serva da etnografia (Ingold, 2015), visto que essa última se caracteriza como

[...] uma investigação sobre as condições e possibilidades de vida humana no mundo; não é – como tantos estudiosos em campo de crítica literária considerariam – o estudo de como escrever etnografia, ou da problemática reflexiva da mudança da observação para a descrição (Ingold, 2015, p. 345)

Desse modo, a centralidade da observação participante nesta tese tem relação como o fato apontado por Ingold (2014) de que parece haver certo esvaziamento do conceito de “etnografia” na contemporaneidade, visto que quaisquer encontros com aqueles entre os quais se realizam pesquisas ou mesmo o próprio trabalho de campo têm sido concebidos como etnografia. É preciso levar em conta, no entanto, que não basta a adoção de um olhar “de fora e de longe” para captar o cotidiano, os arranjos do dia a dia e a rotina dos atores sociais (Maganani, 2007). Isso porque o fazer etnográfico não corresponde apenas a uma metodologia ou uma prática de pesquisa, mas se configura como teoria em ação, teoria vivida (Peirano, 2007).

Apoiando-me nessas concepções, iniciei os primeiros contatos com o CIAM. É primordial contextualizar que a primeira ida ao local aconteceu somente em 13 de maio de 2021, estando o Brasil ainda refém do luto e dos protocolos sanitários referentes à pandemia do novo coronavírus. Esse cenário, assim como para outros pesquisadores, influenciou consideravelmente meu início de campo, especialmente pelo fato de o trabalho etnográfico pressupor o uso de instrumentos de investigação em determinados contextos empíricos que não dialogavam com as restrições sanitárias impostas em ocasião da pandemia.

Com a autorização da coordenação do CIAM, que permaneceu aberto durante a pandemia – pois é um equipamento público considerado essencial – e a condição

de cumprir todos os protocolos sanitários estipulados nacional e municipalmente, iniciei o trabalho de campo sem ter sido vacinada, risco que assumi – não sem receio – em favor do cumprimento do calendário da pesquisa, que já estava comprometido. Caso não cumpridos, os prazos precisariam ser alterados, de forma que seria necessário renunciar ao que considero primordial nesta tese: a observação participante e a posterior descrição do que fora observado e vivenciado.

Tendo em vista o atraso no cronograma, em março de 2021, após o Comitê de Ética e Pesquisa da UFMG aprovar a realização deste estudo e, em acordo com a coordenação do CIAM, realizei entrevistas de forma *online* com quatro funcionárias do local. Essa experiência engatilhou novos olhares para o perfil das mulheres que frequentam o CIAM e também apontou algumas reflexões referentes às relações entre as mulheres funcionárias e aquelas atendidas pelo equipamento público.

Ademais, as entrevistas esclareceram especialmente alguns pontos referentes à casa, fazendo com que eu pudesse desenvolver uma melhor compreensão sobre os serviços ofertados no local e seus objetivos. Por isso, esse primeiro momento da pesquisa, constituído pelas entrevistas efetuadas à distância, foi de suma importância para a caracterização do equipamento e os primeiros apontamentos acerca das mulheres em situação de rua e suas relações com o local.

No entanto, a experiência dessas entrevistas com as funcionárias também me levou a refletir e ter certeza da necessidade de estar “cara a cara” com as mulheres em situação de rua de que tanto falamos durante as conversas. O desconforto sentido residia exatamente nessa distância – que não era só física – do campo da pesquisa. Afinal, o modo de vida dessas mulheres é muito específico e complexo e, ainda que eu considerasse já estar naquele momento das entrevistas *online* – de maneira subjetiva – imersa no campo de pesquisa, o fato de ainda não ter contato com as mulheres usuárias do CIAM incomodava-me frequentemente.

Essa questão relacionava-se especialmente com minha aproximação do pensamento de Escobar (2020) e Cusicanqui (1987). Escobar (2020), por exemplo, discute sobre outras formas de se fazer pesquisa, considerando que a modernidade intensificou a dicotomia: sujeito que pesquisa *versus* “objeto” da pesquisa. Essa dualidade separou, ao longo dos anos, os papéis dos indivíduos em um estudo, de modo que a comunidade, compreendida como detentora dos saberes e experiências a serem investigados, tendia a adquirir o *status* de “objeto” de investigação de um pesquisador externo.

Já Cusicanqui (1987), há mais de trinta anos, sinaliza sobre a postura de “tradutores” que certos pesquisadores acreditam ter ou imaginam ter adquirido apenas por se dedicarem à investigação de outras formas de sociabilidades ou da existência de grupos sociais distintos dos seus. Esse modo de pensar reitera a dicotomia ‘pesquisador/objeto de pesquisa’, uma vez que as pesquisas desenvolvidas na tradição ocidental sempre reproduziram a assimetria sujeito-objeto de pesquisa de forma pouco preocupada e coerente com o real entendimento das comunidades ou dos setores populares investigados sobre o que está sendo pesquisado e dito “sobre” eles; reforçando, assim, o caráter objetificado que essas pessoas assumem ao não serem integradas à pesquisa.

Com essa premissa em mente, desde as primeiras conversas que efetuei com a coordenação do CIAM, ainda em 2019, preocupei-me em deixar claro qual era o objetivo deste estudo e como ele seria realizado, fazendo questão de explicar os objetivos e as justificativas da pesquisa e também o método que iria utilizar. No caso de metodologia, foi preciso apontá-la, pois fui indagada, logo na primeira conversa com uma interlocutora que me passou o contato de uma das responsáveis pelo CIAM, se eu “queria” entrevista, pois ela achava que as mulheres não iriam gostar “disso” não.

Nos meses de negociação que se seguiram com as responsáveis, houve ainda muitas dúvidas referentes ao âmbito no qual a investigação se desenvolveria, sendo novidade – e certa surpresa – para todas as interlocutoras com quem conversei antes do projeto de pesquisa ser aceito o desenvolvimento de uma investigação com pessoas em situação de rua dentro dos estudos do lazer. Da mesma forma, havia certo estranhamento relativo à minha formação em turismo, sendo preciso explicar, por vezes, as aproximações entres os campos de conhecimento que compõem minha atuação profissional.

Nessas circunstâncias, acredito que essa estranheza com o desenvolvimento de uma pesquisa que aproxima a população em situação de rua dos estudos do lazer pode estar relacionada à concepção de que esse fenômeno só deve ser pensado e admitido para aqueles sujeitos que têm suas necessidades básicas atendidas (Noronha; Moraes, 2009), sendo o lazer, por isso, relativizado como uma necessidade de menor importância quando se trata daqueles que estão em situações de vulnerabilidades.

Essa reflexão nos remete à complexidade de uma indagação de Camargo (1998) relativa à forma como devemos falar/pesquisar a alegria quando ainda existem pessoas sem casa, sem alimento e sem saúde, por exemplo. Tal questionamento, por sua vez, me auxiliou a equilibrar a maneira como conduzi minhas observações no campo e realizei as entrevistas com as mulheres em situação de rua; atentando-me para a necessidade de não minimizar o contexto de vida vulnerável no qual elas estão inseridas, mas também não deixando que a própria situação de rua as definisse como sujeitos.

Encontrar esse equilíbrio durante as conversas e nas próprias observações no CIAM, no entanto, não foi uma tarefa fácil e, ainda no presente, enquanto escrevo, não é. Afinal, por muitas vezes, iniciei longos relatos textuais sobre o campo nos quais a minha atenção estava voltada somente para a situação de rua daquelas mulheres, ficando a totalidade e a individualidade delas invisíveis. E, assim, ao agrupar esses relatos, me dei conta de que o contexto da pesquisa, ou seja, a situação de rua, estava sendo sozinha a protagonista do estudo; fato que ia de encontro ao meu desejo de, justamente, não limitar o cotidiano das mulheres interlocutoras desta pesquisa somente à situação de rua. Isso porque a vida das mulheres que conheci eram todas maiores do que o contexto no qual elas se encontravam.

Eu precisava, então, focalizar as mulheres, potencializando a observação do lazer daquelas mulheres. O que seus corpos performavam no espaço do CIAM, o que seus diálogos contavam? O que seus passos e olhares queriam dizer? Era necessário investir na observação, esse seria o instrumento para percorrer a travessia desta tese.

Assim foi na prática, convivendo com as mulheres em situação de rua que frequentam o CIAM, aprendi que, em alguns momentos, a situação de rua se colocaria como mais ou menos importante em algum diálogo ou observação. Por isso, ainda que haja, neste estudo, um capítulo no qual a situação de rua é contextualizada e descrita a partir da vivência dos sujeitos que estão nesta condição, com a ajuda do meu orientador, busquei não me ater somente às peculiaridades desse contexto social. A pesquisa buscou investir especialmente na descrição como primordial elemento da prática de observação participante, compreendendo que o exercício de descrever e escrever concomitantemente levaria, de fato, às respostas das questões propostas nesta pesquisa, evitando generalizações sobre as mulheres em situação de rua.

Entretendo, admito que, até chegar ao ponto em que as práticas e os entendimentos do lazer para as mulheres em situação de rua eram visíveis no campo, percorri um longo caminho, justamente porque o contexto de vida das mulheres em situação de rua parecia sempre chamar mais atenção, atraindo meu olhar para a realidade distinta de vida dessas pessoas. Assim, notada a dificuldade de identificar o lazer no cotidiano daquelas mulheres, especialmente no primeiro ano de campo (maio a junho de 2021), no qual as complexidades da situação de rua saltaram mais aos meus olhos, retomei tanto algumas leituras teóricas do campo do lazer, movimento que ampliou meu olhar sobre o fenômeno, quanto investi em leituras etnográficas que, por sua vez, reiteraram a necessidade da atenção cuidadosa no processo de descrição das experiências de campo.

Provida dessas concepções, quando retornei ao CIAM, no ano de 2022, para a segunda etapa do campo, havia desenvolvido maior conhecimento teórico sobre o lazer e tinha maior ciência da necessidade de dar mais atenção ao comportamento das mulheres dentro do CIAM. Nesse sentido, tentava me despir de todo o contexto que estava a nossa volta e me concentrar apenas naquelas mulheres. Essa minha postura permitiu que fosse possível enxergar que as práticas e entendimentos sobre o lazer sempre estiveram presentes naquele ambiente do CIAM, porém, antes estavam, de alguma maneira, invisíveis aos meus olhos. Portanto, naquele segundo momento de campo (março a maio de 2022), eu estava “vendo” a teoria em ação; “vivendo” a teoria enquanto ela acontecia. Agora, enquanto escrevo, esse vislumbre me remete à concepção de Peirano (2007), para quem as referências teóricas não são apenas informativas dentro da pesquisa, são, na verdade, o par inerente da etnografia.

Ademais, considero que outra questão parece ter dificultado a minha “visão” do lazer na rotina das mulheres frequentadoras do CIAM. Trata-se, justamente, da avidez em vê-lo, ignorando, por vezes, simples e rotineiras ações das mulheres, acreditando que ali não poderia encontrar ‘o que eu estava procurando’. Assim, admito uma impaciência que, de certo modo, acredito limitar a visão de todo pesquisador, deixando-o – como meu deixou – indiferente ao que acontece nos detalhes, nas frestas e em pequenos instantes.

Por isso, quando eu admiti que, quanto mais eu descrevia tudo o que eu ouvia e via em campo mais eu me aproximava das respostas, compreendi que estava trilhando um caminho coerente; afinal, do que é formada uma boa descrição se não

de uma atenção cuidadosa com o que se ouve, vê e percebe? Compartilho, pois, da ideia de Ingold (2014, p. 389) que acredita que “esperar pelas coisas é precisamente o que significa dar atenção a elas”. Esse foi o movimento que reconheci precisar fazer, desacelerando a ânsia por respostas e atentando-me ao que surgia nas frestas, durante as observações em campo. Essa espera, por sua vez, teve como pano de fundo o intervalo de oito meses entre o primeiro e o segundo momento de campo; íterim que considero ter sido essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, ainda mais em ocasião da pandemia e de suas consequências para nós pesquisadores.

2.2 Contextualizando tempos e espaços da pesquisa

Quando terminei o primeiro trabalho de campo, em 2021, tive certa dificuldade de imaginar como seria o retorno para um segundo momento no campo, no próximo ano, pois, em algum âmbito, desejava apenas continuar de onde parei, encontrando na minha volta ao CIAM, o mesmo espaço, as mesmas funcionárias e, claro, as mesmas mulheres em situação de rua que haviam se tornado minhas interlocutoras. Mas eu estava errada e, no meu interior, sabia que isso seria difícil porque já era do meu conhecimento que as pessoas em situação de rua compreendem um grupo social caracterizado por transitar entre casas, abrigos e a própria rua e, além disso, reconhecia que uma pesquisa etnográfica tem suas estruturas fincadas em determinados tempos e espaços. Nas palavras de Silva (2017a), o campo de pesquisa é um mundo plenamente humano, sendo impossível, por isso, parar o tempo e congelar os ambientes onde a pesquisa ocorre, fazendo com que toda etnografia seja sempre local e temporal.

A adversidade das mudanças sentidas no íterim entre os dois momentos diferentes do trabalho de campo também residia na permanência da autorização que recebi para realizar o estudo no CIAM, isso porque sua estrutura organizacional é multisetorial. O espaço, vinculado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, é coordenado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMSP), com supervisão técnica da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) e da Secretaria Municipal de Educação (SMED). Devido a essa organização, quando realizei os primeiros contatos com a casa, houve a necessidade de que todas as secretarias

descritas acima aprovassem o meu projeto de pesquisa e o aceite aconteceu somente em julho de 2020.

É importante salientar que, por se tratar de um grupo social que vive em condições vulneráveis, fixando-se nas ruas e sendo composto por muitas mulheres usuárias de drogas, desde as primeiras conversas com as secretarias responsáveis pelo CIAM, houve uma explicação bem direta sobre quais cenários eu poderia encontrar estando inserida na instituição. Percebi que essa preocupação estava relacionada especialmente ao fato de a casa receber muitas mulheres usuárias de crack, realidade que, de fato, era nova para mim.

A intenção de realizar esta etnografia apenas no âmbito do CIAM e não nas ruas, acompanhando as mulheres, ocorreu posteriormente ao projeto ter sido aprovado no Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da UFMG; pois em um primeiro momento, objetivei me inserir no cotidiano dessas mulheres fora de quaisquer instituições. Tinha a ideia de estar, de fato, nas ruas, observando o cotidiano das mulheres naquele ambiente. Contudo, em acordo com meu orientador de pesquisa, houve a opção por realizar a etnografia somente no CIAM, sendo a segurança o principal motivo de tal escolha, especialmente por eu ser mulher.

Juntos, entendemos também que a configuração da casa, que funciona de segunda a sexta-feira, das 09h às 17h, oferecendo serviços variados, desde alimentação e higiene pessoal às atividades coletivas, permitiria o acompanhamento da rotina das mulheres que frequentam o local sem comprometer as perguntas que norteiam esta tese. Na verdade, uma vez delimitado o espaço do CIAM como principal ambiente da pesquisa, os objetivos se desenharam de duas formas, conforme apresentado na introdução. De um lado, será apontado o lazer das mulheres em situação de rua dentro do CIAM e de outro, seu lazer quando estão fora da instituição, revelado a partir das entrevistas e conversas informais com as mulheres.

Por me valer da observação participante como instrumento principal da investigação, meu envolvimento com as mulheres não se deu somente no ambiente do CIAM, pois, conforme fui participando do cotidiano da casa e das atividades das mulheres, alguns convites começaram a surgir para que eu as acompanhasse em outras agendas fora da instituição. Para Ingold (2014), esse é um traço da observação participante, uma vez que ela se caracteriza como uma prática que deve “acompanhar aonde os outros vão e fazer o que eles pedem, seja o que for que isso possa implicar e onde quer que isso possa levá-lo” (p. 389).

Assim, além do espaço do CIAM, acompanhei as mulheres semanalmente em suas idas à Unidade de Produção Agroecológica, que é uma área verde próxima à sede do CIAM, também no bairro Lagoinha, chamada pelas mulheres em situação de rua de “horta”, visto que no local há, de fato, uma horta comunitária. Essa interação das mulheres com a horta¹⁶ se dá a partir de um projeto chamado “Elas Cultivam a Lagoinha”. A gestão desse projeto é compartilhada entre a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP) e a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), sendo executado por uma Organização da Sociedade Civil (OSC) chamada Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (IEDS)¹⁷.

O objetivo do projeto, segundo a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, é “promover a inclusão socioprodutiva e a oportunidade de geração de renda para mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social e com trajetória de vida nas ruas no território da Lagoinha” (Belo Horizonte, 2021a, n.p). Para tanto, são ofertadas diferentes oficinas e cursos com vistas a estimular a retomada dos vínculos das mulheres com o mercado de trabalho, bem como possibilitar a geração de renda, com foco principalmente na agroecologia¹⁸ (Belo Horizonte, 2021a).

É interessante mencionar que, nessas atividades externas, havia certa naturalidade para as mulheres em situação de rua sobre minha companhia, no sentido de que não se tratava de um convite para ir, mas de uma afirmação expressada por frases do tipo: “Você vai com a gente, né?”. Confesso que me surpreendi com a forma como esse cenário se delineou, pois, na semana seguinte após a primeira vez que as acompanhei na horta, por exemplo, algumas mulheres já deram como certa a minha ida em todas as semanas que se seguiram.

O momento de deslocamento para a horta, inclusive, foi um daqueles primordiais para nossa aproximação, uma vez que o trajeto era feito a pé devido à proximidade do CIAM com a horta. Logo, andar com elas pelas ruas até o local de destino configurou-se, para mim, como oportuno para o início de conversas informais com aquelas mulheres de quem eu tinha menos proximidade dentro da casa.

¹⁶ Ao longo do texto, chamarei a Unidade de Produção Agroecológica localizada no bairro Lagoinha de horta, pois é assim que as mulheres em situação de rua e as próprias funcionárias do CIAM se referem ao local.

¹⁷ Esse instituto tem como finalidade propor e estimular, por meio da prática social do desenvolvimento sustentável em todas suas dimensões, projetos e ações em diferentes áreas, como cultura, educação, meio ambiente etc. (Belo Horizonte, 2007).

¹⁸ Ciência que orienta o uso de tecnologias e práticas em sistemas de produção, de forma mais aproximada possível de como os processos acontecem na natureza (Bonatto, 2014).

Os encontros na horta aconteciam de 9 às 11 horas, todas as terças-feiras do mês e também a cada 15 dias, às quartas-feiras, havendo semanas em que as mulheres iam duas vezes à horta. Esse horário, no entanto, não era exato, pois muitas vezes uma mulher ou outra atrasava-se no banho, por exemplo, e a ida para a horta no horário correto era comprometida.

Considero que a horta se configurou como um significativo ambiente para a pesquisa, pois as interações lá realizadas, de certo modo, eram mais livres do que no CIAM, fato que abordarei nos próximos capítulos. Entretanto, adianto que essa percepção pode ter relação com a presença da marca institucional, que acaba sendo menos visível na horta e mais presente na casa. Além das idas à horta, por meio do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”, as mulheres em situação de rua realizaram uma visita ao Museu Inhotim, na cidade de Brumadinho, no dia 06 de abril de 2022. Tive a oportunidade de acompanhar essa visita, que também integra algumas discussões presentes nesta pesquisa.

Tendo sido delimitados os espaços nos quais esta pesquisa aconteceu, preciso agora discorrer sobre o tempo. Isso porque encaro a compreensão dos tempos desta investigação como imprescindível, pois ajudará na assimilação dos estranhamentos vivenciados tanto no primeiro quanto no segundo período da pesquisa de campo e também contribuirá para o entendimento da estrutura e da forma como a presente narrativa está organizada.

Assim, é perceptível que a tese está estruturada em dois tempos diferentes, que marcam a escrita dos capítulos: o primeiro, narrado a partir das observações, entrevistas e diário de campo referentes ao trabalho de campo realizado no ano de 2021 (capítulo 3), e o segundo, concebido por meio do material de campo relativo ao ano de 2022 (capítulos 4 e 5). Destaco, porém, que, embora haja essa distinção de temporalidade nas partes do texto, a narrativa não se dá de forma linear o tempo todo, havendo momentos nos quais são descritas experiências e observações, bem como trechos do caderno de campo e entrevistas, que aconteceram em tempos distintos daquele no qual a narrativa está se desenvolvendo, mas que complementam a discussão feita no momento presente, de escrita da tese. Afinal, apesar de serem diferentes momentos, eles integram uma mesma pesquisa e a escrita de uma tese única.

Dito isso, o primeiro período de pesquisa de campo aconteceu no primeiro trimestre de 2021, sendo fragmentado em duas etapas. Realizada de forma *online* -

devido à pandemia e à obrigatoriedade do cumprimento de algumas regras sanitárias - a primeira etapa foi composta por entrevistas semiestruturadas com parte da equipe que compunha a coordenação do CIAM na época. A outra etapa, presencial, aconteceu entre os dias 13 de maio e 07 de junho, na sede do CIAM, onde se desenrolaram, além da prática da observação participante, entrevistas com mulheres em situação de rua que frequentavam a casa.

O segundo período do trabalho de campo, por sua vez, aconteceu no ano de 2022, entre os dias 21 de março e 13 de maio, após oito meses do meu primeiro contato presencial com o CIAM. Na ocasião, também utilizei a observação participante, assim como entrevistas com mulheres em situação de rua, novas funcionárias do equipamento público e representantes da Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMSP) e do Projeto “Elas Cultivam a Lagoinha. Saliento, por fim, que, enquanto em 2021 estive 18 dias seguidos (excluindo finais de semana) no CIAM, em 2022, frequentei a casa durante 37 dias (excluindo finais de semana e feriados), totalizando, portanto, entre os anos de 2021 e 2022, 55 dias de frequência ao CIAM.

Nessas circunstâncias, levando em conta o papel que as mulheres em situação de rua interlocutoras desta pesquisa possuem neste estudo, sendo formadoras desta investigação, apresento, a seguir, as principais interlocutoras da pesquisa (mulheres em situação de rua e equipe do CIAM), bem como descrevo o perfil da maioria das mulheres usuárias dos serviços do CIAM.

2.3 As interlocutoras da travessia

Como já mencionado, antes da primeira ida ao CIAM presencialmente, foram realizadas entrevistas *online* semiestruturadas com funcionárias do CIAM nos dias 05 e 09 de março de 2021. Pensadas anteriormente para transcorrerem somente após a primeira inserção em campo e o exercício de observação, essas entrevistas, no entanto, se revelaram como o principal vínculo entre mim e o equipamento público naquele momento, tendo em vista que as limitações da pandemia e a demora na vacinação no país pareciam colocar em dúvida a feitura desta pesquisa.

Foram então efetuadas entrevistas com quatro funcionárias do local – uma psicóloga, duas assistentes sociais e uma educadora social – individualmente e por meio da plataforma *Google Meet*; sendo as conversas gravadas com autorização das entrevistadas. A estrutura da conversa baseava-se em duas partes: uma, referente ao

trabalho junto das mulheres em situação de rua no CIAM e os principais desafios de suas funções, e outra a respeito da rotina da casa e a estadia das mulheres no local, bem como a relação das beneficiárias com os serviços oferecidos. Essas conversas *online* aconteceram em dois dias diferentes e serviram como importante instrumento para que eu pudesse me familiarizar com a casa e sua organização.

Objetivando ouvir toda a equipe de funcionárias do CIAM, quando retornei ao local em 2022, para o segundo trabalho de campo, efetuei entrevistas com as funcionárias que não haviam sido ouvidas na primeira leva de entrevistas; tendo ouvido mais seis mulheres que, juntas, integram o quadro de colaboradas da casa. Dessa maneira, ao todo, foram entrevistadas 10 mulheres: duas psicólogas, uma auxiliar de serviços gerias, uma bacharel em administração, uma educadora social, uma estagiária de psicologia, uma copeira e três assistentes social.

Além dessas funcionárias, foram realizadas entrevistas com outras duas interlocutoras importantes para este estudo; trata-se de uma das idealizadoras do CIAM, que hoje ocupa um cargo na Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção da Prefeitura de Belo Horizonte; e uma psicóloga que faz parte da equipe do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”, proposta que integra o cotidiano das mulheres em situação de rua que frequentam a casa.

No que diz respeito à prática da observação participante, entre os dias 13 de maio e 07 de junho de 2021, aconteceu a primeira etapa presencial do trabalho de campo. As observações foram relatadas diariamente em caderno de campo, sendo os registros feitos ora dentro do CIAM, sob o olhar curioso das mulheres – funcionárias a usuárias do equipamento – ora ao retornar para casa.

Nesse primeiro ano de campo, frequentei o CIAM por 18 dias seguidos, variando os horários e turnos de acordo com o que as observações me apontavam a cada dia. Exemplo dessas escolhas de turno era quando algumas mulheres combinavam entre si ou com as funcionárias alguma atividade para o dia seguinte, como lavar roupa no turno da manhã (o que pressupunha que a mulher passaria um longo período no local); agendamento de conversa com alguma das técnicas¹⁹ na casa; ou a combinação, entre as próprias mulheres usuárias do equipamento, de irem para a casa no mesmo horário.

¹⁹ Por vezes, utilizo o termo “técnica” para me referir às assistentes sociais e psicólogas do CIAM que realizam atendimentos individualizados das mulheres em situação de rua. Adoto tal termo, pois assim também é feito entre a própria equipe de trabalhadoras da casa.

Além disso, levei em conta, para escolher os turnos de estadia na instituição, a minha aproximação com algumas mulheres em situação de rua; ou seja, quando, durante nossas conversas, elas me informavam o horário que chegariam no dia seguinte, normalmente eu comparecia no mesmo horário, visando dar continuidade às nossas conversas e à consequente aproximação com o grupo.

Ao longo daquele período, presenciei o máximo de 30 e o mínimo de nove mulheres frequentes por dia na casa (em horários alternados), levando em conta que, naquela época, havia um cenário pandêmico que não permitia aglomeração. Fato distinto do que aconteceu na segunda estadia na instituição, no ano de 2022, pois, sem as regras restritivas da pandemia, o número máximo de mulheres que presenciei na casa chegou a 48, sendo o dia com menos frequência aquele que registou a presença de 15 mulheres.

A dinâmica de condução das entrevistas com as mulheres em situação de rua aconteceu de acordo com os vínculos que fui tecendo durante as observações e, não por acaso, as primeiras mulheres com quem conversei formalmente em entrevistas foram *Leila* e *Luísa*, que estiveram no CIAM todos os dias nos quais eu também estive em 2021. Essa conjuntura assemelhou-se ao que aconteceu no trabalho de campo de 2022, no qual as outras oito entrevistadas foram aquelas com quem mais me encontrei no dia a dia da casa.

O aceite da entrevista por parte de *Leila* e *Luísa* caracterizou-se como uma surpresa, pois eu não nutri expectativas em realizar entrevistas formais com as mulheres em situação de rua naquela primeira temporada de trabalho de campo. No entanto, quando rememoro a época, considero que as negociações para as conversas com essas duas mulheres aconteceram de forma natural, cultivadas no cotidiano, onde, a certa altura, já retomávamos diálogos acontecidos em dias anteriores, havendo, de algum modo, o início de um vínculo entre nós. Considero, por isso, essas duas primeiras entrevistas passos primordiais para o desenvolvimento desta tese, visto que, a partir delas, compreendi que a travessia estava, de fato, acontecendo.

Na última semana do trabalho de campo em 2021, agendei as entrevistas com *Leila* e *Luísa*, tendo a conversa com *Leila* acontecido, justamente, no último dia que estive no CIAM em 2021. Retornando para casa, demorei um certo período – especificamente dois meses – para olhar novamente para tudo o que havia anotado no caderno de campo, bem como para transcrever as entrevistas gravadas em áudio com *Luísa* e *Leila*. Esse intervalo de tempo fez o limiar concreto da escrita acontecer

somente no mês de setembro; o que considerei, naquele momento, algo negativo para a pesquisa, pois era como se as impressões descritas no diário de campo e mesmo as entrevistas transcritas estivessem menos vívidas após terem se passado dois meses.

Durante o campo de 2022, consegui ajustar melhor essa questão, realizando a transcrição de metade das entrevistas e do próprio caderno de campo logo que retornei, sendo possível perceber nitidamente que as conversas estavam mais vivas e mais claras para serem escritas. Na perspectiva da teoria vivida, de Peirano (2008), a escrita etnográfica é fruto do diálogo vivo realizado no trabalho de campo, devendo comunicar ao leitor a experiência e os significados produzidos nas conversas para além do que foi verbalizado nos diálogos estabelecidos em campo.

Se etnografia é ação, então, não estamos apenas trocando ideias; estamos “fazendo coisas” com as palavras. Um depoimento ou uma entrevista não são somente relatos referenciais e propositivos, não apenas duplicam uma realidade mental que descreve o mundo por equivalentes verbais (PEIRANO, 2008, p. 7).

Dessa forma, as conversas informais e entrevistas formais com as mulheres em situação de rua e funcionárias no CIAM não são concebidas, neste trabalho, desgarradas de um contexto teórico relacionado às temáticas da narrativa. Afinal, acredito, assim como Gomes, Faria e Bergo (2019), que o próprio campo é quem impulsiona os movimentos e caminhos teóricos-metodológicos a serem percorridos. Concordo com Rui (2012) que nossas referências teóricas só são relevantes quando nos fazem alargar a visão e não reduzir, de modo que esta tese foi concebida a partir das ideias de muitos autores e teorias e não apenas de um viés de pensamento ou grupo de autores. Não me interessa, dessa forma, comprovar hipóteses, ao contrário, intenciono levantar questões e apontar perspectivas diferentes – até porque aquilo que foi observado em campo não existe de forma separada do que, subjetivamente e interpessoalmente, acessei como pesquisadora (Rui, 2012).

Busco, então, na escrita desta tese, elaborar um diálogo entre as minhas interpretações no campo, compreendendo que elas não estão livres da influência de minhas experiências e modo de vida, podendo afetar aquilo que as mulheres – em situação de rua e funcionárias do CIAM – desejam comunicar. Nesse sentido, essa realidade configura-se como um dos maiores desafios desta etnografia, pois tender à postura apenas de “tradutora” do cotidiano observado é uma possibilidade eminente,

caso não haja o reconhecimento de que “os sujeitos da pesquisa” também são produtores de conhecimento e, conseqüentemente, da própria pesquisa (Cusicanqui, 1987).

Dessa maneira, no segundo momento de campo, que aconteceu em 2022, fica evidente na narrativa (capítulo 4 e 5) a presença de mais mulheres em situação de rua na pesquisa; tendo surgido, conseqüentemente, novos elementos relativos à vida dessas mulheres, especialmente no tocante a práticas e entendimentos sobre o lazer. Esse fato se deve ao tempo maior que passei frequentando o equipamento público e também à possibilidade de observar o funcionamento da casa de maneira plena (sem a maioria das regras sanitárias relativas à pandemia).

Para fins de esclarecimentos metodológicos relativos às entrevistas, foram realizadas 10 entrevistas com mulheres em situação de rua; 10 entrevistas com as funcionárias do CIAM (atingindo a totalidade de trabalhadoras que a instituição possui); e duas entrevistas com interlocutoras externas, que têm relação de trabalho direta com o CIAM.

No caso das mulheres em situação de rua participantes deste estudo, é importante apontar que, dentre as 10 principais interlocutoras, nove se identificam como mulheres transgênero. Ao longo do texto, quando faço referência ao gênero das participantes, uso o termo ‘mulher trans’, respeitando a maneira como elas próprias se reconhecem e se nomeiam; havendo apenas uma delas, *Luana*, que ora se nomeava travesti ora mulher trans. Uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Prevenção e Segurança (SMPS), entre os meses de novembro e dezembro de 2021, revelou que, das 32 mulheres usuárias do CIAM ouvidas, 25% se declaram mulheres trans (Belo Horizonte, 2022).

Nessas circunstâncias, é considerável que nos apropriemos corretamente dos significados e usos dos termos transexual e travesti, reconhecendo a existência de algumas distinções entre eles. Para tanto, lanço mão da compreensão da perspectiva culturalista de que as categorias que diferenciam o sexo biológico não implicam na definição de uma essência feminina ou masculina de caráter universal, mas indicam a ordem cultural como modeladora do signo homem e mulher (Moraes, 1998). O gênero, então, se configura como uma construção social e não como uma definição essencialista feita a partir do sexo biológico. Uma pessoa cisgênero (cis) é, assim, aquela que se identifica com o gênero – masculino ou feminino – que lhe foi atribuído

no momento de seu nascimento, enquanto uma pessoa transgênero é aquela que não se identifica com o gênero determinado no nascimento (Jesus, 2012).

O conceito de transgênero traz em seu bojo subgrupos diversos, que não se identificam com a performance que se espera deles tendo em vista seu sexo biológico, e que variam de acordo com local, cultural e grupo (Mourão, 2023); desse modo, para Mourão (2023) pessoas transgênero são aquelas que experimentam e vivenciam o gênero de maneira diferente daquele designado em seu nascimento. É importante salientar ainda que nem todas as pessoas transgênero têm a ambição de realizar uma transição de gênero cirúrgica ou hormonal, não sendo tais transições, por isso, um fator caracterizante de uma pessoa transgênero.

Dentre as interlocutoras trans deste estudo, cinco delas relataram não desejar realizar a modificação genital, embora tenham o sonho de fazerem o implante de silicone nos seios. Essas mulheres contaram que, em algum momento de suas vidas, começaram o tratamento de hormonização, mais conhecido como terapia hormonal, pelo SUS, porém afirmaram ter dificuldades de seguirem com esse tratamento, pois, por estarem em situação de rua, nem sempre conseguem dar sequência nas consultas e acompanhamentos obrigatórios.

Importante destacar que desde 2008, foi instituído, no Brasil, o processo transexualizador (executado pelo SUS), que permitiu o acesso a cirurgias de modificação corporal e genital, procedimentos de terapia hormonal e acompanhamento multiprofissional, primeiramente às mulheres trans e, a partir de 2013, aos homens trans e travestis (Benevides, 2020).

Reitero que, no decorrer do trabalho, faço poucas referências à identificação de gênero das interlocutoras deste estudo; identificando-as como mulheres trans ou cis (cisgênero) somente quando o contexto da descrição e/ou observação foi atravessado por tal identificação. Assim, todas as mulheres interlocutoras desta pesquisa são reconhecidas e chamadas de mulheres, por assim se identificarem. Esse fato ficará visível com o avançar dos capítulos, pois, se em 2021, durante o primeiro campo, eu sempre anotava o nome das mulheres e, ao lado, identificando-as como cis ou trans, em 2022, de forma natural, essa identificação simplesmente foi deixando de aparecer. Por diversas vezes, já em casa, eu fazia um esforço para me lembrar se determinada mulher detalhada no caderno era cis ou trans, até que um dia deixei de 'separá-las'; afinal, não fazia mais sentindo para mim, como pesquisadora e mulher, bem como para os objetivos desta pesquisa, realizar tal distinção.

Quanto a faixa etária e raça, das 11 principais interlocutoras desta pesquisa, apenas quatro mulheres possuem menos de 30 anos de idade, e somente três se autodeclararam brancas, tendo as demais se declarado pardas (quatro mulheres) ou pretas (quatro mulheres). Esses apontamentos vão ao encontro dos dados obtidos pela pesquisa diagnóstica da Secretaria Municipal de Prevenção e Segurança (SMSP), pois a maioria das mulheres participantes daquele estudo, realizado com 32 usuárias do CIAM, pertencia à faixa etária de 30 a 59 anos e se autodeclararam pardas ou negras (Belo Horizonte, 2022).

Enquanto no primeiro campo, em 2021, *Leila* e *Luísa* foram aquelas que guiaram este trabalho; no segundo momento de campo, em 2022, as guianças aconteceram pelo falar e agir de mais mulheres; não havendo apenas uma ou duas que se revelaram como principais interlocutoras, mas nove mulheres. Trata-se de *Ana Auxiliadora*, *Beyoncé*, *Catrina*, *Joelma*, *Lady Butterfly*, *Luana*, *Rosimeire*, *Tália* e *Angélica*. Dessas nove mulheres, apenas *Angélica* não foi entrevistada de maneira formal, sendo, ainda assim, uma importante interlocutora deste estudo. As conversas informais, aliás, configuraram-se como valorosas fontes de informação; isso porque as entrevistas possuem, de certa maneira, um caráter mais formal, de modo que os sujeitos tendem a “escolher” com mais facilidade o que vão falar, diferentemente do que ocorre durante um diálogo cotidiano, envolto pela informalidade do dia a dia.

Nas próprias entrevistas com algumas mulheres em situação de rua, em especial *Ana Auxiliadora* e *Joelma*, foi possível notar que elas adotaram um tipo de tom diferente de quando conversavam comigo informalmente. Elas foram mais sucintas e pensaram mais antes de falar, por exemplo, o que considero normal e perceptível também em outras entrevistas com algumas funcionárias do CIAM que, informalmente, fizeram afirmações e contaram situações que não foram abordadas ou respondidas no momento das entrevistas. O caso de *Ana Auxiliadora* é emblemático nesse sentido, visto que os registros de nossas conversas informais possuem mais páginas e riqueza de detalhes do que a entrevista formal.

Nessa direção, Goffman (1959) propõe, em sua obra *A Representação do eu na vida cotidiana*, uma abordagem de interpretação da vida social na qual as análises são pautadas nos pequenos detalhes das interações humanas, compreendendo a vida social – em analogia ao teatro – como um palco onde os indivíduos encenam papéis sociais distintos, de acordo com as diferentes circunstâncias e contextos.

[...] a influência recíproca dos indivíduos em contato é estabelecida de acordo com uma definição prévia de hierarquias, papéis e expectativas envolvidas em cada encontro. Uma vez negociado e compreendido o que está em jogo em uma dada interação, o indivíduo passa a gerir a apresentação do seu Eu (Self) em relação às impressões anteriormente estabelecidas, com vistas a alcançar objetivos formulados previamente, de maneira consciente ou não (Maciel; Berbel, 2015, p. 1).

Assim, a partir da perspectiva de Goffman, foi possível enxergar minha própria mudança de postura de acordo com as interações cotidianas das quais eu era parte no CIAM; o que envolvia desde o espaço no qual eu estava interagindo com alguma interlocutora da pesquisa, até, por exemplo, o número de pessoas próximas às interações. Do mesmo modo, tais mudanças de papéis pareceram acontecer nas interações das próprias mulheres em situação de rua entre si, com as funcionárias da casa ou comigo mesma; sendo os motivos os mais variados possíveis, embora o ambiente – externo ou interno – da casa tenha aparentado ter maior influência nessa mudança de papéis das mulheres, como veremos nos próximos capítulos.

Partindo desse prisma, considero que, conforme interagimos com o campo de pesquisa e com os elementos que o compõem, somos diretamente afetados da mesma forma que o afetamos. Ao afirmar isso, contudo, não o faço acreditando na existência de grandes alterações nas dinâmicas ou na vida social que se desenrola no CIAM em ocasião da minha presença; mas reconhecendo que todo pesquisador, quando opta pela etnografia, só poder estar presente em um campo alterado pela sua própria presença (Silva, 2009).

Nesse sentido, considerando que não saímos “ílesos” dos nossos estudos, penso que seja necessário que nós pesquisadores assumamos o compromisso de desenvolver investigações que sejam colaborativas, em pesquisas que favoreçam que nos aproximemos das lutas e reivindicações dos grupos sociais com os quais desenvolvemos nossas investigações (ESCOBAR, 2020). Essa proposição que vai ao encontro do que Cusicanqui (1987) denomina de “pesquisas engajadas politicamente”, nas quais se reconhece a necessidade de alinhar o estudo com o discurso de transformação das condições, opressões e explorações às quais os grupos integrantes da investigação estão submetidos.

Portanto, longe de conceber que seja simples realizar quaisquer pesquisas numa perspectiva colaborativa ou engajada politicamente, destaco a minha intenção de que a presente narrativa caminhe em favor do que as mulheres em situação de rua interlocutoras deste estudo têm reivindicado ao longo de suas vidas, seja antes ou

depois de estarem vivendo nas ruas. O que veremos nos próximos capítulos está, dessa forma, como as próprias dimensões do lazer, identificado pela prática da observação participante no CIAM e pelas falas das interlocutoras desta pesquisa, em diálogo com as reivindicações – ditas e não ditas – das mulheres em situação de rua.

3 LEILA, LUÍSA E SUAS GUIANÇAS: O CIAM, AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E NOSSOS PRIMEIROS ENCONTROS

A partir do diálogo constante entre as primeiras observações feitas em campo (de maio a junho de 2021), as conversas informais e as entrevistas *online* e presenciais, realizadas tanto com as mulheres em situação de rua quanto com as funcionárias da casa, estruturei este capítulo, guiada, especialmente, pelas falas de *Luísa* e *Leila*, primeiras interlocutoras desta tese.

Tomando a descrição do meu primeiro dia no CIAM, ainda no ano de 2021, como guia da narrativa, apresento, na primeira parte do capítulo, como o CIAM é estruturado, quais serviços são ofertados no local e qual a relação das mulheres em situação de rua com o equipamento. Posteriormente, no segundo subcapítulo, narro como se sucederam os primeiros encontros com as mulheres em situação de rua que frequentam a casa, apontando as maiores dificuldades e também o início de vínculos com algumas delas.

Por fim, na terceira e última parte da seção, realizo uma descrição mais detalhada da vida da mulher em situação de rua, considerando desde o processo de saída de seus lares até sua chegada à condição na qual se encontram, narrando as violências vividas tanto em casa quanto nas ruas.

Reitero que este capítulo é baseado, principalmente, na descrição do que foi observado e experienciado no primeiro período do trabalho de campo, que ocorreu no ano de 2021, sendo possível notar que o enfoque da narrativa se desenvolve a partir do convívio com duas interlocutoras principais, além das funcionárias do equipamento. Saliento, por último, que há trechos de entrevistas e observações (devidamente identificados) que ocorreram em 2022, mas que dialogam com algumas questões apresentadas neste capítulo e, por isso, estão integrados a ele.

3.1 CIAM: a casa e o lar das mulheres

Adentrei o portão do CIAM pela primeira vez em uma quinta-feira do mês de maio do ano de 2021. Era início de tarde e, antes mesmo de entrar no local, cenas e situações vivenciadas no trajeto até lá ajudaram-me a compor a memória vívida que tenho daquele dia. Seria o primeiro, dentre muitos, no qual me sentiria ora estranha, ora cúmplice das mulheres em situação de rua atendidas naquela casa.

Durante o meu deslocamento, feito por meio de um carro de aplicativo, conversava desatentamente com o motorista até passarmos pela praça Barão do Rio Branco, localizada em frente à Rodoviária de Belo Horizonte, espaço no qual há constante circulação e estadia de pessoas em situação de rua. Na passagem pelo local, onde, por conta de uma rotatória, foi preciso diminuir a velocidade do veículo, o motorista – em tom de agradecimento – relatou que estava satisfeito em ter trocado de carro, pois agora poderia controlar os vidros dos passageiros, evitando o infortúnio de “vagabundos” iguais aqueles da praça.

Os ditos “vagabundos” da praça eram pessoas em situação de rua.

Não foi novidade para mim escutar o motorista associar as pessoas em situação de rua ao termo “vagabundo”. Na verdade, muitas vezes desde 2016, quando iniciei minhas pesquisas junto desse grupo social, recebi confrontações a respeito dessas pessoas e seu modo de vida. Isso porque, como já introduzido, há incutida a ideia de que a estadia nas ruas ocorre por opção do sujeito que, por sua vez, se caracteriza como alguém que fracassou em algum âmbito da vida (Frangella, 2004). Isso quando não é tomado *a priori* como criminoso, ainda que nunca tenha cometido algum delito, o que, para Zaluar (1996), tem relação com o próprio sistema jurídico e policial, que tende a identificar mais facilmente como criminosos pessoas oriundas de classes socioeconômicas populares, traço marcante na vida da maioria das pessoas em situação de rua.

Além disso, historicamente, a noção de “vagabundo” está interligada à não inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, o que, no final de século XIX e início do século XX, acontecia, por exemplo, com os imigrantes europeus camponeses e escravizados recém-libertos brasileiros, que eram considerados “vagabundos” por estarem desempregados e perambularem pelas ruas, ainda que alguns tivessem moradia (Andrade; Costa; Marquetti, 2014). Além do estigma de “vagabundo”, as pessoas sem trabalho daquela época também eram taxadas de criminosas, principalmente por conta da classificação, em 1941, da vadiagem²⁰ como crime (Justo, 2008).

²⁰ Somente em 2012, a punição por vadiagem foi retirada da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41). Era considerado vadiagem: "entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita" (Piovesan, 2012).

Ao escutar o motorista se referindo àquelas pessoas como “vagabundas”, senti-me impedida – talvez por estar sozinha no carro com ele e não querer contrariá-lo – de respondê-lo, embora soubesse como e que deveria tê-lo feito. Falhei e calei-me, da mesma forma que me calaria outras vezes enquanto me deslocava até o CIAM e ouvia apontamentos semelhantes feitos pelos demais motoristas que me conduziram até esse local durante 18 dias seguidos.

Ao longo dessas curtas viagens (aproximadamente 15 minutos), não foram raros os comentários a respeito das pessoas em situação de rua que encontrávamos no trajeto ou perguntas direcionadas a mim sobre se era aquele mesmo o meu destino final e, ainda, se eu gostaria que me esperassem adentrar o portão do local antes de partirem com o carro²¹. Isso porque, além de o CIAM estar localizado numa região considerada de pouca segurança, geralmente, na rua da casa, ficam algumas pessoas em situação de rua aguardando quem está dentro ou mesmo esperando sua vez de entrar.

O CIAM está localizado no bairro Lagoinha, local que tem sua história intrínseca ao próprio nascimento da cidade de Belo Horizonte, datando de 1897. O bairro localiza-se próximo a uma pedreira e leva esse nome devido ao córrego que cortava aquela região (Lemos, 1996; Machado; Pereira, 1997). A ocupação do local ocorreu de forma desorganizada, em ruas e becos tortuosos, servindo de abrigo a operários construtores da planejada cidade de Belo Horizonte, vindos de outros estados do Brasil e mesmo do interior de Minas Gerais (Salgado; Silva, 2018).

Além desses operários, a região da Lagoinha também foi formada por imigrantes italianos, portugueses e alemães e, por localizar-se próximo ao centro do município e da linha férrea, o bairro possuía, desde sua formação, muitas pensões, o que levou à existência de muitos bares, favorecendo a vida noturna agitada na região, havendo casas de prostituição e clubes de dança frequentados por artistas e boêmios da cidade. Esse cenário reforçou a imagem do bairro Lagoinha como uma área boêmia de Belo Horizonte, de forma semelhante ao que ocorreu com a região da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro (Freire, 2009; Machado; Pereira, 1997).

²¹ Acredito que essa postura dos motoristas não é condicionada somente pelo ambiente do destino das corridas, mas ao fato de eu ser mulher. Em outras ocasiões e municípios, identifico tal prática dos motoristas (de esperarem adentrar o local informado como destino final, principalmente em corridas que acontecem durante a noite).

Esses traços históricos do bairro, conhecidos por mim somente durante esta pesquisa, ainda podem ser vistos em algumas ruas do local como, por exemplo, na presença de edifícios e casarões históricos que, mesmo degradados, ainda revelam a imagem boêmia que outrora a região teve. No entanto, no trajeto até o bairro, foi impossível não notar a aparente – pelo menos nas ruas em que passei – situação de abandono, havendo muitas casas e edifícios sem moradores e em ruínas; características que contribuem, principalmente por sua proximidade com o centro de Belo Horizonte, para a existência de imóveis na localidade para alugar por preços mais baixos, o que, por sua vez, faz com que a rotatividade de pessoas seja significativa (Andrade; Arroyo, 2012).

Embora a Lagoinha seja um bairro, a região da Lagoinha abrange também os bairros vizinhos Bonfim, Santo André, Colégio Batista e São Cristóvão e, além disso, o bairro da Lagoinha também é conhecido por dar acesso às comunidades Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos, sendo a primeira considerada a favela mais antiga de Belo Horizonte (Salgado; Silva, 2018).

A Pedreira forma, de acordo com as mulheres em situação de rua, a comunidade Pedreira Padro Lopes, que, inclusive, foi recorrentemente citada pelas mulheres como um local frequentado por elas, seja para participar dos bailes, visitar casas de parentes e amigos ou acessar “bocas de fumo” localizadas na comunidade. Segundo Salgado e Silva (2018), foi na Pedreira Padro Lopes que o crack, vindo de São Paulo, começou a ser comercializado em Belo Horizonte, fato que influenciou na composição da localidade como um ambiente no qual os usuários dessa droga aglomeram-se, sendo essa realidade fator decisivo para as mudanças nas sociabilidades do bairro Lagoinha.

A presença desses novos personagens transformou a paisagem urbana em um espaço de tal maneira peculiar que nem as intervenções da prefeitura, nem a ação policial, realizada nos últimos anos, conseguiram abafar. Chegando-se ao bairro pela estação do metrô, avistam-se mendigos, catadores de papel e usuários de drogas perambulando, debaixo dos viadutos, em meio ao lixo e casas improvisadas (Salgado; Silva, 2018, p. 261).

Ainda para esses autores, é como se a Lagoinha tivesse, ao longo dos anos, passado de área boêmia à cracolândia²², cenário que contribuiu para a decadência

²² Destaco que, neste trabalho, não usarei o termo “cracolândia” para me referir ao bairro, pois acredito que, ao usá-lo, posso contribuir com o aumento da já alarmante estigmatização das pessoas em situação de rua, sejam elas usuárias ou não de crack. Opto, dessa maneira, por me referir ao bairro

desse território e para o conseqüente aumento da criminalidade, ligado ao sustento do consumo de crack das pessoas usuárias que frequentam ou moram no local.

Nessas circunstâncias, a localização do CIAM no bairro da Lagoinha não se deu de forma aleatória, conforme relatado por *Clarice* – idealizadora do projeto e Diretora de Prevenção à Criminalidade da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP) – mas foi planejada como uma maneira de atender as mulheres que estão em situação de rua ou são usuárias de crack daquela região (Relatório CIAM, 2019). A implementação do CIAM na localidade faz parte de uma estratégia do “Projeto Cenas de Uso²³”, vinculado à Prefeitura de Belo Horizonte²⁴, que tem como proposta a intervenção qualificada nas cenas de uso de crack e outras drogas no município. O projeto se divide em três eixos: espaços urbanos seguros; proteção social e segurança pública; e justiça. O CIAM pertence ao segundo eixo – proteção social e segurança pública – que como objetivo “a implementação de ações que incidam sobre os fatores que favorecem vulnerabilidades” (Relatório CIAM, 2019, p. 10).

O CIAM é, dessa forma, considerado a principal ação do eixo de proteção social e segurança pública do “Projeto Cenas de Uso”, com o objetivo, desde o início, de funcionar como um “espaço de cuidado de portas abertas” (Relatório CIAM, 2019, p. 10), no qual diferentes serviços funcionariam em um mesmo equipamento. Por isso, apesar de a coordenação geral ser apenas de uma secretaria municipal, há a presença de outras secretarias na supervisão e na atuação conjunta na gestão do local. A intenção de tal gestão coletiva é a integralidade no acompanhamento dos casos de cada mulher em situação de rua ou usuária de drogas que acessa algum serviço público municipal, sendo o CIAM o equipamento que possibilita conhecer melhor essas mulheres e suas trajetórias, de modo a direcionar e orientar uma proposta de atendimento integral.

pelo seu nome de origem: Lagoinha, que é também a identificação feita pelas próprias mulheres com quem conversei na pesquisa.

²³ O termo “cenas de uso” vem do inglês *open drugs scenes*, traduzido como “cena aberta de uso de drogas”, e utilizado, nos últimos anos, para dizer sobre espaços públicos nos quais há venda e uso ilegal de drogas; substituindo o que no Brasil era – ainda é – chamado, de forma pejorativa, de “cracolândia” (Relatório CIAM, 2019).

²⁴ Por meio da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção - Diretoria de Prevenção Social à Criminalidade. A metodologia do projeto incorpora e articula ações de saúde, segurança pública, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer, planejamento urbano e desenvolvimento econômico.

No CIAM, há oferta de serviços especializados e integrados das equipes de Saúde, Assistência Social, Educação e Segurança e Prevenção, voltados para a acolhida, o cuidado e a inserção social de mulheres em trajetória de rua e em uso prejudicial de drogas, buscando a inclusão dessas mulheres em políticas públicas (Relatório CIAM, 2019, p. 15).

Nessa perspectiva, segundo esse mesmo relatório, a casa foi planejada com vistas a oferecer os seguintes serviços:

A) Ações gerais: Atendimento técnico especializado; Garantia de alimentação, almoço e lanche; Disponibilização de banho, higiene pessoal e cuidados básicos; Disponibilização de espaço e material para lavagem de roupa; Espaço seguro para descanso; Garantia de retaguarda para o público atendido, incluindo as usuárias nos serviços da rede socioassistencial municipal.

B) Ações específicas: Abordagem conjunta das pastas de Assistência Social e da Saúde para construção de uma linha de atuação entre o Consultório de Rua, BH de Mãos Dadas e o Serviço Especializado em Abordagem Social; Acompanhamento sistêmico do público atendido, com cronograma de atendimento e escala das equipes, compartilhadas entre as equipes das diferentes áreas que atuam na cena de uso; Realização de diagnóstico do público da cena de uso para ser compartilhado com o perfil do público; Acompanhamento sistêmico de mulheres em situação de rua, com inserção destas em serviços de saúde e assistência social; Oferta de Educação de Jovens e Adultos e Escola Integrada; Oficinas de artesanato, teatro e inclusão produtiva; Rodas de conversa periódicas conduzidas pelas técnicas do CIAM (2019, p. 15-16).

A alimentação fornecida na casa é disponibilizada pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SUSAN/SMASAC), sendo o almoço o mesmo servido nos restaurantes populares da cidade de Belo Horizonte. Além do almoço, há também café da manhã e lanche da tarde, entretanto o almoço é a refeição mais procuradas pelas mulheres atendidas no CIAM, segundo relatório interno (2019) elaborado pela equipe profissional do equipamento.

Já no que diz respeito à oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a turma EJA/CIAM, vinculada à Escola Municipal Belo Horizonte, da Diretoria de Educação da Regional Noroeste, é destinada às mulheres que desejam iniciar ou concluir o ensino fundamental. Por se tratar de uma turma multisseriada, também pode ser frequentada por mulheres que tenham concluído o ensino médio e/ou graduação, principalmente pelo fato de na sala haver computadores disponíveis para estudo, com acesso à internet. Entretanto, ao longo da pesquisa de campo realizada em 2021 e 2022, pude presenciar a baixa procura das mulheres pelas aulas, mesmo a professora estando

no local todos os dias no período vespertino. Assim, as interações das mulheres interlocutoras da pesquisa com a sala de aula se davam de maneira esporádica, normalmente quando a professora convidava e insistia para algumas mulheres irem para sala; não havendo, por isso, uma turma regular que, de fato, frequentasse as aulas desde o início da pandemia, em março de 2020.

Outra atividade que acontecia antes do início da pandemia – e que posteriormente não ocorreu mais até o momento em que estive em campo (maio de 2022) – foi uma roda de conversa mensalmente no CIAM, denominada “Café com elas”. Nessa atividade, a equipe técnica do CIAM e as mulheres usuárias do equipamento dialogavam sobre diferentes assuntos, ao mesmo tempo em que eram ofertados lanches e café. Tratava-se de um momento de escuta das mulheres em situação de rua que, ao falarem, também se escutavam e problematizavam, com o auxílio das funcionárias do CIAM, algumas questões levantadas. Esses encontros também oportunizavam e otimizavam o trabalho de redução de danos desenvolvido no local, sendo parte de uma abordagem que (redução de danos) se constitui como um dos pontos diferenciais do equipamento apontados por *Elza*, coordenadora do CIAM.

A redução de danos, segundo cartilha do Ministério da Saúde se configura como uma “estratégia de saúde pública que busca controlar possíveis consequências adversas ao consumo de psicoativos – lícitos e ilícitos – sem, necessariamente, interromper esse uso, e buscando inclusão social e cidadania para os usuários de drogas” (Brasil, s.d.). Esse paradigma, porém, só foi disseminado no Brasil a partir de 1980, objetivando a diminuição e a contenção da transmissão do vírus do HIV entre os usuários de drogas injetáveis (Moreira *et.al.*, 2019). O paradigma da redução de danos foi estruturado segundo uma perspectiva antiproibicionista, concebido como uma alternativa às medidas de repressão e intervenção que, no caso dos usuários de drogas, tendem a tirar-lhes suas liberdades individuais (Pires; Santos, 2021).

A partir de 2003, no Brasil, o Ministério da Saúde regulamentou a política de redução de danos em serviços da Política de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e Outras Droga, passando a compreender o consumo de drogas

[...] como escolha individual e como consequência de um conjunto de questões, que perpassam pela constituição psíquica dos sujeitos, pela dinâmica familiar, pelos problemas enfrentados no cotidiano. Ou seja, a saúde dos usuários de drogas passou a ser compreendida como fenômeno multicausal, a droga deixou de ser considerada como problema central e a

abstinência deixou de ser a finalidade única do tratamento (Moreira *et al.*, 2019, p. 327).

Por isso, a atividade “Café com elas” foi apontada por *Elza* e *Madá* como importante aliada na implementação da política da redução de danos, uma vez que, durante aquele momento, as mulheres em situação de rua são chamadas a refletirem sobre si mesmas e suas vidas; fato que, para *Elza*, permite que elas parem e se “organizem” ainda que momentaneamente. O “Café com elas”, aliás, foi citado diversas vezes por diferentes mulheres, em nossas conversas informais, como a atividade coletiva suspensa em ocasião da pandemia da qual elas mais sentiam falta.

Com essa configuração de serviços, o CIAM funciona em uma casa de dois andares, localizada na Rua Comendador Nohme Salomão, nº 33, no bairro Lagoinha. A casa, que possui um pequeno jardim gramado com uma árvore de médio porte, é separa da rua por um portão de grades cinzas e, se não fosse a pequena recepção na garagem que se mistura à varanda da casa, no primeiro dia que cheguei ao local, eu não saberia²⁵ que naquele ambiente funcionava um equipamento público²⁶.

A meu pedido, no primeiro dia de campo em 2021, o motorista me deixou duas casas antes do local onde está localizado o CIAM; o motivo impulsivo de solicitar a parada distante do local exato justificou-se pela suposição de que minha chegada “a pé” na casa poderia demonstrar que eu não tinha medo de começar a frequentar uma casa localizada em um espaço urbano visto como perigoso. Desejava, com aquela ação, mostrar que estava preparada para estar naquela casa, contudo, quando desci do carro, antes do portão do CIAM, compreendi que tal gesto não fazia sentido e não definiria minha estadia no local.

Havendo chegado em frente ao portão da casa, toquei a campainha já me identificando para a *Mabel*, funcionária da casa que, no instante que me viu, pegou as chaves do portão e desceu, conversando como se já me conhecesse. Ação que, depois de alguns dias na casa, percebi que ela faz com todas as mulheres, sejam elas funcionárias ou aquelas atendidas no equipamento. Logo que ela abriu o portão, tendo eu já falado que era a pesquisadora que iria passar a frequentar o local, ela me

²⁵ É importante destacar que ainda não havia placa ou letreiro de identificação do local quando realizei a primeira temporada de pesquisa, isso porque, anteriormente ao mês de março de 2021, o CIAM funcionava em outro endereço, também no bairro Lagoinha. Por isso, as próprias funcionárias me informaram que algumas questões de infraestrutura ainda estavam sendo ajustadas, como era o caso da instalação da placa na entrada, como havia na casa anterior.

²⁶ Quando retornei ao CIAM para a segunda etapa do trabalho de campo, no ano de 2022, já havia sido instalada, acima do portão, uma placa institucional com o nome do equipamento.

questionou – procurando talvez um carro do lado de fora da casa – como eu havia chegado no endereço. Não sendo uma opção omitir a vinda de carro para ela, contei como foi meu deslocamento e, instantaneamente, ela me disse que eu tinha escolhido a melhor opção, visto que não era viável andar sozinha no local por se tratar de uma região desconhecida.

O breve papo com *Mabel* aconteceu na varanda da casa, que possui uma extensa garagem coberta que foi transformada em recepção, na qual estão dispostas mesa e cadeiras, além de um armário guarda-volume, com 12 pequenas portas de chaves, onde as mulheres guardam seus pertences antes de entrarem no interior da casa. Atrás da mesa da recepção, há um largo portão de correr, que dá acesso aos fundos da casa, local onde se localizam os ambientes de higiene pessoal (boxes para banho, sala para escolha de roupas²⁷ e pia para higienização bucal); espaço para lavagem de roupas (máquinas e tanque de lavar roupas, além de varais para secá-las); e amplo espaço de uso coletivo, com mesas, bancos e cadeiras.

Com exceção de uma pequena área descoberta para os varais de roupa, todo esse espaço nos fundos do CIAM é coberto e permite o acesso ao interior da casa, por meio de uma porta larga de correr de vidro, que fica aberta o tempo todo. Passando por essa porta, chega-se a uma grande sala de televisão, com sofás, cadeiras e bancos; nessa sala, por sua vez, há uma escada que leva ao segundo piso, onde estão localizadas três pequenas salas para uso administrativo e de atendimento individual das mulheres, além de um banheiro para as funcionárias.

No primeiro andar, ao lado da sala ampla de TV, localiza-se uma pequena cozinha e, seguindo pelo corredor, há um banheiro individual para uso das mulheres em situação de rua. O último cômodo é uma pequena sala com uma porta que dá acesso à varanda da casa e à saída do local. Nessa sala, ficam dispostos colchões para uso das mulheres que desejam descansar, sendo o primeiro cômodo da casa na

²⁷ Essa sala para escolha de roupas localiza-se no mesmo ambiente no qual estão as cabines para banho, é como se fosse um vestiário. Nela, há, no entanto, várias prateleiras com peças de roupas divididas por tamanho e estilo (vestido, calça, short, blusas de frio ou calor etc.), bem como outros itens como calçados e cintos. Todas as opções estão disponíveis para as mulheres diariamente, contanto que elas escolham somente o conjunto de roupas para uso naquele dia, podendo, após o banho, lavar a roupa que estavam vestindo antes ou descartá-la (o que a maioria faz) em uma grande lixeira. As peças deixadas na lixeira não são reaproveitadas. O motivo de a mulher não poder escolher peças de roupas sem vesti-las (ou seja, sem tomar banho) é evitar que utilizem as roupas como produto de troca para o uso de drogas. Dessa maneira, a demanda por roupas femininas no CIAM é alta, estando a casa sempre aberta a doações de peças de roupas, o que, de fato, eu pude ver que acontece com frequência.

perspectiva de quem entra no local pela porta dessa sala e não pelo portão localizado atrás da recepção.

Quando cheguei ao CIAM, não havia nenhuma mulher sendo atendida na recepção, de modo que foi possível notar um ambiente silencioso. Passados poucos minutos do início da minha conversa com *Mabel*, ela me pediu para aguardar enquanto chamava outras funcionárias para me acompanhar. Estando sozinha na varanda, percebi o movimento intenso de pessoas subindo e descendo a rua e, ao mesmo tempo, *Mabel* voltou acompanhada de *Madá*, outra funcionária do local, enquanto uma mulher aguardava no portão para entrar na casa.

Em fração de segundos, concomitantemente ao cumprimento e à apresentação de *Madá*, meu olhar ansioso dirigia a atenção para a primeira mulher em situação de rua que eu encontrava no campo, tratava-se de *Leci*. Não consegui observá-la direito, nem ao menos cumprimentá-la naquele primeiro momento, pois logo fui direcionada para o interior da casa, com a finalidade de ser apresentada ao ambiente e às outras funcionárias no local.

Saliento que, por conta dos protocolos referentes à pandemia, na varanda e em outros cômodos da casa, havia disposição de álcool em gel para uso de todas as mulheres, além da obrigatoriedade do uso de máscara facial em todos os ambientes na casa, exceto quando elas estavam se alimentando. O uso da máscara, aliás, se mostrou como um desafio para mim, pois confesso que a impossibilidade de me comunicar pelo sorriso, ao longo da estadia em campo, me fez ter que aprender a verbalizar o que, por vezes, antes era apenas comunicado por um sorriso.

Tendo percorrido toda a casa na companhia de *Madá* e ter sido apresentada a todas as funcionárias do local, perguntaram-me o que eu gostaria de fazer, com quem gostaria de conversar e onde preferiria ficar. Essas interrogações oportunizaram que eu novamente explicasse – já havia feito isso durante as entrevistas *online* – que minha presença na casa seria, naquele primeiro momento, de cunho observacional, intencionando apenas me inteirar da rotina das mulheres atendidas no equipamento público e das relações estabelecidas com a casa.

Neste primeiro dia, soube de uma nova configuração na organização do equipamento, efetivada após minhas conversas *online* com algumas funcionárias. Tratava-se da parceria da Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria

Municipal de Segurança e Prevenção, com a Ação Social Arquidiocesana Providens²⁸, que possibilitou a chegada de outras duas funcionárias para a manutenção da casa, sendo que o convênio entre as partes teria validade de 12 meses.

Com essa nova configuração, o CIAM passou a contar com uma equipe de 12 funcionárias, composta por: seis funcionárias técnicas, contando a coordenadora (assistentes sociais, psicólogas e educadora social); quatro funcionárias do âmbito de conservação (cozinha, limpeza, lavagem de roupas e recepção); e duas funcionárias de manutenção advindas da Providens. Essas últimas assumiam a função de auxiliar as mulheres em situação de rua quanto ao uso dos ambientes da casa, ou seja, organizavam a fila para o banho e a entrada na antessala onde ficam dispostas as roupas e outras doações para as mulheres, e quantificavam as que desejavam almoçar ou lanche na casa, por exemplo.

Quanto às técnicas, uma delas, *Frida*, é vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, sendo sua principal função fazer com que as mulheres atendidas no CIAM acessem a política de saúde do município. Outra delas, *Madona*, atua como redutora de danos, sendo seu papel abrir espaço para os cuidados em saúde das mulheres em situação de rua que frequentam a casa, respeitando as escolhas de cada uma quanto ao uso de drogas e, por isso, orientando-as, quanto ao cuidado com o manejo dos objetos que utilizam para o consumo da droga e quanto à possibilidade de redução das substâncias das quais fazem uso.

A ideia da política de redução de danos é ampliar e modificar os modos de cuidados em saúde, através da educação, prevenção, promoção e reabilitação, a qual se propõe a pensar em ações voltadas à realidade de cada pessoa, respeitando o direito que estas têm de escolher. A Redução de Danos compreende que, mesmo diante da escolha em usar drogas, são pessoas que possuem direitos e são merecedoras de cuidados de saúde (Tisott *et al.*, 2021, p. 4).

Terminando minha apresentação ao espaço e às demais funcionárias, sentei-me em um banco na área externa da casa, de onde conseguia ter visão da sala de TV, dos vestuários e da chegada/saída das mulheres. Foi possível notar, nesse primeiro dia, que, assim como em outros momentos, minha presença no local despertava mais curiosidade nas funcionárias do CIAM do que nas mulheres em

²⁸ Organização sem fins econômicos, vinculada à Arquidiocese de Belo Horizonte e mantida por convênios e projetos com o setor público e privado. Essa ação social presta serviços nas áreas socioassistenciais de saúde, educação, habitação, geração de renda e inserção no mercado de trabalho.

situação de rua que, muitas vezes, antes de conversarem comigo ou de alguma colaboradora falar sobre minha presença no local, supunham que eu era nova funcionária da casa.

Nesse contexto, logo que me sentei e abri meu caderno, aproximaram-se de mim duas funcionárias da casa perguntando mais sobre a minha pesquisa e formação. A essa altura, elas já sabiam que eu era pesquisadora porque, quando fui apresentada, foi introduzido o motivo de eu estar na casa, sem, no entanto, aprofundarmos. Paralelo a esse breve papo informal, feito em voz alta, devido à necessidade de manter a distância de dois metros entre cada assento, por causa dos protocolos sanitários, percebi que a primeira mulher que eu havia visto chegar na casa, *Leci*, estava se encaminhando para o banho. De relance, pude vê-la saindo do vestuário e indo até a funcionária que organizava a ordem dos banhos e distribuía os itens de higiene pessoal (toalhas e sabonetes).

Enquanto prosseguia o meu diálogo com as duas funcionárias sobre a pesquisa, era possível escutar a conversa, que também se sucedia em voz alta, entre *Leci* e uma colaboradora. O papo delas era corriqueiro, com perguntas sobre o dia a dia e um questionamento específico a respeito de uma terceira mulher que estava há muitos dias sem ir ao CIAM. Concomitantemente a esse diálogo no vestiário, uma das funcionárias que conversava comigo voltou-se para a conversa de *Leci* e, em seguida, outras funcionárias da casa já participavam desse mesmo diálogo.

A cena descrita acima aconteceu diante dos meus olhos todos os dias em que estive naquele primeiro ano de campo, alterando apenas o número de mulheres no vestiário – há duas cabines individuais de banho – e de funcionárias na área externa. Saliento tal configuração, pois, como será visto posteriormente, com exceção da minha entrevista com *Leila*, todas as outras conversas com mulheres usuárias do equipamento realizadas no primeiro campo, em 2021, bem como a entrevista com *Luísa*, foram realizadas nos ambientes coletivos da casa; seja durante as refeições, lanches, nos momentos em que elas estavam lavando roupas, ou mesmo enquanto elas assistiam à televisão²⁹.

²⁹ As próprias funcionárias me informaram que mantém, na maioria das vezes, conversas importantes e pessoais com as mulheres em situação de rua no ambiente coletivo, o que não acontece em voz alta ou em uma mesa com várias mulheres, mas também não ocorre em uma sala privada. Dessa maneira, os papos ocorrem em algum “cantinho” do ambiente coletivo.

Chamo atenção para esse cenário, pois o considero característico da descrição do CIAM feita tanto por *Leila* quanto por *Luísa* em suas respectivas entrevistas. Para ambas, o equipamento é mais que uma casa, é um lar; um local onde elas se sentem seguras, à vontade para conversar, e encontram outras mulheres. Nas palavras de *Luísa*, “O CIAM é igual em casa, aquela falação de um monte de gente junta. É minha casa, minha vida”. *Leila*, por sua vez, afirma que também se sente em casa no local, que é muito bem tratada pela equipe e que não gosta de finais de semana, pois o CIAM não funciona e ela sente falta. Para ela, “O CIAM é um lar, é uma mãe acolhedora, é o lugar que eu mais me sinto bem e digo, de coração aberto e com a mente bem sóbria, me sinto segura aqui dentro”.

Esse reconhecimento do CIAM como casa e lar por parte das mulheres atendidas no local não foi exclusividade das falas de *Leila* e *Luísa*. Na verdade, por meio das observações realizadas tanto em 2021 quanto em 2022, foi possível compreender a relação das mulheres em situação de rua com o CIAM. *Ivone*, por exemplo, sempre que chega na casa observa minuciosamente se as plantas e as flores do local estão secas, muito molhadas ou precisando de poda; ela, inclusive, “chama atenção” da equipe do CIAM quando acha que as plantas e flores estão descuidadas. Esse cuidado demonstra a existência de um zelo peculiar com o CIAM por parte de algumas mulheres, como se, de fato, o local fosse um lar para elas.

Portanto, a primeira vez que presenciei, nas palavras de uma das mulheres em situação de rua, a “falação de um monte de gente junta” no CIAM, compreendi que naquele ambiente parecia haver certa harmonia entre o espaço, as funcionárias e as mulheres atendidas no equipamento – ainda que na cena presenciada houvesse apenas *Leci*. Enquanto escrevia no caderno exatamente tal percepção de harmonia no ambiente, levantei meus olhos em direção ao portão a procura de uma voz marcante que cumprimentava todos com um animado “boa tarde”. Era *Luísa*, a primeira mulher que, silenciosamente, me acolheu com seu olhar e permitiu-me conhecer um pouco a sua trajetória de vida.

3.2 Entre chegadas, partidas e banhos: os encontros

Acompanhada do meu caderno de campo, aberto desde o primeiro contato com as representantes do CIAM, preparei-me em silêncio para me deslocar ao campo pela primeira vez (maio de 2021). Estava ansiosa. As notícias sobre a pandemia de covid-

19, em maio de 2021, não eram as melhores, falava-se de uma nova variante do vírus sobre a qual não havia ainda muitas informações. Acrescido a isso, aumentava a minha expectativa em conhecer o CIAM, as mulheres atendidas pelo equipamento, as funcionárias e mesmo sua localização.

Tendo marcado com a coordenação minha chegada no local às 13h, durante a manhã do dia 13 de maio reli meu caderno de campo várias vezes, do mesmo modo que repassei mentalmente as entrevistas *online* realizadas com as funcionárias, na expectativa de ficar mais calma e, ilusoriamente, mais preparada para caminhar por um novo percurso da travessia desta pesquisa. Resolvi não almoçar, sem imaginar que, mais tarde, o tempo sem me alimentar, somado às experiências e encontros daquela tarde, teria como consequência vertigem e mal-estar quando saísse pelo portão do CIAM.

No final daquele dia, estando melhor e já em casa, recordei-me do que já havia lido em um texto de Peirano sobre a afirmação de Evans-Prichard de que o campo também está dentro de nós (Peirano, 2008 apud Evans-Pritchard, 1972) e, embora soubesse que meu mal-estar estava relacionado à falta de alimentação, naquele dia senti o campo ecoar dentro de mim, da mesma forma como aconteceria em outras ocasiões.

Ao chegar na área externa da casa, *Luísa* preencheu o local com sua voz e a introdução de várias conversas paralelas com todas as funcionárias que estavam no ambiente e também com *Leci*, a quem elogiou a roupa e perguntou se água do banho estava boa. Estando ainda de pé, conversando com todo mundo no local, ela olhou em minha direção e me disse um alegre “Oi, menina. Prazer, eu sou *Luísa*”. Respondi ao cumprimento, e ela elogiou meu nome, dizendo que era diferente e bonito.

Nesse mesmo instante, *Luísa* puxou uma cadeira e sentou-se, falando que tinha uma boa notícia para todas as presentes. Tratava-se dos encaminhamentos de sua casa popular que, segundo ela, estava para ser aprovada. A boa nova contada por ela foi comemorada por todas as funcionárias do local, e uma das assistentes sociais, aquela responsável³⁰ por acompanhar *Luísa*, aproximou-se dela de maneira

³⁰ Cada mulher atendida no CIAM é direcionada a uma técnica assistente social específica. Assim, a profissional é responsável por acompanhar a mulher e todas as suas solicitações, condições, vínculos

mais individual para saber de mais detalhes. Entretanto, durante as semanas seguintes, eu acompanharia o desgosto dessa mulher com a demora e a paralisação dos trâmites para a finalização do processo de requisição da moradia popular.

Estando ainda muito alegre com a possibilidade de voltar a ter uma casa, *Luísa* contava-nos seus planos para o dia da mudança, afirmando que convidaria todos do CIAM par ir até lá e também os seus amigos da rua. Mas tinha que ser cada grupo em um dia, pois o local era pequeno para reunir todo mundo. Chamou-me a atenção a consciência que ela tinha sobre a situação de rua e a própria condição de pobreza, pois, ao descrever sua felicidade com a casa própria, ela afirmou que conseguir ter uma casa era só o começo de voltar a ter um pouco de dignidade, visto que ela continuaria a ser pobre. Afinal, “o pobre não tem vez no país, imagina o pobre que dorme na rua. Nem trabalho eles dão pra gente. Aí fica difícil”, pontuou *Luísa*.

Essa consideração de *Luísa* remeteu-me à relação que esse grupo social possui com o trabalho que, por conferir historicamente identidade à sociedade na qual estamos inseridos (Silva, 2012), é um aspecto relevante também na vida da pessoa que está em situação de rua (Pinho; Pereira; Lussi, 2019). O trabalho ocupa centralidade tanto no contexto do desemprego, que é uma das principais causas que leva o ser humano ³¹ à situação de rua (Escorel, 1999), quanto no que diz respeito à precarização do trabalho, que contribui para a permanência nas ruas e favorece a manutenção da condição desse grupo social (Pinho; Pereira; Lussi, 2019).

Ao encontro disso, Valêncio *et al.* (2008) completa que os trabalhos precários desenvolvidos pelas pessoas em situação de rua são, na maioria das vezes, transitórios e irregulares, impedindo que elas possam alcançar autonomia financeira para “sair” da rua. Pinho, Pereira e Lussi (2019) ainda acreditam que esse cenário estabelece um padrão cíclico de trabalho temporário, que acaba por suprimir os direitos trabalhistas e o próprio direito ao trabalho dessa população.

Nessa direção, ao passo que existe a noção no senso comum de que a pessoa em situação de rua precisa trabalhar para conseguir deixar a vida nas ruas (Escorel, 1999; Prates; Prates; Machado, 2011), há também dificuldade para que essas

familiares, participação em programas sociais e tudo que envolva sua trajetória de vida. Essa abordagem é, inclusive, interessante de ser observada, pois reforça o vínculo das mulheres com o equipamento na pessoa de uma técnica; não sendo raro as vezes em que presenciei mulheres adentrando a casa já perguntando por sua técnica e querendo/aceitando falar só com ela.

³¹ Adiante, serão discutidas as causas que levam as mulheres à situação de rua e que, normalmente, são distintas às dos homens.

peças acessem vagas de trabalho formais. Assim, desenha-se um cenário que contribui para a permanência nas ruas, mesmo daquelas pessoas que, inicialmente, desejavam restabelecer os vínculos anteriores à situação de rua (Castel, 1993).

Em conversa com *Luísa*, ao longo do campo, ela revelou que acumula uma série de certificados profissionalizantes³², que vão desde curso básico de eletricista até estética (maquiagem), por exemplo. Contudo, ao perguntá-la se algum curso já abriu possibilidades de trabalho para ela, a resposta foi direta: “Não! Quem vai dar trabalho pra quem mora na rua, colega? Eles nem sabem quem somos, acham que somos tudo igual: os *nóia*, os que pede, os que rouba...”.

Essa fala de *Luísa* aponta para duas questões importantes, a primeira, que percebi logo no dia em que nos conhecemos, tem relação com sua articulação e militância em favor dos direitos da pessoa em situação de rua³³ e, a segunda, como consequência dessa articulação, é a riqueza de elementos presente na afirmação por ela.

Isso porque, de fato, há certa generalização no entendimento de quem é a pessoa em situação de rua. A própria denominação desse grupo parece confusa, o que, de alguma maneira, reforça a tendência de generalizar as características desse grupo social, ignorando a subjetividade dos indivíduos³⁴. Associar a pessoa em situação de rua à mendicância ainda é comum na atualidade, sendo que “mendigo” era a forma a mais comum de referenciar esses sujeitos no passado (Cunha, 1998; Silva, 2000; Stoffels, 1977), questão que faz com que os preconceitos sobre essa população perdurem até hoje (Eugenio, 2018).

Inicialmente aceita pela igreja Católica, a mendicância já fora vista como um incentivo à caridade, sendo o “mendigo” encarado de forma negativa, como aquele que pede esmola ao invés de trabalhar (Stoffels, 1977), fazendo com que a população em situação de rua herdasse tal estereótipo, mesmo quando não realiza essa prática. Afinal, “nem toda pessoa necessitada, [é] mendiga, e nem todo mendigo é uma pessoa

³² *Luísa* concluiu o Ensino Fundamental na turma EJA/CIAM em 2019, e está aguardando as aulas retornarem, por conta da pandemia, para ingressar no Ensino Médio, também em uma turma da EJA, porém em outro local, visto que a EJA do CIAM só oferta o Ensino Fundamental.

³³ Em apenas uma conversa rápida com *Luísa*, é possível perceber que se trata de alguém que conhece seus direitos como parte da população em situação de rua e luta por eles. De certa maneira, ela se posiciona naquela região, inclusive, como referência de outras pessoas na mesma condição, auxiliando quem não conhece os serviços públicos a acessá-los e reivindicando melhorias nas demandas ofertadas para quem está ou vive em situação de rua.

³⁴ Com isso, quero dizer que, por exemplo, nem toda pessoa que está em situação de rua é usuária de drogas; ou então que não é por estar nas ruas que automaticamente o sujeito não trabalha ou não mantém vínculos com seus familiares.

necessitada” (Serrano, 2004, p.13). Tanto que há casos de mendigos profissionais, que possuem residências fixas e utilizam a mendicância como meio de sobrevivência, fazendo das ruas apenas seu ambiente de trabalho (Stoffels, 1977).

Conheci três mulheres no CIAM, no primeiro ano de campo (maio a junho de 2021), que me contaram que *mangueavam* em alguns pontos fixos nas ruas – não utilizarei o termo mendigar por achá-lo estigmatizante e em respeito a uma dessas mulheres, que disse que se sentia “horrrível” quando alguém a denominava de mendiga. Duas delas afirmaram pedir apenas no horário do almoço, em pontos fixos (uma na esquina de uma padaria e outra na porta de um restaurante – ambos no centro de Belo Horizonte), e a terceira relatou-me ficar o dia todo no mesmo ponto (entre algumas lojas de roupas), indo embora apenas à noite, com a quantia ganha.

A questão de pernoitar na rua ou em abrigos foi algo que emergiu no campo diversas vezes e de distintas maneiras, possibilitando meu contato tanto com mulheres que, assim como *Leila*, optam por dormir em *malocas* quanto com aquelas que preferem ir para abrigos por acharem mais seguro.

Leci, por exemplo, ao sair do banho e se arrumar, começou a contar para uma das técnicas que estava desanimada de continuar pernoitando em um determinado abrigo da cidade, tendo, inclusive, na noite anterior, discutido com várias pessoas no local. Ela contava de embates que não estava mais disposta a encarar e, por isso, considerava passar a próxima noite na rua. A colaboradora que a escutava quis saber o motivo das desavenças no abrigo e orientou que *Leci* pensasse bem antes de voltar a dormir nas ruas, pois já era mês de maio e a tendência natural era o frio aumentar.

Escutando, ainda que indiretamente a conversa de *Leci*, *Leila* indicou outro abrigo para que ela tentasse passar a noite; advertindo-a, no entanto, quanto a algumas colegas que frequentavam o local e estavam indo a bailes funks mesmo na pandemia. Ainda segundo *Leila*, ela havia escutado que já havia 34 pessoas em situação de rua diagnosticadas com covid-19, mas que ninguém havia morrido. Ao que *Leci* completou afirmando e rindo: “nem o “corona” quer a gente”. Essa frase foi repetida diversas vezes enquanto estive no campo, sendo dita por diferentes mulheres em situação de rua.

[...] a gente, quando vai embora, vê pelas ruas máscaras jogadas, elas não usam a máscara fora do equipamento³⁵. É como se a pandemia existisse só dentro dos equipamentos e lá fora não. Elas relatam que elas não conhecem ninguém em situação de rua que teve o vírus e depois morreu. Então, é muito engraçado porque elas dizem que o “corona” não chega nelas. E elas atribuem isso ao uso do crack. (*Madá*, funcionária do CIAM).

Os comentários sobre a pandemia, aliás, eram frequentes no dia a dia da casa, compreendendo reclamações referentes ao uso da máscara dentro do equipamento e a impossibilidade de passar o dia no local. No que se refere às máscaras, foi comum ver as funcionárias ficarem, praticamente o dia todo, andando atrás das mulheres e pedindo que elas usassem a máscara corretamente; isso porque, ao ganharem a máscara na entrada, muitas mulheres, já dentro da casa, utilizavam-na abaixo do nariz ou mesmo “no queixo”, subindo-a apenas quando eram chamadas a atenção³⁶.

Por conta das restrições sanitárias, uma colaboradora informou que, na recepção da casa, já havia outras três mulheres para entrar na casa, informação que foi repassada para que *Leci* e *Leila* se atentassem ao horário, pois apenas cinco mulheres por vez podiam ficar no interior do local. Nesse momento, *Leci* se levantou e disse que iria apenas escovar os dentes, ao passo que *Leila* se direcionou ao vestiário para escolher suas roupas e tomar banho.

É preciso ressaltar, nesse ponto, que:

[...] Esse momento da escolha das roupas possui relevância para as mulheres atendidas na casa. É um instante no qual elas, muitas vezes, se divertem escolhendo as peças e interagindo com outras mulheres e com as funcionárias da casa. Interação que aconteceu comigo mesma desde o primeiro dia de campo, e seria um dos principais momentos de entrosamento meu com as mulheres atendidas no local (Notas do caderno de campo – 2021).

A antessala do vestiário, onde roupas, calçados e acessórios ficam organizados por tamanho e tipos, é um cômodo pequeno, porém um dos mais requisitados da casa; existindo algumas regras para seu funcionamento. A primeira delas dispõe que as mulheres só podem escolher roupas, calçados ou acessórios se tomarem banho e, além disso, elas só podem escolher a vestimenta para um dia, não podendo retirar peças que não forem utilizar naquele momento. Segundo uma das técnicas da casa,

³⁵ Diversas vezes o CIAM é chamado pelas funcionárias do local de “equipamento” ou “equipamento público”.

³⁶ Alerta que depois de alguns dias em campo eu também passei a fazer, especialmente, com as mulheres de quem eu já estava mais próxima.

tais diretrizes foram implementadas para evitar que as peças de roupas se tornem objeto de troca por drogas nas ruas³⁷.

Como apontado, a escolha das roupas se configurou, para mim, como o momento de maior interação que tive com as mulheres, uma vez que elas sempre pediam opinião – não só a mim – sobre uma peça de roupa ou outra. Logo, era rotineira a cena de mulheres entrando e saindo dessa sala com peças de roupas nas mãos, perguntando se os modelos e cores combinavam, se determinada peça ficaria grande ou se iriam sentir frio ou calor.

Não é possível, entretanto, generalizar que todas as mulheres atendidas no CIAM têm a mesma relação com as roupas e os processos de escolha. Na verdade, embora a maioria pareça desfrutar o momento, havendo até a necessidade de apressá-las para que outras mulheres possam adentrar a sala de roupas, há também aquelas que não se importam com as roupas, sendo sua prioridade somente o banho, o serviço mais procurado pelas mulheres atendidas no CIAM no ano de 2019, segundo a técnica *Ruth*, que também afirmou que esse era o momento em que as mulheres “recuperam, ainda que momentaneamente, um pouco de sua imagem sem a confusão causada pelo uso das drogas”.

Eu mesma, nos dias que estive no equipamento, presenciei muitas mulheres indo ao local apenas para o banho, sendo necessário que a equipe da casa insistisse para que elas se alimentassem, visto que não era raro encontrar mulheres que chegavam na casa sob o efeito de drogas. O primeiro caso que presenciei ocorreu ainda no primeiro dia do campo em 2021, quando *Leci* saiu pelo portão e foi liberada a entrada de mais três mulheres. Dentre elas estava *Ivone* que, assim que se encaminhou para área externa da casa, desequilibrou-se duas vezes, sendo amparada até o vestiário por uma funcionária que escolheu uma roupa para ela, enquanto ela tomava banho.

Foi a primeira vez – mas não a última – que senti certa dificuldade em saber como agir diante de uma mulher na situação de *Ivone*. Enquanto estava de cabeça

³⁷ As roupas usadas podem ter dois destinos na casa: o primeiro é descartá-las em uma grande lixeira ao lado do banheiro e o segundo é lavá-las para reutilização. A lavagem de roupas, no entanto, deve ser feita pela própria mulher interessada, sendo ela responsável por lavar, aguardar a secagem e depois levar consigo a roupa. O horário para essa atividade é sempre pela manhã, a partir das 09h, devendo ser agendado com as funcionárias, pois há só duas máquinas de lavar e um tanquinho elétrico na casa. As toalhas de banho são fornecidas pela casa e, assim que as mulheres as utilizam, são deixadas em local apropriado para serem lavadas por uma funcionária do CIAM, responsável somente pela lavanderia.

baixa, escrevendo algumas anotações no caderno, ouvi *Luísa*, com um tom de voz mais baixo, comentar com as outras duas mulheres que chegaram com o *Ivone*, que ela estava nesse estado havia três dias, mas que antes havia passado algumas semanas na casa de sua família. As técnicas, nesse momento, quiseram saber mais informações sobre o caso, e *Luísa*, depois de fornecer mais detalhes, encerrou o assunto em um tom mais alto de voz, dizendo que o que faltava para ela era amor e que, toda vez que ela voltava de casa, era a mesma situação.

Nesse sentido, é necessário compreender que a relação das pessoas em situação de rua com suas casas, familiares e com a própria rua pode ser distinta, existindo indivíduos que se assumem como “seres da rua”, considerando-a, portanto, seu espaço de moradia e vivência, e aqueles que desejam voltar aos vínculos familiares outrora rompidos. Ghirardi *et al.* (2005) afirma que é possível compreender o movimento desses sujeitos pelas cidades por meio da reflexão sobre o “ficar, estar e ser da rua”; sendo essa variação semântica a tradução do movimento que qualquer indivíduo em situação de rua percorre ao chegar nessa condição – indo do estado transitório ao permanente.

Dessa forma, o “ficar” nas ruas significa que os sujeitos ainda mantêm vínculos com alguma rede de suporte, encontrando e visitando parentes ou amigos, dormindo e fazendo refeições em dormitórios, albergues ou alojamentos e, por vezes, até conseguindo manter trabalhos temporários (Ghirardi *et al.*, 2005). Assim, temos *Leci*, que prefere dormir em abrigos, e *Ivone*, que transita entre a casa de seus familiares e as ruas.

A condição intermediária é “o estar nas ruas”, que representa a etapa na qual esses sujeitos começam a desfazer os vínculos que possuíam, desligando-se de laços de parentesco, de trabalhos informais e de outras formas de viver relacionadas à sua vida anterior e passando a se identificar, cada vez mais, com o cotidiano de quem vive nos espaços públicos (Ghirardi *et al.*, 2005). Porém, é necessário observar que, ainda nesse estágio, há por parte do sujeito a intenção de retornar para seus vínculos anteriores.

Esse estágio intermediário, por sua vez, é aquele no qual *Luísa* se encontra, e ao qual ela se identificou ao conversar comigo sobre a denominação das pessoas que estão nas ruas; afirmando que ela, embora esteja nas ruas há 42 anos, desde seus seis anos de idade, não se identifica como moradora de rua, visto o desejo de sair dessa condição. Para ela, que possui filhos e netos que residem todos em casas, sua

condição é fruto de diferentes acontecimentos que marcaram sua vida de forma trágica, de modo que, somado ao seu vício em álcool e crack, com o passar dos anos, ficou cada vez mais difícil sair das ruas. No entanto, *Luísa* afirmou em entrevista que

Tem quase três anos que eu não ponho cachimbo na boca. Eu faço aniversário de vida de saúde junto com a casa, todo mês de novembro eu comemoro meu aniversário e olha que o meu mês é outubro, hein? Mas é porque, com quase três anos, eu consegui ver a diferença, porque eu tive coragem de olhar para mim e dizer: “*Luísa*, você quer isso mesmo ou não? Porque se você não quer, você vai buscar aquilo que você quer” (*Luísa*, mulher em situação de rua).

A última variação semântica descrita por Ghirardi *et al.* (2005) sobre a identificação de quem está ou vive nas ruas diz respeito àqueles indivíduos que se identificam como “seres da rua”, sujeitos que já conhecem e estão, a certo ponto, adaptados ao modo de vida nas ruas, com suas regras e códigos. Geralmente, essas pessoas já estão há muitos anos nas ruas, reconhecendo-a, de fato, como seu espaço de moradia (Frangella, 2004).

Durante a minha estadia no campo de pesquisa em 2021 e 2022, não me encontrei com nenhuma mulher no CIAM que se identifica como “ser de rua”. A maioria das mulheres com quem conversei, assim como *Luísa*, desfilaram-se de seus lares, mas desejam retornar para casa, não sendo essa, necessariamente, o local anterior à sua saída para as ruas.

Compreende-se, assim, levando em conta as especificidades apontadas pela classificação de Ghirardi *et al.* (2005), que há variações na própria forma de existência desse grupo social nas ruas, corroborando a ideia de que é necessário empreender políticas públicas de forma a atender essa população sem generalizações, pois tal tendência leva-nos a conceber essas pessoas apenas como um problema social que deve ser eliminado das vistas da sociedade (Sotero, 2011).

Nessa perspectiva, Frangella (2004) considera que tanto a sociedade quanto o Estado aceitam a população em situação de rua nas cidades apenas como algo passageiro. Entende-se que, a partir do momento em que lhes é oferecida oportunidade para sair dessa situação e há a negativa, seja por escolha própria ou por não se enquadrarem nas alternativas que o Estado propõe, é como se essas pessoas passassem a não “merecer” mais a atenção do poder público, devendo ser eliminadas, sem que ninguém as reclame (Escorel, 1999; Sotero, 2011). Essa forma de enxergar a situação está relacionada à negação do modo de vida desse grupo

social, que faz com que esses indivíduos experimentem o que Dantas (2007) chamou de “não-cidadania”, como se houvesse, para essas pessoas, o indeferimento de seus direitos.

A maneira como são formuladas e executadas as políticas públicas destinadas a essa população nos revela, de algum modo, como o Estado concebe esses sujeitos, considerando-os, de fato, um infortúnio no contexto urbano social. E, nesse ponto, uma das formas de lidar com tal incômodo é invisibilizando aparentemente as pessoas em situação de rua dia após dia, seja por meio da inexistência de ações concretas que atendam o anseio dessa população ou mesmo pelas tratativas diárias, que violentam e rejeitam esses corpos em locais públicos. A saber, para a maior parte das instâncias governamentais, uma das formas mais rápidas de invisibilizar, aparentemente, as pessoas em situação de rua é “limpar” as cidades, escondendo esses sujeitos e retirando-os “de praças, pontos turísticos, parques, para, enfim, deixá-los longe dos olhos dos cidadãos tidos como pertencentes a um padrão social de “normalidade”” (Santana; Castelar, 2014, p. 361).

Assim, ao me referir à invisibilidade da pessoa em situação de rua, considero-a de forma aparente porque compreendo que essa população se torna invisível somente quando convém ao poder público e à sociedade, ao passo que sua presença no cotidiano social e individual produz o revés da invisibilidade, causando incômodo ou mesmo repulsa.

Padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral de Rua da cidade São Paulo, afirma, nessa direção, que a pessoa que está em situação de rua só é invisível na concepção de seus direitos; que é, justamente, onde ela precisaria ser vista (Invisíveis, 2020). Já em outras situações, como quando esses sujeitos adentram um *shopping* ou restaurante, por exemplo, a atenção se volta completamente para eles, havendo certa mobilização, ora velada ora declarada, para sua retirada das vistas de quem frequenta aqueles ambientes. É como se quem está em situação de rua não pudesse coexistir no mesmo espaço com outros cidadãos, sendo os primeiros relegados a locais onde sua presença não gere desconforto.

Para Sotero (2011), o Estado se vale, cada vez mais, de ações e projetos que retiram pessoas em situação de rua das vias públicas, encaminhando-as para albergues ou outras instituições sem ao menos contar com seu consentimento; situação que representa casos não isolados, é preciso ressaltar.

Essa perspectiva dos direitos da população em situação de rua, aliás, foi constantemente retomada pelas funcionárias do CIAM durante suas entrevistas, pois, segundo *Frida*, que já havia trabalhado com outros grupos sociais vulneráveis, “Nenhum outro grupo se assemelha às pessoas em situação de rua. Nós, enquanto funcionárias, vemos preconceito com essa população, inclusive em ambientes públicos que também deveriam resguardar os direitos dessas pessoas”.

Em uma de minhas conversas com *Luísa*, ela me perguntou: “o que mesmo é seu trabalho da faculdade?”. Ao responder que se tratava de uma pesquisa sobre o lazer no cotidiano delas, *Luísa* me interrompeu e exclamou: “Já ouvi falar mesmo que o lazer também é um direito nosso, né?”. Naquela altura, depois de algumas conversas com *Luísa*, seu conhecimento e curiosidade não me surpreenderam, mas fiquei apreensiva com a possibilidade de ouvir outros questionamentos vindos dela a respeito das ações públicas no âmbito do lazer e sua relação com a população em situação de rua, por exemplo. Pergunta que não aconteceu, mas que poderia, perfeitamente, ser elaborada por ela.

O questionamento de *Luísa* sobre minha pesquisa e o conhecimento dela sobre o lazer como um direito de todos me deixaram apressada para “começar” a enxergar o lazer naquele ambiente ou, ao menos, introduzir algumas conversas a respeito das práticas de lazer daquelas mulheres. Entretanto, quanto mais eu direcionava o meu olhar à “procura do lazer”, menos eu conseguia enxergá-lo; até porque, de certa forma, era como se eu estivesse procurando o que, pela minha experiência, eram/são práticas de lazer e não observando o que emergia naquele meio, como descrito no trecho a seguir:

[...] Duas mulheres que pareciam amigas passaram uma hora dividindo o espelho e arrumando uma o cabelo da outra e depois testando maquiagem. Tendo ido embora, porém, sem estarem maquiadas. E quando uma funcionária perguntou por que tiraram, uma delas respondeu que não gostava de ir para rua maquiada, mas que amava maquiar e ver como ficou. “É legal”, nas palavras dela. (Notas do caderno de campo – 2021).

Assim, o fato de essas duas mulheres, a meu ver, se divertirem e relaxarem enquanto testavam maquiagens uma na outra configurou-se como um primeiro *insight* de como poderiam ser as práticas e experiências de lazer presentes naquele tempo-espaço do CIAM. Portanto, com o tempo, compreendi que, também nas frestas ou em situações que aparentemente não faziam sentido para mim, o lazer poderia estar

presente. Isso porque ele precisa ter sentido para as pessoas que o desfrutam, e nós “precisamos reconhecer, legitimar, incentivar e valorizar as vivências de lazer criadas pelo próprio sujeito e pela comunidade” (Gomes; Pinheiro; Lacerda, 2010, p. 21). Por isso, considero que aquele momento das duas mulheres se maquiando, de algum modo, favoreceu que eu deixasse meu olhar mais livre para a observação daquilo que nem sempre fará sentido para mim por conta de minhas experiências pessoais.

Terminado o momento do banho de *Ivone*, que havia chegado na casa sob efeito de álcool, ela se sentou perto de onde eu estava para almoçar. Tímidas, nos cumprimentamos. Logo *Luísa* se deslocou para a mesa em que *Ivone* estava; passando a incentivá-la, junto com outra técnica, a comer mais – visto que ela insistia em já ir embora sem ter se alimentado direito.

Enquanto a cena descrita acima acontecia, outras duas mulheres que entraram no CIAM junto com *Ivone* estavam no banho, cantarolando música sertaneja e conversando, cada uma em seu box. Havia no local quatro mulheres, sendo que o limite era cinco, em ocasião das restrições sanitárias. Então, *Mabel* informou que havia mais duas mulheres para entrar, de modo que era necessário que *Luísa* saísse. Essa, por sua vez, lamentou e perguntou para a técnica *Frida*, que estava mais perto dela no momento, se não havia previsão para encerrar tais restrições, pois todas as mulheres estavam reclamando de não poder ficar mais tempo na casa para descansar e ficar fora da rua. Para a alegria expressa de *Luísa*, *Frida* informou que a Secretaria de Saúde iria convocar uma reunião para discutir maior flexibilidade no atendimento do CIAM e que, em breve, poderia haver boas novas.

Estando já no corredor que dá acesso ao portão de entrada/saída na casa, observei *Luísa* indo embora e *Leila* e *Pagu* chegando. Essa cena me chamou atenção, pois, enquanto *Luísa* foi amistosa com *Pagu*, cumprimentando-a normalmente; *Pagu* virou o rosto para não ter que encará-la. Embora não fosse o suficiente para confirmar a existência concreta de um conflito, essa ação, de alguma forma, indicava a possibilidade de rugas na relação entre aquelas mulheres, situação que ainda não havia presenciado no local.

Entretanto, logo que *Leila* entrou e fui apresentada a ela por uma funcionária da casa, lembrei-me de um apontamento feito nas quatro entrevistas com as

colaboradas do CIAM, que me haviam alertado da existência de alguns conflitos entre as mulheres trans – como era o caso de *Leila* – com as mulheres cis. Segundo os relatos das funcionárias da casa, esses conflitos relativos à questão de gênero, normalmente, são iniciados pelas mulheres cis que, mesmo prezando por um bom convívio com as trans no interior do equipamento, não concordam com o uso da casa por essas mulheres. Essa situação, conforme apontou a colaboradora *Madá*, melhorou consideravelmente após algumas rodas de conversas que fizeram parte da atividade “Café com Elas”, pois houve alguns dias nos quais a temática do encontro foi ‘gênero’.

Nos dias seguintes ao primeiro dia de campo (de maio a junho de 2021), já havendo conversado tanto com *Leila* quanto com *Luísa*, soube por ambas que, de fato, conforme desconfieei, existia um ruído na relação entre elas, atravessado diretamente pela questão de gênero, sendo que, nos argumentos de ambas as mulheres, havia pontos interessantes que apontam perspectivas diferentes, sem indicar posição certa ou errada. Para *Luísa*, por exemplo, as mulheres trans não deveriam frequentar o CIAM, pois, em Belo Horizonte, há uma casa destinada somente para pessoas LGBTQIAP+³⁸, não havendo necessidade dessas mulheres também fazerem uso do CIAM.

[...] eu não tenho preconceito nenhum, colega. Mas acho que elas querem tudo também; já tem a casa para elas, então para que ficar vindo aqui? Eu me resolvo com elas. Mas tem outras mulheres que não gosta, que não gosta de ir tomar banho quando uma delas está lá. Eu também tinha a cabeça mais fechada, mas agora entendo o que a *Madá* explicou na roda de conversa sobre as trans, só que ainda acho que elas deveriam procurar o lugar delas que tem, porque se não tivesse, eu ficava calada (*Luísa*, mulher em situação de rua).

Já para *Leila*, o CIAM é “[...] o melhor local para nós trans aqui na cidade. Eu não vou deixar de vir por causa de umas e outras. Eu me sinto bem aqui e isso dela é implicância por eu ser trans e é aí que eu desfilo meu corpo para ela mesmo”. Essa fala de *Leila* foi em resposta a uma pergunta que fiz a ela no dia em que ela falava com as técnicas do CIAM sobre a urgência das rodas de conversas retornarem, pois alguns assuntos precisavam ser ditos de novo. Nesse dia, questionei *Leila* sobre sua

³⁸ A casa a qual *Luísa* se refere é o Centro de Referência LGBT, vinculado à Prefeitura de Belo Horizonte. Esse local, embora tenha serviços similares ao do CIAM, como atendimento psicossocial e atividades culturais, não se estrutura como um espaço no qual as pessoas podem tomar banho e se alimentarem, por exemplo.

relação com as outras mulheres da casa e, antes que eu completasse a pergunta incluindo a questão do gênero, ela apontou que seu único problema no CIAM era com *Luísa*, que se achava “dona da casa e da rua” e implicava com ela por ser uma mulher trans.

[...] A gente tem conflitos pontuais das meninas cis com as meninas trans, uma vez que elas tomam banho no mesmo banheiro, embora em box separados. Mas tem uma exigência das meninas cis de que as meninas trans não façam parte desse processo do banho, sabe? (*Madá*, funcionária do CIAM).

[...]Tem mulheres que falam que teria que ter um banheiro separado para as mulheres trans e a gente tenta trazer pra elas: mas elas não são mulheres também? A gente devolve perguntas para elas poderem pensar mesmo nessas configurações de mulheres que existem. Porque a gente tá aqui não para segregar, mas para unir todas (*Frida*, funcionária do CIAM).

[...] As mulheres não gostam tanto, as cis, né? Porque elas falam que as trans querem ser mulheres e não são. E a cis entende só o corpo, só veem o corpo e não conseguem compreender a mente, entende? Essa é uma dificuldade. Então, assim, eu não vejo as trans terem dificuldades aqui dentro com as mulheres cis, mas vejo as cis com muita dificuldade de vivência com as trans. Uma dificuldade de conviver (*Mabel*, funcionária do CIAM).

Os apontamentos feitos pelas funcionárias do CIAM vão ao encontro das falas de *Leila* e *Luísa* e retratam muito bem o conflito existente entre as interlocutoras da pesquisa. Além disso, reforçam a concepção e os preconceitos contra os corpos transgêneros – representados no CIAM pelas mulheres trans e travestis – que, na perspectiva de Podestá (2019), são corpos que não poderiam existir, mas existem, ainda que tomados como abjetos, ininteligíveis (ontológica e epistemologicamente) e ilegítimos (política e normativamente).

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual — e em virtude do qual — o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida (Butler, 2010, p.155).

Dessa maneira, quando *Leila* diz que reconhece “a implicância” de *Luísa* com ela como algo relacionado ao fato de ela ser uma mulher trans e, sabendo disso, ela “desfila seu corpo para ela”, acredito que essa mulher esteja, de certa maneira,

reivindicando o direito de seu corpo existir; mesmo ciente de que esse corpo é alvo de violências por ser diferente daquilo que é reconhecido como normal.

Nessas circunstâncias, assim como no interior do CIAM, o ano de 2023 assiste a uma acirrada discussão relativa à garantia de acesso de mulheres e homens trans a banheiros públicos a partir do gênero com o qual se identificam. Há, inclusive, um projeto de legislação federal, que está parado há sete anos no Supremo Tribunal Federal e trata dessa questão (Martins, 2023). Um dos motivos principais da paralização do processo é o argumento de que o acesso livre a banheiros pode representar riscos – como atos de assédio e estupros cometidos por desconhecidos – para meninas e mulheres cisgênero; argumentação que parece não levar em conta, que 84,1% dos casos de estupro registrados no Brasil, no ano de 2020, foi cometido por criminosos conhecidos da vítima, sendo estas pessoas de sua confiança ou familiares (Brasil, 2020).

Ademais, para Luanda Pires, presidente da Comissão de Direito Antidiscriminatório do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), este argumento de que o acesso livre a banheiros pode representar riscos às mulheres cisgênero, também revela a existência de um estigma de que toda a população trans é formada por potenciais pedófilos e/ou estupradores (Martins, 2023).

Dentro do CIAM, a equipe trata esse assunto – relações de gênero – de maneira dialógica, realizando rodas de conversa³⁹ sobre a temática, de modo que todas expressem suas opiniões. E, a partir desses momentos, são construídas novas perspectivas sobre a questão, sempre prezando pelo respeito a todas as mulheres. Segundo *Mabel* (funcionária do CIAM), embora seja difícil para as mulheres cis essa convivência com as mulheres trans, a relação entre elas melhorou consideravelmente após as rodas de conversas, havendo diálogo entre as partes, o que outrora não existia. *Luísa* mesmo me contou que modificou a forma como chamava as mulheres trans, pois aprendeu que falar “o travesti” era incorreto e que deveria utilizar ou o termo mulher trans ou, se a mulher se reconhecer como travesti, chamá-la de “a travesti”. Ela ainda reiterou, nesse mesmo diálogo comigo, que respeitava todas as mulheres trans, mas que continuava não concordando com o acesso ao banheiro do CIAM.

³⁹ Não consegui presenciar nenhuma roda de conversa que acontecia dentro da atividade “Café com Elas” nos períodos em que estive no CIAM tanto no ano de 2021 quanto em 2022. No primeiro campo, a atividade estava suspensa em ocasião das regras sanitárias relativas à pandemia e, no segundo ano de campo, essa atividade ainda não havia retornado por conta da redução no número de funcionárias (o que será relatado no capítulo 4).

Não tenho a intenção, neste trabalho, de aprofundar o debate e as perspectivas das correntes que defendem ou são contrárias ao uso do banheiro público de acordo com o gênero com o qual a pessoa se identifica. Isso porque acredito que a visão de *Luísa* sobre o acesso ao banheiro do CIAM, bem como a reivindicação das mulheres trans relativas a essa pauta no Brasil, está longe de ser uma questão simples e oferecer certezas em seu bojo, muito embora eu concorde que tal pauta necessita ser debatida e regulamentada o quanto antes em nosso país.

3.3 A mulher em situação de rua

A chegada de *Pagu* e *Leila* na casa se assemelhou à de *Luísa*, sendo uma presença que, de fato, preenche o ambiente e integra todos em um mesmo papo em função das conversas com essas duas mulheres. Havendo ainda duas mulheres tomando banho, tanto *Pagu* quanto *Leila* resolveram lanchar primeiro, acomodando-se na mesa ao lado de *Ivone*, que estava aparentemente melhor e conversava individualmente com sua técnica.

Leila perguntou em voz alta o que havia sido servido no almoço e, ao ser respondida, afirmou não ter perdido nada, pois naquele dia havia almoçado em um restaurante vegano, depois de abordar duas meninas que pagaram pelo seu almoço. Nesse momento, a técnica *Madá* questionou se ela estava conseguindo manter sua alimentação vegana, ao que *Leila* respondeu que não, pois era mais difícil estando na condição de rua.

Depois de alguns dias de convívio com *Leila*, quis saber mais sobre suas opções alimentícias. Tratava-se mais de curiosidade, confesso, relacionada, possivelmente, ao preconceito de que determinadas escolhas não devem ser de alcance de alguns grupos sociais, do que de interesse propriamente dito sobre o veganismo ou vegetarianismo pretendido por aquela mulher. *Leila* me contou que sua escolha tem relação com a causa animal e que se ela pensar muito, ela acaba não comendo carne, porém, com a vida que leva nas ruas, ela opta por comer em alguns dias, pois sabe que seu organismo fica mais satisfeito com a ingestão de carnes.

Enquanto lanchava, *Leila* perguntou a uma funcionária da casa, como *Ivone* havia chegado no CIAM, pois ela soube na rua que ela estava *virada* há três dias e tinha ficado preocupada de ter sofrido algum tipo de agressão. Essa fala de *Leila* me fez recobrar, naquele instante, um dos motivos pelos quais hesitei em optar pelo

recorte de gênero nesta pesquisa, uma vez que encarar a realidade de perto de mulheres que sofrem diversos tipos de violência era e, ainda é, um desafio imensurável. Isso porque o olhar de uma mulher agredida torna-se um espelho que nos lembra, como mulheres, que poderíamos ser nós, nossas irmãs, mães, avós e filhas.

A violência contra as mulheres é um dos marcadores do processo de desfiliação dessas mulheres de suas casas, enquanto, para os homens, a situação de rua ocorre como um desfecho do desemprego, somado à perda de outros vínculos sociais. Dessa forma, as mulheres voltam-se para as ruas, normalmente, como “solução” inicial para alguma situação de violência (De Antoni; Munhós, 2016) ou para sanar alguma insatisfação em seu espaço doméstico (Rosa; Brêtas, 2015). Nessa direção, para essas e outros autores (De Antoni; Munhós, 2016; Biscotto *et al.* 2016), por terem “chego” às ruas como escape de um problema maior, a maioria das mulheres não possui vontade de retornar ao local onde residiam anteriormente, o que ocorre de maneira contrária em relação aos homens, que mantêm vivo o desejo de recuperar suas “vidas perdidas” (Rosa; Brêtas, 2015).

A não vontade das mulheres em situação de rua de retornar para casa, nesse caso, parece estar ligada exatamente às marcas anteriores trazidas em seus corpos físicos e/ou emocionais, que as impedem de retornarem para o ambiente no qual sofreram algum tipo de violência ou não estavam felizes. Na pesquisa de Rosa e Brêtas (2015), por exemplo, as mulheres em situação de rua relataram o desejo de sair das ruas, mas somente se fosse para construir um novo lar, o que, na perspectiva de Azevedo (2013), pode significar uma experiência de “construção” de si mesmas.

Ao encontro disso, Sarmiento e Pedroni (2017) pontuam que os corpos das mulheres que estão nas ruas experimentam uma “dupla exclusão”, visto que, além de sofrerem todos os preconceitos e violências, assim como os homens em situação de rua, ainda estão sujeitos a violações e abusos estruturais tocantes à dominação masculina que, historicamente, tem mantido e compreendido as mulheres como colônias, ou seja, territórios de saqueio dos quais se extraem diferentes riquezas por meio da violência (Mies; Thomsen; Welhof, 1988). Esse entendimento é corroborado por Gago (2020), que acrescenta que, por ser um território de conquistas, os corpos das mulheres são explorados de modo colonial e heteropatriarcal, reforçando a domesticação das mulheres, tidas como seres “de casa”, enquanto o homem continua sendo “o provedor” que sai às ruas.

Na concepção de Damatta (1987), a dicotomia “casa” e “rua” representa mais do que espaços geográficos, sendo entidades morais e esferas de ação social nas quais há diferentes domínios culturais institucionalizados. Por isso, embora diferentes, “a casa” e “a rua” são indissociáveis (Safiotti, 2004), sendo a rua um local político, público e um espaço de sociabilidades e exercício da cidadania, ao passo que a casa é representada como um espaço doméstico, um local privado que abriga as individualidades (Aboim, 2012).

Tais delimitações influenciaram, ao longo dos séculos, as funções sociais de homens e mulheres na sociedade. O homem, entretanto, pode trafegar nos dois ambientes – casa e rua – livremente, em oposição às mulheres, que tiveram (e algumas ainda têm) sua presença reduzida à esfera doméstica da casa como local de existência (Sanhotene; De Antoni; Munhós, 2019). Construído historicamente, esse cenário está em constante mudança – não sem luta, destaque – embora ainda esteja envolto por ações e intenções consequentes do exercício patriarcal e de suas relações de poder.

Não por acaso, a mulher que está em situação de rua tende a receber menor entendimento quanto à sua condição do que os homens, visto que a rua continua sendo um espaço não destinado a elas (Silva, 2017b), independentemente de sua classe socioeconômica; havendo, por isso, particularidades que somente a mulher em situação de rua vivencia, tendo em vista que está sujeita a diversas imposições sociais.

Nessa direção, durante a entrevista com *Luísa*, ela relatou que, embora possua uma casa herdada de sua falecida mãe, na qual mora uma de suas filhas, recusa-se a residir no local por conta do histórico de violência sexual sofrido na casa. Por isso, *Luísa* revela que está no processo de conseguir uma casa popular sem vínculo nenhum com a moradia anterior. Ela afirmou que, mesmo desejando que sua casa popular saia logo, tem muito zelo por sua *maloca*, localizada na Praça Rio Branco – em frente à rodoviária pela qual eu passava todos os dias em meu deslocamento para o CIAM.

Por mais infortúnios que haja na vivência ou estadia nas ruas, Andrade, Costa e Marquetti (2014) afirmam que a rua parece ter um “ímã” que impede as pessoas de deixá-la. Uma das atrações que contribuem para a estadia nas ruas, sem dúvidas, são as drogas, fato corroborado nos estudos de De Antoni e Munhós (2016) e de Rosa e Brêtas (2015) que, também apontaram que, depois dos relatos de violência doméstica

e abuso sexual, é justamente o uso abusivo de drogas um dos principais motivos de mulheres saírem de suas casas, uma vez que as drogas,

[...] gradualmente, deterioraram seus vínculos familiares; comprometeram sua responsabilidade em relação ao trabalho, estudo, cuidado aos filhos; deixaram-nas mais expostas à violência e à criminalidade; além de mais vulneráveis a doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e prostituição. O vício em drogas criava um ciclo que se retroalimentava e, progressivamente, degradava as condições de vida da mulher (Rosa; Brêtas, 2015, p. 278).

Nesse sentido, ao chegarem à situação de rua, tal ciclo de dependência química e desvinculação dos laços aumenta, até o ponto no qual o consumo de drogas passa a representar, nas palavras de Souza e Fortini (2010),

[...] a possibilidade de enfrentar a vida perante as dificuldades em lidar com os obstáculos que a mesma apresenta. A droga aqui, não é apenas um consolo, mas a forma que encontraram de continuar a preservar as suas próprias vidas, mesmo que esta se configure como uma vida assujeitada e alienada; a droga se configura como o que resta das suas vidas, sob a qual, a suas subjetividades se inscrevem” (p. 18).

Semelhante a essa perspectiva, *Leila* contou-me que, muitas vezes, faz o uso abusivo de drogas, pois “quando paro para pensar na vida sóbria, nem consigo, preciso me esquecer”. Contudo, ela também tem consciência e me revelou ter receio de estar sempre ‘*noiada*’, por ser uma mulher que se identifica como negra e trans; uma vez que ela entende que seu corpo tende a sofrer mais violações “por não ser o corpo padrão desejado, mas é o corpo que tenho e eu respeito ele”.

O estado físico e emocional consequente do abuso de drogas geralmente faz com que essas pessoas deixem de se preocupar com higiene, descanso e mesmo alimentação, ficando à mercê da dependência química (Rosa; Brêtas, 2015), o que potencializa, segundo essas autoras, situações graves de violência “entre os próprios usuários de droga, entre os traficantes e usuários e entre os usuários e policiais” (2015, p. 279).

Essa afirmação que vai ao encontro de um relato feito por *Luísa* sobre “trazer na marra”, junto de outros colegas, uma mulher em situação de rua que fica na mesma praça que ela, para tomar banho no CIAM, pois ela chega a ficar semanas sem se higienizar. *Luísa* ainda pontuou em entrevista que

[...] as meninas não tão preocupadas com nada, se acomodou com a situação e, quando a pessoa se acomoda, ela simplesmente perde o sentido de querer alguma coisa, e entra mais nos vícios. E olha que tem umas que nem viciadas é, mas que não quer mesmo fazer nada, entendeu? Porque até estando no vício, eu lembro que eu usava muita droga mesmo, mas eu tomava banho todo dia, me preocupava em comprar minha higiene (*Luísa*, mulher em situação de rua).

Essa observação de *Luísa* remeteu-me ao estereótipo das pessoas em situação de rua como sujeitos “sujos”, que precisam de banho e devem ser retirados das vistas da sociedade, concepção que ajuda a reproduzir o discurso higienista que “rotula e propaga o estigma do morador de rua sempre associado à sujeira que deve ser jogada para debaixo do tapete” (Mattos; Ferreira, 2004, p. 4). A “sujeira” atribuída a essa população, além de influenciar ações de remoção dessas pessoas das ruas como forma de “limpar a cidade” (Mattos; Ferreira, 2004), ainda corrobora, de acordo com Minayo (2006), dois tipos de violência: a institucional e a estrutural.

A autora considera que a violência institucional é aquela que ocorre nas próprias instituições que deveriam ser preparadas para receber as pessoas em situação em situação de rua. Contudo, por meio das normas de funcionamento, regras e relações burocráticas e políticas, esses locais acabam reproduzindo as injustiças sociais que essas pessoas sofrem nas ruas (De Antoni; Munhós, 2016).

Nesse sentido, Tiradentes (2007) sinaliza que metade das mulheres em situação de rua compreende o albergue como um local onde sua liberdade é tomada. Tal apontamento que vai ao encontro das falas das mulheres participantes dos estudos de Biscotto *et al.* (2016) e de Rosa e Brêtas (2015), que confirmam a rigidez das regras dessas instituições.

As mulheres que utilizam abrigos ou albergues, com quem conversei até este momento do campo, não me relataram grandes conflitos com esses locais, sendo apenas observado por elas a forma diferente como são tratadas nesses equipamentos em comparação com o CIAM. *Leila*, por exemplo, faz questão de falar, em alto e bom tom – como já fizera algumas vezes na minha presença – que ama o CIAM, pois as profissionais não fazem distinção por ela ser mulher trans, o que, em outros abrigos, é uma questão para os próprios funcionários que, muitas vezes, não respeitam nem o pronome de tratamento, utilizado o pronome masculino para se referir a ela ou falar com ela.

Tanto *Leila* quanto *Luísa* relataram que um dos principais diferenciais do CIAM é contar com uma equipe formada apenas por mulheres, o que, segundo as

entrevistadas, é uma marca fundamental na casa e, por esse motivo, nas palavras de *Luísa*, “o CIAM é mesmo a casa das mulheres, onde a gente chega e tem pessoas para conversar, nos ouvir e ajudar a esquecer um pouco da rua”. Concepção similar aparece na fala da técnica *Madá*, que reconhece o significado do CIAM para as mulheres, pois, segundo ela, o local “faz esse papel do intervalo, intervalo da rua, das drogas. É o tempo das mulheres estarem distantes do que elas vivem cotidianamente”.

Não à toa, *Madá* considera que a pandemia foi prejudicial de forma superlativa para as mulheres que frequentam a casa, pois, por conta das regras sanitárias, o local não pôde ter mais do que cinco mulheres em situação de rua reunidas em seu interior. Essa situação fez com que ficasse suspensa a estadia prolongada das mulheres na casa, sendo indicado que elas utilizassem somente alguns dos serviços e depois saíssem, para que outras pudessem usufruir do local.

[...] A demanda maior de quando elas chegam lá, é uma demanda que na pandemia nós não podemos atender, que é a demanda do descanso, que é exatamente isso do intervalo, do sair da rua, sair daquele movimento, se afastar do barulho e poder descansar seus corpos (*Madá*, funcionária do CIAM).

[...] Eu acredito, por exemplo, que no CIAM elas têm um intervalo para fazer as coisas. Na segunda-feira, vamos fazer uma atividade com elas, que elas consideram lazer, que elas podem estar totalmente ali, não precisam estar em alerta, elas podem... Como foi dizer? Baixar a guarda quando estão aqui dentro (*Madá*, funcionária do CIAM).

Os apontamentos feitos por *Madá* foram os primeiros no qual o descanso figurou como uma prática satisfatória e essencial para as interlocutoras desta pesquisa e também onde o lazer esteve presente na fala de uma das funcionárias, sendo a atividade apontada por *Madá*, no trecho de sua entrevista acima, uma roda de conversa entre algumas mulheres. Esse relato sinalizou outra prática social importante, que seria posteriormente expressada como basilar para o lazer das mulheres em situação de rua: o fazer coletivo, a sociabilização.

Ao encontro disso, *Leila* e *Luísa* apontaram que, em ocasião das restrições sanitárias relativas à pandemia, o que elas mais sentiam falta no CIAM eram, exatamente, as atividades coletivas realizadas na casa. Para *Leila*, esses momentos compreendiam as rodas de conversas do “Café com Elas”; já *Luísa* ressaltou a possibilidade de realizar trocas de conhecimento.

[...] porque é o momento que eu estou ali para aprender e posso também tá ensinando; é troca de sabedoria, é um aprendizado. A rua pode tirar tudo da gente, mas não pode tirar o aprendizado. É igual estar em situação de rua, não é que a rua está em você, né? Tem muita gente que deixa a rua estar neles, não consegue digerir o “bagulho”, a bagunça. Eu não, eu já estou na situação, não deixo a situação viver para mim, porque, se eu deixar a situação entrar dentro de mim, eu vou ficar igual a situação. Aí eu vou ficar igual algumas mulheres que estão por aí, submersa a tudo, aceitando que a polícia venha bater, que a polícia venha espancar, que os abrigos maltrate elas. Eu não. Por isso gosto de aprender e conversar com vocês, com mais gente, para não ficar nesse mundo que você aceita tudo (*Luísa*, mulher em situação de rua).

O final da fala de *Luísa* aponta para o debate acerca da violência institucional que transcorre em alguns equipamentos públicos destinados a mulheres em situação de rua. Nessa perspectiva, Minayo (2006) chama atenção para aquela violência que acontece “do lado de fora”, quando os serviços públicos são negligenciados ou negados para a pessoa em situação de rua. Geralmente, isso ocorre nos serviços de saúde, seguridade social e segurança pública, uma vez que a violência está presente desde a inadequação no atendimento a essas pessoas, até a falta de qualidade durante os atendimentos (De Antoni; Munhós, 2016). De acordo com Chauí (1995), esse tipo de violência institucional manifestado na negação de serviços públicos, pela condição vulnerável em que a pessoa está, faz parte de um processo capaz de converter o diferente em desigual, colocando-a como inferior, condição que *Luísa* rejeita, o que fica explícito em sua fala.

Entretanto, como mencionado por algumas funcionárias do CIAM, *Luísa* é uma exceção na casa, visto que, em muitas vezes, as mulheres em situação de rua chegam até o local, por exemplo, pedindo que alguma profissional as acompanhe em outro órgão público – na maioria das vezes em postos de saúde – para que ela possa ser atendida. Isso porque, quando elas vão sozinhas, normalmente, as mesmas são ignoradas ou sofrem violência verbal, conforme a relatada por *Leila*, que contou ter presenciado o recepcionista de um posto médico mandar sua amiga ir tomar banho e, só depois disso, voltar para ser atendida.

Nesse sentido, especificamente no tocante à população em situação de rua, há diversas faces da violência estrutural que contribuem para a formação da imagem dessas pessoas, que vai desde a total indiferença, passando pela repulsa, até chegar à violência física (Mattos; Ferreira, 2004). Essa última, muitas vezes, justificável a partir da premissa de que a pessoa em situação de rua configura-se como ameaça à segurança pública (Mattos; Ferreira, 2004; Kunz, 2012). Além disso,

quanto mais escura for a cor de sua pele e quanto mais sua aparência estiver permeada pelas condições associadas com o habitar a rua (maltrapilho, descalço, sem higienização do corpo, barba por fazer, sem documento), mais potentes então serão os abusos de poder cometidos contra esse sujeito (Kunz, 2012, p. 104).

Em entrevista com *Luísa*, ela afirmou que a condição de rua faz com ela sofra violência policial todos os dias, “verbalmente, fisicamente e moralmente. O que fica mais dolorido na polícia é que eles falam o tempo todo que “eles não trabalham pra maloqueiro” e eu não me vejo como uma *maloqueira*⁴⁰”. Para essa mulher, a violência vinda da sociedade em geral é ainda mais desprezível do que a policial, pois, em suas palavras: “me descapacita, me fazem não acreditar em mim”. Ao encontro do que fora dito por *Luísa*, *Leila* também reforça a violência nas ruas. Segundo ela: “Você tá passando no centro e ouve: “é aquela ali mesmo” ou, às vezes, você está num canto dormindo e eles chegam. Outro dia eu estava dormindo na Rio Branco e chegou um grupo de alcoólatras que saiu me arrastando”.

As pesquisas de Biscotto *et al.* (2016), Sarmiento e Pedroni (2017), e Rosa e Brêtas (2015) evidenciaram que a maioria das mulheres em situação de rua já sofreu tentativa ou foi estuprada durante sua permanência nas ruas, o que ocorreu, principalmente, quando elas começaram suas trajetórias de vida nas ruas em idade juvenil (Biscotto *et al.*, 2016). Como o abuso sexual representa uma realidade, a vivência das mulheres nas ruas é permeada de estratégias para diminuir ou evitar tais violações.

A primeira delas e mais comum é a vinculação da mulher a uma figura masculina nas ruas (Sanhotene; De Antoni; Munhós, 2019; Tiene, 2004). Segundo Tiene (2004), na maioria das vezes, essa vinculação não ocorre por escolha própria, havendo casos de relações violentas entre os próprios pares que se formam nas ruas. Dessa forma, há mulheres que se relacionam com parceiros também em situação de rua apenas para se protegerem de casos de violências física e/ou sexuais de homens estranhos e também por medo dos antigos parceiros, de quem, possivelmente, já sofreram agressões no núcleo doméstico ou mesmo já na condição de rua (Sanhotene; De Antoni; Munhós, 2019).

⁴⁰ Quando *Luísa* diz que não se vê como maloqueira é porque ela entende esse termo como pejorativo, referente a quem comete pequenos furtos e não a quem mora em *malocas*, como é o caso dela.

Contrariamente às autoras supracitadas, a pesquisa de Rosa e Brêtas (2015) identificou que existem mulheres que não se relacionavam com homens nas ruas com o intuito de que eles as protegessem, mas somente quando havia desejo. Pois, para as entrevistadas, para proteção elas investiam na amizade (Rosa; Brêtas, 2015). Essas mulheres ainda relataram que seus relacionamentos amorosos ou sexuais somente aconteciam quando se sentiam atraídas ou eram conquistadas.

A segunda estratégia de proteção da qual, normalmente, as mulheres que estão nas ruas se valem é a união entre as próprias mulheres em situação de rua. Esse vínculo, muitas vezes, corresponde à configuração mais próxima de laço familiar que elas possuíam (Sanchoetene; De Antoni; Munhós, 2019). Nesse ponto, as observações feitas no CIAM permitiram-me visualizar tais laços de perto, identificando alguns casos de mulheres que se consideram irmãs, demonstrando preocupação e cuidando umas com as outras.

Por último, sobre a sobrevivência das mulheres nas ruas, há aquelas que realizam sua própria proteção, sem vinculação nem com a figura masculina, nem com outras mulheres em situação de rua (Sanchoetene; De Antoni; Munhós, 2019). Em alguns casos, essas mulheres revelaram portar algum tipo de arma branca para garantir sua segurança (Biscotto *et al.*, 2016).

Esse comportamento, para Sanchoetene, De Antoni e Munhós (2019), revela que as mulheres que optam por estarem em situação de rua sozinhas, subverteram os estereótipos de serem mulheres frágeis e dependentes da figura masculina. Elas conseguiram, de certo modo, romper com a ideia de que “a rua” não é para as mulheres. Isso porque a violência de gênero é “naturalizada” quando se trata de mulheres que estão em situação de rua, como se o fato de ser mulher e viver nas ruas fosse demérito e motivo para não ser respeitada ou para ser eliminada (Sanchoetene; De Antoni; Munhós, 2019).

Nessas circunstâncias, havendo questionado *Leila* e *Luísa* sobre sua sobrevivência nas ruas, obtive como resposta falas semelhantes, que afirmaram que elas próprias são referência de segurança nas ruas. Para *Leila*, que passou a viver nas ruas há oito anos, depois que seus pais faleceram e sua casa pegou fogo, e por causa de alguns problemas⁴¹ com o então companheiro:

⁴¹ Sempre que se refere a esse antigo relacionamento, *Leila* não entra em detalhes, apesar de ter nomeado essa relação como “abusiva” das duas partes e referenciado que sua “chegada” às ruas ocorreu depois de sua casa ter sido destruída pelo fogo, após problemas com o então companheiro.

[...] na rua a gente vale o que a gente tem. Se você tiver uma garrafa de pinga, você é amiga. Aí, se você chegar pedindo um golinho de pinga, você é escoraçada. Eu não tenho amigos na rua, os que eu achava que eu tinha são meus inimigos, entre aspas. Na rua não tem como confiar, nem contar com ninguém. Agora, se você tiver uma cachaça, um cigarro ou um trocado, aí você tem vários ao seu redor (*Leila*, mulher em situação de rua).

Do mesmo modo, nas palavras de *Luísa*, “confiar mesmo, só em mim. Já levei muito na cara. Agora sou só eu”. É interessante apontar que, embora tenha sido recorrente neste estudo a afirmação das interlocutoras sobre “não terem amigos nas ruas”, isso não significa que elas não tenham laços próximos, de amizade, com outras mulheres e/ou homens. Isso porque, ao observar os seus cotidianos no CIAM e escutá-las formal e informalmente, foi possível notar que a maioria delas possui relações que ultrapassam a superficialidade ou a utilidade que um sujeito pode ter para o outro, havendo afeto manifesto entre essas mulheres. Isso era aparente, por exemplo, cada vez que uma mulher saía em defesa de sua “amiga” em algum conflito no CIAM ou quando, entre algumas delas, havia preocupação nítida com a alimentação e o abuso de drogas.

Portanto, a complexidade da situação de rua afeta diversos campos da vida dessas mulheres, gerando a justificável desconfiança com tudo e todos; fato que fica claro na própria crença de que não é possível haver ‘amizade nas ruas’, muito embora a maioria das interlocutoras desta pesquisa pareçam cultivar relações que se aproximam do sentido de amizade, reiterando o quão ambíguo podem ser os significados das relações e das práticas sociais na vida dessas mulheres.

Aproximando o horário das 17h e tendo *Leila* e *Pagu* já tomado banho, percebi certa movimentação entre algumas funcionárias para se reunirem no dia seguinte com a finalidade de pensar formas para que as mulheres em situação de rua pudessem voltar a ficar mais tempo no CIAM, respeitando os protocolos sanitários. Uma das técnicas argumentava que era nítido que o tempo que elas passavam no local antes, sem restrições, estava fazendo muita falta para as mulheres, dando o exemplo da *Ivone* que, após almoçar um pouco, mesmo sem estar recuperada dos dias que passou *virada* na rua, não pôde descansar e dormir um pouco. Em entrevista online,

a técnica *Madá* já havia apontado essa questão, afirmando que as mudanças no funcionamento do local decorridas da pandemia foram sentidas significativamente pelas mulheres, sobretudo no que diz respeito à funcionalidade do CIAM como lugar de descanso, como lugar em que seus corpos podem se recuperar momentaneamente da rotina imposta pela vida nas ruas.

Essa conversa entre as funcionárias foi escutada por mim e por *Leila*, que se animou e disse, em voz alta, que iria embora torcendo para, no dia seguinte, ter boas notícias. Ao se despedir, direcionando-se a mim, falou: “Não vejo a hora disso aqui voltar ao normal, amiga”!

Encerrando o meu primeiro dia no CIAM (no ano de 2021), me despedi das funcionárias da casa que, por sua vez, estavam curiosas para saber o que eu havia achado daquela tarde e das mulheres que conheci. Respondi brevemente algo de que não me recordo, pois, naquele momento, já estava sentindo certo mal-estar, uma espécie de enjoo. Assim, fui “salva” pelo carro de aplicativo que chegou, evitando que ninguém percebesse que eu estava indisposta fisicamente. No caminho de volta para casa, exatamente igual ao que fiz na ida para o CIAM, atentei-me à Praça Rio Branco quando o carro reduziu a velocidade e, para minha surpresa, sem precisar procurar muito, reconheci *Luísa*, que brincava com um cachorro e conversava com outras pessoas, aparentemente, também em situação de rua. Sorri sozinha por lembrar do nosso breve encontro no CIAM e por sentir, naquele instante, que eu gostaria de voltar àquela casa no dia seguinte. Esse sentimento se repetiu até o último dia da pesquisa, no ano de 2022.

4 O LAZER NO COTIDIANO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA DENTRO DO CIAM

Após o intervalo de oito meses da minha primeira estadia em campo (maio a junho de 2021), o retorno do funcionamento da casa sem os protocolos de distanciamento social que limitavam o número de mulheres no interior do equipamento foi estruturado, permitindo, assim, que esse capítulo retrate, com base nas observações, conversas informais e entrevistas, o lazer no cotidiano de mulheres em situação de rua dentro do CIAM⁴².

Dessa maneira, parto princípio de que as mulheres interlocutoras desta pesquisa, serão aquelas que guiarão o que aqui será apresentado como lazer, sendo a perspectiva delas o viés pelo qual realizarei algumas aproximações teóricas. Como será descrito, levando em conta a forma como elas se movem pelo espaço, o que fazem na casa, os seus interesses, e como elas enxergam o equipamento, o lazer emerge do cotidiano dessas mulheres no CIAM em diversos momentos, sendo os mais visíveis aqueles relativos a duas dimensões do fenômeno: descanso e diferentes práticas sociais.

Com essa configuração, o capítulo foi estruturado em duas partes. A primeira é relativa ao reconhecimento, por parte das mulheres em situação de rua, do CIAM como um local de descanso de seus corpos e mentes, sendo o descanso apontado como uma prática de lazer cuja funcionalidade está ligada ao relaxamento e ao alívio das tensões que essas mulheres possuem por vivenciarem a inseguranças das ruas.

Já a segunda parte do capítulo narra os momentos de lazer que ocorrem dentro do CIAM a partir das práticas sociais que se desenrolam naquele ambiente – ver televisão, ouvir músicas, dançar, conversar, escolher roupas, fazer a maquiagem, fazer as unhas, distrair-se no celular, sair para fumar – motivando a sociabilização entre as mulheres em situação de rua, as funcionárias e os cenários da casa. Essa sociabilização advinda das práticas sociais, por sua vez, parece ser, justamente, uma das formas pelas quais as mulheres interlocutoras da pesquisa encontram o seu bem-estar e podem desfrutar de suas vidas em segurança, pelo menos nos momentos em que estão no CIAM.

⁴² A segunda etapa desta pesquisa no CIAM aconteceu entre os meses de março e maio de 2022.

4.1 O descanso como prática de lazer

Oito meses se passaram desde que estive pela primeira vez no CIAM e, em março de 2022, às vésperas de retornar, sentia-me tão ansiosa quanto da primeira vez. Aliás, creio que o sentimento de ansiedade era até maior, pois, de certo modo, diferentemente do primeiro campo, dessa vez as mulheres em situação de rua e as funcionárias do equipamento tinham nomes, rostos e histórias e, por isso, de alguma forma, eu me sentia impelida a retomar as relações com cada uma delas ‘de onde paramos’, como se não houvesse um intervalo de oito meses entre nossos encontros.

A sensação era a de que eu precisava recomeçar e isso me causava apreensão, embora hoje eu tenha a certeza de que o recomeço é sempre melhor do que o começo. Afinal, recomeçar nos dá o privilégio de corrigir aquilo que não foi bom e prosseguir com o que deu certo, sendo esse exatamente o cenário que se delineou nesse segundo campo da pesquisa, em 2022. Isso porque compreendi que, da primeira vez que estive no CIAM, em 2021, meu olhar concentrou-se sobremaneira na situação de rua na qual aquelas mulheres se encontravam, fato que dificultou que eu prestasse atenção nelas como um todo. Nesse ‘recomeço’, porém, a conjuntura da pesquisa se alterou, visto que, dessa vez, direcionei o meu olhar para as mulheres em situação de rua, buscando observar não somente as suas falas⁴³, mas gestos, olhares, aproximações e afastamentos que pudessem me indicar suas práticas de lazer dentro do CIAM e também sua compreensão sobre o fenômeno.

Enquanto me arrumava para retomar minha pesquisa no CIAM, em março de 2022, ficava imaginando se encontraria lá as mesmas mulheres que conheci no ano anterior, principalmente, ansiava por ver *Leila* e *Luísa*. Ao pensar nelas, o sentimento era de receio, receio de imaginar o paradeiro de ambas após oito meses. Isso porque eu sabia que o cenário de vida delas poderia não ser bom, tendo em vista as vulnerabilidades as quais estão expostas; por isso, ter uma notícia boa sobre *Luísa*

⁴³ Sugestão feita pela professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) Bianca Freire-Medeiros que, gentilmente, participou da qualificação do texto da presente tese em fevereiro de 2022.

logo que cheguei no CIAM foi gratificante, ao passo que a falta de notícias a respeito de *Leila* me deixou angustiada.

Estando já no carro de aplicativo a caminho do CIAM, passei o trajeto procurando nas ruas rostos de mulheres conhecidas e, quando adentrei o bairro da Lagoinha, não foi surpresa ver duas mulheres com quem me encontrei algumas vezes na casa paradas em trechos diferentes de uma calçada próxima à rua onde o CIAM está localizado. De alguma forma, esse fato fez com que eu me sentisse de novo mais próxima de todo aquele contexto.

Quando desci do carro e cheguei ao portão do CIAM, parte da minha ansiedade foi quebrada por uma colaboradora que, ao me ver, dirigiu-se para abrir a casa, dizendo em voz alta: “Jordan, que bom que está de volta!”. Essa recepção de Mabel foi essencial para que eu sentisse que poderia retomar algumas relações que estavam sendo construídas no CIAM durante o primeiro campo (de maio a junho de 2021). Isso porque, na época da primeira etapa da pesquisa no equipamento, eu já havia estabelecido algumas relações de proximidade com algumas funcionárias e tinha dúvidas se esse cenário havia permanecido.

Logo na entrada do equipamento, notei que algumas coisas não mudaram, como o fato de continuar obrigatório o uso de máscara dentro do local e o protocolo de aferição de temperatura quando cada pessoa entra na casa. Contudo, havia na recepção algo que me chamou atenção ainda enquanto cumprimentava *Mabel* e que era um elemento totalmente novo no contexto do CIAM: a presença de dois guardas municipais homens, que estavam sentados no banco da varanda da casa.

Enquanto conversava com *Mabel*, olhava disfarçadamente para aqueles homens, buscando compreender se eles apenas aguardavam alguém que poderia estar no interior do equipamento em reunião com a coordenação, por exemplo, ou se, de fato, estavam realizando ‘a guarda’, propriamente dita, do local. A segunda suposição, pouco tempo depois adentrar a casa, confirmou-se.

Agora, sentada sozinha e um pouco mais calma, com os diferentes sentimentos da chegada, parei para observar o local. De fato, havia um clima distinto no CIAM. A casa estava movimentada, mas um silêncio pairava no ar, como se todas as mulheres ali fossem estranhas umas das outras ou como se houvesse uma faísca pronta para ascender naquele meio. Em menos de duas horas que eu estava na casa, uma “faísca” ascendeu. Não vi como começou, mas ouvi uma discussão em voz alta entre uma mulher [em situação de rua] e uma técnica. A discussão foi acalorada a ponto de a técnica dizer que iria chamar os guardas que, mesmo estando na varanda, ouviram a discussão e chegaram no pátio, ficando a postos, à espera de ter que retirar

a mulher em situação de rua caso o conflito aumentasse (o que não foi preciso). Foi a primeira vez que presenciei uma discussão mais acalorada entre uma funcionária e uma mulher usuária do CIAM; pois, no primeiro campo, o máximo que tinha visto era o clima querer ficar acirrado entre duas mulheres usuárias do equipamento. Desse modo, após o clima se acalmar no pátio, a funcionária envolvida no conflito se aproximou de onde eu estava sentada e desabafou, dizendo que estava muito difícil controlar algumas situações no CIAM, pois o número de usuárias aumentou consideravelmente e muitas delas estavam sem respeito algum com a casa. Por isso, já havia algumas semanas que a presença dos guardas municipais era frequente no equipamento (Notas do caderno de campo – 2022).

Depois de conversar um pouco com *Mabel* do lado de fora, adentrei a casa e, no caminho, não vi nenhuma usuária do equipamento conhecida; de familiar, somente mais algumas funcionárias do local. Após deixar minha bolsa no armário, desci novamente para o andar de baixo da casa e vi que tudo permanecia igual quanto à divisão do espaço, a única mudança é que, aparentemente, havia menos funcionárias circulando pelo local.

Ademais, a infraestrutura da casa parecia ter melhorado, havendo bebedouros de água gelada na parte externa da casa e cobertura do pátio em uma área que antes era descoberta. Depois que passei pela sala de TV, fui para um “cantinho” do pátio onde eu estava acostumada a ficar no primeiro período do trabalho de campo (de maio a junho de 2021) e, quando lá me sentei, antes mesmo de abrir meu caderno de campo, *Antônia*, uma das assistentes sociais da casa, aproximou-se me atualizando do que ela chamou de ‘novidades’. Primeiro, ela me relatou que a Providens⁴⁴ havia saído da equipe do CIAM, diminuindo em seis o quadro de trabalhadoras do equipamento. Essa redução que estava sendo vista como complexa por todas as outras funcionárias, pois, segundo *Antônia*, o fluxo de mulheres frequentando a casa subira consideravelmente entre os anos de 2021 e 2022, especialmente após a diminuição da maioria das regras sanitárias relativas à pandemia⁴⁵.

[...] justo hoje que reiniciei a pesquisa de campo no CIAM o ambiente está confuso na casa por conta da saída das colaboradas da Providens; por coincidência, hoje era o primeiro dia sem a equipe completa e, assim, era

⁴⁴ Organização sem fins econômicos, vinculada à Arquidiocese de Belo Horizonte e mantida por convênios e projetos com o setor público e privado. Essa ação social, que presta serviços nas áreas socioassistenciais de saúde, educação, habitação, geração de renda e inserção no mercado de trabalho, possuía convênio com o CIAM desde maio de 2021, indo até março de 2022.

⁴⁵ Permaneceu como regra na casa apenas o uso da máscara no interior do local e a aferição da temperatura na chegada das mulheres ao equipamento. Sendo um desafio, segundo as funcionárias, convencer as usuárias da casa de utilizar a máscara o tempo todo dentro do CIAM.

também um dia de adaptação aos novos horários⁴⁶ e regras que haviam sido estabelecidos por conta da redução de funcionárias da casa. Não à toa, o “clima” no local parece saudosista, por conta das antigas funcionárias que foram embora, e também tenso, por causa do serviço acumulado para aquelas que ficaram (Notas do caderno de campo – 2022).

Ainda em conversa com *Antônia*, ela falou que nesse segundo campo eu iria aproveitar mais, pois, além do fluxo de mulheres na casa estar alto, havia atividades culturais planejadas para elas e eu poderia acompanhá-las. Essa fala sobre as atividades culturais me remeteu à “normalidade pré-pandemia” que *Leila* e *Luísa* relataram, saudosistas, quando perguntei sobre as atividades que elas mais gostavam de fazer no CIAM. Essa lembrança que me fez perguntar à *Antônia* sobre como estavam *Leila* e *Luísa*, obtendo duas respostas distintas: *Luísa* havia conseguido sua tão sonhada casa popular ainda em 2021 e, um tempo depois, foi contratada para um emprego formal em uma pastoral da cidade de Belo Horizonte que realiza trabalho com pessoas em situação de rua. Segundo *Antônia*, foi emocionante ver *Luísa* chegando no CIAM contando a boa nova. Quanto a *Leila*, *Antônia* se limitou a dizer que havia muitos meses, desde 2021, que ela não vinha ao CIAM e nem tinham notícias sobre ela por outras mulheres. O relato foi acompanhando por um olhar de pesar, como se, embora não fosse surpresa a falta de notícias de uma mulher em situação de rua, o silêncio pudesse significar situações ruins. Soube, depois, por outra colaboradora, que, da última vez em que *Leila* esteve na casa, houve um furto de celular de uma mulher em situação de rua do qual *Leila* foi acusada. Após isso, ela nunca mais voltou ao local.

Antônia foi atender uma demanda dentro da casa e, assim que ela se afastou, observei o ambiente como um todo. Até que meu olhar se cruzou, pelo espelho do pátio, com uma mulher que calmamente finalizava seus cachos. No momento em que nos olhamos, sorrimos uma para a outra. Tratava-se de *Tália* que, após acabar a finalização do seu cabelo, chegou perto de mim e sentou-se naturalmente, como se já me conhecesse, perguntando se eu era nova funcionária da casa. Respondi que era pesquisadora e expliquei, de maneira concisa, o que estava observando. Ela sorriu novamente e chamou de legal a proposta, afirmando: “não sabia que tinha estudo de

⁴⁶ Os horários foram alterados porque houve a necessidade de redistribuir as funções de cada funcionária na casa, visto que, naquele momento, as assistentes sociais, psicólogas e educadora social desempenhavam, além de suas funções específicas e técnicas, as funções cotidianas de organização e entrega das refeições, bem como a organização do banho e do vestiário (papel que antes era feito pelas funcionárias do convênio com a Providens).

lazer, mas eu gosto de lazer, todo mundo gosta, né? Mas agora nessa situação, tá mais difícil. Por isso quero voltar para o Rio [de Janeiro]”.

Antes de *Talía* terminar a frase, eu já estava internamente empolgada em dar continuidade àquela conversa e, por isso, perguntei, sem muito rodeio – e com certo medo de deixar o momento passar – o que era lazer para ela, recebendo como resposta objetiva: “ir para praia, ficar com meu namorado e descansar”. Era a primeira, de muitas vezes, que a palavra descanso apareceria claramente associada à prática de lazer por uma mulher em situação de rua, especialmente quando questionada sobre suas preferências de atividades dentro do CIAM. Esse cenário que já havia sido apontado por uma das funcionárias da casa em entrevista, muito embora ela não tivesse associado o descanso ao lazer.

[...] as meninas quando elas chegam lá, o que percebi com muita força, é que o CIAM é o momento em que elas têm o intervalo da rua, o intervalo do uso do álcool e outras drogas. Então, o CIAM é aquele momento de intervalo. As meninas, a demanda maior de quando elas chegam lá, é uma demanda que na pandemia nós não podemos atender, que é a demanda do descanso, que é exatamente isso do intervalo, do sair da rua, daquele movimento, do barulho e poder descansar (*Madá*, funcionária do CIAM).

Esse trecho da entrevista de *Madá* foi endossado pelos relatos de *Luísa* e *Leila* no meu primeiro ano de campo (de maio a junho de 2021), pois foi recorrente escutá-las reclamarem das limitações de horário da casa devido à pandemia, ficando evidente, já naquele ano, que aquelas mulheres não buscavam somente os serviços básicos do CIAM; sendo o diferencial da casa, justamente, outros aspectos, como o descanso que, no segundo campo (de março a maio de 2022), revelou-se como muito significativo para elas.

[...] gosto de lembrar do que *Luísa* me disse sobre no CIAM ter uma “falação de um monte de gente junta”; pois agora, estando aqui há mais tempo, consigo enxergar o que ela disse, mesmo isso não significando barulho ou confusão. Na verdade, na maioria dos dias, preserva-se um clima que não posso dizer de silêncio porque não é, de fato, silencioso; mas é – de forma abstrata – um silêncio ligado à tranquilidade de estar em um local seguro, podendo comer em segurança, tomar banho em segurança, conversar, cochilar e dormir sem os perigos que a rua traz. Vejo, na maioria das vezes, que os corpos que aqui chegam parecem mesmo adentrarem o portão “armados” e irem ao longo dia “relaxando”. Isso acontece não só pela segurança que a casa oferece, mas também pelos tipos de relações sociais que acontecem aqui dentro, pautadas – especialmente por parte das funcionárias – no respeito total às mulheres e suas particularidades, o que foi apontado por todas com quem conversei até hoje (Notas do caderno de campo – 2022).

Dessa maneira, ao apontar o descanso como uma de suas práticas de lazer, *Talía* corroborou a visão de algumas funcionárias, como *Madá*, e confirmou as observações que eu estava realizando a partir da experiência em campo desde o ano de 2021.

É interessante notar que, de fato, consigo ver o que elas (funcionárias) me falaram ano passado [2021] sobre muitas mulheres passarem o dia todo aqui. Elas me parecem estar num momento só delas. Deitadas, conversando, descansando. Tem horas que cochilam, aí levantam, tomam água, param um pouco na sala, comentam algo que está passando na TV. Aí voltam, deitam de novo. E assim vai indo. A aparência de algumas é realmente de cansaço da rua, por isso fico pensando que elas levam algumas horas para se “recuperarem” da noite anterior na rua. Algumas chegam *viradas*, isso é nítido. E, no caso dessas, antes mesmo do banho, já pedem um colchão para deitarem. Mas, pelo que vi até agora, a maioria já tem sua própria rotina aqui dentro, por exemplo, tem aquelas que preferem tomar banho de manhã, enquanto outras optam pelo banho após o almoço, um pouco antes de irem embora. Em comum, o que tenho observado mesmo, é que nos intervalos entre banho e almoço/café/lanche elas simplesmente descansam, o que não significa somente dormir, pelo contrário, tem mais relação com um estado de relaxamento (Notas do caderno de campo – 2022).

Além disso, o relato acima também ilustra a fala de mulheres em situação de rua quando perguntadas – em entrevistas – sobre o que mais gostavam no CIAM ou o que o CIAM significava para elas.

O CIAM pra mim é tranquilidade, descanso, é um lugar que tenho paz (*Ana Auxiliadora*, mulher em situação de rua).

[...] Descansar (*Talía*, mulher em situação de rua).

Olha, pra mim é refúgio hoje em dia. Porque é um local que além de me colocar longe do risco de estar usando, do risco de tá fazendo qualquer outra coisa assim, ilegal mesmo. Pra mim também é um local de descanso, meditação, né? Então, muitas vezes eu saio daqui e vou para o abrigo, saio sem vontade de usar. Eu gasto meu tempo aqui muito com literatura, sabe? É um refúgio mesmo, essa é a palavra (*Rosimeire*, mulher em situação de rua).

Relaxamento, refúgio, tranquilidade, paz e descanso foram vocábulos que não apareceram somente em trechos como os descritos acima – extraídos de algumas entrevistas com mulheres em situação de rua interlocutoras desta pesquisa. Ao contrário, em minhas conversas com as mulheres no dia a dia, não foram raras as vezes que essas palavras figuravam em suas frases. Acredito que essa recorrência tem relação com o fato de a maioria das mulheres frequentadoras do CIAM serem usuárias de algum tipo de droga e, por isso, quando estão no tempo-espço

proporcionado pelo equipamento público, podem desfrutar de um momento de “tranquilidade” e “descanso” relativo à sensação entorpecente ocasionada pela droga.

Ainda nessa perspectiva, quando perguntadas sobre o que era o lazer para elas, houve respostas nas quais o descanso figurou direta e indiretamente associado ao fenômeno, fato que começou a delinear um dos sentidos que o lazer possui para as interlocutoras desta pesquisa.

Significa deixar minha mente tranquila, meu coração tranquilo entendeu? (*Tália*, mulher em situação de rua).

Eu acho que é distrair a cabeça. Descansar. Acho que é isso (*Joelma*, mulher em situação de rua).

O meu lazer é o de relaxar. É mais no momento que eu vou dormir, lá para meia noite, uma hora, porque eu não tenho hora pra dormir. Aí, de dia não dá pra dormir, então eu só descanso à noite (*Beyoncé*, mulher em situação de rua).

Lazer para mim é um descanso da alma, do corpo assim... Do corpo físico. Por isso falei aqui (CIAM) como lazer, porque aqui é onde faço isso, descanso (*Lady Butterfly*, mulher em situação de rua).

A resposta de *Lady Butterfly* foi uma justificativa à pergunta anterior que fiz a essa mulher, questionando-a sobre o que era o CIAM para ela, que, curta e diretamente, respondeu: “lazer”. Esse fato me fez querer entender o que era o lazer para ela, obtendo como resposta o último trecho destacado acima. Essa mulher ainda complementou sua fala anterior, afirmando:

[...] Por isso que falei aqui do CIAM. Aqui eu tô relaxada. Porque tem até outros lugares na rua que posso tomar banho, mas é aqui que tomo banho em paz, aqui eu tomo banho, arrumo o cabelo sem pressa, sem medo (*Lady Butterfly*, mulher em situação de rua).

Medo. Medo foi outra palavra recorrente ao longo de todo este trabalho, e ficou claro que o CIAM, como já citado nos capítulos anteriores, representa um espaço no qual as mulheres em situação de rua se sentem seguras. Especialmente diante da fala de *Lady Butterfly*, é preciso refletir que esse local, ao se configurar como um espaço seguro e confiável para as mulheres em situação de rua, oportuniza que elas desfrutem de um tempo-espaco, bem como dos serviços ali oferecidos, sem a tensão ocasionada pelo medo. Afinal, como podemos falar do próprio descanso se não houver a sensação de segurança?

Dessa maneira, compreendi que o descanso, apontado pelas mulheres interlocutoras deste estudo como uma de suas práticas de lazer preferida dentro do CIAM, está associado à situação de rua a qual estão expostas; tratando-se, por isso, tanto de um descanso físico, de um corpo que é atravessado por diferentes violências, como de um descanso mental de toda a sobrecarga emocional que essas mulheres carregam. Logo, quando elas falam de paz, de tranquilidade e até de meditação dentro da casa, só o fazem por conta do ambiente seguro que o CIAM representa para o descanso do corpo e da mente, que estão, nas palavras da colaboradora *Madá*, “sempre em alerta”.

É interessante notar que, mesmo estando em um contexto diferente das mulheres em situação de rua, uma técnica do equipamento também apontou em sua entrevista o descanso como uma de suas principais e preferidas práticas de lazer. Contudo, o contexto do descanso para ela representa o tempo liberado do trabalho. Assim, para *Antônia*, o lazer “é o momento de desligamento do mundo aqui dentro [CIAM], é um descanso”. Essa concepção que vai ao encontro da clássica demarcação dos tempos quando se pensa no lazer como fenômeno social que emergiu nas sociedades capitalistas, estando a dimensão temporal do lazer definida pela ideia de tempo medido por calendários, relógios e agendas (Pinto, 2008).

Nessa mesma perspectiva, Bonalume e Isayama (2018) apontaram, na pesquisa *O Lazer do Brasileiro*, realizada entre os anos de 2012 e 2014, que o descanso, entendido como lazer, apareceu como a segunda concepção mais indicada pelas mulheres brasileiras, estando atrás apenas do divertimento compreendido como lazer. Além disso, esses dados que, no estudo, foram separados por faixa-etária, indicaram maior propensão ao entendimento de lazer como descanso conforme mais alta a idade das mulheres entrevistadas. Esse fator possivelmente está relacionado, segundo os autores, às responsabilidades que as mulheres assumem na fase adulta, como o tempo dedicado ao trabalho e à família (Bonalume; Isayama, 2018).

No Dicionário *online* de Português Dicio (2023), a palavra descanso aparece com dois significados que chamam a atenção: o primeiro descreve o descanso como o período de folga, o tempo em que não se trabalha e o repouso. Já o segundo significado remete à falta de ocupação, ao tempo dedicado ao ócio e ao ato de vaguear. Destaco que, embora distintos, ambos os significados estão, de alguma maneira, inseridos na perspectiva do trabalho. Se no primeiro, o descanso é visto como um tempo de repouso e recuperação das energias para novamente voltar ao

ofício; no segundo, o descanso se estrutura, justamente, na dicotomia com o tempo “ocupado”, isso porque ao descanso é atribuído o sentido de falta de ocupação (que inclui não só a trabalhista).

Sabemos que, nos estudos do lazer, essa clássica divisão entre tempo do trabalho e tempo livre (onde o descanso se enquadra) se configura, até a atualidade, como controversa (Magnani, 2018), especialmente pela dificuldade de se enxergar as fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer e, mesmo entre as obrigações sociais, religiosas, familiares e políticas, por exemplo (Gomes; Pinheiro; Lacerda, 2010).

Na própria configuração de vida das mulheres em situação de rua, algumas fronteiras não ficam claramente estabelecidas; primeiro pelo enfraquecimento ou pela perda total de vínculos com suas redes de convívio social; depois, por conta da categoria tempo que, na vida dessas mulheres, parece ter uma outra conjuntura, não linear e não autorregulada por marcadores como o próprio trabalho formal e uma casa para onde voltar todos os dias. Na visão de uma das psicólogas do CIAM,

Estando lá com elas eu até entendi que o tempo é diferente para elas em relação ao nosso tempo. Às vezes, a gente pensa “é daqui a cinco anos e tal” e, elas não. Talvez elas tenham que pensar no dia seguinte e no momento seguinte. Pensam no próximo cachimbo (*Madá*, funcionária do CIAM).

Eu acrescentaria que elas ‘pensam em estar vivas’, lembrando-me de uma conversa com *Leila*, na qual ela confidenciou seu medo do “amanhã”, de “não estar viva amanhã”, pois, segundo ela, a estimativa de vida das mulheres transgênero e travestis no Brasil era baixíssima, não chegando aos 40 anos de idade. Posteriormente, quando consultei, verifiquei que a expectativa de vida desse grupo social é ainda mais baixa do que *Leila* supunha, sendo de 35 anos de idade, ao passo que a população geral possui uma estimativa de vida de 74,9 anos de idade (Brasil, 2022).

Ainda nesta perspectiva do tempo, o tempo vago e não produtivo se configurou por muitos anos como uma ameaça ao desenvolvimento da sociedade, sendo relacionado à vadiagem e à preguiça (Pinto, 2008). Esse aspecto, por sinal, ainda está presente na atualidade. Quando se observa o cotidiano de quem está em situação de rua, como já mencionado neste trabalho, verifica-se que seu modo de vida é associado, exatamente, à vadiagem, de modo que essas pessoas são frequentemente consideradas pela sociedade como vagabundos.

Isso me faz recordar de um ponto interessante observado em conversas e entrevistas com as mulheres, que é a forma como elas abordam outras pessoas na rua para *manguear*. Segundo elas, é possível obter maior atenção e ajuda com dinheiro se a abordagem acompanhar a justificativa de que precisam comprar “materiais” para o seu trabalho. Vejamos a fala de *Leila*:

Eu vou lá na loja compro a pipoca e depois revendo. Aí, quando eu não tenho dinheiro para comprar [as pipocas] eu abordo alguém na rua e falo: "Moça, posso te pedir uma ajuda? Eu tô precisando de umas pipocas para trabalhar, pois estou em situação de rua" (*Leila*, mulher em situação de rua).

Outro relato de interlocutoras da pesquisa revela que, ao pedir ajuda com alimentação e não com dinheiro, normalmente o êxito é maior; pois, segundo *Catrina*, “as pessoas preferem dar a comida, pois acham que vamos gastar o dinheiro com droga”. Para *Beyoncé*, “os outros ficam sem graça de negar comida, mas dinheiro a maioria nem olha”.

[...] Eu peço, eu falo assim: “oh amiga, eu vivo em situação de rua, meu nome é Joelma. Não é dinheiro que eu quero! Me ajuda a tomar café”. Aí eles vão lá e passa o cartão e me ajuda a tomar o café. Como cozinha (*Joelma*, mulher em situação de rua).

Essa negação de ajuda com dinheiro e a maior propensão de auxílio quando a justificativa apresentada é relativa à compra de insumos para o trabalho dessas mulheres reforçam como, no imaginário social, persiste a ideia de que a pessoa em situação de rua só sairá dessa condição por meio do trabalho (Escorel, 1999; Prates; Prates; Machado, 2011). Desse modo, ignora-se toda a conjuntura social que a levou à situação de rua, bem como a necessidade de políticas públicas eficazes que favoreçam esse grupo social de maneira menos generalista e higienista.

A supervalorização do trabalho na atualidade tem gerado um sentimento de que o tempo deve ser ocupado com produção, caso contrário, o sujeito torna-se ocioso, ainda que esteja inserido no mercado de trabalho formal. Cenário contemporâneo, que reitera a ideia de que quaisquer interrupções de atividades laborais, bem como manifestações tradicionais de entretenimento, sejam vistas como algo vicioso, prejudicial e, por isso, controlado, uma vez que o trabalho exige disciplina (Magnani, 2018).

Nessa direção, estudiosos como Uassyr Siqueira têm defendido, a partir da análise do dia a dia dos trabalhadores paulistanos entre 1890 e 1920, que “tempo de trabalho e tempo de lazer não eram rigidamente demarcados, se misturando no cotidiano dos trabalhadores” (Siqueira, 2008, p. 20 apud Santos, 2019, p. 364). Essa constatação que nos leva a refletir sobre a forma como o conceito de lazer tem sido pensando no Brasil e quais direções os estudos sobre o fenômeno têm tomado no âmbito do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. Para Santos (2019), “ao invés de o conceito dizer de uma dada realidade, é a realidade que tem precisado se adequar ao conceito” (p. 367).

Desse modo, não tenho a intenção de adequar a realidade e as práticas de lazer das mulheres em situação de rua participantes desta pesquisa aos conceitos de lazer já existentes, muito menos de formular um novo conceito. Na verdade, acredito, assim como Gomes, Debortolli e Silva (2019), que o lazer não está “sujeito ao chamado tempo livre, ou encerrado no vazio do “não trabalho”” (p. 2), pois, se assim estivesse, seria tentador atribuir o sentido de lazer a todo tempo no qual não se está produzindo ou ocupando-se com atividades sociais, familiares, religiosas ou políticas, ignorando a liberdade de escolha do sujeito, bem como os sentidos, tempos e experiências próprias de certos grupos sociais, como as mulheres em situação de rua participantes desta pesquisa.

Até porque demarcar as fronteiras do tempo na vida dessas mulheres, bem como suas obrigações diárias, foi um desafio que se apresentou desde as primeiras conversas com as funcionárias do CIAM que, quando perguntadas sobre a rotina das usuárias do equipamento, foram categóricas ao afirmar o quão complexo seria discorrer sobre o dia a dia das mulheres em situação de rua sem cair em generalizações às quais elas estão sempre sendo submetidas. Isso porque não são todas que *mangueiam*, não são todas que dormem nas ruas diariamente, não são todas que trabalham com prostituição, não são todas que usam crack. As mulheres que frequentam o CIAM, nas palavras de Maria da Penha, funcionária do local, “são múltiplas, são muitas”.

No entanto, mesmo levando em conta a individualidade dessas mulheres, a observação e as conversas com algumas interlocutoras da pesquisa indicaram que muitas possuem seus tempos mais delineados e, conseqüentemente, suas rotinas mais organizadas, sendo a grande questão a duração dessa rotina, que pode ser tanto de algumas semanas ou meses quanto de apenas um dia. Fato é que a rotina está

proporcionalmente ligada àquilo que as atravessa e desestrutura ou, como denominam algumas funcionárias do CIAM, as desorganiza.

Nessa direção, quando perguntadas sobre suas rotinas, algumas mulheres tiveram dificuldade de responder; descrevendo, muitas vezes, o dia anterior ou o próprio dia no qual estávamos conversando. Mesmo que eu mudasse a forma de perguntar, questionando o que elas faziam depois que saíam do CIAM ou antes de chegar ao local, ainda assim elas não conseguiam organizar uma resposta, como se fosse algo que elas não acessassem. Portanto, conforme nossas conversas aconteciam, foi possível observar dois cenários distintos a respeito da rotina de algumas mulheres interlocutoras da pesquisa. O primeiro refere-se àquelas que conseguiram descrever com facilidade seus cotidianos fora do CIAM, e o segundo diz respeito às mulheres que conseguiram enumerar apenas o CIAM como parte da sua rotina.

A minha rotina quando estou no abrigo, do abrigo eu saio, aí venho para o centro, aí eu rodo o centro, às vezes vendo minhas balas e minhas pipocas, aí de lá do centro eu venho e fico aqui no CIAM, aí quando eu saio do CIAM é a mesma rotina, às vezes eu vou vendendo bala, às vezes vou direto para o abrigo. Quando eu não durmo no abrigo, aí eu fico direto na rua e durmo na rua ou rodo a noite inteira. Fico rodando, zanzando até arrumar um canto e dormir (*Leila*, mulher em situação de rua).

[...] Tá dividido em etapas, segunda a sexta eu vou para o “Canto da rua” na parte da manhã, dia de terça tem a roda coletiva de mulheres que eu amo participar, e hoje, por exemplo, tem a redução de danos que gosto de participar, lá no “Canto da rua”, só que não deu pra ir hoje porque eu vim para lavar minha roupa aqui. Mas geralmente é assim: parte da manhã eu fico dentro do “Canto da rua” fazendo alguma tarefa, parte da tarde eu venho aqui pro CIAM. Por que, Luísa? Porque o tempo que eu tô no “Canto da rua”, eu tô longe do cigarro, longe da cachaça, longe da droga, longe do sofrimento, eu tô longe do desprezo, eu tô longe do julgar da sociedade e aqui [CIAM] a mesma coisa, já tô ocupando meu tempo com outras coisas (*Luísa*, mulher em situação de rua).

Eu acordo, agora não tô vindo muito pra cá porque eu tô com uma amiga que não pode entrar porque é de menor. E aí, tipo assim, eu acordo e falo para ela, vamos atrás de tomar um *chazinho* e comer um lanche. Aí a gente sai e começa a pedir. Aí o povo vai, paga um lanche e o *chazinho*, a gente arruma dinheiro e vai atrás. Aí, quando dá meio-dia, nós vamos *manguear* comida. A gente *mangueia* ou os meninos traz pra nós comida, porque eu tenho um namoradinho, né? Te falei esses dias que ele é “uó”, mas eu tenho, né? Aí nós *mangueia* de meio-dia, e depois a gente deita lá na grama, fuma outro e, mais tarde, dá a larica, aí já começa a pedir dinheiro para nós comer à noite, né? Porque a noite, às vezes, quando começa a ficar tarde, dá fome, então é bom ter um dinheiro para comprar comida. Às vezes também, a gente compra a comida, porque às vezes mesmo o que dá vontade de comprar é a droga, né? Mas eu não tô mais muito assim não (*Catrina*, mulher em situação de rua).

Eu venho para o CIAM, fico aqui até umas três horas por aí e depois eu vou e fico pelas ruas, entendeu? Sem fazer nada, perambulando, sabe? (*Tália*, mulher em situação de rua).

[..] Ah, eu acordo e venho pra cá, aí quando eu saio, vamos supor, eu fico andando com “os outro povo”. Aí vou andando, vou distraíndo com as pessoas até chegar à noite (*Beyoncé*, mulher em situação de rua).

Eu acordo, venho para aqui, depois, de tarde, quando saio, vou para a praça e fico esperando o tempo passar (*Lady Butterfly*, mulher em situação de rua).

Assim, embora algumas mulheres tenham certa rotina fora do CIAM, como visto nos trechos destacados das entrevistas de *Leila*, *Luísa* e *Catrina*; a maioria – representada pelas últimas falas de *Tália*, *Beyoncé* e *Lady Butterfly* – parece conceber o CIAM como um dos únicos elementos fixos de sua rotina. Assim, é possível dizer que a casa funciona, de algum modo, como um marcador temporal no cotidiano delas, o que nos leva a recordar dos apontamentos que Paula e Zingoni (2018) fizeram no estudo com famílias da Vila da Paz do Anel Rodoviário e da BR-381 de Belo Horizonte/MG, no qual as mulheres adultas participantes da pesquisa mostraram “a falta de sentido que é viver sem horário estabelecido para absolutamente nada” (p.143). Esse fator é algo visível na vida das mulheres em situação de rua interlocutoras desta pesquisa e em suas relações com o próprio CIAM, de modo que o equipamento também tem a funcionalidade de fornecer a elas “horários” e, naturalmente, aproximá-las de uma rotina. É como se o CIAM operasse oferecendo o mínimo de referência para essas mulheres, especialmente quando elas estão sob o uso de drogas durante um período maior.

Desse modo, por diversas vezes, algumas funcionárias do CIAM apontaram quais mulheres usuárias dos serviços da casa eram mais ou menos, nas palavras delas, ‘organizadas’, adjetivo que depois de um tempo em campo compreendi que era usado para fazer referência às mulheres em situação de rua que, justamente, tinham sua rotina melhor estabelecida, conseguindo realizar suas refeições e tomar banho todos os dias (vindo ou não ao CIAM), dormir em abrigos e, conseqüentemente, descansar seus corpos “da rua” e estar em redução do uso de drogas.

No âmbito do direito, Cardoso (2015) considera que todos nós, seres vivos, manifestamos naturalmente uma predisposição ao descanso, pois nenhum animal pode se sujeitar, sem fadiga, a uma atividade contínua e prolongada sem buscar por recompensas de energias, o que se configura como um mecanismo natural de defesa. Por isso, o direito ao descanso se constitui como

Um direito natural de qualquer ser vivente, para que ele possa repor suas energias, mesmo que para sujeitar-se às mesmas atividades novamente [...]. No caso do ser humano, o descanso previne a fadiga em suas dimensões física e mental, além de contribuir para inseri-lo no convívio social (Cardoso, 2015, p.10).

Em campo, foi possível constatar que o descanso, para as mulheres em situação de rua participantes desta pesquisa, se revelou como essencial na inserção dessas mulheres no convívio social dentro do CIAM. Não à toa, foram muitas as vezes nas quais eu presenciei algumas mulheres verbalizando que “não queriam conversa com ninguém” ou se isolando em algum canto por algumas horas ou mesmo o dia todo. Posteriormente, entretanto, relatavam que o motivo de tal comportamento era o fato de estarem cansadas da noite anterior – por não terem dormido – ou estarem *viradas*.

Hoje *Catrina* não quis papo comigo. Na verdade, com ninguém. Ela, que sempre chega “pra cima”, chegou, pediu um colhão e deitou. Parecia cansada. Vi que *Lady Butterfly* foi umas três vezes chamá-la para comer e perguntar do banho, mas ela só respondia para “deixar ela”. Será que ela sofreu alguma coisa na rua? Será que está *virada*? Ou chateada com alguém aqui? (Notas do caderno de campo – 2022).

Imaginando conseguir ajudar de alguma forma e, de certo modo, achando que conseguiria, visto nossa proximidade àquela altura da pesquisa, fui até *Catrina* e perguntei se estava tudo bem, se ela queria almoçar. Entendi o silêncio dela como resposta. Entretanto, no período da tarde, depois de dormir por um bom tempo, ela se levantou de maneira mais animada, falando com algumas de suas colegas que estavam próximas e dizendo que ela estava “morta”, pois havia chovido e entrado água em sua *maloca*, o que fez com que ela não conseguisse dormir nada.

Compreendo, embasada pela perspectiva de Cardoso (2015), que havia, no caso de *Catrina*, um cansaço presente que, conseqüentemente, comprometeu a interação social com quem estava no CIAM naquele dia, ainda que por apenas algumas horas. Não era para menos, reconheço! Afinal, se já acordamos cansados após uma noite de insônia, estando no conforto de nossas camas e cobertores, é possível imaginar o cansaço de quem não pode dormir por conta de um chão gelado e cobertores molhados?

Assim como *Ana Auxiliadora*, notei que outras mulheres estavam hoje com aparência de ressaca, o que eu já tenho aprendido que era sinal de um final

de semana de uso, de ressaca mesmo. Uma delas, por exemplo, chegou falando: “Nossa eu tô morta hoje, dormi essa noite na rua”. Entendo que essa fala é de quem dorme em abrigos a maiorias das vezes (Notas do caderno de campo – 2022).

“Sentir medo também cansa”; escutei *Talía* falar para *Luana*. Fiquei atenta ao contexto da conversa, mas não deu para compreender completamente o que falavam. O que ficava evidente era que *Talía* relatava algo que aconteceu na noite anterior, na qual não conseguiu dormir no abrigo, pois chegou depois do horário de entrada. Ela falava algo sobre “hoje” fazer de tudo para dormir no abrigo. Pelo modo como ela contava, parece que ela estava com medo de passar a noite novamente na rua (Notas do caderno de campo – 2022)

“Sentir medo também cansa”. Quando me deparei com essa frase no arquivo de transcrição do caderno campo, confesso que li, reli e ela demorou um pouco para fazer sentido para mim. Fiquei refletindo por um tempo, tentando entender por que o medo “cansava”. Possivelmente, eu não acesso – ou não acessarei – o medo do qual *Talía* falava, entretanto, depois de pensar por uns instantes, consegui me lembrar de situações nas quais eu senti medo e, logo que acessei essas lembranças, fui tomada por uma sensação – corporal e mental – de contração, de encolhimento, peso, tensão, susto e alerta. Era isso: alerta!

Madá, uma das funcionárias do CIAM, já havia me falado sobre sua percepção de que as mulheres usuárias do equipamento, quando chegam à casa, parecem “baixar um pouco a guarda”, ficando, exatamente, menos em alerta. Essa visão de *Madá*, alinhada com a fala de *Talía* sobre o medo também cansar, faz refletir que o “cansaço da situação de rua” é relativo também ao medo que tal condição lhes traz em ocasião das violências às quais estão expostas tanto pela situação de rua quanto por serem mulheres.

Hoje a *Anitta* chegou muito machucada. Foi muito, muito agredida e ainda foi atropelada. Chegou a ir ao hospital, mas evadiu de lá. Estava todo mundo preocupado querendo levá-la de volta para o hospital. Ela estava muito machucada. Fiquei bem impactada! Mas ela só dizia que queria comer e deitar. Mais nada (Notas do caderno de campo – 2022).

Para minha surpresa negativa, já é hora do almoço e eu ainda não vi a *Talía* que, sempre quando chego aqui, já está de banho tomado e cachos finalizados. Quando fui para a sala de tv, vi de longe ela saindo de uma outra sala mais escura – onde normalmente as meninas ficam descansando e dormindo quando chegam primeiro e pegam lugar lá – para ir ao banheiro. De repente, quando ela foi chegando mais perto, vi que estava com um olho muito roxo. Os olhos dela não me encararam e o sorriso não apareceu. Quando ela me viu, parece ter ficado muito sem graça, e só falou um oi baixo, sem olhar para mim. Eu fiquei imóvel, fiquei sem saber se ia até lá ou se respeitava o espaço dela. Optei por respeitar e só “fiquei no oi mesmo”, sem tentar encarar de novo, porque deu para perceber que ela estava sem graça. Horas depois, sem precisar perguntar, uma funcionária me disse que ela

contou que tinha sido agredida na noite anterior “por uns caras” (Notas do caderno de campo – 2022).

Os relatos acima, que aconteceram em dias diferentes, tocaram-me sobremaneira, a ponto de, em ambos os dias, eu ir embora mais cedo do CIAM. No caso de *Anitta*, fiquei assustada pela quantidade de machucados e pela aparência clara de dor. A descrição do atropelamento também me marcou, sendo, segundo ela, proposital, pois estava pedindo ajuda por causa da violência que havido sofrido pouco antes na rua.

Já o encontro com *Talía*, como descrito, aconteceu em silêncio – mesmo eu já possuindo certa proximidade com ela, diferentemente de *Anitta* – sendo o maior incômodo o fato de reconhecer o sentimento de vergonha de *Talía* ao não conseguir me encarar, como se, de alguma forma, ela estivesse se desculpando pela agressão sofrida. Naquele dia, *Talía* só dormiu e ficou deitada, não interagiu com ninguém nos momentos em que eu estive no CIAM.

“Sentir medo também cansa”. Essa frase que foi dita pela própria *Talía* dias antes da agressão que ela sofreu e faz ainda mais sentido quando pensamos na relação que as mulheres em situação de rua interlocutoras desta pesquisa têm com o CIAM. Uma vez que elas adentram uma casa como o CIAM, que tem como primazia a segurança, parece natural que o corpo e a mente relaxem, “desligando o modo alerta” e, conseqüentemente, descansando.

Assim, quando essas mulheres apontam o descanso como uma de suas práticas de lazer, revelando seu entendimento acerca do fenômeno, elas parecem acessar as condições de livre escolha que o lazer proporciona, “nas quais as pessoas podem sentir prazer e satisfação, elementos básicos para o bem-estar corporal, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o autoconhecimento” (Sampaio *et al.*, 2014, p. 26). Para elas, que estão inseridas em um ambiente instável e violento como as ruas, essa é uma vivência fundamental, mesmo que o bem-estar esteja condicionado – no caso do descanso – à estadia no CIAM. Portanto, creio que não seja uma incoerência afirmar que o descanso se configura como uma prática de lazer para as mulheres em situação de rua dentro do CIAM, tendo, inclusive, certa interferência na fluidez de outras práticas sociais observadas naquele contexto e mais detalhadas no próximo subcapítulo.

Recordo-me de que a primeira manhã que passei no CIAM, após meu retorno à casa em 2022, transcorreu rapidamente, talvez em ocasião do movimento de mulheres em situação de rua no local aquele dia ou por conta da minha ansiedade com a retomada da pesquisa de campo. Aproximando-se o horário do almoço, o serviço de banho foi paralisado, havendo, porém, uma fila de 10 mulheres para banho no horário da tarde. Tamanho era o número de mulheres que passaram pelo equipamento naquele dia, que perdi as contas em minhas anotações, sendo informada por *Mabel* que 42 mulheres estiveram no CIAM.

Após o horário do almoço, a TV foi ligada, momento em que a sala se encheu de mulheres, ficando algumas nos sofás, outras nos bancos e algumas em pé, próximas à porta. No pátio, muitas mulheres estavam deitadas em colchões, dormindo ou conversando, cena que se repetia todos os dias após as refeições. Na minha visão, esse momento era um daqueles de descanso e seu desfrute era possível justamente porque já estavam alimentadas e seguras; afinal, como já apontado, creio ser difícil descansar com fome e com medo.

Na sala, escutei certa discussão relativa à escolha do canal de TV que seria sintonizado. A maioria das mulheres, porém, optou por “qualquer” emissora que estivesse passando novela. Uma das técnicas do equipamento foi mudando de canal, já avisando, no entanto, que naquele horário não era transmitida nenhuma novela. Então, as mulheres concordaram então em deixar o canal sintonizado da rede Globo e, dali em diante, alternavam aquele tempo entre assistir ao que passava na TV (noticiário), conversar sobre as reportagens, pedir silêncio uma para as outras, saírem e voltarem para sala várias vezes e estabelecerem diálogos aleatórios, que nada tinham a ver com o que assistiam na TV.

Num canto da sala, tendo visto na TV uma chamada sobre a nova novela – *Pantanal*⁴⁷ – que iria estreiar na emissora no horário das 21 horas, comentei com uma mulher que estava sentada perto de mim que aquela novela eu queria assistir, pois me lembrava da primeira versão que havido sido boa. Tendo dito isso em um momento

⁴⁷ Novela *da* TV Globo exibida de 28 de março a 8 de outubro de 2022, no horário das 21h. Criada por Benedito Ruy Barbosa, escrita por Bruno Luperi, com direção de Davi Alves, Noa Bressane, Roberta Richard, Walter Carvalho e Cristiano Marques; e direção artística de Rogério Gomes e Gustavo Fernandez (*Pantanal*, 1990).

em que a sala estava silenciosa, fui percebida por outras mulheres, que olharam curiosas para atrás. Uma delas sorriu e me perguntou se aquela novela da chamada era a que tinha a “mulher que virava onça”, ao que eu respondi que sim.

Nesse momento, iniciou-se um papo conjunto sobre as lembranças dos personagens e da própria novela; uma das mulheres lamentou que a transmissão fosse à noite, afirmando que nesse horário eram poucas as chances de ela acompanhar. Concordando com ela, outras também se manifestaram, afirmando que sentiam muita falta de assistir novelas. Na fluidez do papo, eu quase perguntei o motivo de elas não mais assistirem, uma vez que diziam gostar tanto. Por um instante, esqueci-me da imprevisibilidade presente no modo de vida daquelas mulheres. Por isso, antes que as palavras saíssem, silencieei-me.

4.2 Lazer e sociabilidades no CIAM

Quando criança, eu tinha pavor de pensar em passar um final de semana em algum local onde não houvesse televisão; por muitos anos, aliás, não conseguia dormir se a tela não estivesse ligada e o volume baixo. Com o passar do tempo, porém, fui me distanciando, pouco a pouco, desse costume, preferindo hoje o silêncio e o escuro. Assim, meus momentos assistindo à televisão se resumem atualmente àqueles nos quais estou com os meus pais – que ainda assistem assiduamente às programações da TV – ou quando há a transmissão de algum jogo de futebol do Flamengo. Novelas? Ainda gosto, mas admito não ter mais paciência para acompanhar.

No tempo em que estive no campo de pesquisa, no entanto, acredito que retomei um pouco da minha relação com a TV, tendo em vista que, durante um feriado no qual fui para a casa dos meus pais, liguei a televisão quase instintivamente após o almoço. Minha mãe, curiosa, e já sabendo um pouco da minha rotina no CIAM, perguntou ironicamente se eu estava “fazendo a pesquisa ou indo no CIAM ver televisão”. Surpresa com pergunta, dei risada e respondi: “Claro que a pesquisa!”. Em seguida, peguei o celular e anotei o questionamento de minha mãe.

Hoje foi o primeiro dia em que ligaram a TV no período da tarde, após o retorno de algumas atividades restritas por causa da pandemia. Quando soube que ia ter TV, *Luísa* disse: “Opa, pode ver TV? Então, eu não vou embora, não”. E aí foi para o sofá e ficou. Como a porta de correr para a sala

da TV é grande e fica aberta, aqui do pátio da pra ver lá dentro, tipo um espaço integrado e, por isso, dá pra conversar falando mais alto com quem está lá dentro. Por causa desse cenário, mesmo estando sentada no sofá assistindo à televisão, *Luísa* não parava de falar, contando casos para quem estava do lado de fora e comentando sobre o que passava na TV. Foi um momento interessante de presenciar, pois ela parecia estar à vontade e tranquila enquanto assistia à TV e conversava (Notas do caderno de campo – 2021).

Eu ainda não tinha noção naquele dia, mas o momento que descrevi acima seria uma das dinâmicas principais da rotina das mulheres em situação de rua participantes desta pesquisa dentro do CIAM, seja pela própria ação de assistir à TV, seja por conta da sociabilidade fomentada por essa prática.

Ao falar de sociabilidade, tomo como referência o trabalho de Simmel (1991), que a compreende como “forma lúdica”, “forma espontânea”, “forma pura” da socialização que, por sua vez, se caracteriza como as inúmeras formas (interesses econômicos, instintos eróticos, afetividade, impulsões religiosas, ameaças etc.) pelas quais os indivíduos se unem à uma sociedade (Moura *et al.*, 2018). Desse modo, a sociabilização diz respeito a uma dessas formas de socialização, marcada, porém pela expressão característica do “querer viver, querer se relacionar”, sem necessariamente ser condicionado a isso (Moura *et al.*, 2018).

Assim, quando menciono que, ao assistirem à TV, as mulheres em situação de rua que frequentam o CIAM estão alimentando as suas sociabilidades, quero dizer que elas não são atraídas penas pela prática de assistir TV, mas por tudo o que cerca essa dinâmica antes, durante e depois da prática.

Esse momento delas assistindo à TV é também um momento em que se aproximam para saber mais uma sobre a outra. Percebi que rolam conversas entre elas sobre coisas do cotidiano das ruas: como informações sobre incidentes e confusões em alguns pontos da cidade, compartilhamento sobre questões de violência, relatos de quem foi preso ou machucado e ainda conversas sobre outras pessoas em situação de rua, com a intenção, na maioria das vezes, de saber o paradeiro de algum colega ou ex-namorado. Por vezes, elas acabam conversando mais do que assistindo à TV; exceto quando conseguem ver o início da novela no período da tarde. Aí, de fato, elas ficam mais silenciosas, fazendo apenas comentários pontuais, o que é diferente do que acontece na parte matutina, quando os canais de noticiários dominam a preferência delas (Notas do caderno de campo – 2022).

Os horários são bem demarcados quanto à TV, que é ligada no período da manhã, das 09h30min às 11h30min, e das 13h30min às 14h30min à tarde. As funcionárias do equipamento são bem pontuais quanto a esses horários, havendo

sempre, porém, o pedido de algumas mulheres para que a TV seja ligada antes ou desligada depois da hora estabelecida. No horário destinado ao almoço (11:30 – 13:30h) a TV sempre está desligada, assim como nos horários das outras refeições (café da manhã e lanche da tarde). Esses horários permitem que cada serviço seja otimizado, bem como o próprio espaço físico, visto que, durante as refeições, algumas mesas são montadas dentro da sala de TV.

No que se refere aos canais de TV e programas das emissoras, a escolha respeita o desejo da maioria, apesar de que poucas as mulheres, de fato, escolhem o programa ou emissora, pois elas sempre estão de acordo com o que uma ou outra aponta como sua preferência.

Como descrito nas notas do diário de campo, durante o período matutino, as mulheres priorizam assistir a programas que elas consideram como “notícias”, mas que são denominados pelas emissoras como programas de variedades e destacam tanto reportagens e debates sobre crimes diversos quanto sobre a vida dos ‘famosos’. Já na parte vespertina, a maioria das mulheres gosta de assistir às novelas, porém, em ocasião da mudança nos horários⁴⁸ e da redução do tempo destinado à TV, elas não conseguem mais acompanhar a novela “da tarde” que, pelo que perguntei, tratava-se da novela da rede Globo, que começava por volta de 14h45min.

Por isso, como estavam em período de adaptação aos novos horários, era visível que elas ficavam, durante a tarde, aguardando o início da novela, mesmo a TV sendo desligada antes todos os dias. Dessa maneira, no horário das 13h30min às 14h30min, elas acabavam assistindo ao noticiário de esportes e ao jornal da tarde.

Logo cedo a TV já estava novamente ligada na rede Record, que transmitia, inclusive, um caso de feminicídio. Todas as mulheres que estavam na sala prestavam atenção na reportagem, desejando a morte do homem que cometeu o crime e estava foragido. Quando *Ana Auxiliadora* se aproximou de mim, durante o intervalo comercial, perguntei por que elas gostam tanto da emissora. Ela me disse que não era a emissora, eram as notícias que passavam, pois, às vezes, no “programa da manhã” exibiam casos de Belo Horizonte e “todo mundo gostava de saber”. Questionei ainda – talvez no auge da minha arrogância – se não fazia mal para ela ficar vendo tanta violência logo cedo, de manhã. *Ana Auxiliadora* me respondeu que não, pois

⁴⁸ Com a saída da equipe da Providens do CIAM, algumas ofertas de serviços tiveram seu tempo reduzido, pois os atendimentos individuais às mulheres em situação de rua, que antes era feito ao longo dia, passou a ser realizado após o encerramento da oferta dos serviços de banho, refeições, tempo destinado à TV e descanso. Assim, o horário de funcionamento do CIAM, com a oferta dos serviços citados anteriormente até o mês de maio de 2022, quando encerrei esta pesquisa de campo, era das 09:00 às 15:00h, sendo que, das 15:00 às 17:00h, a casa funcionava somente para os atendimentos técnicos individuais para as mulheres que solicitavam.

o que passa “lá” elas vivem ou assistem quase todo dia na rua (Notas do caderno de campo – 2022).

Ana Auxiliadora me contou que ontem, depois que fui embora, teve discussão por causa da TV, pois uma das mulheres reclamou dos canais de notícias que só passam violência. Enquanto me contava, *Rosimeire* chegou mais perto de nós e deu sua opinião em favor da mulher que havia reclamado dos canais de notícias. Nisso, *Ana Auxiliadora* se irritou com a fala de *Rosimeire*, pois ela disse que os canais de notícias que as mulheres gostam de assistir falta pouco “escorrer sangue pela tela”. Naquele momento, fiquei sem saber como reagir, se concordava com algumas delas ou ficava na minha. Fiquei calada, somente observando, embora tenha notado que ambas me olhavam querendo que eu reiterasse o que cada qual estava argumentando. *Rosimeire* foi quem “abaixou a guarda” e voltou para o seu lugar com um livro na mão, já *Ana Auxiliadora* cochichou para mim que *Rosimeire* “se achava” (Notas do caderno de campo – 2022).

Essas discussões sobre os canais de TV não eram recorrentes, havendo apenas uma minoria de mulheres que não “acompanhava” o gosto da maioria pelos programas de notícias matutinos. Certo dia, *Joelma* me explicou que gostava de assistir às novelas, pois isso lhe remetia a sua casa, sua irmã e avó; era algo que faziam juntas e de que ela sentia falta. Da mesma maneira, *Lady Butterfly* apontou que “amava” novelas e filmes”, mas que era ruim assistir com um monte de gente “porque você já viu, né? Tem mulher que não entende e fica rindo, conversando. Bom mesmo era assistir na minha casa, deitada no meu sofá. Aqui não é a mesma coisa”. Essa afirmação que se configura como uma referência clara dessa mulher à vida anterior à situação de rua.

Todas as terças-feiras, há a exibição de filmes no horário da tarde. Na maioria dos dias, as mulheres escolhem o título em uma plataforma de streaming existente na TV, sendo a comédia o gênero preferido pela maior parte delas. Por vezes, a equipe do CIAM também sugere algum filme. O momento é sempre acompanhado de pipoca e suco, que funcionam como um chamariz para que as mulheres assistam aos filmes.

Hoje era dia de filme, toda terça-feira é. As mulheres estavam animadas desde agora cedo. Sempre alguma perguntava se ia ter, qual seria, se eu iria assistir com elas etc. Contudo, após o almoço, quando começou a exibição a maioria não ficou assistindo o tempo todo, saindo hora ou outra para fumar, beber água ou ir ao banheiro, até que algumas desistiram de continuar. As funcionárias insistem para elas voltarem, continuarem, e algumas até voltam depois de um tempo, querendo saber o que aconteceu. Vi que hoje apenas duas mulheres concluíram o filme, de oito que começaram a assistir (Notas do caderno de campo – 2022).

Mesmo dentro do CIAM, a gente oferta; a gente fez algumas ofertas de oficinas de dança, de corpo e elas não participam, preferem ver televisão. A TV, inclusive, é impressionante, a gente estava conversando sobre isso, pode ser considerado um momento de lazer? Pode, né? Mas assim, o quanto é

lazer? Porque elas gostam de assistir aqueles jornais que faltam pouco sair sangue, sabe? Às vezes, você põe um filme e aí foi engraçado que elas queriam muito assistir "Nasce uma estrela" e aí quando a gente colocou, elas pediram pra tirar porque estava muito parado, e aí elas não quiseram (*Elza* – funcionária do CIAM).

Essa condição de inquietude das mulheres, relativa tanto ao momento de assistir aos filmes quanto à participação em outras atividades coletivas realizadas no CIAM, relaciona-se, segundo *Catrina*, *Lady Butterfly* e *Joelma* (todas mulheres em situação de rua) ao fato de terem que “se concentrar” ou “ficar quieta”. Nas palavras de *Joelma*: “tem dia que é impossível. Nossa, mas por dentro ainda tá daquele jeito, até pra dormir é ruim. Você não percebe?”.

Não. De fato, eu não conseguia identificar certamente o dia em que alguma mulher estava *virada* ou ainda sob efeito de alguma substância entorpecente, salvo, é claro, aquelas que estavam em um estado mais similar ao estereótipo que temos sobre pessoas dependentes químicas ou quando chegavam aparentando certa ressaca e iam direto dormir. *Catrina* riu de mim quando falei isso e perguntou se, no dia anterior, eu não havia reparado nela, pois ela estava ruim: “meu olho “tava” desse tamanho”, disse *Catrina*, fazendo um sinal alargado com as mãos e fazendo *Joelma* e *Lady Butterfly* gargalharem. Na hora eu não ri ou talvez tenha rido sem graça, mas não consegui gargalhar.

Aproveitando aquele momento em que estávamos conversando após o almoço, estando *Catrina* e *Joelma* deitadas em colchões e eu e *Lady Butterfly* sentadas no banco, perguntei um pouco mais sobre a rotina de uso de drogas. Depois, quando já estava em casa, relatei a surpresa que foi introduzir aquele assunto de forma tão natural, mesmo que, naquela altura, as mulheres citadas já fossem interlocutoras mais próximas de mim.

Hoje à tarde, tive uma conversa sobre o uso de drogas com *Catrina*, *Joelma* e *Lady Butterfly*. Foi um diálogo natural, advindo de uma pergunta que fiz a elas sobre a última semana, quando não as vi dentro da sala assistindo filme. As três mulheres me explicaram que, às vezes, elas não ficam na sala de TV, pois não têm concentração para assistir a filmes, especialmente se forem filmes “parados”, nas palavras delas. Perguntei então, se, por isso, naquela última semana, elas estavam entrando e saindo da sala constantemente, ao que elas responderam que sim. *Catrina* afirmou que o motivo era porque estavam indo tomar um *chazinho* “lá fora”. No decorrer do papo, questionei qual droga que elas mais usavam, tendo obtido como resposta primeiro a maconha, que elas chamam de *chá/chazinho*⁴⁹, e depois o crack, que todas

⁴⁹ *Chá/Chazinho* é a maneira como as mulheres em situação de rua denominam a maconha. O uso da planta pelas interlocutoras desta pesquisa foi discutido mais detalhadamente no item 5.2 deste trabalho.

três lamentaram fazer o uso, admitindo saber que é a pior droga e reiterando o desejo de parar de usar (Notas do caderno de campo – 2022).

Como já apontado no capítulo anterior, guiado por *Leila* e *Luísa*, a maioria das mulheres interlocutoras da pesquisa desejam parar ou pelo menos reduzir o uso do crack, reconhecendo os malefícios da droga e boa parte delas atribuiu sua permanência nas ruas a esse vício. Nessa direção, de acordo com a política de Redução de Danos, faz parte da rotina das mulheres dentro do CIAM sair – ou melhor, ficar no portão do lado de fora da casa – para fumarem tabaco ou maconha sem serem reprimidas; não sendo permitido, porém, o uso de quaisquer drogas dentro da casa. No caso da maconha, elas fazem o uso de forma mais discreta, saindo pelo portão e ficando um pouco mais longe da entrada da casa – ainda que na mesma rua.

“Sair para fumar”, inclusive, faz parte da rotina da maioria delas dentro do CIAM, ocorrendo em vários momentos do dia, mesmo durante as exibições de filmes às terças-feiras, por exemplo. Logo, foram recorrentes as vezes em que vi uma mulher chamando outras para “irem lá fora rapidinho”, havendo mulheres que procuram quem tem cigarro para “compartilhar”.

O cigarro e o *chazinho*, aliás, são quase sempre divididos. Não vi nenhuma mulher indo para o portão fumar sozinha. O momento é sempre coletivo, mesmo quando se trata de mulheres desconhecidas do “grupo” que saiu para fumar. Assim, presenciei, mais de uma vez, mulheres que não eram amigas ou conhecidas pedindo um *trago* ou uma *bola* no cigarro de outras que, quase sempre concordavam, embora tenha ouvido comentários de algumas mulheres se referindo a outras como “folgadas”, pois “só querem do nosso e quando têm nunca acendem pra não ter que dividir”.

Quem me disse isso foi *Lena*, mulher em situação de rua que certo dia estava perguntando a várias mulheres se alguma delas tinha cigarro. Desde a parte da manhã, notei que ela estava agitada, não como se aparentasse que tinha usado alguma droga – apesar de não conseguir identificar isso de forma certa. Tratava-se de uma agitação diferente que, depois, ela me explicou que se tratava de um efeito da falta do crack. Por isso, logo que chegou no CIAM, *Lena* passou um longo tempo procurando alguém que tivesse cigarro para dividir com ela, pois segundo ela: “se eu não fumar, eu vou acabar na *pedra* mais tarde, menina!”.

Assim, a “saída” para fumar apareceu de modo recorrente como um dos hábitos da maioria das mulheres em situação de rua que frequentam o CIAM; sendo, de algum

modo, parte da rotina delas lá dentro, mesmo não havendo fronteiras absolutas que demarcam os afazeres de seus dias e, quiçá, de suas próximas horas.

Além disso, tendo apontado e reconhecido no item anterior a importância do descanso para a vida das mulheres em situação de rua que frequentam o CIAM, bem como a relação proporcional do corpo descansado com a maior propensão às interações sociais, a observação do cotidiano dessas mulheres dentro do equipamento apontou a presença de momentos de lazer além do descanso. Revelaram-se diferentes formas de sociabilidades que se desenrolam espontaneamente naquele ambiente, como a própria “saída para fumar”.

Por mais que não seja um lazer que talvez a gente não entenda e não ache como lazer, elas têm. Quando tá assistindo um filme, conversando aqui entre elas. Quando elas têm possibilidade de fumar ali fora, se entende que o lazer pode ser a droga, sair para usar droga. Até a roupa, quando tem roupa bacana para escolher, isso pode ser um lazer para elas (*Teodora*, colaboradora do CIAM).

Desse modo, é necessário levar em consideração que as práticas de lazer, quaisquer que sejam elas, precisam ser compreendidas de maneira situada, integradas e em diálogo com o contexto e o território nos quais se desenvolvem (Gomes, 2014).

Isso porque se, para mim, por exemplo, ter que ir à manicure ou eu mesma “fazer minhas unhas” significa uma “dor de cabeça”. Para as mulheres em situação de rua participantes desta pesquisa, “fazer as unhas” no CIAM aparenta ser, na maioria dos casos, um momento de socialização espontânea, no qual fica visível o ímpeto de “quererem se relacionar”; quer seja quando outra mulher realiza essa ação ou mesmo quando ela própria faz suas unhas – o que termina por chamar a atenção de outras mulheres, que acabam se aproximando.

Joelma faz a unha de várias mulheres de graça. Hoje eu até perguntei a ela se ela cobra, como que funciona? E ela me disse que não, que faz porque gosta mesmo, para distrair a cabeça. Percebi que ela gosta de fazer as unhas das outras mulheres sempre na sala de TV e quando a TV está ligada. Ela hoje, inclusive, me pediu esmaltes diferentes se eu tivesse em casa (Notas do caderno de campo – 2022).

A *Sebastiana* hoje trouxe suas coisas de fazer unha e estava fazendo as unhas de algumas meninas. Vi que as unhas de suas amigas eram feitas “na amizade”, mas uma outra mulher perguntou o valor e ela informou. Já uma segunda mulher perguntou o valor, mas disse que não tinha dinheiro, ao que *Sebastiana* respondeu que faria de graça rapidinho, pois ela até cobra, mas também gosta de fazer para ficar conversando, se distraindo e passando o

tempo. Neste momento da unha, estavam reunidas seis mulheres, uma delas estava ouvindo música⁵⁰ no celular em um volume mais alto. O gênero da música variava entre sertanejo, especialmente Marília Mendonça, *Power ballad*⁵¹, Pablo Vittar e louvores gospel. Durante as músicas, algumas cantavam junto, outras sugeriam outras faixas e, quando eram músicas animadas, algumas se levantavam para dançar. Algumas vezes, quem estava na sala de TV pedia para abaixar o volume, mas, dependendo da música, algumas mulheres saíam da sala para ficar no pátio curtindo o som (Notas do caderno de campo – 2022).

Por isso, concordo com Gomes, Debortolli e Silva (2019) a respeito da necessidade de considerar alguns limites no que diz respeito à classificação das atividades de lazer. Nesse caso, não estou afirmando que a ação de “fazer as unhas” se enquadre ou represente, essencialmente, uma prática de lazer, mas compreendo que, a partir de tal prática, há o fortalecimento de laços e uma intenção das mulheres de se relacionarem umas com as outras; tanto que esses momentos são apontados pelas interlocutoras da pesquisa como instantes de “distração” e “relaxamento”. Assim, dentro do contexto dessas mulheres e, principalmente, levando em conta o tempo-espaço no qual essa prática acontece, o “fazer as unhas” se configura como um lazer possível para as interlocutoras deste estudo, especialmente quando levamos em consideração que o entendimento dessas mulheres acerca do fenômeno estrutura-se tendo em vista sentimentos de satisfação, distração e relaxamento do corpo e da mente.

Por isso, as observações em campo levaram a crer que os momentos de lazer dessas mulheres no cotidiano do CIAM caminham ao encontro do entendimento das experiências de lazer como práticas sociais que possibilitam o desfrute da vida (Gomes, 2014), principalmente ao considerar o lazer como uma prática interativa que tem o poder de desenvolver a sociabilidade entre os indivíduos, que tendem a trocar experiências e vivências de estarem “juntos coletivamente” (Barral, 2012).

Isso significa dizer que, ao fazer referência ao lazer possível, ao longo deste estudo, reconheço que, na vida das mulheres em situação de rua participantes desta pesquisa, o fenômeno emerge, por vezes, de maneira não clara, estando mais relacionado com a fruição do tempo-espaço propiciado pelas vivências do que com a

⁵⁰ A prática de ouvir música, algo recorrente no cotidiano das mulheres em situação de rua interlocutoras desta pesquisa, será mais detalhada no item 5.2 deste trabalho.

⁵¹ Subgênero do rock que tem como característica o ritmo lento, sendo no geral músicas fortes e emocionais, que contam com interpretações teatrais (Você, 2021). Dito de outra maneira, esse subgênero seria aquele relativo às músicas “românticas do rock” como, por exemplo, os clássicos “*Alone*” da banda *Heart* e “*Always*”, de Jon Bon Jovi.

própria prática social em si. No caso da ação de “fazer as unhas”, por exemplo, estamos diante de uma prática que estaria no limite entre o que seria uma atividade de higiene (para a maior parte da sociedade) e a fruição daquele tempo-espço vivenciado coletivamente.

A partir dessa perspectiva, “o estar junto coletivamente” também se configura como uma das maneiras de desfrute do tempo-espço do CIAM, existindo alguns “grupos” na casa que, quando observados atentamente, exalam um senso de coletividade quase palpável, fazendo com que a imagem de certas mulheres seja, quase que instantaneamente, associada a outras mulheres do seu respectivo “grupo”, mesmo quando há divergências que as levam a romper os vínculos uma com a outra.

Hoje a *Ana Auxiliadora* estava chamando algumas meninas do seu grupo para ir para a *maloca* dela, pois iria fazer macarrão e frango à passarinho. Notei que ela convidava com o maior orgulho, deixando claro que era um convite e que ninguém precisava levar nada. Ela mesma me contou isso com um sorriso no rosto e eu admito que fiquei na expectativa que ela me chamasse também, o que não aconteceu. Depois de tomar banho pela manhã, o que *Ana Auxiliadora* nunca fazia, pois preferia se higienizar de tarde, ela reuniu as mulheres que aceitaram ir e se despediu de todos, tendo saído acompanhada de sete mulheres (Notas do caderno de campo – 2022).

Compartilhar esse relato do caderno de campo me fez recordar da própria entrevista de *Ana Auxiliadora*, que apontou que, no que se referia ao lazer dela, nada havia mudado radicalmente depois que ela ficou em situação de rua, apenas a frequência com a qual ela realiza as atividades de sua preferência, por causa do dinheiro. Quando perguntada sobre o que ela mais gostava no CIAM e se ela enxergava alguma prática de lazer possível naquele lugar, *Ana Auxiliadora* foi objetiva em dizer: “Acho que sim, né? Aqui eu gosto de conversar com as meninas e com as técnicas também. Posso considerar isso? Conversar, ficar aqui, ir ali fumar e ver televisão. Acho que é isso.”

Essa mulher e suas amigas eram as únicas que normalmente não dormiam ou cochilavam, estando sempre juntas conversando, vendo TV ou escutando músicas. Na maioria dos dias, chegavam em horários próximos, fumavam juntas e saíam para ir embora na mesma hora. Além disso, quando uma delas não ia, quase sempre uma outra sabia o motivo. Essa relação, no entanto, não era livre de divergências, ao contrário, por diversas vezes, presenciei discussões no grupo ou casos em que uma ficou sem falar com a outra e depois retomou a relação. Nesse grupo, aliás, havia certas relações que caminhavam em uma linha tênue entre amizade e relações

amorosas, sendo confidenciado por *Ana Auxiliadora* quais delas – do grupo – já haviam se relacionado amorosamente entre si. Por vezes, por exemplo, quando uma dessas mulheres do grupo “sumia” por alguns dias, o motivo era justamente as rugas presentes nesses relacionamentos amorosos entre elas; apesar de, após algum tempo, elas sempre voltarem “ao normal”, conforme me contaram.

Assim, acredito que esses grupos de mulheres existentes dentro do CIAM se reconhecem também nas ruas, mantendo uma convivência que extrapola os limites do equipamento. Isso pôde ser observado a partir de situações e histórias que as próprias interlocutoras deste estudo compartilhavam comigo, dando indícios de que havia uma convivência diária entre mulheres do mesmo grupo fora do CIAM. Além disso, o fato de essas mulheres quase sempre saberem o motivo de uma outra não ir ao CIAM em determinado dia reforça a ideia da existência desses grupos também no contexto das ruas.

Sobre a existência desses grupos dentro da casa, contudo, é preciso pontuar que eles não se formam somente nas ruas ou dentro do equipamento. Isso porque presenciei tanto a existência de “grupos” aparentemente já formados nas ruas e que, conseqüentemente, são visíveis no âmbito do CIAM; quanto algumas duplas de mulheres se transformarem em um “grupo” após conhecerem outras mulheres dentro da casa e estabelecerem relações de afinidade e proximidade. Ainda nessa direção, é importante reiterar que, como já dito em capítulos anteriores, na maioria dessas relações, as interlocutoras em situação de rua deste estudo não usam a palavra “amiga” ou “amizade” para descrever seus relacionamentos com os “grupos” dos quais fazem parte. Apesar disso, ao observar a forma como tais relações se desenrolam, eu consigo enxergar, na minha perspectiva, a presença de laços de amizade entre algumas delas.

Da mesma forma, a observação do cotidiano dessas mulheres no CIAM também me possibilitou presenciar a existência de rugas nas relações entre algumas mulheres e entre alguns grupos de mulheres. No capítulo 2, por exemplo, descrevi a “divisão”, mesmo que silenciosa, entre as mulheres cis e as mulheres trans, sendo visível, no caso destas últimas (quando não têm conflito entre elas), a existência de uma certa “procura” de uma pelas outras dentro da casa, talvez na intenção – ainda que inconsciente – de formarem um grupo. Aparentemente, embora esse cenário “dividido” não fique visível, a observação diária permitiu constatar a marcação, bem como certa rivalidade, entre esses dois grupos.

Escutei de longe a Yasmim falar sobre mim para duas mulheres novatas que ela trouxe aqui no CIAM pela primeira vez; ela disse se referindo a mim: “ela é um amor, só fica ali no cantinho observando os babados”. Nesse momento, eu ri para elas para que percebessem que eu havia escutado e, então me levantei e caminhei até elas. Porém, no mesmo momento que fiz isso, começou uma confusão de uma outra mulher que chegou na casa exigindo atendimento imediato em voz alta (se não me engano ela queria o almoço). Neste mesmo instante, duas mulheres que estavam na sala de TV saíram para o pátio e, em tom de discussão, falaram com a primeira mulher que aquela casa não era bagunça, que lá havia regras e que todo mundo respeitava. Essa intervenção não foi bem recebida pela mulher, que ficou provocando ofensivamente as duas mulheres que chamaram sua atenção pelo fato de elas serem mulheres trans (chamando-as de “travecos”). O clima só ficou mais leve quando uma funcionária da casa se aproximou e pediu que as mulheres trans fossem para a sala de TV novamente. Neste ponto, foi interessante enxergar que, mesmo outras mulheres cis presentes no momento não concordando com a postura daquela que chegou gritando querendo atendimento, quando esta última começou a debochar das mulheres trans, a maioria das mulheres cis compactuaram do deboche, seja rindo da situação ou fazendo comentários em voz baixa, reforçando as falas desrespeitosas contra as mulheres trans (Notas do caderno de campo – 2022).

Um outro momento no qual fica evidente a existência desses dois grupos é a hora da escolha de roupas antes do banho. Para *Teodora* (funcionária do CIAM), esse momento se configura como uma atividade divertida e de prazer para aquelas mulheres. Essa observação também foi feita em várias páginas do caderno de campo, pois era um fato cuja dinâmica – escolher a roupa, experimentá-la, olhar no espelho, pedir opinião de outras mulheres e trocar por outra roupa – representava um momento de descontração e distração entre elas.

Na maior parte das vezes, as mulheres trans eram as que mais gostavam dessa dinâmica de escolher e experimentar as roupas, momento que algumas chamavam de “montar o *look*”. Era frequente que uma mulher visse uma roupa e achasse que ficaria melhor na amiga e, assim, “tentasse guardar” para ela – pois a escolha da roupa é ordenada de acordo com os horários de banho de cada uma, e é necessário colocar o nome na lista no início do dia.

Além dessa dinâmica relativa à roupa, o momento de arrumar os cabelos e, no caso de algumas mulheres, fazer a maquiagem mostraram-se como instantes nos quais a interação entre as mulheres era fomentada de maneira espontânea e mais coletiva, não ficando restrita apenas ao seu “grupo”. Sendo assim, era comum ver mulheres que não eram próximas ou não se falavam dar opinião sobre roupa, calçado, cabelo e maquiagem durante o pós-banho uma das outras.

Novamente hoje se formou um círculo de mulheres arrumando uma o cabelo da outra. Todas elas tinham cabelos cacheados ou crespos. Cada uma dava opinião sobre como finalizar ou trançar, falando de suas experiências e de como acham que fica mais bonito. Notei que neste círculo estavam também duas mulheres trans que, aliás, não tinham tanta proximidade com as outras, mas estavam sendo as que mais falavam e davam dicas, sendo escutadas pelas outras (Notas do caderno de campo – 2022).

Esses momentos após o banho eram, muitas vezes, embalados por músicas, um elemento muito presente naquele cotidiano quando alguma mulher estava com celular ou caixinha de som. Não eram raras as vezes que a música “abria” espaço para a dança e para momentos de cantoria, o que era visto como um momento de diversão para a maioria ali presente, exceto quando o ritmo escolhido era o funk e algumas mulheres se incomodavam com as letras e/ou com outras mulheres dançando.

Sempre quando alguma mulher tem celular ou caixinha de som elas colocam música, gostam bastante de música. Uma delas, por exemplo, logo que sentou para esperar sua vez para o banho pediu para colocar Anitta ou Pablo Vittar, e foi uma vibração de geral. Era clipe, então elas também ficavam olhando para tela para ver as coreografias e poder reproduzi-las. Dá pra notar que algumas mulheres trans são apaixonadas pela Pablo; segundo *Catrina*, ela é sinônimo de sucesso, “a *drag*⁵² é poderosa!” Enquanto dançavam, *Beyoncé* estava falando em voz alta que era o “o show das trans no pátio do CIAM” e, ouvindo isso, uma outra mulher chegou perto de mim dizendo que poderia ter umas aulas de dança na casa ou fazer uns bailes, porque elas amam bailes (Notas do caderno de campo – 2022)

A tarde de hoje foi muito boa. Foi bom mesmo vê-las ali, presentes no “momento presente”, curtindo as músicas, falando sobre as cantoras, contando sobre suas memórias. Elas ficaram pelo menos uns 40 minutos nisso, todas elas (cerca de oito mulheres) interagindo, rindo, falando sobre suas preferências de músicas. O gênero das músicas variava entre Marília Mendonça e algumas músicas de rock internacional que elas se referiam como românticas. Era um momento divertido e de descanso, de relaxamento mesmo (Notas do caderno de campo – 2022).

Nem todas as mulheres gostavam desses momentos no pátio, havendo aquelas que entravam para dentro da casa quando começavam a tocar as músicas. Algumas vezes, as funcionárias precisavam pedir para as mulheres que estavam com o celular para abaixarem o som, sendo prontamente atendidas, embora a contragosto. Pelas minhas observações, a música gospel era um dos gêneros musicais preferidos das mulheres, visto que não havia muitas reclamações quando, entre uma música ou

⁵² *Drag queen*.

outra, eram colocados “louvores”⁵³ no celular; pelo contrário, quando se tratava de louvores mais populares, boa parte das mulheres cantavam juntas. Essa situação se repetia à capela, quando não havia nenhum celular para colocar os “louvores”.

O uso do celular pelas mulheres em situação de rua foi outra questão bem aparente nas minhas observações, sendo o instrumento utilizado tanto para a comunicação quanto – na maior parte do tempo – para a distração, seja por meio das músicas e clipes que elas assistiam, seja pelo uso das redes sociais. O mais interessante, no caso das redes sociais, é que as mulheres que eram donas dos celulares normalmente emprestavam os aparelhos para as outras também poderem entrar em suas contas a fim de verem mensagens e fotos de namorados, amigos e familiares. O CIAM também era o local onde elas carregavam os aparelhos, acontecendo, muitas vezes, de chegarem logo pela manhã já procurando um cantinho com tomada para ficarem próximas.

Hoje fiquei um bom tempo vendo fotos dos ex-namorados e atuais namorados de algumas mulheres pelo celular da *Lady Butterfly*. Tudo começou quando *Catrina* estava me contando de um ex-marido dela que era muito “gato” e, para me mostrar, pediu o celular emprestado de *Lady*. As fotos estavam no *Facebook* e, quando outras mulheres viram *Catrina* me mostrando, logo se aproximaram para ver também, querendo, posteriormente, entrar em suas contas para exibirem seus ex-namorados e fotos suas antigas, antes da situação de rua (Notas do caderno de campo – 2022).

A descrição desses momentos de integração entre as mulheres, que acontecem por meio do uso do celular, do ato de assistir televisão, da “saída para fumar”, da música, da dança, das conversas e, mesmo do “fazer” as unhas, ilustra o que o campo de pesquisa tem indicado sobre as formas de manifestação do lazer no cotidiano do CIAM, a partir de práticas sociais vivenciadas de maneira coletiva, o que reforça o poder que o lazer tem de desenvolver a sociabilidade entre os indivíduos.

Dessa maneira, é possível afirmar que as experiências humanas de interações sociais caracterizam a sociabilidade, uma vez que cultivam estilos particulares de entretenimento (Magnani, 1996). Assim, o lazer, como prática social das mulheres em situação de rua dentro do CIAM, se configura como possibilidade de desfrute não só daquele espaço seguro e de descanso, mas de desfrute da vida que lhes é, muitas vezes, violenta.

⁵³ Músicas gospel.

Portanto, a partir dessa conjuntura, creio que o CIAM se apresenta para algumas mulheres em situação de rua como um marcador temporal e espacial de seus cotidianos, possibilitando que elas vivenciem uma rotina diária que, a essa altura, considero que as aproxima de um modo de vida mais digno – com segurança, alimentação e banho – ainda que institucionalizado. O lazer emerge no cotidiano do equipamento de duas formas distintas e que estão intrinsecamente ligadas; a primeira se dá a partir do descanso de corpos e mentes e, a segunda, por meio das práticas sociais que culminam com a sociabilização, que gera bem-estar e desfrute da vida.

5 O LAZER DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA FORA DO CIAM

Este último capítulo descreve e avalia como é o lazer no cotidiano das interlocutoras da pesquisa fora do ambiente do CIAM, com base no que as mulheres em situação de rua relataram em entrevistas, conversas informais, bem como a partir da prática da observação participante. O que elas costumam fazer no seu dia a dia fora da casa? Como são suas noites e finais de semana? A partir das respostas a essas questões, também foi possível identificar como eram as práticas de lazer dessas mulheres antes da situação de rua, de modo a compreender as mudanças que ocorreram – ou não – em suas vidas no que diz respeito à presença do lazer em seus cotidianos.

Inicialmente, descrevo como foram os momentos nos quais acompanhei as mulheres em situação de rua, semanalmente, no projeto parceiro do CIAM “Elas Cultivam a Lagoinha”. Por se desenvolver em uma área verde do bairro Lagoinha, o projeto viabilizou a observação dessas mulheres fora do ambiente do CIAM, proporcionando novos olhares para suas práticas de lazer e a formação de maiores laços entre mim e algumas delas. Detalho, ainda neste capítulo, a visita, que pude acompanhar, de um grupo de mulheres integrantes do CIAM e frequentadoras do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha” ao museu Inhotim, o que se configurou como uma experiência turística que propiciou às mulheres o desfrute de momentos de lazer distintos daqueles com os quais elas estão acostumadas.

Por fim, descrevo, na última parte do capítulo, como era o lazer das interlocutoras desta pesquisa antes da situação de rua, apontando as mudanças que ocorreram e o que permaneceu similar em suas práticas de lazer. Esse movimento se fez necessário, pois, conforme a pesquisa foi se desenvolvendo, compreendi que o lazer, para as mulheres interlocutoras deste estudo, representa não somente uma aproximação e certa “preservação” de algumas práticas que as remetem ao seu modo de vida anterior à situação de rua, como também se configura como uma fuga da realidade vulnerável e violenta que elas enfrentam nas ruas e que, em alguns casos, é anterior à estadia nas ruas.

5.1 Elas cultivam a Lagoinha

A primeira vez que acompanhei as mulheres em situação de rua nos encontros do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha” foi a convite, ou melhor, por indicação de uma funcionária do CIAM que me apresentou para *Maria*, consultora psicossocial do referenciado projeto. Lembro-me de que era uma segunda-feira, o início da segunda semana em que eu estava em campo em 2022, e *Maria* havia ido até o CIAM para uma reunião com a coordenação do equipamento. Quando a conheci, ela concordou com minha ida à horta no dia seguinte, dizendo-me que, se quisesse, poderia esperá-la no próprio local onde aconteciam as atividades, pois, a rigor, ela ou outro membro da equipe do projeto sempre vêm ao CIAM para acompanhar as mulheres até a área verde⁵⁴, mesmo sendo uma distância curta, feita em cerca de cinco minutos caminhando.

No dia seguinte, resolvi ir direto para o local onde ocorrem os encontros do projeto, conforme me foi indicado. No entanto, fiz isso apenas dessa vez, pois enquanto esperava, por mais de 30 minutos, a chegada de *Maria* e das mulheres, imaginei que seria interessante observar o momento anterior à ida, bem como o deslocamento pelo trajeto. Além disso, confesso não ter me sentido confortável e segura esperando sozinha pelas mulheres no local, pois não havia muito movimento de pedestres ou comércio no entorno.

Passados cerca de 30 minutos, avistei seis mulheres na companhia de *Maria*, havendo ainda outras duas mulheres caminhando mais devagar atrás do grupo. Naquela altura, ainda que eu já houvesse conversado com algumas mulheres em situação de rua com as quais eu havia convivido na semana anterior, eu não tinha proximidade com nenhuma. Assim, foi uma surpresa ouvir de *Ana Auxiliadora* e *Leona*, quando me encontraram no portão de entrada da horta, um sonoro: “Que bom que você veio também. Vai ficar aqui com a gente?”

Ana Auxiliadora e *Leona* não sabiam, mas quando me perguntaram se eu “ficaria” com elas naquele primeiro dia em que as acompanhei ao projeto, estavam “permitindo” que eu vivenciasse com elas e outras mulheres momentos significativos

⁵⁴ Por vezes, neste capítulo, chamarei a horta de “área verde” ou “unidade produtiva”, sendo esta última forma (que será explicada no texto) a maneira como o local é descrito na gênese do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”.

para o desenvolvimento desta pesquisa, num espaço fora dos portões do CIAM, ainda que, de algum modo, também institucionalizado.

Logo que retomei o trabalho de campo no CIAM em 2022, fui informada, por uma colaboradora da casa, que as atividades culturais junto às mulheres em situação de rua haviam retornado, existindo, inclusive, passeios programados dos quais eu poderia participar. Segundo ela, desta vez “eu aproveitaria mais a pesquisa”. Recordo-me que achei curiosa tal afirmação, pois, ao passo que indicava um entendimento a respeito do objetivo deste estudo, também apontava que, não raramente, a presença do lazer no dia a dia de quaisquer sujeitos não é reconhecida facilmente, sendo o fenômeno compreendido de forma mais clara quando concebido como um bem de consumo ou como alguma prática distinta do que se faz rotineiramente.

É como se o lazer, para ser “validado”, necessitasse ter certa aparência e estilo pré-determinados (Blackshaw, 2017), negando a espontaneidade, a singularidade e a livre escolha do sujeito presentes no bojo desse fenômeno, sem dizer dos arranjos possíveis que o fenômeno pode ter quando observado em contextos e modos de vida distintos.

Acredito, então, que foi na perspectiva “do sair da rotina” que *Mabel* se apoiou para afirmar que eu aproveitaria mais o segundo ano de trabalho de campo no CIAM, visto que, para ela, o retorno das atividades coletivas no equipamento proporcionaria às mulheres em situação de rua oportunidades de experiências não rotineiras. Nesse sentido, a participação das mulheres no projeto “Elas Cultivam a Lagoinha” era um exemplo dessa quebra de rotina dentro do CIAM.

Elas têm tão pouco, que eu fico olhando que qualquer passeio, quaisquer coisas que tirem elas do momento que estão aqui dentro ou que estão na vida da rua, é lazer. Tipo a horta, você está indo com elas e vendo como é (*Mabel*, funcionária do CIAM).

Sair do CIAM, na minha visão, já é uma quebra na rotina. Então, sair de lá e caminhar até na horta já é algo diferente. Estar aqui conversando, ver outras pessoas passando, lancha junto, tem todo um significado e tudo isso tem um pouco de lazer (*Maria*, representante do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”).

Maria não estava errada, pois todo o contexto de atividades ofertadas no projeto – como será descrito adiante – tinha “um pouco de lazer”, especialmente

quando compreendemos o fenômeno como práticas sociais que possibilitam concomitantemente o desenvolvimento de sociabilidades e a própria fruição da vida. Por isso, quando *Maria* diz que o lanche junto ou mesmo o deslocamento coletivo para a horta têm um pouco de lazer, ela está dizendo sobre a oportunidade dessas mulheres gozarem de momentos e práticas sociais seguras, nas quais há interações sociais e, conseqüentemente, possível fortalecimento de laços entre elas.

Nesse sentido, segundo *Maria*, mesmo que o lazer não tenha sido citado diretamente na gênese do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha” quando foi elaborado, ela considera que o bojo de atividades que compõem o projeto possui sentido de lazer para as mulheres em situação de rua, especialmente quando levada em conta a delimitação de um tempo-espço para esses encontros.

A idealização do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha” se deu, segundo *Maria*, primeiramente, como solução para uma “disputa” que ocorria na Lagoinha – entre a própria população local – sobre o que deveria ser feito na área verde onde atualmente funciona a horta, pois se tratava de uma área inutilizada no bairro, configurando-se, na época, como terra para uso de drogas.

[...] essa área, especificamente onde a gente tá, foi uma área de disputa para saber o que se fazer com ela. Que aí era: “não se faz nada com essa área, ela fica inutilizada e vira terra de uso”, ou “coloca estacionamento e fica na questão de que todas as áreas da cidade inutilizadas têm virado estacionamento”, e aí chegou a ideia de transformar isso em algo que a comunidade pudesse utilizar (*Maria*, representante do projeto Elas Cultivam a Lagoinha).

Assim, de acordo com as entrevistas de *Clarice*, diretora de prevenção à criminalidade da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP), e *Maria*, representante do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”, desde 2017, há um grupo de trabalho vinculado à SMSP da Prefeitura de Belo Horizonte que visa criar estratégias para trabalhar a questão do uso de drogas em áreas públicas (estando o próprio CIAM articulado com esse grupo de trabalho). Em 2021, houve a idealização, por iniciativa desse grupo de trabalho, em parceria com a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) e com o Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável – (IEDS), do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”.

Um dos objetivos desse projeto, segundo *Maria*, foi a integração das mulheres usuárias do CIAM àquela área verde, concebida pelos idealizadores como uma Unidade de Produção Agroecológica. Outra intenção, segundo *Clarice*, era que as

mulheres em situação de rua usuárias do CIAM pudessem desfrutar de um espaço seguro, organizado e produtivo na Lagoinha.

É importante apontar que o espaço não é destinado exclusivamente para o uso do projeto, sendo aberto à comunidade do bairro como um todo; porém, como bem relatado por *Maria* e visto por mim enquanto estive em campo, a comunidade ainda não se apropriou do local, de modo que foram poucas as vezes que presenciei alguém que não fosse do grupo de mulheres usuárias do CIAM adentrando a horta.

Por ser trabalhada como uma unidade produtiva, na horta ocorrem diversas oficinas com foco na agroecologia, visando estimular a geração de renda para as mulheres em situação de rua frequentes no projeto. Portanto, durante os meses que acompanhei as mulheres no local, pude participar, junto com elas, de quatro oficinas: produção de desodorante natural, produção de paçocas, oficina teórica sobre plantas alimentícias não convencionais (PANC)⁵⁵ e, por último, oficina teórica sobre plantas medicinais.

Sobre essas oficinas, em conversa com as interlocutoras deste estudo, foi possível constatar que tais atividades ofertadas pelo projeto não se configuravam como o ponto mais relevante dos encontros na horta, na verdade, observei que, quando havia essas oficinas, algumas mulheres, inclusive, demonstravam certa impaciência, especialmente quando quem conduzia os momentos era algum convidado “de fora” do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”.

Nessa direção, algumas vezes, ouvi das mulheres que estavam na horta reclamações discretas relativas aos dias em que foram ofertadas oficinas produtivas ou teóricas por algum convidado. Nas palavras de *Catrina*, “eu até gosto de participar, aprendo as coisas rápido, mas aqui é bom da gente ficar deitada, conversando e rindo. Acho um pouco chato quando ficam falando muito”. Essa afirmação parece indicar que os momentos “livres”, nos quais as mulheres conversam e ficam “descansando”, seja dentro do CIAM ou na horta, são, possivelmente, aqueles preferidos por elas.

Das quatro oficinas das quais participei com as mulheres, houve duas de que elas mais gostaram e que repercutiram positivamente ao longo dos dias. A primeira foi a de produção de paçocas, que aconteceu em duas semanas diferentes, sendo um dia destinado à aprendizagem da produção de paçoca e sua posterior degustação, e

⁵⁵As plantas alimentícias não convencionais (PANC) são espécies de plantas ou parte delas que são comestíveis, mas que não fazem parte de nossos hábitos alimentares, podendo ser nativas ou exóticas, e espontâneas ou cultivadas (Sartori, 2020).

outro dia, que ocorreu na semana seguinte, reservado para que elas produzissem um número maior de paçocas (que foram armazenadas) para serem levadas para o passeio ao museu Inhotim, que aconteceria na semana seguinte. Essa oficina de paçocas, em especial, proporcionou a ativação de diversas memórias afetivas das mulheres participantes, ocasionando momentos nos quais várias delas se sentiram impelidas em compartilhar seus conhecimentos “culinários”, a maioria deles ligados a algo que elas aprenderam com suas mães ou avós.

[...] esse cheiro de amendoim me lembra quando minha tia fazia canjica. Mas aí não era de pacote assim não; ela comprava, torrava na panela e deixava até queimar um pouco pra dar um gostinho melhor e aí era que triturava. Mas eu não lembro agora se tinha liquidificador, não lembro direito como moía o amendoim, deve ser com “soquete”, né? (*Neuza*, mulher em situação de rua).

O amendoim é afrodisíaco. Eu não posso com isso porque já estou sem namorado, aí você imagina, amiga... Não dá! Mas eu não sei se é não, o povo é quem diz. Quando eu era novinha também não comia muito por causa de espinha, minha mãe falava que dava; tanto amendoim e chocolate dão espinhas. Mas eu vou comer as paçocas mesmo branca assim, porque igual a outra falou, o mais gostoso é o amendoim torrado na hora, esses de pacote não é a mesma coisa, olha lá como fica branco (*Catrina*, mulher em situação de rua).

O mesmo cenário se repetiu na oficina sobre plantas alimentícias não convencionais, apontada como a segunda oficina preferida pelas mulheres interlocutoras da pesquisa. Na ocasião, por ser um assunto pouco conhecido entre as mulheres presentes – inclusive eu – a participação delas se concentrava ora nas lembranças do que comiam quando moravam em suas casas, normalmente em suas infâncias, ora demonstrando curiosidade e interesse nas espécies de PANC apresentadas - como no caso da planta lambari-da-horta⁵⁶.

[...] a gente podia plantar aqui na horta essa daí que você tá falando fica igual peixe [lambari-da-horta]. Porque eu só acredito provando, duvido que fica parecido com peixe, nunca ouvi falar disso. A gente podia plantar aqui e pedir para fazer lá no CIAM (*Ana Auxiliadora*, mulher em situação de rua).

[...] eu comia muito ora-pro-nóbis, mas a gente lá não chamava disso não. Nem sei como era. Mas vendo aqui a folha lembro que minha mãe fazia. Só que tinha que comer na hora, se não ficava ruim e aí não presta. Eu não sabia era que tinha isso tudo de coisa boa nele. A gente comia normal, porque dava na horta e todo mundo comia lá em casa, mas não sabia disso que era bom para o sangue, para a saúde (*Leona*, mulher em situação de rua).

⁵⁶ A maioria das mulheres ficou interessada em experimentar essa PANC, pois, como diz o seu nome, quando preparada frita, possui leve sabor similar ao de peixe frito.

Em ambas as oficinas houve degustação; no caso da oficina de paçoca, as mulheres experimentaram o doce que elas mesmas haviam ajudado a preparar e, relativo às PANC, havia algumas espécies de plantas e flores cruas que as mulheres poderiam experimentar, caso quisessem. É importante apontar ainda que a oficina de produção de paçocas foi realizada em uma cozinha industrial localizada em frente à horta onde acontece os encontros do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”, dentro do Mercado Popular da Lagoinha, espaço ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte. Esse ambiente, que era organizado e equipado (com utensílios culinários), também se configurou como um elemento interessante para as mulheres que participaram da oficina de paçocas, aproximando-as e/ou lembrando-as, de alguma maneira, de sua rotina em suas antigas casas.

[...] Na hora de começarem a processar o amendoim para a paçoca, houve disputa pra ver quem iria utilizar o liquidificador. Quase todas queriam. O mesmo aconteceu para lavar uma colher que caiu no chão, umas três se levantaram para pegar e queria ir lavar. Lady Butterfly foi mais rápida e, depois de lavar a colher, ficou olhando e perguntando se não tinha mais nada para lavar. Quando terminou tudo, foi ela, de novo, quem lavou os utensílios e estava procurando vassoura para varrer a cozinha, mesmo a equipe do IEDS tendo falado que não precisava limpar o local, pois havia quem iria fazer isso (Notas do caderno de campo – 2022).

[...] podia ter um monte de coisas para eu lavar, eu gosto, me relaxa. Até disso a gente sente falta, né? Apesar que eu sempre gostei mesmo de arrumar casa, varrer, arrumar cozinha. Imagina fazer isso da sua casinha? Eu gosto muito disso; isso relaxava a minha mente quando eu tinha a minha casa. Sinto falta de fazer aquela limpeza na minha casinha e depois tomar um banho e deitar, sabe? (*Lady Butterfly*, mulher em situação de rua).

Desse modo, foi possível observar que ambas as oficinas prediletas das mulheres representaram, conforme descrito nos trechos acima, instantes que as aproximaram “de casa”; seja pelas lembranças sobre como a mãe ou a avó faziam determinadas receitas, seja pela utilização de uma cozinha e de seus utensílios. Nessa direção, Knestaut, Devine e Verlezza (2010) apontam que o significado de “casa” para as pessoas que estão em situação de rua tem sentidos de bem-estar, conforto, controle, privacidade e, o mais importante para os autores, senso de identidade e pertencimento. Assim, quando as mulheres que participaram das duas oficinas descritas anteriormente fizeram as paçocas, por exemplo, havia, naquele momento, tanto o sentimento de bem-estar de estar cozinhando aquilo que vai comer

– o que na situação de rua é algo raro – quanto a sensação de conforto de poder cozinhar e depois lavar e organizar uma cozinha.

Além disso, estar em grupo na cozinha, para produzir a paçoca ou aprendendo sobre as PANC na horta, despertou naquelas mulheres algumas memórias compartilhadas sobre os seus aprendizados culinários com suas mães, avós, irmãs e tias. Essa conjuntura nos remete ao que Melo (2011) afirma sobre as lembranças serem aquilo que resta às pessoas em situação de rua e, portanto, terem o poder de ativar o passado de maneira a articulá-lo com o presente desses indivíduos.

Não à toa, as lembranças pessoais compartilhadas por algumas mulheres presentes nas oficinas proporcionaram momentos de trocas de conhecimentos entre o próprio grupo, em uma dinâmica que se revelou como um reencontro com suas vidas anteriores à situação de rua, questão cara para este grupo social, pois um dos efeitos da situação de rua é, exatamente, a desconexão e a sensação de vazio (Dumbleton, 2005). Trata-se de uma desconexão que não é somente de si própria e de sua identidade, mas também de suas redes de afeto e de sua comunidade (Klitzing, 2004a), bem como de seus contextos, hábitos e ambientes cotidianos.

Desse modo, ainda que o objetivo principal das oficinas seja oportunizar a aprendizagem daquelas mulheres a respeito de algum processo de produção ou o conhecimento sobre determinados alimentos, o desenrolar das ações permitiram – no caso das oficinas descritas acima – o desenvolvimento de sociabilidades e a fruição de práticas sociais com sentidos lúdicos e satisfatórios para aquelas mulheres. Nessa direção, concordo com Gomes (2014) quando afirma que o lazer representa “a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas sociais constituídas culturalmente” (p.12), sendo essas práticas sociais tecidas a partir da própria experiência dos sujeitos, que a elas atribuem distintos significados.

Isso significa dizer, por exemplo, que quando *Lady Butterfly* apontou que se sentia relaxada organizando a cozinha e lavando os utensílios usados durante a oficina, essas ações tinham outro sentido para ela além da limpeza, de modo que aquele momento como um todo – e não somente a ação em si – representou uma oportunidade de fruição de sua vida, configurando-se, no contexto e a partir da realidade dessa mulher (assim como a conjuntura que envolve o ato de “fazer as unhas” no CIAM), como uma prática e/ou um momento de lazer possível. É importante destacar que essa prática não é observada isolada do tempo-espço no qual ela

acontece, sendo esses elementos essenciais para a teia de significados tecida por cada sujeito.

Para Klitzing (2004b), que realizou pesquisas com mulheres em situação de rua no oeste dos Estados Unidos, o lazer reafirma para essas mulheres partes de suas vidas anteriores à situação de rua, o que, a longo prazo, pode reconectá-las com seus vínculos sociais e afetivos de maneira que voltem a se “afiliar” à sociedade (Klitzing, 2004b). Ademais, concordo com Knestaut, Devine e Verlezza (2010) que defendem que o envolvimento de pessoas em situação de rua com o lazer cria sentimentos de pertencimento, o que melhora a autoestima e leva a uma satisfação com a vida. Satisfação com a vida, por sua vez, que compreendo ser dialógica com o entendimento de fruição, gozo ou desfrute da vida que, para as mulheres em situação de rua interlocutoras deste trabalho, possui relação com o seu próprio bem-estar e, de alguma forma, com a sua “humanização”, tendo em vista as condições demasiadamente vulneráveis as quais são constantemente submetidas.

Diferentemente das oficinas de produção de paçocas e aprendizagem sobre as PANC, participei, junto com as mulheres, de outras duas oficinas – de plantas medicinais e de produção de desodorante natural – que tiveram uma participação ativa (no sentido de trocas de experiência e mesmo de interesse) das mulheres; entretanto, bem menor quando comparada à experiência das oficinas descritas anteriormente. Por isso, em ambas as oficinas (de plantas medicinais e de produção de desodorante natural), que aconteceram em semanas diferentes, foi recorrente, por parte das mulheres em situação de rua, a pergunta constante a respeito das horas, as frequentes “saídas” da roda de conversa para irem fumar e andar pela horta, bem como o aparente desinteresse pelo que estava sendo “ensinado”.

Não por acaso, as experiências nesses dias evidenciaram o cenário que eu já vinha visualizando em ocasião das observações e das conversas com as mulheres. Para elas, a horta não tem o sentido de unidade produtiva, mas representa a oportunidade de estar ligada ao gozo de um espaço verde ao ar livre, seguro, no qual elas podem conversar, descansar e se alimentar na companhia de outras mulheres. Num primeiro momento, essa conjuntura de sentidos não é muito diferente do que o CIAM significa para elas, uma vez que ambos os locais fornecem para essas mulheres – cada qual da sua maneira – significados de “casa” e promoção de bem-estar, especialmente no tocante à segurança, pois permitem que elas possam ocupar e

desfrutar de espaços e tempos sem a tensão corporal e mental que a situação de rua as impõe.

Desse modo, embora seja organizada como uma unidade de produção, a horta parece funcionar como “uma extensão do CIAM” para as mulheres usuárias do equipamento. Em termos análogos, é como se a unidade de produção fosse o “quintal” da casa, que é o CIAM. É interessante, inclusive, pensar no movimento que as mulheres fazem para ir até à horta, visto que elas saem do CIAM e a ele retornam ao término dos encontros do projeto.

[...] na escrita no plano de trabalho isso aqui chama Unidade Produtiva. E assim, desde o começo eu sabia que não vai funcionar assim, como Unidade Produtiva. É uma horta, vamos falar horta e vamos embora. O espaço, a área, cada hora aparece um nome que elas dão. Horta apareceu mais agora, desse ano para frente, porque começou a ter o que colher⁵⁷, antes era só espaço, área. Agora tem o que colher e, por isso, chamam de horta (*Maria*, representante do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”).

De fato, no tempo em que estive em campo, o termo horta foi o mais utilizado pelas mulheres interlocutoras da pesquisa para se referirem à unidade produtiva. Distinto disso, apareceu apenas a expressão “lá embaixo”, fazendo referência ao fato de que, para ir até à horta, era necessário descer a rua na qual o CIAM está localizado.

Entretanto, ainda que o termo horta seja o mais popular entre as mulheres participantes do projeto, apenas algumas delas detinham uma relação cuidadosa afetiva com o local, sendo, essencialmente, aquelas que participaram de alguma etapa do plantio da horta. São elas que também perguntam sobre uma planta ou outra, pedem para mexer, colher, ou regar o espaço, além de gostarem de opinar sobre o que deve ser plantado das próximas vezes. No mais, a maioria das mulheres frequentadoras do projeto parecem ir até a horta por causa da possibilidade de descanso e fruição de suas vidas em um espaço seguro diferente, naquele caso, uma área verde arborizada, bem como por causa do grupo que se formou em torno do projeto.

⁵⁷ Até o momento em que estive no campo (maio de 2022), era recorrente a colheita de ervas para tempero culinário, como cebolinha e salsinha, alface, pimenta do tipo “biquinho”, normalmente utilizada para conservas, e ervas utilizadas para fazer chá quente ou gelado, como o capim cidreira. É importante destacar que as mulheres normalmente colhem com frequência apenas os “temperos” (cebolinha, salsinha e a pimenta), levando-os para dentro do CIAM para colocarem em seus próprios pratos durante o almoço.

Quando me refiro a esse aparente grupo formado, destaco que não são todas as mulheres usuárias do CIAM que frequentam o projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”, ainda que ele seja aberto para todas elas. Assim, logo na segunda semana que acompanhei as mulheres em suas atividades na horta, ficou bem demarcada a existência de um grupo específico que frequentava a horta, embora, a cada semana, variasse o número de mulheres presentes – algo comum por conta do modo de vida desse grupo social, que tem como característica a não fixação por muito tempo em um mesmo lugar. Dos encontros dos quais participei na horta, o dia com a presença de mais participantes foi uma quarta-feira de piquenique, quando havia 13 mulheres no local, sem contar comigo e com a equipe do IEDS.

As mulheres participantes do projeto não eram todas amigas entre si, na verdade, esse grupo maior era composto por outros pequenos grupos, trios ou duplas que se aproximaram devido por causa das idas à horta. Presenciei, por diversos dias, *Maria* convidando outras mulheres que estavam no CIAM para irem junto com ela e as demais até o local; porém foram poucos os aceites que pude acompanhar. Eu mesma, algumas vezes, convidei uma ou outra mulher para ir comigo para a horta, tendo sempre recebido resposta negativa ao convite.

Conforme as semanas foram se passando, contudo, compreendi que existiam mulheres em situação de rua que não se integravam a nenhum grupo ou a nenhuma outra mulher dentro do CIAM e, por isso, algumas delas raramente participavam de atividades coletivas ou ações externas como as desenvolvidas pelo projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”. Mesmo nos momentos descritos no capítulo anterior, nos quais havia interações entre as mulheres dentro do CIAM, seja quando assistiam à TV ou durante as conversas no pátio após o almoço, essas mulheres pouco se aproximavam das outras.

Nessa direção, as observações de campo me permitiram enxergar a existência de dois grupos distintos de mulheres que menos interagem entre si, a saber: aquelas que pareciam não fazer questão de se integrar, e aquelas que não eram acolhidas pelo grupo.

Rosimeire e *Luana*, por exemplo, encaixavam-se entre aquelas que não faziam questão de estar na companhia de outras mulheres, ficando sempre sozinhas, lendo algum livro ou conversando com alguma colaboradora do CIAM. No caso dessas duas mulheres, havia até um certo tipo de conversa com as outras, mas o diálogo não ultrapassava quaisquer limites que envolvessem suas respectivas individualidades.

As duas participavam do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha” e, como pude constatar em conversa individual com ambas, compreendiam o projeto como uma oportunidade de aprendizagem.

No caso de *Luana*, a aprendizagem estava ligada às oficinas agrícolas ministradas, tanto que, nos dias em que não havia essas atividades na horta, ela não se deslocava para lá junto com as outras mulheres. Já para *Rosimeire* o projeto era um meio de vivenciar atividades culturais e estar em contato com a natureza que, segundo ela, “também é uma oportunidade de conhecer sobre a gente mesmo”. Por isso, mesmo quando não havia as oficinas *Rosimeire* ia para os piqueniques, ainda que não interagisse constantemente com as outras mulheres.

Embora participassem das atividades na horta, tanto *Luana* quanto *Rosimeire* permaneciam mais caladas, dialogando com os membros da equipe responsável pelo projeto e/ou apenas com algumas mulheres. Além disso, quando havia, por exemplo, os instantes de dança ou música, elas não se integravam, embora também não implicassem ou demonstrassem insatisfação. Mesmo assim, por mais de uma ocasião, ouvi outras mulheres se referindo a *Luana* e a *Rosimeire* como “metidas” e “enjoadas”. Nas palavras de *Ana Auxiliadora*, “essa aí [*Rosimeire*] não se mistura” e, para *Catrina*, “ela [*Luana*] não faz questão de ninguém, só quando tá atrás de algo”.

Catrina não estava completamente equivocada em sua concepção sobre *Luana*, visto que ela já havia me dito que não confiava em ninguém nas ruas, pois já se decepcionara muito nos quase 10 anos que está em situação de rua. Segundo ela, a formação de vínculos traz muito sofrimento depois que uma relação – mesmo de amizade – termina ou quando é necessário ir embora depressa de alguma cidade, sem olhar para atrás.

Luana me contou que saiu de casa aos 15 anos para trabalhar em uma chácara próxima à sua cidade natal. Ela é filha única e, desde os sete anos de idade, se reconhece como uma mulher trans, não tendo enfrentado problemas de aceitação na sua família. Com 17 anos, uma amiga que era, nas palavras dela, “mulher da vida” levou-a para uma boate pela primeira vez e, depois desse dia, ela começou a fazer programas. Atualmente, *Luana* só realiza alguns programas quando está em recaída do crack, tendo conhecido o CIAM em uma dessas ocasiões.

Um dia que eu tinha recaído e fiquei *virada* na rua, perguntei para ela se não tinha um lugar para tomar banho e aí ela me trouxe aqui, me trouxe não, me indicou. Porque eu tava na casa da cafetina, e aí gastei todo dinheiro que

ganhei na droga e fiquei com medo de voltar, né? Eu sempre fui de jogar dinheiro fora com droga, bebida, roupas, calçados. Esse é meu problema. (*Luana*, mulher em situação de rua).

[...] eu já trabalhei uns 9 anos direto [na prostituição], conquistei muita coisa, perdi muita coisa, joguei muito dinheiro fora. Eu não tiro disso uma boa experiência, não. Eu tive muito luxo, viajei muito, conheci o mundo. O mundo que eu falo não fora do Brasil, mas aqui dentro mesmo (*Luana*, mulher em situação de rua).

Devido ao tempo em que está em situação de rua, mesmo tendo apenas 32 anos, Luana tem uma postura amadurecida diante das outras mulheres, especialmente no que diz respeito às mulheres trans, como ela. Notei isso especialmente pela forma como ela olhava e falava sobre essas mulheres comigo, sendo sempre em um tom ou sentido de que aquelas mulheres estavam fazendo escolhas erradas ao entrarem no mundo das drogas e da prostituição.

Certa vez – já relatada neste trabalho – quando algumas mulheres me contavam e riam dos efeitos que o crack causava em cada uma, *Luana* estava no pátio e me lembro de suas expressões faciais ouvindo as outras mulheres descrevendo o *pega*. Era um olhar e um semblante que ora pareciam dizer que aquelas situações narradas não tinham graça nenhuma e que “o pior” ainda estava por vir e que ora transmitia um sentimento de pena daquelas mulheres. Depois de conversar e me aproximar mais de *Luana*, compreendi melhor um dos motivos de sua postura retraída. Havia nela certo receio de que quaisquer estabelecimentos de relações pudessem levá-la ao uso do crack, com o qual ela travava uma constante luta.

Já no caso de *Rosimeire*, os motivos de não ser próxima das outras mulheres que frequentavam o CIAM e, conseqüentemente o projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”, tinham relação com a não existência de afinidades entre elas e as demais. Essa mulher, por exemplo, era contrária ao uso da TV para assistir apenas programas sensacionalistas sobre crimes, pois compreendia que era algo que não acrescentaria nada naquele momento, que deveria ser para elas relaxarem e se divertirem, assistindo a algo mais lúdico, nas palavras dela.

[...] Com usuário de crack hoje em dia você não encontra uma amizade, sabe? É uma amizade de droga, sabe? A droga acabou, tchau. Então, não tem muito diálogo, sabe? Os diálogos são todos voltados para a criminalidade, roubo, tirando muita vantagem sobre isso. E eu já tenho uma coisa mais filosófica de conversa, então eu nem rendo muito, uma porque as pessoas não querem entender muito sobre as minhas conversas, outra que eu também não vou

ficar gastando a pessoas querendo conversar dos meus papos (*Rosimeire* – mulher em situação de rua).

Rosimeire, embora tenha exercido sua profissão de técnica de enfermagem por 13 anos, também já trabalhou com música e artes plásticas, sendo as artes seu principal interesse atualmente. A primeira vez que ela esteve em situação de rua foi aos 27 anos de idade, logo após o falecimento de sua avó e durante o puerpério de seu único filho, que hoje tem 13 anos e está sob os cuidados de um familiar. Nos últimos sete anos, antes do início da pandemia em 2020, *Rosimeire* estava *limpa*, morando com seu filho e trabalhando como técnica de enfermagem; porém o contexto pandêmico levou-a à depressão, com a consequente recaída no uso abusivo do álcool e, posteriormente, do crack. Essa situação fez com que ela perdesse a casa, a guarda do filho e voltasse à condição de rua.

Entre as mulheres que não “pertenciam” a nenhum grupo ou tinham vínculo com pelo menos uma ou duas mulheres, havia aquelas que sofriam de algum problema relacionado à saúde mental e que, por isso, estavam quase sempre sozinhas no CIAM e, dificilmente, iam para a horta. Nesse sentido, porém, observei que a não integração com as outras mulheres do CIAM, por parte daquelas que viviam com alguma questão de saúde mental, não se tratava – na maioria dos casos – de uma escolha da própria mulher, mas representava uma “resistência” que vinha das outras – especialmente quando alguma mulher em sofrimento mental estava em crise.

Não foi incomum, por isso, ouvir de algumas mulheres usuárias do CIAM frases como: “Não pode dar papo para gente doida” ou “Não dá ideia para essa aí, não, porque é maluca”. Essas frases e termos reforçam os estereótipos preconceituosos existentes quando se trata de pessoas com transtornos de saúde mental. Nessa direção, *Frida*, funcionária do CIAM, apontou que o maior desafio de trabalhar naquele equipamento, para ela, era justamente a questão da saúde mental das usuárias, pois “mesmo sendo especializada, são manejos diferentes que a gente tem que ter com cada usuária, o que torna esse o principal desafio”.

Desse modo, ainda que, por parte do CIAM e do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”, houvesse tentativas de integrar essas mulheres em sofrimento mental às atividades coletivas, é perceptível a resistência de outras mulheres quanto a essa integração. Embora não se manifeste sob a forma de ofensas declaradas ou conflitos, essa resistência se estrutura no silêncio e na negativa de estabelecer diálogos com as mulheres em sofrimento mental, mesmo quando elas tentam alguma aproximação.

Em contrapartida, há mulheres como *Ana Auxiliadora* que, por vezes, saem em defesa das mulheres que possuem algum transtorno de saúde mental, sempre fazendo alertas sobre seu estado quando percebe que alguma outra mulher vai perder a paciência.

Em seu estudo com mulheres em situação de rua, Klitzing (2004b) apontou que as mulheres com alguma doença mental necessitam - ainda mais do que as outras mulheres - de programas e serviços que as ajudem a retomarem seus vínculos sociais desfeitos, sendo o lazer umas das melhores dimensões a serem trabalhadas nesses programas. Isso porque, para essa autora, além do lazer ter a capacidade de fornecer um contexto que facilita o desenvolvimento de relações que, geram, por sua vez, distintas interações sociais (Klitzing, 2004a), esse fenômeno se caracteriza como uma das principais maneiras de as mulheres entrevistadas em sua pesquisa lidarem com o estresse crônico de estarem em situação de rua.

Ao encontro dessa perspectiva de Klitzing (2003, 2004a), Knestaut, Devine e Verlezza (2010) também consideram que as práticas de lazer são uma maneira de as pessoas em situação de rua lidarem com o estresse causado pelo seu dia a dia, visto que, durante suas práticas de lazer, existe uma tendência de aumento de sentimentos positivos. Ademais, o lazer ainda oportuniza que, durante as interações sociais, as pessoas se conheçam melhor, entendendo seus interesses em comum, bem como aprendendo sobre os pontos nos quais são diferentes (Klitzing, 2004b).

Nessa perspectiva, as idas até à horta levaram-me a refletir que, embora inicialmente o local não tenha sido pensando como um espaço de lazer para as mulheres em situação de rua que frequentam o CIAM, ele parece favorecer, tanto em espaço quando em tempo, o surgimento de práticas sociais que se caracterizam como lazer para as interlocutoras desta investigação.

[...] Entramos na horta e as mulheres já foram se espalhando pelo local. A horta é bonita. Está bem cuidada e o dia também está lindo. Algumas mulheres foram andar pelo local; vi que *Neuza* foi direto para perto de um canteiro (que não identifiquei de que era) e começou a olhar e falar que estava bonito, tendo perguntado a *Maria* se poderia levar algumas quando fosse embora. Depois que cheguei perto dessa mulher, vi que o que ela queria levar eram pimentas “biquinho”. *Neuza* me explicou que já era a segunda vez que as mudas estavam carregadas e que, da primeira vez, elas aprenderam a fazer conservas. Enquanto estava neste cantinho com *Neuza*, chegaram *Catrina* e *Lady Butterfly* me contando que também gostavam dessa espécie de pimenta. Um pouco atrás de onde estávamos, num espaço onde há sombras feitas pelas árvores, a maioria das mulheres já estava sentada em um grande círculo sob cangas e toalhas estendidas na grama. De longe, quando olhei a cena, enquanto me encaminhava para lá, pensei que estava

um dia bonito e que aquele local era mesmo propício para aquilo: sentar ou deitar e ficar descansando sob as árvores. Quando chegamos próximas ao círculo, as mulheres que já estavam sentadas abriram espaços para mim e para as outras. Repetindo o que elas faziam, tirei meu tênis, deixei próximo a uma árvore e sentei-me sobre uma canga, dividindo o espaço com *Ana Auxiliadora*. Enquanto aconteciam conversas paralelas entre as mulheres, fiquei esperando que *Maria* fosse introduzir algum assunto institucional ou relativo à horta em si, mas não foi o que ocorreu; tendo ela perguntado às mulheres sobre o final de semana delas, ao mesmo tempo em que parecia retomar alguns assuntos com determinadas mulheres. Durante a estadia na horta, que durou aproximadamente duas horas, permaneci a maior parte do tempo calada, pois minha primeira impressão era que ali já havia um certo grupo estabelecido e eu era a novidade naquele meio. Por isso, fechei meu caderno e fiquei apenas sentada observando (Notas do caderno de campo – 2022).

Os pormenores das observações narradas acima, relativas ao primeiro dia acompanhando as mulheres até a horta, não se alteraram veementemente ao longo do período em que estive em campo, sendo essa descrição similar ao que se sucedeu nos demais dias que as acompanhei ao local. Assim, as alterações mais significativas na rotina das mulheres na horta ocorriam apenas quando eram ofertadas oficinas. Nesse sentido, havia semanas nas quais os encontros na horta pareciam mais silenciosos, com conversas contínuas entre as mulheres, porém cada qual em seu pequeno grupo; ao passo que havia outras semanas nas quais todas as mulheres interagiam entre si, sendo um mesmo assunto compartilhado pelas mulheres presentes, da mesma maneira como algumas práticas sociais que emergiam naquele meio, como as ações de cantar e escutar músicas.

Como já apareceu no capítulo anterior, a prática de escutar músicas e, na maioria das vezes, cantarolar junto com as músicas é algo recorrente no meio das mulheres, especialmente quando alguma delas está com celular com acesso à internet. Desse modo, quer seja dentro do CIAM ou na horta, presenciei diversos momentos de cantoria ou apenas o ato de ouvir músicas entre as mulheres. No CIAM, esses momentos aconteciam quando elas estavam deitadas ou sentadas no pátio à espera do banho ou após o almoço e, na horta, quando estavam reunidas em um grande círculo conversando ou lanchando.

Em conversas com as interlocutoras desta pesquisa, entendi que a prática de escutar músicas ocorre também em outras partes de seus dias, porém, com mais cautela (volume mais baixo, menos cantoria), para não chamar atenção para o uso do celular, visto que, no contexto da situação de rua e dos usuários de droga, o celular

representa um item de valor, havendo, por isso, furtos frequentes no meio das próprias pessoas em situação de rua.

Areias (2016) acredita que a música seja uma forma de expressão inerente ao ser humano, isso porque envolve o fortalecimento das relações humanas e a evocação de memórias emocionais que podem ser suscetíveis à partilha de emoções ou afetos. Esse aspecto parece estar presente na relação que as mulheres usuárias do CIAM têm com a prática de escutar músicas; primeiro porque a realizam, normalmente, de maneira coletiva e, segundo, porque nesses momentos existe sempre a partilha de alguma lembrança recente ou passada relacionada à música, ao artista ou ao estilo.

Além disso, para as interlocutoras deste estudo, a prática de escutar músicas ocupa um lugar, assim como a dança e a “cantoria”, de diversão, prazer e relaxamento. A associação da música com a diversão e o prazer, aliás, foi algo frequente na fala das mulheres quando foram questionadas sobre o que mais gostavam de fazer no dia a dia, o que nos remete à concepção de que a música afeta diretamente a saúde e o bem-estar dos indivíduos (Areias, 2016). Nesse sentido, experiências com música são algo caro para quem está em situação de rua, tendo em vista o contexto inseguro e vulnerável no qual esses sujeitos estão inseridos devido a essa condição.

Na pesquisa de Knestaut, Devine e Verlezza (2010), as mulheres em situação de rua que participavam de um projeto de dança apontaram que as aulas diminuíram os seus sentimentos negativos, ajudando-as a lidar com o estresse de não ter uma moradia. Creio que a música funcione de maneira similar para as interlocutoras desta pesquisa, pois não me lembro de presenciar algum momento de cantoria ou música seguido de situações conflitantes, estressantes ou desgastantes para as mulheres. Pelo contrário, sempre que havia música, cantoria e/ou dança no ambiente, era um sinal – pelo menos de acordo com as minhas observações – de que o “clima estava bom”, mesmo quando tais momentos aconteciam no CIAM, onde há outros ambientes na casa e nem todas as mulheres estão envolvidas nessas práticas. Já na horta, por ser um local aberto, quando ocorriam esses momentos a participação da maioria das mulheres presentes era comum.

[...] Daqui? Eu gosto de ficar deitada conversando. Aqui é tranquilo, é bonito. Aí tem dia que a gente água as plantas e, quando alguém tem celular, a gente

coloca música, fica escutando; tem dias que cantamos louvor, Marília Mendonça... É bom, é engraçado (*Joelma*, mulher em situação de rua).

[...] Aqui, às vezes, é até melhor, porque a gente fica só entre a gente e fica conversando, rindo, vendo o povo passar do lado de fora, e tem um lanche que é ótimo e que cada semana muda. Dá uma coisa boa ficar aqui no ar livre e na sombra. Quando alguém tem celular também é bom porque pode colocar música, e aí a gente adora; melhor ainda quando estão todas as meninas de boa, porque aí nós todas entramos na pilha da música, mesmo quando é música de igreja (*Catrina*, mulher em situação de rua).

Essa última fala de *Catrina* demonstra o fator de interação social que a música tem para as mulheres, visto que a prática de escutar música se torna melhor quando feita de maneira coletiva. Essa configuração se aproxima do que foi constatado pela pesquisa de Klitzing (2004a) junto a um grupo de mulheres em situação de rua de Illinois (estado localizado no Centro-Oeste dos Estados Unidos). A autora apontou que o lazer, compreendido por ela a partir de seu viés recreativo e terapêutico, era um fator facilitador da interação social entre as mulheres, especialmente por favorecer o contexto para o desenvolvimento dessas interações.

Nessa direção, os momentos de piquenique ou lanches após as oficinas também se caracterizaram como essenciais para o desenvolvimento de sociabilidades entre as mulheres participantes do projeto, muito embora eu reconheça que tais momentos estejam intrinsecamente ligados às situações de fome pelas quais essas mulheres passam.

Quando começou a se aproximar das 10:15, elas começaram a perguntar do lanche. Perguntando o que seria hoje, se iria ter e que horas iria chegar. Era mesmo uma inquietação. Uma falava com a outra sobre a semana passada, na qual o lanche tinha sido coxinha de uma determinada padaria. *Joelma* disse que tinham poucas mulheres e, por isso, deu para cada uma comer duas coxinhas grandes. Nesse momento, duas mulheres começaram a contabilizar quantas éramos para saber se hoje iria dar para repetir. *Tália* perguntou para *Maria* qual o tipo de lanche seria hoje. Ao ouvir a resposta (sanduíche natural), outras mulheres começaram a falar sobre esse sanduíche e seus “sabores diferentes”, pois, ao que parece, elas já haviam comido esse sanduíche em outras ocasiões. A alimentação ainda é uma questão para elas. Claro que é! (Notas do caderno de campo – 2022).

Essa afirmação sobre a alimentação ainda ser uma questão para as mulheres foi algo visualizado a partir das experiências vivenciadas com as interlocutoras da pesquisa na horta. Acredito que os lanches ofertados no local eram mais atrativos para as mulheres, pois, ainda que não fossem refeições, faziam parte de uma gama de produtos que elas nem sempre têm acesso. *Joelma*, quando falava da coxinha que

havia sido ofertada pelo projeto na semana anterior, descreveu para *Catrina* que a coxinha “era daquelas boas, de padaria boa e não as da esquina que a gente come”.

Por isso, quando afirmo que a alimentação ainda uma questão para essas mulheres, não falo necessariamente da fome, de não ter o que comer (embora isso seja uma constante da vida delas), mas da fome de comer o que gosta, o que deseja e não somente o que lhes “resta” ou o que lhes é ofertado. Veremos, inclusive, no próximo item, sobre o lazer das mulheres antes e depois da situação de rua, que “sair para comer” e “comprar comida” são duas atividades que apareceram com frequência na fala das mulheres interlocutoras desta pesquisa.

No âmbito da horta, “o comer” acontece de maneira coletiva, quando todas as mulheres estão sentadas na grama (ferrada com toalhas e cangas) em um grande círculo. Quando observei e participei de tal momento pela primeira vez, foi possível notar a agradabilidade daqueles instantes para elas, onde, novamente, as vi em um estado de descanso e interação social. Esse cenário era semelhante ao que acontecia dentro do CIAM quando elas estavam conversando, escutando música, fazendo unhas ou assistindo à TV. A principal diferença entre os momentos era a presença dos “muros institucionais”, menos percebidos na horta e mais aparentes no CIAM, tendo em vista a própria funcionalidade deste um equipamento público.

No caso da horta, os muros são representados pela presença da equipe responsável pelo projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”; pela guarda municipal que, algumas vezes, ficava próxima à entrada da horta; ou mesmo pela participação de uma técnica do CIAM, que acompanha as idas até o local em dias esporádicos.

[...] a gente sempre quis tirá-las do CIAM mais vezes para trazer para cá. Porque, às vezes, lá a gente fica engessado, não pelo CIAM ser um lugar que faz elas serem engessadas, mas é porque em si ele é uma instituição, é a Prefeitura. E aqui a gente deixa um pouquinho mais solto. A gente sente que quando tá lá é um clima e quando está aqui é outro (*Maria*, representante do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”).

A fala de *Maria* vai ao encontro de algumas observações que fiz no caderno de campo, quando descrevi que algumas mulheres, quando estavam na horta, falavam sobre mais situações cotidianas comigo do que dentro do CIAM. A impressão que tive era de que, no CIAM, elas julgavam estar sendo mais observadas do que na horta, então havia maior cuidado com as palavras e com o teor das histórias que me contavam informalmente. Essa postura não era unânime, havendo mulheres como

Luísa e *Catrina*, que falavam de suas vidas em voz alta, sem terem problemas com isso.

Todavia, algumas mulheres, como *Ana Auxiliadora* e *Lady Butterfly*, prosseguiram por mais tempo em conversas pessoais comigo quando estávamos na horta – ou a caminho de lá – e não no CIAM. A própria entrevista com *Ana Auxiliadora* teve início enquanto caminhávamos um pouco mais distantes do grupo no trajeto de retorno para o CIAM, havendo, inclusive, da parte dela, uma mudança no tom de voz quando adentramos a casa e nos sentamos na varanda, o que indicou que eu precisava encerrar a conversa, pois ela não estava mais à vontade.

Logo que cheguei ao CIAM, já me perguntaram, ainda na varanda, se eu iria com elas para a horta, pois hoje elas iriam aprender a fazer a paçoca. Quem me perguntou foi a *Catrina* e sua turma, que me esperaram guardar minhas coisas no andar de cima e voltar pra descer com elas para a horta. Quando estávamos descendo, elas foram me contando sobre o final de semana, pois não vieram ontem (segunda-feira). As histórias sempre eram relativas aos namorados e às *resenhas*⁵⁸ entre eles. Em algum momento do trajeto, elas começaram a cantar e a dançar no meio da rua; rebolando, batendo palmas, cantando e dançando, atrapalhando, por vezes, o trânsito. Toda hora eu precisava chamá-las por causa de carros e motos que eu tinha receio de que não desviassem. Nenhuma delas estava sob efeito de droga – pelo menos eu acho – era um momento de alegria mesmo, diversão. É impossível não notar que as pessoas que trabalhavam no comércio ou as que passavam pela rua, ficavam reparando nas mulheres, sempre com olhares negativos e deboche; especialmente, creio eu, por ser um grupo de mulheres trans. Havia também um olhar de estranhamento direcionado a mim por estar junto delas, neste caso parecia um olhar curioso. Tendo descido o morro, avistei o restante das mulheres mais à frente com *Maria*; contando as mulheres que estavam indo comigo, éramos 13 mulheres naquele dia. Foi uma manhã movimentada! (Notas do caderno de campo – 2022).

O relato descrito acima refere-se a um dos últimos dias em que eu fui até a horta com as mulheres. Relendo-o, reconheço a proximidade maior que eu já tinha estabelecido com algumas àquela altura, passando a ser mais comum algumas delas me procurarem para conversar ou retomar algum assunto do dia anterior, bem como se despedirem quando iam embora do CIAM e, por fim, perguntarem sobre minha vida pessoal⁵⁹. Esse último tópico sempre vinha à tona quando estávamos na horta ou no

⁵⁸ Para as mulheres em situação de rua interlocutoras desta pesquisa, as *resenhas* são uma espécie de festa ou reuniões entre algumas pessoas, nas quais, normalmente, há bebidas alcoólicas, maconha, comida, jogos de baralho e/ou música. As *resenhas* às quais a maioria das mulheres se referem, acontecem, principalmente, nas *malocas*, praças ou calçadas.

⁵⁹ Desde o início da pesquisa, ainda em 2021, sempre conversei com as mulheres em situação de rua interlocutoras da pesquisa sobre a minha vida pessoal, conforme elas me perguntavam. Primeiro, notei que as perguntas giravam em torno da curiosidade do que eu estava “fazendo” no CIAM; depois, de acordo com a aproximação maior com algumas mulheres, as perguntas extrapolaram para o âmbito familiar, abordando relacionamentos e lazer. Nenhuma das questões eram levantadas de maneira

deslocamento, atitude que reitera a impressão de que sair do CIAM para o projeto se caracteriza, para as mulheres, como uma atividade com contornos menos institucionais; fato que *Maria*, consultora psicossocial do IEDS, já havia apontado durante a sua entrevista, quando afirmou que, na horta, as mulheres ficam mais “soltas”.

Após quase dois anos de existência do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”, *Maria* aponta que seu desejo é que as mulheres se apropriem do espaço da horta, utilizando-o em outros momentos nos quais não haja alguma atividade já planejada pelo projeto, o que ainda não acontecia até o momento no qual o trabalho de campo para o desenvolvimento desta pesquisa foi finalizado. Não obstante, para as mulheres interlocutoras da pesquisa, a horta configura-se como um espaço vinculado ao CIAM, mesmo sendo externo ao equipamento. Essa percepção parece coerente com a analogia feita anteriormente sobre a horta se assemelhar a um quintal do CIAM, levando em conta a configuração desse equipamento como casa das mulheres.

Ademais, as observações na horta me permitiram reiterar a ideia de que o lazer para as interlocutoras desta pesquisa, além de estar ligado ao descanso do corpo e às sociabilidades existentes no bojo de suas interações sociais, está intrinsecamente ligado ao tempo-espaço. Isso porque, a conjuntura da horta, ainda que concebida pelo projeto como uma Unidade de Produção Agroecológica, parece oportunizar o desfrute de práticas de lazer semelhantes às que acontecem no CIAM, porém experimentadas em um ambiente diferente; no qual algumas das interlocutoras afirmaram se sentirem mais livres, o que, naturalmente, influencia na fruição dos momentos na horta.

5.2 A visita ao museu Inhotim

O que vocês mais gostaram do passeio? Perguntei para *Angélica*, *Lady Butterfly* e *Catrina* na segunda-feira seguinte à ida no museu de Inhotim. Sem

aleatória, estando sempre ligadas a algum assunto que estávamos conversando, como em um diálogo comum entre duas pessoas que estão convivendo quase que diariamente. Assim, quando nos encontrávamos, por exemplo, às segundas-feiras, era recorrente algumas delas virem me perguntar sobre o que eu havia feito no final de semana, questionamento que eu respondia e já retornava a pergunta para elas. Dentre os assuntos que elas mais gostavam de saber sobre minha vida pessoal estavam as curiosidades sobre filhos, família e, especialmente, relacionamentos. No caso desse último tópico, compreendi, aos poucos, que as perguntas não eram somente curiosidade sobre minha vida amorosa, mas uma necessidade de, a partir das minhas respostas, contarem mais sobre seus próprios relacionamentos.

combinarem, se olharem ou demorarem mais que dois segundos para responder, elas disseram: o almoço! Rabisquei, então, em um cantinho do caderno de campo, pela segunda vez, uma frase que já apareça anteriormente neste texto: “comer” ainda é uma questão.

Quando me contaram que estava pré-agendada uma visita das mulheres em situação de rua participantes do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha” ao museu Inhotim⁶⁰ ainda naquele mês de abril de 2022, recordei-me imediatamente da minha pesquisa de mestrado. Afinal de contas, Inhotim é um dos mais famosos atrativos turísticos do estado de Minas Gerais e lá estaria eu, novamente, acompanhando um grupo de pessoas em situação de rua – agora formado apenas por mulheres – em uma experiência turística. Tratava-se de uma configuração de pesquisa – observação de pessoas em situação de rua em experiências turísticas – que eu já havia experienciado na época do meu mestrado (2016-2018).

É importante apontar que, ao dizer sobre experiência turística, estou apoiada na perspectiva de Gastal e Moesch (2007), que a compreendem como uma prática que leva o sujeito ao estranhamento e a mobilizações subjetivas durante os seus deslocamentos (que podem ser em sua própria cidade), levando-os a “re-olhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muitas das suas experiências passadas” (Gastal; Moesch, 2007, p. 11).

Entretanto, ainda que eu cite o termo experiência turística e reconheça que ele dialoga com as observações realizadas durante a visita ao Inhotim, destaco que os organizadores da atividade – equipe do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha” – chamaram-na de visita de intercâmbio, considerando que a ida ao Inhotim se relacionava, especialmente, com o Jardim Botânico do local que, por sua vez, se configura como um objeto de interesse do próprio projeto como um todo.

⁶⁰ O Instituto Inhotim, localizado em Brumadinho – MG, é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico considerado um dos maiores museus a céu aberto do mundo, se configurando assim, como um importante atrativo turístico de nível internacional (Inhotim, [s.d.]).

Desse modo, ao longo do texto me refiro à ida ao Inhotim ora como ‘visita’, ora como “passeio”⁶¹, sendo “passeio” a maneira como as mulheres interlocutoras da pesquisa chamaram a atividade, associando-a – quando perguntadas – ao fato de estarem conhecendo um lugar novo e/ou fazendo algo que elas não fazem todos os dias. Por isso, levando em conta a concepção de experiência turística e o sentido de passeio para as mulheres, a visita ao Inhotim foi compreendida, neste trabalho, também como uma atividade de lazer.

Na semana em que *Maria* começou a divulgar o passeio, fui abordada por várias mulheres interlocutoras desta pesquisa questionando se eu iria junto com elas na visita e perguntando mais sobre o Inhotim em si. O curioso é que eu respondia com a afirmação de que, havendo vaga, eu as acompanharia na visita, porém o que eu poderia falar sobre o museu era aquilo que eu conhecia por fotos e/ou leituras, visto que também seria a primeira vez que eu visitaria aquele atrativo turístico. Entretanto, o ponto de maior curiosidade das mulheres sobre o local era o fato de que a maioria delas nunca havia escutado falar sobre o Inhotim.

Nas semanas que antecederam o passeio, a equipe do IEDS explicou, de forma objetiva, como seria a visita, o motivo de escolher o Inhotim e ainda os detalhes práticos sobre a ida e a volta do local. No entanto, as mulheres pareciam ainda não compreender todo o contexto do passeio, de modo que houve questionamentos sobre o local até o dia da visita.

[...] Notei que elas estavam um pouco desconfiadas. Ficaram me perguntando por mais de duas vezes sobre a distância, sobre quantas horas gastaríamos até lá e a hora que voltaríamos para o CIAM. *Catrina*, inclusive, falou que não iria, pois era muito longe e ela não gostava de ficar longe muito tempo sem saber direito onde estava. Outra questão que acredito que as deixavam confusa era o fato de o Inhotim ser um museu; logo, a cada vez que elas ouviam ou lembravam que alguém chamou o local de museu, havia uma certa resistência; expressa em frases como: “deve ser chato”, “não tenho paciência para museu” e “não gosto de museu” (Notas do caderno de campo – 2022).

Essa conjuntura rememora o fato de que quaisquer museus possuem, ainda na atualidade, diferentes significados para o sujeito, de acordo com sua classe social (Eugenio; Cheibub, 2020). Além disso, algumas concepções estão associadas ao próprio processo de origem dos museus no Brasil, sendo criados pelos e para setores

⁶¹ Conceitualmente, no âmbito dos estudos de paisagem e ambiente, o termo “passeio” tem um significado relacionado ao ato de caminhar como flânar, sendo essa atividade, por sua vez, uma possibilidade de desfrute do ambiente urbano (Malatesta, 2007).

dirigentes da sociedade (Leite; Ostetto, 2005). Conseqüentemente, herdamos, dessa época, por meio de códigos, procedimentos e símbolos ligados aos museus, um imaginário que comunica uma mensagem de distinção social, pela qual se compreende que apenas alguns podem participar daquele universo sociocultural (Aidar, 2019).

Nessa perspectiva, talvez, houvesse a necessidade de que o passeio ao Inhotim fosse mais bem detalhado, mostrando, por exemplo, imagens do local, para que as mulheres pudessem ter uma maior noção sobre o que iriam “encontrar” no atrativo turístico. Isso porque quanto mais elas conhecessem a respeito do museu, mais elementos haveria que as fariam escolher ir ou não ao local. Esse processo seria de significativa importância, uma vez que as pessoas que estão em situação de rua, geralmente, possuem pouco ou nenhum poder de escolha sobre o que vão vestir, comer ou mesmo sobre as atividades desempenhadas nos seus cotidianos.

[...] Inhotim foi uma visita de intercâmbio e uma atividade cultural ao mesmo tempo. No projeto, a gente considerou atividade de intercâmbio como locais que têm plantações aqui em Belo Horizonte e na região metropolitana; locais que fosse como aqui, locais com horta e plantações. Porque a intenção é elas conhecerem outros espaços de plantações, e no caso do Inhotim, a ida foi por conta da botânica do local. E, claro, também porque lá é uma atividade cultural (*Maria*, representante do projeto *Elas Cultivam a Lagoinha*).

O acordo com as mulheres participantes do projeto era que elas deveriam informar antecipadamente se gostariam ou não de ir ao passeio, pois seria a partir dessa lista que o ônibus seria alugado. Como já era de se esperar, na visão de *Maria*, a maioria das mulheres que “deram o nome” para a lista não foram no passeio e, em contrapartida, no dia da atividade, surgiram outras mulheres que não haviam cogitado a possibilidade de ir.

Tal cenário, entretanto, não surpreendeu a equipe do IEDS nem a mim, pois, como já dito em momentos anteriores neste texto, as pessoas em situação de rua têm um modo de vida atravessado pela imprevisibilidade, que se relaciona, inclusive, com o fato de estar vivo ou não. Por isso, existe a clara dificuldade de fazer planos para a próxima semana, como no caso do passeio ao Inhotim. Em ocasião dessa imprevisibilidade, só foi possível confirmar a minha ida ao Inhotim momentos antes, quando, de fato, chegou-se ao número total de mulheres, e sobraram algumas vagas no micro-ônibus.

A visita ao Inhotim aconteceu no dia 06 de abril de 2022. Ficou combinado que sairíamos do CIAM por volta das 9 horas da manhã, para que, assim, houvesse tempo para que as mulheres chegassem na casa, tomassem café e utilizassem os serviços que desejassem, como banho e banheiro, por exemplo.

Cheguei ao local às 8 horas e 40 minutos e, já na varanda do CIAM, notei um clima desanimado, muito diferente do que eu havia pensado encontrar. Isso porque, por mais que fosse uma quarta-feira, a disposição das mulheres parecia indicar que se tratava de uma segunda-feira, visto que muitas delas aparentavam estar *viradas* e/ou cansadas. Quando adentrei o pátio, *Catrina* e seu grupo estavam escolhendo roupas para irem ao passeio; enquanto *Ana Auxiliadora* e *Iza* já se encontravam arrumadas conversando e tentando convencer outras mulheres que estavam na casa de irem.

Conforme a hora foi avançando, ficou nítida a preocupação da equipe do IEDS com o atraso e, principalmente, com o número de mulheres que iriam, pois, em dado instante, somente seis mulheres estavam convencidas de ir, embora, anteriormente, houvesse uma lista com 16 mulheres interessadas na visita. Esse cenário fez com que as funcionárias do CIAM, a equipe do IEDS e eu mesma começássemos a tentar convencer as mulheres a irem ao passeio. Entretanto, fomos alertadas por *Maria* que fizéssemos o convencimento apenas das mulheres que já haviam dado o nome anteriormente ou daquelas que participavam no projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”. Isso porque, naquele dia, havia na casa algumas mulheres que demonstraram interesse de ir ao passeio, mas ainda não conheciam bem o projeto e nem mesmo o CIAM.

[...] *Maria* me parece menos propensa a tentar ficar convencendo outras meninas de irem. Na verdade, vi ela fazendo isso apenas com algumas mulheres específicas, pois, conforme ela me disse, ela acha que tem que ir na visita quem realmente está querendo ir e não quem decidir ir de última hora. Ela, inclusive, falou de maneira mais incisiva com uma colaboradora do CIAM que não iria autorizar a ida de uma mulher novata no CIAM na visita, pois ela não tinha nenhuma relação com o projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”. Neste momento, parece ter ficado um certo clima tenso, pois logo *Maria* foi encaminhando todo mundo para dentro do ônibus e informou que não iriam mais esperar pelas mulheres que estavam indecisas de ir ou não no passeio. (Notas do caderno de campo – 2022).

Saímos do CIAM por volta de 10 horas da manhã, com um grupo composto por 11 mulheres em situação de rua, três representantes do IEDS e quatro representantes do CIAM (contando comigo neste último grupo). O deslocamento até o museu durou

cerca de uma hora e vinte minutos e, durante o trajeto, as mulheres conversavam entre si, ora trazendo alguns assuntos em voz alta para todo o ônibus, ora dialogando apenas com seus pequenos grupos. Ainda no ônibus, *Maria* passou algumas orientações para as mulheres e depois distribuiu os lanches e a paçoca feita por elas em uma das oficinas ofertadas pelo projeto.

Quando chegamos na entrada do museu, ainda enquanto saíamos do ônibus, as mulheres foram reconhecendo a dimensão geográfica do Inhotim, havendo comentários do tipo “Como chegaremos lá?”, “É tudo andando ou o ônibus vai levar?”, “Nós vamos a pé”?

Houve, então, uma última reunião entre o grupo, ao lado do ônibus, para reiterar as orientações. Nesse momento, *Maria* pediu que cada pessoa da equipe do CIAM e do IEDS ficasse “responsável” por uma ou duas mulheres ao longo do passeio. Incluída como equipe do CIAM, naturalmente, fiquei responsável por acompanhar uma mulher. Logo que me foi designado tal demanda, fechei meu caderno de campo⁶² e chamei *Catrina* (mulher que acompanhei durante todo o passeio) para ficarmos próximas na recepção do local enquanto aguardávamos a confecções das pulseiras de entrada.

Como a visita ao Inhotim foi pré-agendada, fazendo parte do programa de gratuidade do museu, não fora cobrado o valor de entrada das mulheres. Quando chegamos na recepção do atrativo, fomos recebidos por uma guia que já sabia – assim como os demais funcionários – que o nosso grupo era formado por mulheres em situação de rua.

Havia, na entrada, um grande mapa no qual eram indicados todos os atrativos do local, bem como a distância entre cada um deles. Assim, depois que uma mulher encontrou esse mapa, outras se aproximaram e começaram a se dar conta do tamanho real do museu, o que gerou uma onda de reclamações sobre ter, ou não, que conhecer tudo e fazer todo o trajeto caminhando.

[...] “Ai” não gente, não gostei! A gente anda o dia inteiro na rua e aqui a gente vai ter que ficar andando também? Não gostei disso, não. Eu não vou ficar andando, não. Será que não pode usar aqueles carrinhos ali, não? (*Catrina*, mulher e situação de rua).

⁶² Embora tenha “fechado” e guardado o caderno na bolsa, por vezes, quando havia algo que eu julgava ser indispensável anotar, eu abria o caderno e rabiscava rapidamente um tópico observado ou diálogos presenciados.

[...] Você viu o tamanho? Será que vamos em tudo? Eu “tô” cansada de ontem, não vou ficar andando, não. É obrigado a ir? O povo ficou insistindo pra eu vir, eu não queria. Só de olhar essa distância eu já quero deitar (*Lady Butterfly*, mulher em situação de rua).

Ao escutar as reclamações, a própria guia foi se aproximando das mulheres e dizendo que o grupo faria apenas um roteiro que não era o maior daqueles possíveis e nem o mais distante da recepção. Entretanto, ainda contrariada, *Catrina* exclamou, apontando para o mapa e seguindo as linhas com o dedo indicador: “Mas ainda assim tem que andar essa distância toda, né? Não tem como a gente usar o carrinho, não?” perguntou. A guia então, um pouco sem graça, mas conseguindo contornar a situação, respondeu que o carrinho era de aluguel, mas que ela iria fazer o trajeto bem devagar e que as mulheres não iriam sentir a distância.

Após colocarmos as pulseiras de identificação, começamos a visita pelo museu, conduzida pela guia, que efetuava algumas intervenções. As mulheres ora estavam participativas, ora distraídas, conversando com outras mulheres ou mesmo interagindo com elementos naturais e artificiais encontrados no caminho. Dessa forma, foi recorrente, durante todo o passeio, as tentativas de reunir todo o grupo para escutar a guia, pois as mulheres ficavam dispersas, cada qual com seu trio ou dupla de amigas. Esse fato fez com que a guia repetisse as informações pelo menos três vezes, até que todas as mulheres chegassem próximas dela.

Como já mencionado, o foco da visita era a parte botânica do Inhotim e, por isso, os locais nos quais parávamos eram aqueles ao ar livre, quando a guia explicava ou contava alguma curiosidade sobre as espécies de plantas que encontrávamos no caminho. Quando nos aproximamos de uma primeira sala de exposição, a guia informou que a visitaríamos na volta, quando estivéssemos indo embora, o que não foi recebido muito bem por algumas mulheres que, novamente, reclamaram da distância, afirmando: “Quanto mais a gente anda, mais já fico imaginando que, na hora de voltar, teremos que andar isso tudo de novo” (*Angélica*, mulher em situação de rua).

Com o decorrer da visita, ainda na parte da manhã, foi possível notar que essas reclamações sobre a distância começaram a gerar certo incômodo na equipe do IEDS, responsável pela organização do passeio. Nada foi dito diretamente, mas, conforme a frequência dessas falas aumentavam, notei que a equipe não mais tentava contornar a situação, deixando apenas que as mulheres reclamassem sem estabelecer quaisquer diálogos sobre as queixas.

Ana Auxiliadora e *Iza* começaram, então, a rebater tais reclamações, fazendo questão de falar em voz alta frases do tipo: “Pra que vieram?”; “Vem quem quer!”; “Por isso não gosto de andar com esse povo, só sabem reclamar”; “Daqui a pouco vou perder a paciência”. Quem normalmente iniciava as reclamações eram *Catrina*, *Lady Butterfly*, *Angélica*, *Joana* e *Gisele*, que eram aquelas que estavam com dúvidas sobre irem ou não para a visita.

Por volta das 12 horas e 30 minutos, paramos no restaurante do museu para almoçar, o que foi, para as mulheres interlocutoras deste estudo – como veremos adiante – a melhor experiência de toda a visita. O restaurante onde almoçamos era o único⁶³ que estava funcionando naquele dia no Inhotim. Tratava-se de um restaurante de culinária brasileira, cujo buffet self-service era servido ao preço de R\$89,90/kg no dia da visita.

O valor do almoço foi algo que chamou, sobremaneira, a atenção das mulheres, tanto que, por mais de duas vezes, já no CIAM, precisei confirmar o valor para outras mulheres que não foram ao passeio e não estavam acreditando no preço do almoço. Durante a visita, após almoçarmos, *Catrina* falou sobre o valor do almoço, dizendo, em um tom reflexivo, que, às vezes, não acredita no preço das coisas, pois “o que vocês gastam em um almoço como esse aqui é o que dá pra eu gastar a semana toda quando tem dinheiro. Eu não gastei isso tudo aqui em um almoço só nem quando eu tinha casa” (*Catrina*, mulher em situação de rua).

Maria me contou, em entrevista, que, desde o início, quando a visita ao Inhotim foi pensada, a intenção era de que as mulheres que fossem ao passeio almoçassem no restaurante do próprio museu, compreendendo que elas deveriam acessar e usufruir do serviço do restaurante assim como outros visitantes. Considero que essa decisão do projeto foi acertada, visto que o almoço acabou se tornando – por motivos como: escolher o que comer, poder se servir, experimentar pratos que nunca haviam comido, frequentar um restaurante com comidas saborosas e preços altos – o grande protagonista da visita para as mulheres interlocutoras desta pesquisa.

Esse apontamento foi reiterado por algumas falas dessas mulheres quando foram questionadas sobre o que elas mais haviam gostado no passeio ao Inhotim: “Nossa, o almoço; só de pensar me dá vontade de comer.”; “Nunca comi uma comida como aquela.”; “O almoço! Foi muito bom.”; “Eu até assustei, pensei que eles fosse

⁶³ O museu conta com três restaurantes, dois cafés, quatro lanchonetes e uma pizzaria.

servir a gente. Mas quando vi que a gente poderia pegar. Nem sabia o que colocar.”; “O almoço, com certeza. Tudo foi bom, mas o que vou lembrar de lá é o almoço.”; “Comi um negócio de maçã, como chama? Nunca comi aquilo, aquilo era muito bom.”; “Certeza que foi o almoço, que isso?!”; “O almoço que estava uma delícia, nunca comi um monte de coisa que tinha lá”.

Essas respostas, dadas no dia seguinte à visita ao museu, repercutiram ainda por muitos dias, havendo diversas mulheres que confessaram ter se arrependido de não ir ao passeio depois que souberam, especialmente a respeito de como foi o almoço. Com isso, entretanto, não quero dizer que somente almoço tenha figurado nas respostas das mulheres quando perguntadas sobre o Inhotim, pelo contrário, os elogios às paisagens naturais do museu também foram recorrentes, ainda que em escala bem menor do que aqueles feitos ao momento do almoço.

Retomando o relato sobre a visita, após o almoço, a maioria das mulheres buscaram algum banco para ficarem descansando até a retomada da caminhada, cerca de 30 minutos após o almoço. Algumas mulheres queriam procurar um local para se deitarem, contudo, por não haver bancos próximos suficientes para cada uma se deitar, elas acabaram se acomodando sentadas ao lado de outras mulheres em um mesmo banco ou se assentaram no chão.

[...] Parei para ficar com a *Catrina* em um banco mais distante do local do restaurante, pois ela me disse que precisava se deitar sozinha, já havia comido mais do que o normal. O local onde o banco estava localizado era um espaço descampado que possuía algumas obras de arte ao ar livre, fazendo com que vários visitantes passassem próximos ao banco no qual *Catrina* estava deitada e reparassem naquela mulher. Fiquei tentando imaginar o que tanto olhavam... Será que sabiam que ela era uma mulher trans? Será que alguma coisa revelava que ela estava em situação de rua? Não sei, mas, naquele momento, ficou bem clara a curiosidade com que algumas pessoas olhavam para ela, muitas, inclusive, cumprimentam tanto eu quanto *Catrina* educadamente. Não demorou muito para que o pessoal que estava mais distante de nós começasse a nos chamar para voltar, pois a guia iria continuar com o passeio. Porém, entre o momento em que eles nos chamaram e o instante em que, de fato, consegui convencer *Catrina* a se levantar, demorou alguns minutos consideráveis, pois, àquela altura, *Catrina* estava convencida de que não queria mais andar, especialmente depois do almoço (Notas do caderno de campo – 2022).

[...] pode ir amiga, eu fico aqui. Não vou fazer nada, só quero ficar deitada. Tenho que descansar, a gente que usa crack anda quilômetros “pra” lá e “pra” cá sem perceber, pois precisa “gastar a onda”, senão a gente começa a ficar vendo bicho crescer, vendo as coisas, começa as *nóia*. Por isso, pode olhar que quem usa, fica andando “pra” lá e “pra” cá, é para gastar a onda. Eu não quero andar mais não. A gente que vive na rua e anda o dia inteiro e agora tem que vir pra um lugar que também tem que andar muito? (*Catrina*, mulher em situação de rua).

Na tentativa de convencer *Catrina* a se levantar, disse que, se ela quisesse, a gente conheceria mais um pouco do museu e depois eu iria com ela para o ônibus sem terminar o roteiro, sugestão que ela aceitou prontamente, alertando-me, porém, de que estava cansada e que achava que não iria aguentar andar muito.

Quando encontramos o restante do grupo, próximo ao restaurante, a guia já estava pronta para dar sequência ao roteiro, que incluiu a caminhada por algumas áreas verdes do museu, nas quais ela parou e realizou explicações sobre a botânica do local. Dessa vez, contudo, houve menos participação e interação das mulheres com as informações que a guia passava, pois a maioria delas estava claramente com sono após o almoço.

Encaminhando-nos para o final da visita, paramos em uma galeria onde havia uma exposição da artista plástica brasileira Adriana Varejão⁶⁴ e, posteriormente, visitamos outra galeria, na qual havia uma exposição do artista performático, desenhista e escultor brasileiro Tunga⁶⁵. Em ambas as exposições, metade do grupo de mulheres ficou pouco atento (o que não significa faltarem com o respeito ou atrapalharem a profissional) ao que a guia falava, sendo nítido que elas preferiam estar do lado de fora das galerias. No entanto, a outra parte das mulheres demonstrou considerável interesse pelas obras, especialmente as de Adriana Varejão, havendo, por isso, uma conversa sobre essa artista e suas produções - que durou cerca de 20 minutos – com relevante participação das mulheres.

Entretanto, nenhum outro momento causou maior frenesi do que um curto vídeo que passava em uma pequena tela ao lado de uma obra. O vídeo mostrava uma performance artística de bailarinos que estavam nus, o que gerou a curiosidade das mulheres que se aproximaram e que, ao assistirem ao vídeo, realizaram comentários em tons de surpresa sobre os corpos nus. Uma chamava a outra se referindo à performance como “pornografia”, questionando o porquê de “aquilo” ser arte.

Durante tais falas, foi possível notar certo desconforto tanto por parte da equipe do IEDS quanto por parte de algumas mulheres sem situação de rua, como

⁶⁴ Artista plástica contemporânea, nascida em 1964, no Rio de Janeiro. Adriana atualmente é umas das pintoras com maior destaque no Brasil e no exterior, sendo suas obras descritas como viscerais por retratarem peles rasgadas, interiores à mostra, canibalismo, esquitejamento etc. (Escritório De Arte, 2023).

⁶⁵ Antônio José de Barros Carvalho e Mello Mourão (1952 – 2016) foi um artista performático, escultor e desenhista brasileiro que nasceu em Palmares (PE). Sua produção faz referência a áreas do conhecimento como filosofia, literatura, ciência e psicanálise, sendo o primeiro artista contemporâneo a expor no *Musée du Louvre* em Paris (França) no ano de 2005 (Inhotim, [s.d.]).

Rosemeire, que tentou, de alguma forma, contornar a situação. Entretanto a guia explicou alguns pontos para as mulheres, já encaminhando-as para outras obras mais distantes do local onde o vídeo estava sendo exibido.

Rosimeire foi a mulher que mais elogiou a visita ao Inhotim, havendo retomado alguns assuntos relativos ao passeio por várias semanas seguidas. Sua principal satisfação era com os *insights* criativos que havia tido depois da visita. Durante todo o passeio, foi ela, ao lado de *Ana Auxiliadora* e *Iza*, as mais incomodadas com o comportamento “menos interessado” das outras mulheres, questão que ficara mais visível dentro das galerias ou no momento do almoço. *Ana Auxiliadora*, por exemplo, descreveu como “falta de educação” a quantidade de comida que algumas mulheres serviram em seus respectivos pratos, afirmando que “não é porque é de graça que tem que fazer um prato daquele jeito”, “O que vão achar da gente?”, comentou comigo, em tom questionador.

Rosemeire, por sua vez, ficava sempre alguns passos à frente ou atrás das demais mulheres enquanto caminhávamos pelo local, em uma atitude que ela me revelou não ser de vergonha do grupo, mas porque ela julgava que o ambiente do Inhotim era para contemplação, relaxamento e silêncio e não de “falação”. Já para *Gisele*, em um dado momento, quando algumas mulheres ficaram descalças para andar, aquele comportamento era uma “vergonha”, pois o museu não era local para ficar sem calçado.

[...] Eu “tava” doida para tirar a sandália igual as meninas, mas não dá, né? Segurei, mesmo com o pé doendo. Isso foi o único ruim daqui. Isso de andar muito. Olha aqui o calo que a sandália deu no meu pé, mas eu não tiro, senão é que eles ficam olhando mesmo para gente (*Gisele*, mulher em situação de rua).

Essas falas das mulheres sobre o comportamento uma das outras vai ao encontro dos códigos e procedimentos presentes no imaginário social sobre o universo de um museu, fato que Aidar (2017) considera influenciar a distinção social entre aqueles que se apropriam, ou não, desse espaço. Nesse sentido, enquanto, para *Catrina* e *Joana*, não havia problema andar pelo Inhotim descalças; para *Gisele*, isso era uma vergonha, mesmo não havendo nenhuma regra escrita sobre poder ou não ficar sem calçados no local. Essa questão, possivelmente, tem relação com o imaginário que cada uma delas têm sobre os códigos e sentidos não declarados a

respeito de um museu, bem como com o fato de algumas não quererem despertar os olhares de estranhamento de outros frequentadores do museu.

Por conta disso, quando fomos para a visita ao Inhotim, imaginei que as mulheres passariam por situações constrangedoras e/ou por violências silenciosas. Confesso, inclusive, ter ficado surpresa com a forma como a visita transcorreu, pois, embora tenha havido muitos olhares de estranhamento para o grupo, não houve – pelo menos aos meus olhos – nenhum instante que indicasse uma atitude violenta por parte de algum turista e/ou funcionário do museu.

Ao encontro disso, na semana seguinte ao passeio, perguntei para algumas mulheres que foram à visita se elas sentiram algum tipo de preconceito no local, pois, embora eu não tenha observado, acredito que certas percepções só são vistas por quem sofre a violação. As mulheres com que conversei, no entanto, afirmaram que não sofreram nenhum tipo de violência ou preconceito no museu, mas que sabiam que elas eram a atração do local e não ao contrário, pois, segundo *Joana*, “todo mundo olhava duas vezes para a gente lá, então, a atração lá fomos nós e não o museu”.

Essa fala, todavia, levou-me a questionar a negativa delas ao questionamento sobre terem sofrido violência ou preconceito durante o passeio. Essa negação pode ter relação com a “normalização” das violências silenciosas que elas sofrem diariamente nas ruas. Isso porque o próprio “olhar duas vezes” estabelece uma linha tênue de significados, possuindo sentido tanto de estranhamento com relação àquilo/àquele que é “diferente” quanto de julgamento de valor sobre a presença daquelas mulheres no museu.

[...] claro que todo mundo olhava pra a gente. Mas eu não acho que não foi com desprezo, não. Parecia que eles sabiam que a gente tava lá com algum projeto, alguma assistência, o CRAS, essas coisas. Porque tinha um monte que cumprimentava e ria pra gente. E tem também que a gente tava com vocês, né? Aí isso também conta (*Iza*, mulher em situação de rua).

De fato, *Iza* estava certa. Afinal de contas, na atual conjuntura de vida dessas mulheres, sem o intermédio de um projeto ou instituição, dificilmente elas teriam acesso ao Inhotim ou a outro atrativo turístico do porte desse museu. Além disso, ainda que elas acessem alguns desses locais, ao estarem “sozinhas”, a chance de sofrerem algum tipo de violência é consideravelmente maior do que quando acompanhadas por alguma instituição ou projeto, por exemplo. Isso porque, mesmo em atrativos turísticos públicos, aos quais todo cidadão deveria ter acesso, há

barreiras visíveis⁶⁶ e invisíveis para as pessoas em situação de rua, especialmente quando levamos em conta o caráter de “não-pessoa” (Valêncio *et al.*, 2008) que este grupo social possui.

Diante disso, me questiono frequentemente de que maneira essas mulheres e outros grupos sociais vulneráveis poderiam se apropriar de espaços públicos de lazer sem serem impedidos ou sofrerem algum tipo de violência e/ou preconceitos. Obviamente, é uma questão para a qual não há somente um meio de solução, contudo, tendo em vista as considerações de *Rosimeire* (mulher em situação de rua interlocutora da pesquisa), o primeiro caminho é oportunizar atividades como aquela visita ao Inhotim.

[...] porque a maioria já tem uma mentalidade muito na caixinha, elas têm que abrir para a criatividade delas mesmos, para elas começarem a rever seus conceitos e ver que elas podem ser melhores em uma outra coisa e isso pode tirar elas dessa rotina, a rotina da droga. Porque tá todo mundo assim muito mecânico: vem pra cá [CIAM], vai embora, vem tomar um banho, volta para o uso e, então, se tem essas saídas da rotina, mesmo que elas não estão acostumadas, acho que é ótimo, abre possibilidades (*Rosimeire*, mulher em situação de rua).

Assim, ao frequentarem locais como o Inhotim, ainda que experimentando o estranhamento de estar nesses ambientes, essas mulheres têm a possibilidade de conscientizar-se de que tais espaços são para o uso e desfrute delas, se assim desejarem. Assim, com o decorrer do tempo, a partir da apropriação desses locais por elas (e por outros grupos socioeconomicamente vulneráveis), novos códigos, símbolos e sentidos sobre esses espaços podem surgir, tornando-os mais democráticos.

Não será apenas um passeio ou uma atividade de lazer que irá mudar a condição na qual essas mulheres estão, porém, tais momentos podem servir tanto de *insights* que levam essas pessoas a refletirem sobre sua situação e a possibilidade de sair dela, como podem significar a “quebra” da rotina da rua e das drogas, o que reflete na melhoria de sua qualidade de vida.

⁶⁶ A presença de seguranças nas portas de alguns museus públicos da cidade de Niterói- RJ, por exemplo, revelou que esses profissionais atuavam não só para prezarem pela segurança do atrativo e dos visitantes, mas serviam como uma presença intimidadora para as pessoas em situação de rua interlocutoras da pesquisa que desenvolvi em 2018, visto que, nem mesmo nas calçadas desses locais, os seguranças permitiam que esses sujeitos ficassem, alegando, entre outras coisas, que lá não era local para eles (Eugenio, 2018).

[...] estar em lugares assim me lembra como pode ser a vida quando estou *limpa*. Eu me sinto mais normal, me sinto bem, sabe? Falei aqui com a *Iza* que ficar olhando aquele lago ali depois daquele almoço bom, conversando e fumando é uma coisa que eu podia fazer todo dia. A gente até esquece que vai voltar para rua quando sair do ônibus (*Ana Auxiliadora*, mulher em situação de rua).

[...] Hoje eu vou voltar para o abrigo até melhor; barriga cheia desse almoço gostoso e com aquela coisa boa de voltar de um passeio igual na época de escola. A gente volta com a mente em paz, né? Com aquilo de ter passado um dia diferente, ver coisas diferentes. Foi muito bom, isso aqui é muito “chique” (*Gisele*, mulher em situação de rua).

As falas de *Ana Auxiliadora* e *Gisele* reiteram o quão relevante são momentos como aqueles vivenciados no Inhotim, uma vez que proporcionam sentimentos satisfatórios e de prazer, o que parece primordial para as mulheres interlocutoras desta pesquisa no enfrentamento de seus cotidianos atravessados pela situação de rua. Nessa direção, a pesquisa de Knestaut, Devine e Verlezza (2010) sobre os efeitos de um projeto de aulas de dança para pessoas em situação de rua indicou que os participantes, ao término das aulas, experimentavam um aumento de sentimentos positivos e a conseqüentemente diminuição de sentimentos negativos. Esses indicativos dialogam com as falas de *Ana Auxiliadora* sobre a visita ao Inhotim, uma vez que o passeio oportunizou que ela se lembrasse das possibilidades existentes longe das drogas, e também com a afirmação de *Gisele*, que afirmou que voltaria do passeio com a “mente em paz”.

A avaliação de *Maria* (representante do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”) sobre a visita ao Inhotim foi positiva. Segundo ela, a equipe ficou satisfeita, pois as respostas das mulheres que foram à visita haviam sido positivas, visto que as experiências vivenciadas naquele dia se tornaram algo que foi lembrado com euforia nas semanas seguintes ao passeio. Além disso, perguntas sobre quando haveria outra atividade como aquela também foram constantes, havendo, por fim, um consenso entre os responsáveis pelo projeto de que o almoço foi o ponto diferencial da atividade.

Esse reconhecimento do almoço como o diferencial do passeio por parte da equipe do IEDS corrobora um questionamento que eu fiz enquanto esperava algumas mulheres decidirem se iriam ou não na visita ao Inhotim. Tratava-se dos argumentos utilizados pelas equipes do IEDS e do CIAM, bem como por mim, de que as mulheres deveriam ir ao passeio porque o Inhotim “era único”, “lindo”, “não tinha como não gostar” e “era uma oportunidade difícil de ter”. No momento em que reforcei um desses

argumentos, percebi o quão ambíguos poderiam ser, afinal de contas, para as interlocutoras da pesquisa, “a parte preferida do passeio” foi o almoço, um elemento que sequer fora utilizado para convencê-las da relevância da visita.

Nessas circunstâncias, parece plausível considerar que a visita ao Inhotim, para além de sua dimensão como experiência turística – que esteve intrínseca durante muitos instantes da visita – também se caracterizou como uma atividade que, de certa maneira, favoreceu a “humanização” daquelas mulheres que, em alguns momentos, puderam desfrutar do que para boa parte da sociedade é o básico: um almoço saboroso, com a possibilidade de escolher o que comer.

5.3 O que mudou no lazer das mulheres interlocutoras da pesquisa?

Desde quando delimitiei os objetivos da pesquisa, optando por realizá-la por intermédio de uma instituição (neste caso, o CIAM), sabia que isso influenciaria os dados do estudo, tornando mais complexas a observação e a descrição do lazer das pessoas em situação de rua a partir do cotidiano das ruas. Contudo, conforme o estudo foi se desenrolando, compreendi o quão necessário seria, pelo menos, tentar – a partir de entrevistas e conversas informais – entender o lazer das interlocutoras da pesquisa quando elas estavam longe do CIAM e de outros projetos, como o da horta. Afinal, a vida delas não se resume a “intervalos da rua”, considerando apenas os momentos em que elas estão nesses locais. Por isso, ao descrever o lazer de mulheres em situação de rua, considerei que deveria investigá-lo também fora do contexto do CIAM, mesmo sem observá-lo em pleno “funcionamento”⁶⁷.

Nesse sentido, além de introduzir, no roteiro de entrevistas, duas questões a respeito do lazer dessas mulheres antes e depois da situação de rua, busquei conversar informalmente com o máximo de mulheres usuárias dos serviços do CIAM a respeito de suas práticas de lazer no dia a dia, especialmente aos finais de semana e durante a noite, quando elas não frequentam o equipamento.

A partir de suas repostas, dois apontamentos foram observados. Primeiro, compreendi que as mulheres em situação de rua participantes desta pesquisa cultivam algumas práticas de lazer que já faziam parte de seus cotidianos antes de se

⁶⁷Ainda que, no projeto inicial da pesquisa, eu tenha intencionado acompanhar o cotidiano das mulheres interlocutoras deste estudo nas ruas, devido à insegurança que o próprio contexto da rua possui, optei por desenvolvê-lo somente a partir do viés institucional.

encontrarem em situação de rua. A única diferença é que, por estarem nas ruas, a frequência dessas práticas é menor. O segundo apontamento diz respeito ao fato de que seus momentos de lazer nas ruas estão relacionados, na maioria das vezes, com práticas sociais coletivas junto de outras pessoas em situação de rua, funcionando, de certo modo, como uma fuga, um espaço momentâneo da realidade violenta na qual estão inseridas.

A conversa que escutei, ainda no ônibus, entre *Catrina* e *Lady Butterfly* sobre o que fariam após chegarem do passeio ao Inhotim representa uma das principais práticas de lazer do grupo: fumar maconha. Realizada, essencialmente, de maneira coletiva, essa prática ocorre em grupos compostos por homens e mulheres pertencentes ao círculo de convivências dessas mulheres.

O uso recreativo da maconha no Brasil ainda não é regularizado, havendo apenas, desde 2019, uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que permite o uso de produtos à base de *cannabis*⁶⁸ para fins medicinais, permanecendo ilegal tanto o comércio dessa planta quanto o seu uso recreativo (Sousa, 2020). Desse modo, mesmo que, para as mulheres participantes dessa pesquisa, o uso da maconha se constitua como uma prática de lazer, pela legislação de nosso país, elas estão praticando um ato ilegal, fato que tende a marginalizá-las ainda mais.

Segundo Sousa (2020), a proibição da maconha no Brasil sob o pretexto de que ela seria um elemento intrínseco à “vagabundagem” o que, por sua vez, ameaçaria à ordem social, possui raízes históricas advindas da tentativa de controle dos escravizados africanos pelas elites hegemônicas do país. Entretanto, para essa autora, tal proibição trava-se de mais uma forma de cerceamento da liberdade cultural daquelas pessoas, além de se configurar como preconceito racial e de classe.

Essa conjura parece não ter se alterado na sociedade atual, visto que, embora a partir das últimas décadas do século XX, o uso da maconha tenha começado a se disseminar entre as camadas mais abastadas da sociedade, o que diminuiu suas atribuições negativas (Coelho; Silva, 2020), um negro e/ou pobre que consome

⁶⁸ *Cannabis* é uma espécie de erva da qual deriva a *Cannabis Sativa*, nome científico dado à maconha (Vieira; Marques; Souza, 2020).

maconha continua a ser taxado de “vagabundo” ou “criminoso”, ao passo que, se for uma pessoa branca de classe média ou classe média alta, a ela é atribuída apenas a alcunha de “usuária” ou, no máximo, “rebelde”, se for um jovem.

Para Adiala (2006) e Rocha (2016), a maconha continua sendo encarada como um objeto social do negro, do crime e da pobreza; sendo, por exemplo, as próprias notícias midiáticas relativas aos usuários da planta retratadas de formas diferentes, levando em conta a cor da pele e a classe social dos indivíduos envolvidos (Vieira; Rocha, 2018). Isso que significa dizer, por exemplo que, enquanto o negro que vende maconha é noticiado nos jornais como “traficante” e autor de um crime; o branco que vende o mesmo produto é denominado como “jovem” que está “envolvido em crimes” (Vieira; Rocha, 2018).

No caso das mulheres interlocutoras desta pesquisa, a maconha atua como um elemento de lazer que lhes fornece relaxamento; o que de, acordo com o contexto de vida delas, parece ter relação ora com a necessidade de superar as tensões impostas pelo modo de vida nas ruas, ora com a própria política de redução de danos, que, como já destacado no primeiro capítulo, caracteriza-se, no âmbito da Política de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e Outras Drogas, como uma estratégia que visa minimizar os danos causados pelo uso das drogas, sem necessariamente interrompê-lo.

Dessa maneira, segundo Pereira e Wurfel (2011), o uso da maconha tende a propiciar a diminuição da *fissura*⁶⁹ pelo crack, auxiliando os usuários na abstinência desta última droga. Essa concepção está em pauta desde 1998, quando o Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (PROAD) apresentou um estudo a respeito da utilização da maconha como atenuante dos sintomas de abstinência do crack, e vem sendo disseminada no Brasil, tornando-se uma das estratégias de redução de danos no país (Pollo-Araujo; Silveira, 2020).

Nessa direção, escutei das mulheres interlocutoras desta pesquisa, frases do tipo: “Melhor a maconha do que o crack”. Essa afirmação dialoga com a concepção de Pereira e Wurfel (2011) e com os estudos de Pollo-Araujo e Silveira (2020). Além disso, observei que algumas mulheres, ao falarem do uso da maconha como

⁶⁹ Segundo Chaves *et al.* (2011), a fissura por crack caracteriza-se como uma necessidade imprescindível para o corpo do usuário, sendo essa sensação comparada à fome pelos usuários, pois ao deixar de “saciar” essa necessidade, o sujeito tende a sofrer, passando a cultivar pensamentos negativos e obsessivos com vistas a conseguir a obtenção do crack.

atenuante da abstinência do crack, pareciam querer “justificar” o consumo da planta por um viés relacionado à “saúde” – na tentativa de afirmar que “a maconha é melhor que o crack” – quando, na verdade, a *cannabis* possui outros sentidos “positivos” para elas.

Dessa maneira, é importante descrever que, até as interlocutoras deste estudo falarem abertamente comigo sobre o uso da maconha, embora haja certa naturalização do uso da planta entre elas, demorou um pouco. Na verdade, não se tratou nem de uma demora propriamente dita, mas houve uma espécie de certificação de que eu seria alguém para quem elas poderiam, além de assumir o uso declaradamente, conversar sobre o assunto.

[...] *Catrina* ficou rindo para mim quando voltou para dentro da casa e uma das meninas comentou do cheiro de maconha. Eu sorri de volta, tentando transparecer para ela que eu conhecia “cheiro” e que estava tudo bem, que não havia nenhum julgamento. Creio que ela tenha entendido, pois bastou isso para ela se assentar perto de onde eu estava e começar um assunto sobre a noite anterior dela, “justificando” o motivo de estar fumando maconha logo pela manhã (Notas do caderno de campo – 2022).

A “justificativa” dada por *Catrina* se referia ao fato de não ter dormido bem, pois havia algumas pessoas alcoolizadas perto de sua *maloca* e ela estava em alerta, com medo de acontecer alguma confusão que “sobrasse” para ela. No entanto, ainda que seja plausível tal explicação, conforme fomos conversando sobre o uso de maconha, *Catrina* já não “justificava” o fato de estar fumando de manhã ou em outra parte do dia, tendo revelado, mais tarde, que fumar maconha era uma de suas práticas de lazer.

Essa questão me fez refletir que, possivelmente, as mulheres interlocutoras deste estudo compreendem as implicações que podem sofrer ao assumirem o consumo de algo ilegal, especialmente quando, no caso da maconha, assumem que a prática tem sentido de lazer para elas. Muito provavelmente, essa é a menor das preocupações para determinados sujeitos pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade, sendo para eles “menos problemático” o reconhecimento do uso da maconha de maneira recreativa. Essa realidade pode estar relacionada com a criminalização da pobreza e da negritude existente em nosso país (Vieira; Rocha, 2020), vivida pelas mulheres em situação de rua desta pesquisa cotidianamente.

A busca pelo efeito de relaxamento causado pelo uso da planta é entendida como uma prática de lazer para essas mulheres, o que também foi observado na

pesquisa de Sousa (2020), pois as mulheres participantes daquele estudo consideraram o uso da maconha uma maneira de relaxarem e saírem de suas rotinas quando elas estavam fora de suas obrigações. Reconheço, porém, que, ao aproximarmos as pesquisas, é preciso levar em conta que, embora o relaxamento tenha figurado como um dos efeitos buscado pelos dois grupos de mulheres – aquelas escutadas neste estudo e as participantes da investigação de Sousa (2020) – a conjuntura de vida dessas mulheres são diferentes, especialmente pelo fato de as mulheres em situação de rua terem um outro tipo de relação com o que seriam as suas obrigações sociais.

Nessa perspectiva, o cenário no qual o uso da maconha foi apontado como uma prática/momento de lazer para as mulheres interlocutoras desta pesquisa dialoga com o que autores como Pimentel (2012) e Rojek (2005, 2011) discorrem a respeito da urgência de pensar o lazer para além do que é tido como “normal” ou condizente com uma postura moral. Entretanto, mesmo na atualidade, essa questão ainda parece ser pouco palatável dentro dos Estudos do Lazer, visto que esse campo de conhecimento, habitualmente, enxerga o tempo livre de uma forma sagrada, devendo, por isso, ser ocupado com práticas sociais formadoras, enriquecedoras e saudáveis (Castilho, 2023).

Nas palavras de Rojek, em entrevista concedida a Castilho (2014), tal configuração tem a ver com o fato de que grande parte dos estudos do Lazer tem raízes progressistas e positivas, especialmente quando levamos em conta os profissionais do Lazer dos Estados Unidos, que tomam o fenômeno a partir de sua funcionalidade como elemento de melhoria pessoal e de bem-estar comunitário. Para Castilho, essa concepção não é incorreta, porém se trata de uma visão unilateral sobre o lazer (Castilho, 2014). Ainda sobre isso, Rojek (2005) também apontou que, somente a partir do século XVIII, houve um processo que ele chamou de leitura científica sobre o padrão moral que julgava as ações humanas como boas e ruins em todos os âmbitos da vida do sujeito. Esse arranjo tinha suas raízes fincadas no campo religioso e nos costumes de cada época, influenciando sobremaneira todos os aspectos da vida social das pessoas, incluindo suas formas de lazer (Pimentel, 2012).

Nessas circunstâncias, sendo o uso recreativo da maconha ilegal no Brasil e a planta associada ao crime e à pobreza (Rocha, 2016), a concepção de seu uso como um momento/prática de lazer vai, exatamente, de encontro ao entendimento de que o lazer deve se realizar como prática social “positiva”; necessitando, para isso,

desempenhar a função de “algo bom”, mais precisamente, para “o bem” da sociedade (Pimentel, 2012). Essa conjuntura dialoga com o conceito de “lazer anormal” (*abnormal leisure*) teorizado por Rojek (2011), visto que, para o autor, existem algumas práticas de lazer que podem envolver violência e prazer, além de transitarem entre o que é ilegal e prazeroso, como o consumo de drogas. Essa conceituação do autor, relaciona-se com o trecho de uma entrevista realizada com uma das mulheres em situação de rua, que fez uma leitura dialógica com a complexidade de refletir sobre o conceito de lazer anormal de Rojek.

[...] o meu lazer tá mais voltado para a literatura mesmo. E a bebida. Assim, em alguma medida, né? Ela é e, ao mesmo tempo, não é lazer. Porque, às vezes, vai para mais, e aí eu fico agressiva, violenta, e aí eu acho que não é lazer, né? Acho que não. Mas tem momentos que a bebida leva a um clima mais harmônico, que aparece um violão e é muito bom (*Rosimeire*, mulher em situação de rua).

Particularmente, não definirei, neste trabalho, o uso da maconha pelas mulheres interlocutoras desta pesquisa como uma forma de “lazer anormal”, embora elas reconheçam essa prática/momento como lazer e o contexto dialogue com o conceito de Rojek. Recuso-me a adotar essa definição tendo em vista o risco de realizar uma afirmação precipitada sobre um aspecto que precisaria ser aprofundado junto delas, com vistas a compreender melhor as relações estabelecidas com a planta.

Mesmo assim, lanço mão das considerações de Rojek sobre o lazer anormal, reconhecendo seu pioneirismo na compreensão desse fenômeno em suas facetas otimistas – que tendem a levar o sujeito a um crescimento pessoal – e negativas, considerando que pode haver o declínio do indivíduo (Castilho, 2014). Ademais, concordo com Sousa (2020), que defende que o lazer está constantemente sujeito a ressignificações de acordo com as subjetividades contemporâneas, por isso acredito que se adjetivarmos as práticas de lazer como “positivo ou negativo”, “bom ou ruim”, podemos cometer equívocos que tendem a corroborar visões societárias, dicotômicas e antagônicas (Castilho, 2023).

Para as mulheres em situação de rua participantes desta pesquisa, por exemplo, a maconha age como um elemento que, além de proporcionar um efeito de relaxamento – o que é significativo para elas, que sobrevivem em um contexto de vida que as tenciona a maior parte do tempo – funciona também como uma forma de redução de danos do uso do crack. As mulheres ainda afirmaram que fumam maconha

sempre junto com outras pessoas com quem se relacionam socialmente (normalmente pessoas em situação de rua), compreendo que o momento de “fumar maconha com os amigos/colegas” propicia tempos de interação social; fato que, nesta pesquisa, tem-se mostrado como fundamental para essas mulheres.

Nessa direção, *Catrina*, *Joelma*, *Angélica*, *Lady Butterfly*, *Beyoncé*, *Ana Auxiliadora* e *Iza* afirmaram que, por meio do uso da maconha, conseguem “ficar de boa”; tendo esse “estado” dois significados diferentes e que, ao mesmo tempo, se sobrepõem. No primeiro, as mulheres compreendem o “ficar de boa” como “ficar em paz”, “estar tranquila”, “ficar quieta” e “descansar”; ao passo que, na segunda gama de sentidos, o “ficar de boa” corresponde a “ficar rindo”, “ficar conversando besteira”, “ficar se divertindo juntas” e “zoar com os outros”.

[...] O final de semana foi babado. O namorado da *Beyoncé* é bom porque ele paga uns lanches para a gente, compra um *chazinho* pra gente; dá pra dar uma zoada e aí a gente fica jogando baralho lá na *maloca*. Fiquei o sábado e o domingo todo assim (*Joelma*, mulher em situação de rua).

[...] A gente, se consegue juntar dinheiro, fuma muita maconha, pode falar que fuma, né? [...] Então, a gente fuma, fuma muito baseado e fica conversando, rindo. “Ai”, e comer né, amiga? Comer uma pizza, ir na sorveteria. Sair para comer o que quiser, isso é meu lazer lá fora. (*Lady Butterfly*, mulher em situação de rua).

[...] “Ai” gata, eu sábado consegui dormir num hotelzinho, vi televisão, comprei uma bebida e *chazinho*, mas ontem acabei deslizando com os meninos, aí já viu, né? “Tô” sem dormir, doida pra liberar o banho porque não tomei ontem e não dá pra ficar sem; eu detesto (*Catrina*, mulher em situação de rua).

Os trechos de algumas entrevistas destacados acima reiteram as conversas que realizei informalmente com as interlocutoras desta pesquisa. Ao narrarem suas noites e finais de semana, a maioria das mulheres descrevem o uso da maconha paralelamente à realização de outras práticas sociais. Essa realidade dialoga, em alguma medida, com um dos sentidos que o lazer possui para elas no contexto do CIAM, cuja essência está na possibilidade de desfrute de um tempo-espço no qual elas podem relaxar e cultivar suas sociabilidades. Assim, se no CIAM, por se sentirem seguras, as mulheres conseguem diminuir suas tensões e relaxar; na rua, onde não há aparente segurança, a maconha também pode ser um meio para esse “relaxamento” que, por sua vez, possibilita a fruição de práticas sociais satisfatórias para elas.

A maioria das mulheres participantes deste estudo relatou que a maconha não “entrou” em suas vidas depois de estarem na situação de rua, pelo contrário, muitas já faziam uso da *cannabis* em seus cotidianos anteriores. Assim, a prática de “fumar maconha com os amigos” é uma daquelas presentes antes e depois que essas mulheres passaram a viver nas ruas.

[...] fumo desde nova. Uns 16 anos, mais ou menos. Mas nunca me fez mal, não. Amiga, o problema mesmo é a bebida e o crack. O crack, né? Na verdade, é o crack. Isso que é a perdição. A maconha é para curtir, relaxar e ficar de boa com os amigos. Você quer ver quando eu tô boa? Minha melhor época é quando tô só na maconha (*Catrina*, mulher em situação de rua).

Além de *Catrina*, *Joelma*, *Beyoncé* e *Lady Butterfly* também afirmaram que uma de suas atividades de lazer antes da situação de rua era o hábito de “fumar maconha com seus amigos”. Para Joelma, a relação com esses amigos de seu antigo bairro é uma das coisas de que ela mais sente falta, pois, segundo ela, estando nas ruas é mais difícil formar vínculos verdadeiros de amizade.

É importante lembrar que as mulheres participantes da pesquisa admitem que há mudanças recorrentes no que diz respeito às pessoas que integram os “grupos de amigos”, seja por conflitos pessoais, seja pelo fato de muitas transitarem, frequentemente, entre suas próprias casas, clínicas de reabilitação e abrigos em outras cidades/estados. No entanto, ainda que cercada por tais complexidades, que dificultam o estabelecimento de laços de amizades e/ou afetivos duradouros, nas falas das mulheres interlocutoras, fica evidente a proximidade que elas mantêm com algum grupo de amigos ou colegas.

[...] gosto de estar com minhas amigas e curtir quando bebo num barzinho, quando elas me chamam, porque eu não tenho dinheiro ainda; aí, quando elas me chamam, eu vou e aí dá para curtir (*Beyoncé*, mulher em situação de rua).

[...] o final de semana é bebendo, é zoando e tocando uns pagodes com os meninos lá na praça. É a nossa alegria, a gente vai assim [inaudível], ou tem também os cachorros; igual ontem, eu “tava” igual um “sargentão” no meio dos cachorros porque eles estavam brigando e eu separando cada um para seu quadrado. Isso deu muito *barato*, ficar brincando com os cachorros. É muito extrovertido e todo mundo acha graça (*Luísa*, mulher em situação de rua).

[...] Passear numa lanchonete, bar, alguma coisa desse tipo. Sair com meus “chegados” sabe? Tomar uma cerveja, comer um tira gosto, dar uma volta diferente, em lugares diferentes (*Ana Auxiliadora*, mulher em situação de rua).

Dois pontos são importantes de serem destacadas nos trechos apresentados acima; o primeiro é a parceria, também já observada dentro do CIAM, que algumas mulheres têm umas com as outras no que diz respeito à divisão daquilo que elas conseguem comprar, como o cigarro de tabaco, a maconha ou mesmo a saída para bares/lanchonete. O segundo ponto refere-se aos espaços nos quais essas mulheres transitam, aparecendo, nos trechos das entrevistas, locais como praças, bares, lanchonetes. Foi possível constatar que as praças são os espaços mais indicados pelas mulheres participantes desta pesquisa como o local no qual elas montam suas *malocas* e passam a maior parte do tempo quando não estão no CIAM.

Nas praças, onde alguns grupos de mulheres têm suas *malocas*, normalmente ocorrem as chamadas *resenhas* entre essas mulheres e seus grupos, sendo a *resenha* a principal atividade de lazer realizada aos finais de semana. A partir da fala de Joelma, foi possível compreender que a predileção por esse tipo de atividade tem relação com seu custo.

[...] Querer mesmo a gente quer é zoeira, barzinho para beber e comer. Mas não é sempre que a gente consegue, né amiga? Aí, é mais fácil juntar o que cada uma tem ou *manguear* e aí a gente compra bebida, maconha e comida e fica de *resenha* todo mundo junto (*Joelma*, mulher em situação de rua).

[...] Eu gosto de fazer mais coisas entre colegas, ficar de boa com elas, fazer *resenha* escutando uma música. As que eu mais gosto são as divas do pop: Madona, Britney, [inaudível], Mariah Carey, Christina Aguilera, Nayara Azevedo e Marília Mendonça, a gente não pode deixar de falar dela, eu amo. (*Leila*, mulher em situação de rua).

É interessante destacar que as *resenhas* foram apontadas por *Lady Butterfly*, *Joelma*, *Beyoncé*, *Catrina* e *Angélica* como uma de suas principais atividades de lazer anteriores à situação de rua; sendo a diferença maior o fato de essas *resenhas* acontecerem na casa dessas mulheres ou na casa de algum de seus amigos e não nas *malocas*, calçadas ou praças onde ocorrem agora que estão vivendo nas ruas.

Nesse sentido, é preciso não perder de vista que, como descrito no primeiro capítulo, a maioria das pessoas em situação de rua, normalmente, já pertencia a camadas menos abastadas da sociedade antes de passarem a viver nas ruas; sendo as *resenhas* uma atividade “mais barata” para a diversão junto com os amigos. A fala de Leila, descrita acima, ainda reitera a relação com a música que as mulheres participantes desta pesquisa possuem, havendo menção a essa manifestação

artística em relatos relativos às *resenhas*; é como se a música “embalasse” esses momentos de *resenha* entre elas e seus grupos.

Além das *resenhas*, as saídas para os bares e lanchonetes, bem como o “comer algo diferente” figuraram constantemente, nas conversas informais que realizei com essas mulheres, como atividades de lazer realizadas por elas aos finais de semana; sendo “o comer algo diferente” um desejo constante que todas elas têm e que, para a maioria, não é realizado com frequência.

[...] “Ai” meu lazer antes, toda vez que fazia uns programas bem maravilhosos, eu descia e ia comer minha pizza, porque eu amo pizza. E aí dava uma volta na cidade, comprava uma maconha, ia para a casa e aí a gente começava a assistir desenho fumando baseado e deitava e cochilava, esse era assim o meu lazer, comer pizza, fumar maconha e assistir desenho. (*Catrina*, mulher em situação de rua).

Na verdade, conforme descrito por *Catrina*, o “comer o que gosta”, no caso dela, a pizza, já se configurava como uma atividade de lazer antes mesmo da situação de rua, conjuntura que reitera que algumas práticas sociais dessas mulheres não mudaram completamente após elas estarem vivendo nas ruas. Esse cenário pode ser visualizado na relação de *Joelma* e *Beyoncé* com os bailes funks. Isso porque ambas as mulheres indicaram que, antes da situação de rua, frequentavam bailes funks em seus respectivos bairros, sendo essa a atividade de lazer que elas mais gostavam.

Contudo, após a situação de rua, ainda que essas mulheres continuem gostando dos bailes funks, a frequência com que elas vão a essas festas diminuiu; seja por não terem dinheiro para irem até o local utilizando transporte público, pois anteriormente elas iam aos bailes que aconteciam no próprio bairro no qual residiam; seja, como no caso de *Beyoncé*, por receio de sofrer alguma violência, por causa dos conflitos pessoais existentes com outros frequentadores dos bailes que elas costumavam frequentar.

[...] eu ia para o baile funk, eu curtia muito dentro do meu bairro nos bailes lá. Chamava minhas amigas pros bailes e a gente ia, fumava maconha [...] depois que fui presa é que não deu mais, mas eu tenho muita saudade, saudade dessa vida antes de tudo (*Beyoncé*, mulher em situação de rua).

Os relatos sobre bailes funk foram recorrentes, especialmente nos dias de segunda-feira, quando algumas mulheres contavam para outras as histórias do final de semana, o que incluía os bailes. Pelas falas delas, os bailes funk são o tipo de festa

que a maioria dessas mulheres mais frequentam, sendo apontados também pelas funcionárias do CIAM, que destacaram a preferência das mulheres atendidas pela casa por um baile *funk* conhecido como “Baile da Serra”⁷⁰. Além disso, as funcionárias também destacaram a “falta” que o carnaval fez para as mulheres em situação de rua nos anos 2021 e 2022, nos quais, por ocasião da pandemia da covid-19, não houve carnaval de rua.

[...] eu as escutei dizendo esse ano sobre uma tristeza do carnaval não ter acontecido. Então, não sei se o carnaval poderia ser um momento de lazer delas nas ruas ou se seria um momento mais de trabalho, eu não consegui identificar isso. Mas elas tiveram sim uma tristeza disso não ter acontecido. (*Madá*, funcionária do CIAM).

[...] o carnaval elas já falaram que foram e gostam e no baile *funk* da “Serra” elas vão; a maioria vai, elas buscam coisas que não precisam de pagar. (*Frida*, funcionária do CIAM).

[...] Elas falam sempre dos bailes *funk* que têm nas comunidades, um, especificamente, na “Serra”. Pode ser que elas vão até o baile para trabalhar como garotas de programa, mas acho que elas vão para se divertir também. (*Antônia*, funcionária do CIAM).

Sobre os bailes *funks*, é necessário pontuar que, embora, atualmente, o *funk* seja um ritmo musical disseminado e popular nas diferentes camadas sociais brasileiras, ele continua sendo criminalizado, conforme outrora foi a capoeira, o rap e o samba. Essa situação tem relação histórica com o fato de esse ritmo ser originalmente vivenciado nas periferias por jovens pobres e/ou pretos (Nonato; Reis, 2022), o que pode justificar a representatividade que os bailes funks têm para *Beyoncé* e *Joelma*, visto que ambas afirmaram frequentar esses bailes de seus bairros desde muito novas.

Para *Beyoncé* “era tudo em torno dos bailes, a nossa diversão. A gente não saía do bairro. A gente passava os dias esperando, ensaiava as danças. Aquilo lá era o nosso lazer, eu amava. Agora não tenho nem isso”. Esse depoimento nos remete à consideração de Harmon (2019) de que as atividades recreativas e de lazer das pessoas em situação de rua são, de certo modo, criminalizadas, não havendo, para essas pessoas, tempo nem espaços para o lazer.

⁷⁰ O Aglomerado da Serra, localizado na região centro-sul de Belo Horizonte, é considerado o maior conjunto de vilas e favelas do estado de Minas Gerais (Nonato; Reis, 2022).

[...] na rua acaba sendo só ficar com os amigos, conversa, beber, mas é só assim. Às vezes, eu saio na noite e até me divirto com um cara, porque a diversão da gente é homem, é um cara e de resto a gente vai empurrando. (*Luana*, mulher em situação de rua).

[...] Usar droga, fumar ou então sair com os homens. Porque isso pra mim é uma diversão, é lazer amiga! Eu não tô trabalhando, não é programa pra mim. Tô saindo com eles por diversão, prazer, mas é só Jesus na causa, porque são homens, né? (*Joelma*, mulher em situação de rua).

Luana e *Joelma* apontam a “diversão” com homens como uma de suas atividades de lazer, sendo pontuado por *Joelma* que, nesses casos, não se trata de trabalho – programa – mas de prazer e diversão. Diante do exposto, é necessário reiterar que as relações afetivas das mulheres em situação de rua são marcadas por casos de violência e por descontinuidade. Como já descrevi ao longo do trabalho, presenciei algumas mulheres chegando ao CIAM com marcas de violência que, mais de uma vez, fora cometida por seu parceiro.

Ao longo do campo, escutei diversas histórias sobre os relacionamentos passados e atuais das interlocutoras da pesquisa, havendo recorrentemente relatos de abusos e violências. Das 11 mulheres interlocutoras deste estudo, cinco (*Leila*, *Beyoncé*, *Talía*, *Luana*, *Rosemeire*) afirmaram terem sido estupradas quando já estavam em situação de rua e uma (*Luísa*) apontou o estupro que sofreu dentro de sua própria casa como gatilho principal para que ela saísse de casa e ficasse em situação de rua. Nesse sentido, violências físicas e abusos sexuais sofridos em seus lares configuram-se como o principal motivo que as levaram à situação de rua (Maia; Fortes, 2022).

Conforme já foi dito em capítulos anteriores, por causa da violência às quais as mulheres em situação de rua estão expostas, muitas optam por se relacionar com parceiros que também estão em situação de rua para adquirirem certa segurança, o que *Catrina* me contou que é fundamental para elas, pois já cansou de “correr de homens” e agora ela prefere se relacionar com um parceiro que, nas palavras dela, “não é tão bom” quanto estar sozinha com suas outras amigas mulheres. Para essa mulher, a questão não é ter a presença de um parceiro todos os dias em sua *maloca* ou “andando atrás dela o todo tempo”, o importante é saberem que ela está namorando determinado homem.

Em contrapartida, *Beyoncé* confessou que, depois do estupro que sofreu, ela prefere estar solteira a se relacionar com algum homem:

[...] isso me marcou muito, quando eu vou me relacionar, eu sempre penso. Por isso, nunca fui de ser essas bichas namoradeira, sabe? Porque eu tenho medo, tenho muito medo. Prefiro ficar solteira [...] depois que aconteceu o estupro comigo, eu fui namorar depois que fui presa, na prisão (*Beyoncé*, mulher em situação de rua).

Por meio das observações e conversas com as mulheres, foi possível notar que todas elas possuem o desejo de serem amadas por algum parceiro ou parceira, no caso das mulheres lésbicas. Porém, a realidade é que, no tempo em que estive em campo, nenhuma delas permaneceu com o mesmo namorado ou namorada, havendo, como já mencionado em momentos anteriores, pouca durabilidade em suas relações afetivas.

O uso abusivo de drogas e a própria estadia na rua foi apontado por *Ana Auxiliadora* como o principal motivo pelo qual seus últimos relacionamentos não deram certo; isso porque, as duas últimas parceiras que ela teve são mulheres que ela conheceu na rua, mas que não estavam em situação de rua, fato que influenciou as relações não se prolongarem, embora *Ana Auxiliadora* afirme que uma delas foi seu grande amor. Para essa mulher, o principal problema é que, estando em situação de rua, sua chance de recair no uso do crack é grande e, quando isso ocorre, a possibilidade de “fazer besteira” é maior, o que mina seus relacionamentos.

Mesmo com as peculiaridades que cercam os relacionamentos afetivos das mulheres interlocutoras da pesquisa, essa área da vida delas se revelou como uma das mais importantes em seus cotidianos, o que extrapola para o campo do lazer, uma vez que, ao longo de nossas conversas, ilustradas pelas falas anteriores de *Luana* e *Joelma*, “o sair”⁷¹ para se divertir com algum parceiro ou parceira se configura como uma atividade que elas próprias associaram ao seu lazer.

Por fim, o último apontamento feito pelas mulheres relativo às suas práticas de lazer no contexto das ruas foi o ato de *manguear* que, para duas interlocutoras – *Catrina* e *Joelma* – se configura como uma atividade associada ao lazer. Talvez essa concepção tenha relação ora com o lugar que a interação social ocupa na vida dessas mulheres, sendo “o fazer coletivo” algo apreciado por elas, ora com o fato de a atividade de *manguear* se configurar como algo diferente e distrativo na rotina delas. Não são todas as mulheres participantes desta pesquisa, porém, que se sentem confortáveis em *manguear*, havendo algumas que afirmaram ter vergonha de pedir.

⁷¹ Referência ao sexo em si e ao “sair para bares ou resenhas”.

Entretanto, algumas delas, como *Lady Butterfly*, relatou que, quando está em grupo, com as suas amigas, ela consegue *manguear*, pois uma vai ajudando a outra, tornando a atividade “até engraçada”, em suas palavras.

[...] eu gosto mais quando todas estão juntas e fala: vamos *manguear*? Vamos. Aí uma sai para um lado, outra para outro lado ou então todo mundo tá junto e *mangueia* junto e aí o dinheiro todo que ganhar a gente junta e gasta com a gente mesmo, com todas. Até a que não *mangueou* na hora vem, e aí o dinheiro vai para todas. Porque aí a gente divide, se é um pão a gente divide. Então, eu gosto desse momento, a gente se junta, *mangueia* e depois compra comida boa, baseado e ficamos juntas curtindo (*Catrina*, mulher em situação de rua).

[...] tem outra coisa que eu também gosto de fazer agora na rua que é *manguear* com as meninas e trabalhar com o bombom. Eu gosto, porque eu distraio a cabeça, acho divertido (*Joelma*, mulher em situação de rua).

Embora a prática de *manguear* leve essas mulheres a ganharem algum dinheiro, quando perguntadas, nenhuma das interlocutoras desta pesquisa afirmou que isso se configura como uma forma de trabalho para elas, uma vez que não *mangueiam* todos os dias e nem têm horário e local fixo para isso. Sobre o trabalho, houve três tipos de respostas diferentes apontadas pelas interlocutoras da pesquisa, a saber: existem mulheres que vendem pipocas e balas que são compradas quando “sobra”⁷² dinheiro, embora essa atividade não seja algo regular; há também aquelas que, além da venda de pipoca e bala, fazem programas esporadicamente, por conta própria, ou seja, nenhuma delas, atualmente, trabalha para alguma cafetina/cafetão; e, por último, há mulheres que não trabalham com nenhuma atividade.

Dentre as interlocutoras deste estudo, apenas uma, *Ana Auxiliadora*, relatou receber auxílio financeiro de sua família, no caso dela, a ajuda é de sua irmã com quem ela nutre uma boa relação. O auxílio financeiro no valor de 80 reais acontece semanalmente, a pedido da própria *Ana Auxiliadora*, que me contou que, quando a quantia era depositada mensalmente, ela acabava gastando tudo de uma vez só.

[...] Quando não tem grana, a gente *mangueia* e, com o que a gente ganha, a gente faz essas coisas. Eu tenho uma “semanada” da minha irmã, ela manda 80 reais toda sexta-feira, aí dá para eu fazer as coisas pra me divertir. Porque a nossa vida já não é fácil, então, eu tento fazer tudo que posso com o dinheiro junto com as pessoas que eu gosto, bebendo, comendo e fumando

⁷² Compreendi que nenhuma delas têm como prioridade a venda de pipocas ou balas, sendo essa atividade algo que elas fazem quando estão *limpas* e não gastam seu dinheiro – advindo de benefícios sociais, programas ou do *mangueio* – com drogas ou outras preferências como alimentação e pernoite em algum local pago.

maconha, quando dá pra comprar (*Ana Auxiliadora*, mulher em situação de rua).

Até o final do segundo campo de pesquisa (maio de 2022), algumas mulheres interlocutoras deste estudo recebiam o Auxílio Brasil, do Governo Federal, ou o Auxílio Belo Horizonte, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Ambos os auxílios financeiros⁷³ foram, inicialmente, emergenciais, em ocasião da pandemia da covid-19 e, portanto, provisórios. Contudo, quando finalizei a escrita desta tese (maio de 2023), tive conhecimento de que os dois auxílios foram substituídos por outros programas sociais, entretanto, desconheço se as mulheres participantes desta pesquisa continuam recebendo algum tipo de benefício social financeiro do município ou do governo federal.

Hoje eu percebi o que as funcionárias da casa já haviam me falado sobre, em certas semanas do mês, o CIAM ficar um pouco mais vazio, pois algumas mulheres recebem seus benefícios da prefeitura de Belo Horizonte ou o do governo federal e, normalmente ficam sem vir à casa. Assim permanece apenas por dois ou três dias, mas acontece como ontem e hoje. No caso de hoje, o que me chamou atenção é o fato de ser sexta-feira, um dia que normalmente é mais movimento aqui na casa e ela está vazia, porém, ao ver a data no calendário, compreendi que deveria ser dia de pagamento de alguns dos benefícios (Notas do caderno de campo – 2022).

Ana Auxiliadora chegou tarde, já eram quase 11h e ela parecia estar bem cansada. Estava com um semblante de quem havia dormido pouco, olhos aparentando que ela esteve chorando, estava de ressaca ou *virada*. De longe, ela me deu tchau sem sorrir, encaminhando-se direto para uma técnica e querendo saber se ainda poderia tomar café. *Sharon* se aproximou brincando com ela sobre algo do final de semana, ao que ela riu sem graça e disse que precisava comer (Notas do caderno de campo – 2022).

O valor do benefício, entretanto, era gasto, pela maioria delas, em poucos dias e, muitas vezes, em apenas um final de semana, fato que pude presenciar algumas vezes, visto que havia alguns dias – normalmente final e início de mês – que elas não frequentavam o CIAM e, quando retornavam, estavam quase sempre *viradas*, o que indicava o uso abusivo de drogas. Entretanto, ainda que tal abuso seja nocivo à saúde e ao bem-estar social dessas mulheres, acredito que o recebimento dos benefícios também proporciona possibilidades de diversão e dignidade,

⁷³ O valor do Auxílio Brasil variava de R\$400,00 a R\$600,00 mensais, havendo a existência de um limite de parcelas a serem pagas de acordo com a data na qual a pessoa começou a ser beneficiada pelo programa (BRASIL, 2021). Já no Auxílio Belo Horizonte, a pessoa poderia receber o total de R\$ 400,00 a R\$ 800,00 em duas parcelas únicas de R\$200,00 e R\$ 400,00, respectivamente (Belo Horizonte, 2021b).

especialmente se levarmos em conta os relatos de que, com o valor do benefício, algumas mulheres pagavam locais para pernoitarem e ainda comiam aquilo que desejavam.

Nessa perspectiva, *Luana*, por exemplo, afirma que, na maior parte de seu tempo, ela não tem momento de lazer. Segundo ela, “antigamente eu podia ir para uma boate, um shopping, sair para comer o que queria, então, era um lazer. Lazer para mim é isso e agora, na rua, não tenho sempre”. Essa afirmação, possivelmente, indica a falta de dinheiro como um dos motivos de *Luana* não conseguir consumir aquilo que considera como lazer. Essa ideia foi reforçada por *Ana Auxiliadora*, quando ela discorreu sobre a importância da “semanada” que ela recebe de sua irmã. Afinal, é com esse dinheiro que *Ana Auxiliadora* pode, em suas palavras, “[...] bancar as coisas que eu gosto de fazer. Mesmo sendo pouco dinheiro, a gente se vira”. Ainda em conversa com essa mulher, perguntei com o que ela gastava a sua “semanada”, e obtive como resposta:

[...] depende. Se eu estiver com alguém [namorada] eu faço coisas com ela, levo para passear em algum barzinho, levo em algum lugar que tem música, levo para comer alguma coisa ou compro algo para a gente fazer na *maloca*. Agora, quando “tô” sem ninguém, eu gasto com as meninas em alguma *resenha*, fazendo algo junto; compro bebida, cigarro e maconha. (*Ana Auxiliadora*, mulher em situação de rua).

Dito isso, compreende-se que o uso de maconha e as *resenhas* com os amigos, os bailes funk, as saídas para bares e lanchonetes, bem como a possibilidade de comer aquilo que deseja, foram as principais atividades apontadas pelas mulheres como práticas de lazer no contexto das ruas. Esses apontamentos pouco se diferenciaram daquilo que elas disseram realizar em seu cotidiano quando ainda moravam em suas casas. As distinções existentes no lazer antes e depois da situação de rua se concentram, dessa maneira, especialmente no fato de elas terem ou não um teto. Isso porque, se antes algumas práticas sociais apontadas pelas interlocutoras como suas preferidas eram realizadas dentro casa, agora, estando em situação de rua, essas práticas passaram a serem desenvolvidas em suas *malocas*, nas praças ou calçadas.

Dessa forma, ao descrever e analisar a presença do lazer – fora do CIAM – na vida das mulheres em situação de rua interlocutoras desta pesquisa, compreendi que o fenômeno se manifesta cotidianamente como uma maneira de amenizar suas

realidades vulneráveis. Trata-se de um apontamento semelhante ao realizado por Hodgetts e Stolte (2016), que afirmaram que o lazer, para esse grupo social, se configura como uma “fuga da adversidade” vivenciada na situação de rua e também como uma “volta” para a sociedade, no sentido de que, ao vivenciarem algumas práticas de lazer, essas pessoas se aproximam daquilo que outros sujeitos que não estão em situação de rua fazem em seus cotidianos e do que elas próprias faziam quando ainda não estavam em situação de rua.

No caso das mulheres desta pesquisa, por exemplo, o próprio uso da maconha, apontado por elas como uma de suas práticas de lazer, se caracteriza como uma fuga da realidade vulnerável que elas experimentam nas ruas. Ao mesmo tempo, no que se refere à “volta” para a sociedade”, acredito que essas mulheres vivenciam essa possibilidade favorecida pelo lazer ao irem a um barzinho ou organizarem uma *resenha*, uma prática social comum para boa parte da sociedade, mas que, para Harmon (2019), reforça a ideia de que a extrema pobreza – como a situação de rua – além de não reduzir a necessidade de lazer dos sujeitos, não diferencia as pessoas quanto a seu desejo de integrarem uma comunidade mais ampla.

Essa questão que vai ao encontro da fala de Rafael Eduardo Nunes, homem em situação de rua que foi convidado especial do quinto show no Brasil da banda britânica Coldplay, que aconteceu na cidade de São Paulo em março de 2023⁷⁴. Naquela ocasião, Rafael afirmou que a oportunidade de participar daquele show “foi surreal. Eu me senti privilegiado por me sentir comum” (Balacci, 2023). Essa afirmação dialoga com a compreensão de Hodgetts e Stolte (2016), que ressalta que o lazer para as pessoas em situação de rua se caracteriza como uma “volta” para a sociedade – ainda que momentaneamente.

Entretanto, André Soler (co-fundador da ONG SP Invisível) aponta que a iniciativa de levar algumas pessoas em situação de rua ao show do Coldplay foi veementemente questionada, sob a justificativa de que direitos básicos como moradia e alimentação desses sujeitos deveriam ser priorizados ao invés do lazer (Balacci, 2023). Essa concepção parece reduzir – de maneira não surpreendente – as pessoas em situação de rua à sua condição vulnerável, ignorando outros aspectos importantes

⁷⁴ No dia 17 de março de 2023, as ONGs *SP Invisível* e *Love Button* convidaram quatro pessoas em situação de rua, dentre elas Rafael Eduardo Nunes, para assistirem ao show da banda Coldplay no estádio de futebol Morumbi, na cidade de São Paulo (Balacci, 2023).

e necessários de suas vidas, como o lazer. Além disso, essa lógica de hierarquizar os direitos sociais, por meio da qual o direito ao lazer tende a figurar como o menos importante, anula os sentidos próprios que cada sujeito atribui para o fenômeno. Ora, não há dúvidas da essencialidade, por exemplo, do direito à saúde e à segurança para a vida de quaisquer sujeitos; entretanto, será que todos deveremos esperar a garantia de tais direitos para somente depois gozar do direito ao lazer?

Portanto, levando em conta esse questionamento final, e a partir do que fora descrito e analisado ao longo desta pesquisa, é importante frisar que o lazer, tanto no âmbito do CIAM quanto fora dele, aproxima as mulheres em situação de rua interlocutoras desta pesquisa de momentos de dignidade dentro de seus dias, semanas ou meses, favorecendo o descanso de seus corpos e mentes, bem como a sociabilidade presente em diversas práticas sociais dentro do CIAM. A partir de práticas que ocorrem fora desse equipamento público (uso da maconha, *resenhas*, ou saídas para bares, lanchonetes ou bailes funks) ou nas suas dependências, o fato é que o lazer, compreendido de maneira situada, existe e emerge no cotidiano dessas mulheres, aliviando suas tensões, proporcionando diversão, alimentando seus corpos e descansando suas mentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o lazer se manifesta no cotidiano das mulheres em situação de rua? Quais as práticas e os entendimentos delas a respeito deste fenômeno? De que forma o modo de vida peculiar a quem vive nas ruas pode ser determinante no lazer para estas pessoas? Retomo as perguntas que estruturaram esta tese para desenvolver as considerações finais acerca da presente pesquisa.

A opção por realizar um trabalho de cunho etnográfico, centralizado na observação participante e no uso basilar da descrição, perpassou pelo entendimento de que nós, pesquisadores, necessitamos romper tanto com a objetificação dos sujeitos que integram os nossos estudos (Escobar, 2020) quanto com a postura de “tradutores” que recorrentemente adotamos, ao empreendermos pesquisas junto de grupos sociais distintos dos nossos (Cusicanqui, 1987). Por essa razão, apoiada na concepção de Peirano (2007), considero que, mais do que uma metodologia ou prática de pesquisa, o fazer etnográfico se configurou nesta tese como a teoria vivida, sendo imprescindível reiterar a sua relevância ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho.

No que tange ao lazer, admito não ter sido simples, ao menos no início do trabalho de pesquisa, observar o fenômeno no meio de mulheres em situação de rua; especialmente porque, ao iniciar as conversas com algumas delas, bem como realizar a observação de seus cotidianos no CIAM, o meu olhar direcionou-se, sobremaneira, para as situações vivenciadas por elas na condição de pessoas com trajetória de vida nas ruas. Assim, as violências, os abusos, os vícios, a falta de amor e as vulnerabilidades, marcadas nos corpos dessas mulheres ou descritas por elas, quase sempre saltavam aos meus olhos, de forma que o próprio objetivo desta tese parecia se perder em meio ao grau de precariedade presente na vida delas; mesmo que eu partisse do pressuposto – desde o início da pesquisa – de que o lazer, enquanto prática social que possibilita a fruição da vida (Gomes, 2014), é inerente à existência de quaisquer indivíduos.

Nesta direção, compreendendo o lazer de maneira indissociável do tempo-espço no qual ele se manifesta. Reconheço, no caso das mulheres em situação de rua, interlocutoras desta pesquisa, que o modo de vida complexo que elas vivem possui influência significativa nos sentidos atribuídos por elas próprias às práticas

sociais que realizam. Conjetura que, por sua vez, me levou a nomear algumas destas práticas de “lazer possível”, considerando-o como o desfrute da vida (no sentido de “aproveitamento”), por meio de práticas sociais que, quando situadas, possuem sentido de lazer para o sujeito, o que, no cotidiano das interlocutoras em situação de rua desta pesquisa, foi recorrentemente visível, em especial, nas atividades que proporcionavam, segundo elas, o relaxamento de suas mentes; como, por exemplo, o ato de “fazer as unhas” uma das outras, prática que, para boa parte da sociedade, tem apenas sentido higiênico e estético, sendo um serviço pelo qual muitas pessoas pagam.

Em relação ao cotidiano no CIAM, há de se destacar, primeiro, o significado de “lar” que este equipamento público possuía para algumas mulheres em situação de rua, frequentadoras do local, uma vez que ele significava uma espécie de referência de “casa” para elas que não possuíam uma moradia, por estarem em situação de rua e não conservarem nenhum vínculo com seus familiares e/ou pessoas próximas. Não à toa, a maioria das mulheres com quem conversei relatou ir ao equipamento diariamente, sendo o CIAM, de fato, parte de suas rotinas.

Entre as principais práticas de lazer das mulheres em situação de rua, observadas no CIAM, o descanso se configurou como aquela mais citada pelas interlocutoras da pesquisa. Tratava-se do descanso do corpo – marcado por violências e vulnerabilidades que só quem está em situação de rua pode descrever – e do descanso da mente que experimentava um estado frequente de medo e de confusão, causados pelo receio de violências e pelo uso do crack.

Nesta perspectiva, o descanso, no contexto do CIAM, emergia ao longo do dia, estando presente tanto nos momentos em que as mulheres se deitavam nos colchões ou bancos e ficavam conversando entre si, quanto durante os seus “cochilos”, após as refeições, ou ainda nos instantes nos quais mexiam no celular permanecendo em silêncio. Esta prática de lazer indicada pelas mulheres se revelou como um elemento essencial para elas desenvolverem outras atividades, no contexto do CIAM; sendo visível no campo de pesquisa os diferentes momentos nos quais o “corpo cansado” de determinada mulher a impediu de estabelecer quaisquer relações com o espaço e com os objetos da casa, bem como com outras mulheres, fossem elas funcionárias ou usuárias do CIAM. Em razão disso, o CIAM, ao prezar pela segurança daquelas mulheres que lá estavam, se configurava como um espaço importante para elas desfrutarem de momentos de descanso, a partir dos quais tendiam a relaxar os seus

corpos e mentes, de maneira que outras práticas sociais se manifestavam naquele meio, proporcionando a cada uma delas o desfrute de algumas horas que elas passavam dentro daquela casa.

A respeito das outras práticas sociais, a sociabilidade entre as mulheres, motivada e/ou cultivada por meio de práticas de lazer, foi a dimensão intrínseca ao descanso mais observada entre as mulheres em situação de rua, interlocutoras deste estudo; estando a sociabilidade presente nas interações das mulheres em diferentes situações, tais como o uso do celular, a prática de escutar músicas e de assistir televisão, bem como as “saídas para fumar” ou os momentos em que faziam as unhas uma das outras. Nesta direção, o elo em comum entre todas estas práticas era, justamente, a vivência coletiva daquelas mulheres, o que reiterava a essencialidade do convívio social para elas que, estando em situação de rua, em estado extremo de vulnerabilidade, normalmente, experimentam a desfiliação social (Castel, 1993).

Do mesmo modo, as observações do lazer no cotidiano delas, as quais foram realizadas nos encontros do projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”, também caminharam ao encontro da conjuntura observada no CIAM, sendo a horta compreendida por essas mulheres como um espaço de descanso, relaxamento, socialização e “quebra” da rotina vivenciada no CIAM.

Quanto ao passeio realizado ao museu Inhotim, oportunidade oferecida pelo projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”, a possibilidade de um grupo de mulheres em situação de rua poder vivenciar aquela experiência turística evidenciou, de forma não surpreendente, a relevância que a alimentação possui para elas. A experiência do almoço vivenciada no museu foi indicada como a atividade preferida da visita realizada ao Inhotim, especialmente pelo fato das mulheres terem se servido e escolhido o que comer, cenário distante de seus cotidianos, nos quais, normalmente, a maioria das refeições são servidas em “quentinhas”, o que não oportuniza a elas a escolha da quantidade, bem como dos alimentos que elas gostam.

Dentre as principais práticas de lazer das mulheres em situação de rua, interlocutoras desta pesquisa, práticas estas mencionadas por elas, estando elas fora do contexto do CIAM, reconhecendo que a vida delas não se resume aos momentos nos quais elas estavam em equipamentos públicos ou projetos sociais, foi apontado o uso da maconha. Esta foi a atividade mais apontada como um meio de relaxamento e de alívio das tensões impostas pelo dia a dia nas ruas. Além disso, o uso da planta entre elas acontecia, essencialmente, de forma coletiva, propiciando a elas momentos

de interação social, além de tais momentos estarem alinhados, quase sempre, às outras atividades de lazer exercidas por elas.

As *resenhas* realizadas nas malocas e as saídas para bailes *funks*, bares e lanchonetes com amigos, bem como a possibilidade de se comer aquilo que se deseja, foram outras atividades apontadas pelas mulheres em situação de rua como suas principais práticas de lazer no contexto das ruas; sendo importante reiterar que todas estas práticas eram também atividades que elas faziam quando ainda não estavam em situação de rua.

As diferenças existentes nos lazeres dessas mulheres, depois que elas passaram a viver nas ruas, estão concentradas, especialmente, em atividades ligadas à existência de uma moradia, como no caso das mulheres que afirmaram que seu lazer preferido era assistir novelas ou filmes, deitadas em suas camas ou no sofá de suas casas. Ademais, relativo à outras práticas de lazer, bailes *funks* e saídas para bares, o que modificou foi a frequência com a qual aquelas mulheres realizavam isto, especialmente, em ocasião da precariedade financeira, acentuada após a situação de rua. Outra mudança indicada por elas nas atividades de lazer, a exemplo da *resenha* com amigos, foi que antes, tais *resenhas* eram realizadas em suas próprias casas e/ou nas residências de familiares e, posteriormente à situação de rua, passaram a ser feitas nas *malocas*, praças ou calçadas.

Nessas circunstâncias, acredito que a observação do cotidiano de mulheres em situação de rua no CIAM, somada às conversas informais e entrevistas com algumas delas que se tornaram interlocutoras desta pesquisa, me levou à compreensão de que o lazer, entendido no tempo-espaço no qual se manifesta, aproxima essas mulheres de momentos de dignidade; sendo estes momentos aqueles nos quais elas podem descansar seus corpos e mentes, socializar em um espaço seguro ou desfrutar de instantes de prazer que as afugenta, ao menos momentaneamente, da situação de rua. Portanto, é como se o lazer se caracterizasse como uma espécie de “amortecedor” imediato das tensões experimentadas pela situação de rua (Klitzing, 2004a); principalmente ao levar em conta a essencialidade do relaxamento – do corpo e da mente – para essas mulheres, sendo este “estado” e/ou sentimento um dos maiores objetivos delas ao se envolverem em alguma atividade de lazer.

A partir do que fora apontado nestas considerações, encerro esta pesquisa reiterando o que foi dito na introdução desta tese sobre a urgência de produção de trabalhos que contemplem o modo de vida de quem está em situação de rua para

além desta própria condição. Isso porque a vida desse grupo social não se restringe à situação de rua, pois, assim como quaisquer sujeitos, essas pessoas têm suas vidas compostas e influenciadas por diferentes aspectos culturais e sociais, como o lazer.

Nesta perspectiva, espero que esta tese possa ser inspiração para outros pesquisadores realizarem investigações tanto sobre o lazer, em contextos nos quais ele normalmente não é estudado, quanto sobre os estudos relativos a grupos vulneráveis que, como no caso das pessoas em situação de rua, em diversos trabalhos, são reduzidos à vulnerabilidade, sem que sejam levadas em conta outras dimensões das vidas daqueles que os compõem. Além disso, o desenvolvimento desta pesquisa me levou à perguntas que considero interessantes: a primeira delas é relativa à presença do lazer no cotidiano de homens que estão em situação de rua. Haveria diferenças comparando-o ao lazer das mulheres? E quanto à população em situação de rua de outras localidades do país? Como o lazer está presente na vida das pessoas que a compõem? Esta última questão, aliás, considero de suma importância, pois, quando digo da urgência de produções de trabalhos que contemplem outras dimensões da vida de quem vive nas ruas, o faço desejando que um volume maior de estudos seja realizado, a fim de que tenhamos informações mais completas sobre este grupo social tão heterogêneo.

REFERÊNCIAS

- ABGLT. **Manual de comunicação LGBT**: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgênero. São Paulo: ABGLT, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001814011>. Acesso em: 08 jan. 2023.
- ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, jan./abr. 2012.
- ADIALA, J. C. **A criminalização dos entorpecentes**. Rio de Janeiro: Independente, 2006.
- AIDAR, G. Acessibilidade em museus: ideias e práticas em construção. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.], v. 3, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/39810>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- ANDRADE, L. T. de; ARROYO, M. A. (Orgs.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte**: patrimônio, territórios e modo de vida. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.
- ANDRADE, L.; COSTA, S.; MARQUETTI, F. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n.4, p.1248-1261, 2014.
- AREIAS, J. C. A música, a saúde e o bem-estar. **Nascer e Crescer**, [S.], v. 25, n. 1, p. 7-10, 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-07542016000100001. Acesso em: 5 fev. 2023.
- AZEVEDO L.R. Diálogos sobre a noção de vítima e construção da identidade. **Interface**, Botucatu, v. 17, n. 43, p. 515-22, 2013.
- BALACCI, L. **Pessoas em situação de rua falam sobre ida a show do Coldplay**. 2023. Disponível em: <https://orbi.band.uol.com.br/entretenimento/pessoas-em-situacao-de-rua-falam-sobre-ida-a-show-do-coldplay-4746>. Acesso em: 20 mai. 2023.
- BARRAL, G. L. L. **Nos bares da cidade**: lazer e sociabilidade em Brasília. 2012. 233 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2012.
- BELO HORIZONTE. **Estatuto Social do Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://www.institutoieds.com/copia-o-ieds>. Acesso em: 03 fev.2023.
- BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. **Auxílio Belo Horizonte**. 2021b. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/auxiliobelohorizonte>. Acesso em: 08 abr. 2023.

BELO HORIZONTE. **PBH lança “Elas Cultivam a Lagoinha” para mulheres em vulnerabilidade social.** 2021a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-lanca-elas-cultivam-lagoinha-para-mulheres-em-vulnerabilidade-social>. Acesso em: 06 abr. 2023.

BELO HORIZONTE. Diagnóstico do Público da Cena de Uso do Bairro Lagoinha em Belo Horizonte. **ELAS: em Cena na Cena da Lagoinha.** Belo Horizonte, 2022.

BELO HORIZONTE. **PBH e UFMG apresentam resultados preliminares do Censo da população de rua de BH.** 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-e-ufmg-apresentam-resultados-preliminares-do-censo-da-populacao-de-rua-de-bh#:~:text=Belo%20Horizonte%20em%20hoje%205.344,%2C8%25%20de%20outros%20pa%C3%ADses>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BISCOTTO, P.R., *et al.* Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. **Rev Enferm USP**, São Paulo, v. 50, n. 5, p. 749-755, 2016.

BLACKSHAW, T. **Re-imagining leisure studies.** New York: Routledge, 2017.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jun. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2019.

BONALUME, C. R.; ISAYAMA, H. F. AS MULHERES NA PESQUISA O LAZER DO BRASILEIRO. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 3–24, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/593>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BONATTO, S. Agroecologia beneficia consumidores, agricultores e meio ambiente. **Embrapa**, Brasília, 22 set. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2075161/agroecologia-beneficia-consumidores-agricultores-e-meio-ambiente#:~:text=%22A%20agroecologia%20%C3%A9%20uma%20ci%C3%Aancia,a%20estabilidade%20aos%20ecossistemas%20naturais>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BENEVIDES, B. Como acessar o sus para questões de transição? **ANTRA BRASIL**, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/>. Acesso em: 06 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Redução de Danos. **Cartilha Redução de Danos: saúde e cidadania** [s.d.]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/10006003202.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Auxílio Emergencial**. Ministério do Esporte, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao> . Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de saúde. **“A transfobia adoce e mata. Temos que nos comprometer com a vida”, diz conselheiro de saúde no Dia Nacional da Visibilidade Trans**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2312-a-transfobia-adoce-e-mata-temos-que-nos-comprometer-com-a-vida-diz-conselheiro-de-saude-no-dia-nacional-da-visibilidade-trans>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.151-172.

CAMARGO, L. O. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

CARDOSO, J. A. O direito ao descanso como direito fundamental e como elemento de proteção ao direito existencial e ao meio ambiente do trabalho. **RIL**, Brasília, v. 52, n. 207, p. 7-26, jul./set. 2015.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação, precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. *In*: LANCETTI, A. **Saúde e loucura**. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 21-47

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CASTILHO, C. T. Entrevista com Chris Rojek: percurso acadêmico e aproximação com os estudos do lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.133–149, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/439>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CASTILHO, C. T. Lazer Marginais e Contemporaneidade: Instigando e Dialogando na Pós-Graduação Stricto-Sensu. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 301–331, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/45728>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CHAVES, V. T., *et al.* Fissura por crack: comportamentos e estratégias de controle de usuários e ex-usuários. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 6, p.1168-75, 2011. Disponível em: <https://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/204.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural, **Estudos avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

COELHO, F. J. F.; SILVA, M. L. Maconha: que planta é essa? Uma breve história do consumo e da disseminação no Brasil. **Revista Educação Pública**, [S. l.], v. 19, n. 23, 1 out. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/23/maconha-que-planta-e-essa-uma-breve-historia-do-consumo-e-da-disseminacao-no-brasil>. Acesso em: 06 jan. 2023.

CUNHA, A.G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CUSICANQUI S. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. **Temas Sociales**, La Paz, n. 11, p. 49-64, 1987.

DAMATTA, R. **A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

DANTAS, M. **“Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios**. 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

DE ANTONI, C.; MUNHÓS, A. A. R. As violências institucional e estrutural vivenciadas por Moradoras de rua. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 4, p. 641-651, out./dez. 2016.

DESCANSO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/descanso/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

DUMBLETON, S. M. In the absence of a home: The meaning of homelessness. **Journal of Prevention and Intervention on the Community**, [S. l.], v. 30, n.2, p. 57-73, 2005.

ESCOBAR, A. **Contra o Terricídio**. Colômbia: Manizales, 2020.

ESCRITÓRIO DE ARTE. **Adriana Varejão**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.escriitoriodearte.com/artista/adriana-varejao>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SCOREL, S. **Vidas ao léu. Trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

EUGENIO, J. **A Experiência Turística da população em situação de rua da cidade de Niterói–RJ**: Horizontes possíveis para o turismo social. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, 2018.

EUGENIO, J. O.; CHEIBUB, B. L. Turismo social ‘na prática’: a experiência turística de pessoas em situação de rua na região metropolitana do Rio de Janeiro-RJ, Brasil. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 1017-1038, 2020.

EVARISTO, C. **Canção para ninar menino grande**. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FRANGELLA, S. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de rua em São Paulo. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FRAZÃO, D. Leila Diniz. **eBiografia**, 2021. Disponível em: https://www.ebiografia.com/leila_diniz/. Acesso em: 03 jan. 2023.

FREIRE, C. **Cotidiano, Memória e Identidade**: o bairro Lagoinha (Belo Horizonte, MG) na voz de seus moradores. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Luísa Mahin**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2023. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=26864. Acesso em: 15 fev. 2023.

GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. 1 ed. São Paulo: Aleph, 2007.

GOFFMAN, E., **The presentation of self in everyday life**, EUA, Anchor Books Edition, 1959 (Trad. Bras. Maria Célia Santos Raposo). Petrópolis: Vozes, 2005.

GAGO, V.; AGUILAR, R. Women Rising in Defense of Life: Tracing the Revolutionary Flows of Latin American women's Many Uprisings, **Nacla – Report on the Americas**, [S.l.], v. 50, n. 4, p. 364-8, 2018.

GAGO, Verônica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GOMES, A.; FARIA, E. e BERGO, R. Aprendizagem na/da etnografia: reflexões conceitual-metodológicas a partir de dois casos bem brasileiros. **Rev. FAEEBA**, Salvador, v. 28, n. 56, p. 116-135, set./dez. 2019.

GOMES, C.; PINHEIRO, M.; LACERDA, L. **Lazer, turismo e inclusão social**: intervenção com idosos. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, jan./abr. 2014.

GOMES, C. L.; DEBORTOLI, J. A. O.; SILVA, L. P. Lazer, práticas sociais e mediação cultural: Notas introdutórias. *In*: GOMES, C. L.; DEBORTOLI, J. A. O.; SILVA, L. P. (org.). **Lazer, práticas sociais e mediação cultural**. Campinas: Autores Associados, 2019. p. 1-8.

GHIRARDI.; LOPES, S.; BARROS, D.; GALVANI, D. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface**, Botucatu, v. 9, n. 18, p. 601-610,

2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S141432832005000300014>. Acesso em: 03 mar. 2018.

HARMON, J. The right to exist: homelessness and the paradox of leisure, **Leisure Studies**. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02614367.2019.1640775>. Acesso em: 17 mar. 2023.

HODGETTS, D.; STOLTE, O. Homeless people's leisure practices within and beyond urban socio-scapes. **Urban Studies**, [S.l.], v. 53, n. 5, p. 899–914, 2016.

INGOLD, T. That's enough about ethnography! **Hau: Jornal de Teoria Etnográfica**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 383–395, 2014. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/epdf/10.14318/hau4.1.021>. Acesso em: 04 jan. 2023

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. In: INGOLD, Tim. **Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

INHOTIM. **Inhotim**. Brumadinho, MG: Instituto Cultural Inhotim. [s.d.]a. Disponível em: <https://www.inhotim.org.br/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

INHOTIM. **Tunga**. Brumadinho, MG: Instituto Cultural Inhotim. [s.d.]b. Disponível em: <https://www.inhotim.org.br/item-do-acervo/tunga/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

INVISÍVEIS: qual é a verdadeira situação dos moradores de rua? Papo rápido. Papo de Segunda. **Canal GNT**. 2020. (24m12s). Disponível: <https://youtu.be/y4uglsepr4w>. Acesso em: 20 jul. 2020.

JESUS, J.G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013.

JUSTO, M. Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis – um enfoque sócio-ambiental. **Rev. Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 3, n.1, p. 1-27, 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wpcontent/uploads/2013/07/art-42008-6.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

KLITZING, S.W. Womenwho are homeless: Leisure and affiliation. **Therapeutic Recreation Journal**, [S.l.], v. 38, n. 4, p. 348–365, 2004a.

KLITZING, S. W. Women living in a homeless shelter: Stress, coping and leisure. **Journal of Leisure Research**, [S.l.], v. 36, n. 4, p. 483–512, 2004b.

KNESTAUT, M.; DEVINE, M. A.; VERLEZZA, B. “It gives me purpose”: The use of dance with people experiencing homelessness. **Therapeutic Recreation Journal**, [S.l.], v. 44, n. 4, p. 289–301, 2010.

KUNZ, G. **Os Modos de Vida da População em Situação de Rua: Narrativas de Andanças nas Ruas de Vitória/ES**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

LEITE, M. I.; OSTETTO, L. E. (Org.). **Museu, educação e cultura: encontros de crianças e professores com a arte**. Campinas-SP: Papyrus, 2005.

LEMOS, C. A lagoinha e suas imagens- a refiguração do seu presente. **Cadernos de Arquitetura e urbanismo**, Belo Horizonte, n. 4, p. 121-160, 1996.

MACIEL, D. B.; BERBEL, G. S. A representação do eu na vida cotidiana. *In: Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2015. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/obra/representação-do-eu-na-vida-cotidiana>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MACHADO, H.; PEREIRA M. A recuperação da Lagoinha dentro de uma nova concepção de política urbana. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 36-49, out. 1997.

MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. *In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. de L. (Orgs.) Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996.

MAGNANI, J. G. **O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 2015.

MAGNANI, J.G.C. Do mito de origem aos arranjos desestabilizadores: notas introdutórias. *In: MAGNANI, J.G.C.; SPAGGIARI, E. (org.). Lazer e perto e de dentro: uma abordagem antropológica*. São Paulo: Sesc São Paulo, 2018. p. 12-35.

MAGNI, C. Povo da Rua: um estudo sobre nomadismo urbano. **Coleção Cadernos da Cidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, 1995.

MAIA, I.R.; FORTES, R. Encarceradas: uma análise de comportamento infracional a partir da trajetória na infância e adolescência de mulheres em privação de liberdade no Brasil. *In: NEGREIROS, N., PINHEIRO, D., E RIBEIRO, E. (Org.). Diálogos sobre gênero: legislações, resistências e corpos em movimentos*. Rio de Janeiro: Gramma, 2022. p. 253-270.

MALATESTA, M.E.B. **Andar a pé: um modo de transporte para a cidade de São Paulo**. 2007. 254 f. Dissertação (Mestrado em paisagem e ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://mobilidadeape.files.wordpress.com/2016/02/andar_a_pe.pdf. Acesso em: 30 jan.2023.

MARTINS, E. Falta de regulamentação cria vácuo jurídico sobre uso de banheiros por pessoas trans. **Extra**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/falta-de-regulamentacao-cria-vacuio-juridico->

[sobre-uso-de-banheiros-por-pessoas-trans-25641416.html](#). Acesso em: 03 mar. 2023.

MATTOS, R. M., FERREIRA, R. F. “Quem vocês pensam que (elas) são?”, **Psicologia & Sociedade** [Online], v.16, n. 2, p. 47-58, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v16n2/a07v16n2.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MELO, T. **A rua e a sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MELO, V., ALVES JR, E. **Introdução ao lazer**. 2 ed. São Paulo: Manole, 2012.

MIES, M; THOMSEN, V; WELHOF, C. **Women**: The Last Colony. Londres: Zed Books, 1988.

MINAYO, A.C.S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MORAES, M. L. Q. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, [S. l.], v.11, p.99-105, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634466/2390>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MOREIRA, C. R. *et al.* Redução de danos: tendências em disputa nas políticas de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [online], v. 72, p. 312-320, 2019. Tradução. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v72s3/pt_0034-7167-reben-72-s3-0312.pdf. Acesso em: 29 de março de 2023.

MOURA, F. A, *et al.* **Produção de sentidos e tecnologia**: estudos contemporâneos em comunicação. São Luís: EDUFMA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/39856/1/veraSociabilidadeImplicacoes.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

MOURÃO, D. Transgêneros. **Educando para a diversidade**. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://educadiversidade.unesp.br/transgeneros/#:~:text=Transg%C3%AAneros%20s%C3%A3o%20pessoas%20que%20n%C3%A3o,grupo%20transg%C3%AAneros%20h%C3%A1%20diversos%20subgrupos>. Acesso em: 13 fev. 2023.

NATALINO, M. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

NATALINO, M. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

NONATO, L. C.; REIS, J. B. Territórios juvenis negros: sentidos das experiências em um baile funk no aglomerado da Serra/BH. **Continentes**, [S.l.], v. 1, n. 21, 2022. p. 155-181, mar. 2023. ISSN 2317-8825. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/357>. Acesso em: 08 mar. 2023.

NORONHA, V.; MORAIS, P. Z. M. O lugar da família nas políticas de lazer. In: Vânia Noronha. (Org.). **Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social**: Contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais. 1 ed. Belo Horizonte: Editora, 2009. p. 19-30.

PAULA, P. A. F.; ZINGONI, P. O tempo como categoria de análise da subjetividade na Vila da Paz: Programa judicial para remoção e reassentamento humanizado de famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais. In: ZINGONI, P. (org.). **Lazer em Vilas do Programa Judicial para remoção e reassentamento humanizado de famílias do anel rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais**. Belo Horizonte: São Jerônimo, 2018. p. 119-168.

PEIRANO, M. Temas ou teorias? O estatuto das noções de ritual e de performance. Campos. **Revista de Antropologia Social**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 9-16, 2007.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, [online], v. 2, 2008. Acesso em: 8 set. 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1890>. Acesso em: 20 mar. 2020

PEREIRA, A. S.; WURFEL, R. F. O uso de maconha como estratégia de redução de danos em dependentes de crack. **Aletheia**, [online], n. 34, p. 163–174, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942011000100013. Acesso em: 20 mar. 2020.

PIMENTEL, G.G. de A. O Passivo do lazer ativo. **Movimento**, [S. l.], v. 18, n. 03, p. 299-316, jul/jset. 2012.

PINHO, R. J.; PEREIRA, A. P. F, B.; LUSI, I. A. O. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 3, p. 480-495, set. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000300480&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2020.

PINTO, L. M. S. M. Lazer e educação: desafios da atualidade. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e sociedade**: múltiplas relações. Campinas: Alínea, 2008. p. 45-61. PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PIRES, R.R.C; SANTOS, M.P.G. Desafios do multiprofissionalíssimo para a redução de danos em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas. **Saúde Sociedade**, [online], v. 30, n. 2, p. e200072, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2021.v30n2/e200072/pt> . Acesso em: 21 jan. 2023.

PODESTÁ, L. L. de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista Periódicus**, [S.l.], v. 1, n. 11, p. 363–380, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27873>. Acesso em: 09 fev. 2023.

POLLO-ARAUJO, M. A.; SILVEIRA, X., D. Redução de danos no PROAD: trinta anos de experiência institucional. **Boletim Do Instituto De Saúde**, São Paulo, v. 21 n. 2, 2020, 67–72.

PRATES, J.C.; PRATES, F. C.; MACHADO S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p.191-215, jul./dez. 2011.

RELATÓRIO CIAM. **Projeto intervenção qualificada em cenas de uso de crack e outras drogas**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, 2019.

ROCHA, J. V. P. D. Maconha e preconceito: representações sociais de uma droga. **Textos Graduados**, [S.l.], v. 2, n. 1, Brasília: 2016.

ROJEK, C. **Leisure theory: principles and practice**. 1 ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

ROJEK, C. O lado Obscuro do Lazer: Formas Anormais. *In*: FORTINI, J.L.M.; GOMES, C.L.; ELIZALDE, R. (Org.). **Desafios e perspectivas da educação para o lazer / Desafíos y perspectivas de la educación para el ocio / Challenges and Prospects of Education for leisure**. Belo Horizonte: SESC/Otium, 2011. p. 137-148.

ROSA, A.S.; BRÊTAS, A.C.P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface**, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 275-85, 2015.

RUI, T. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. 2012. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – São Paulo, 2012.

SAFIOTTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALGADO, N.; SILVA, B. Estudo sobre o bairro Lagoinha em Belo Horizonte (MG - Brasil). Entre a tradição, a decadência e a cracolândia: “crônica de uma morte anunciada?”. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 21, n. 3, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5402>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SAMPAIO, T. M. V. *et al.* O projeto Lazer e Cidadania na voz das mulheres: Caminhos Aberto. *In*: SAMPAIO, T. M. V. (org.). **Lazer e Cidadania: partilha de tempo e espaços de afirmação da vida**. Brasília, DF: EdUCB, 2014. p. 19-51.

SANCHOTENE, I.P.; DE ANTONI, C.; MUNHÓS, A.A.R. Maria, Maria: concepções sobre ser mulher em situação de rua. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 146-160, jan./jun. 2019.

SANTANA, V.; CASTELAR, M. A população em situação de rua e luta pela cidadania. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 38, n. 2, p. 357-369, 2014.

SANTOS, F. da C. Contribuições Teóricas e Metodológicas da História Conceitual para os Estudos do Lazer. **Revista Brasileira de Estudos Do Lazer**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 359–380, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/12325> .Acesso em: 28 fev. 2023.

SARMENTO, C.S.; PEDRONI, G. Vulnerabilidade e resistência: um estudo sobre as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. **Anais...**, Florianópolis, 2017.

SARTORI, V.C., *et al.* **Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANC**: resgatando a soberania alimentar e nutricional/organizadores. Caxias do Sul, RS: EducS, 2020. 118 p. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-plantas-alimenticias.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

SCHULZE, C. **Quando o corpo se torna lar**: narrativas de moradoras de rua de Porto Alegre/RS. 2018. 78 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SEGATO, R. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. Puebla: Pez en el Árbol, 2014.

SERRANO, C. **Eu Mendigo**: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, C. B. Mulheres em situação de rua: um estudo antropológico da relação entre identidades estigmatizadas e o acesso aos direitos em recife-pe. *In*: V ENLAÇANDO. **Anais...** Campina Grande: Realize, 2017b. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/30651>. Acesso em: 01 mar. 2021.

SILVA, A. L. da. Tempo e espaço na pesquisa etnográfica que inclui as crianças. **Psicologia & Sociedade**, [online], v. 29, 2017a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29168810>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SILVA, P. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 171-188, 2009.

SILVA, C.A. Desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: você mãe possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Direito em Foco**, São Paulo, v. 5, p. 1-9, 2012.

SIMMEL, G. **Sociologia et épistémologie**. Paris: PUF, 1991.

SOTERO, M. “Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética”. **RevBioét**, [S.l.], v.19 n.3, p. 799-817, 2011.

STOFFELS, M. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUSA, L. M. P. **Fumo por lazer, sim!**: significados e representações do uso recreativo de maconha para mulheres. 2020. 86 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SOUZA, C.; FORTINI, P. **Vozes da rua**: um relato de experiência com moradores de rua. Relatório de estágio. Poços de Caldas, Minas Gerais 2010. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/PRISCILA-FORTINI.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PANTANAL. **Teledramaturgia**, 1990. Disponível em: <http://teledramaturgia.com.br/pantanal/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

TIENE, I. **Mulher moradora na rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas: Alínea, 2004.

TIRADENTES, L. R. **Identificação de diagnósticos de enfermagem em mulheres moradoras de rua**. 2007. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de Guarulhos, São Paulo, 2007.

TISOTT, Z. L.; GOMES TERRA, M.; SIEPMANN SOCCOL, K. L.; NASI, C.; SCHNEIDER, J. F.; FREITAG, V. L.; DE LIMA TORRES, M. E. Ações de cuidado de redutores de danos às pessoas usuárias de drogas: estudo fenomenológico. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 461–473, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/2848>. Acesso em: 19 jan. 2020.

VALÊNCIO, N. F. L. S. *et al.* Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, Paraíba, v. 7, n. 21, p. 556-605, 2008.

VIEIRA, J. A.; ROCHA, J. V. P. D. Um estudo de análise de discurso crítica: diferenciação racial de traficantes de drogas na mídia Revista **Discursos Contemporâneos em Estudo**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 47-62. 2018.

VIEIRA, L. S., MARQUES, A. E. F., & DE SOUSA, V. A. O uso de *Cannabis sativa* para fins terapêuticos no Brasil: uma revisão de literatura. **Scientia Naturalis**, Rio Branco, v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SciNat/article/view/3737>. Acesso em: 05 fev. 2023.

VOCÊ se lembra das Power Ballads? **MONDO MODA**, 2021. Disponível em: <https://mondomoda.com.br/2021/01/28/power-ballad/>. Acesso em: 04 fev. 2023.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (Orgs.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996. p.48-68.

GLOSSÁRIO

B *Bola* – Cigarro de maconha. Puxar fumaça apenas uma vez no cigarro de maconha.

Barato – Efeito de prazer causado pelo uso de alguma droga. Gíria para “legal”.

C *Chá, chazinho* – Maconha

Corre, correria, fazer um corre – Rotina de trabalho ou serviço informal, muitas vezes ilegal, realizado para o ganho de uma pequena quantia em dinheiro.

D *Descuidos* – série de delitos considerados “pequenos” pelas usuárias, como furto e roubo.

L *Limpa* – Quando a pessoa está sem usar qualquer tipo de droga.

P *Pega* – Quando o efeito do crack começa a acontecer.

M *Maloca* - Barracas feita de lonas ou madeira onde pessoas em situação de rua se abrigam.

N *Nóia* – Usuários de crack ou cocaína.

R *Resenha* – Espécie de festas ou reuniões entre um pequeno grupo de pessoas, nas quais há bebidas alcoólicas, maconha, jogos de baralho e música.

T *Trago* – Puxar fumaça apenas uma vez em um cigarro ou no cigarro de maconha.

V *Virada* – Quando a pessoa está acordada por um longo tempo por causa do uso de alguma droga.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO – MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Pesquisa: “A DIALÉTICA DO LAZER NO COTIDIANO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE – MG”.

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “A DIALÉTICA DO LAZER NO COTIDIANO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE – MG”, da doutoranda Jordania de Oliveira Eugenio, coordenada pelo pesquisador responsável Prof. Dr. Rafael Fortes Soares, ambos do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais.

A pesquisa tem por objetivo compreender de que forma o lazer está presente no cotidiano da mulher em situação de rua de Belo Horizonte. Para isso, buscaremos entendimentos acerca das atividades desenvolvidas no cotidiano das mulheres que frequentam o CIAM. Acreditamos que este trabalho pode contribuir para pesquisas sobre mulheres que estão em situação de rua, principalmente por trazer para o debate essas mulheres reconhecidas como cidadãs e, conseqüentemente, detentoras de direitos e atenção do poder público. O trabalho ainda tende a contribuir para a diminuição do preconceito e desconhecimento sobre a vida das mulheres que estão em situação de rua.

Serão realizadas, ao longo da pesquisa, observações e eventuais entrevistas individuais (formais e/ou informais) que serão registradas por escrito e/ou gravadas em áudio e, depois, transcritas (sendo armazenadas na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG pelo período mínimo de 5 anos). As observações se darão no contexto do CIAM durante o tempo em que a pesquisadora frequentará o local. Já as eventuais entrevistas ocorrerão também no interior do CIAM, conforme a disponibilidade da participante, sem agendamento prévio.

Levando em conta o contexto da pandemia da covid-19, comprometemo-nos a cumprir os protocolos de saúde determinados pelos governos federal, estadual e municipal, bem como as orientações internas do CIAM. Para isso, durante as observações e eventuais entrevistas, vamos respeitar o distanciamento de 2m das participantes da pesquisa e faremos o uso de máscara em toda nossa estadia no local.

Esclarecemos que esta pesquisa pode oferecer riscos a você, como, por exemplo: o incômodo ou constrangimento ao responder questões sensíveis, como a forma de chegada a condição de rua, vivência de violência e abusos, sexualidade, cansaço, medo de ser exposta, lembrança de situações que despertem sentimentos negativos e gatilhos de ansiedade e/ou incômodo por estar sendo observada. Por isso, afirmamos que você poderá interromper ou se desligar da eventual entrevista a

qualquer momento, e também pode voltar atrás em sua participação no estudo, não existindo qualquer tipo de custo ou implicações para você.

Para evitar esses riscos, garantimos que seu nome e imagem não serão divulgados em momento nenhum deste estudo, sendo que, quando os resultados da pesquisa forem publicados, a sua identidade e a das outras participantes serão preservadas, de modo que as participantes serão identificadas por nome fictício ou número. Além disso, buscaremos minimizar desconfortos gerados durante as observações e eventuais entrevistas, estando atentos aos seus sinais verbais e não verbais e dando a liberdade para você não responder quaisquer questões desconfortáveis.

A coleta de dados se iniciará após a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais. Esclarecemos que todas as despesas relacionadas com este estudo serão de responsabilidade dos pesquisadores e que não haverá qualquer forma de remuneração financeira para você.

Assumimos o dever de tornar público o resultado desta pesquisa e nos colocamos à sua disposição para prestar esclarecimentos em qualquer etapa do estudo. Informamos que, caso haja algum dano a você por conta desta pesquisa, você poderá buscar indenização.

Nos colocamos à disposição no endereço: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Av. Presidente Carlos Luz, 4664/Campus UFMG, Pampulha, Belo Horizonte - MG, (31) 3409- 2337 e divulgamos os dados do Comitê de Ética da UFMG (COEP) para esclarecimentos estritamente relacionados às dúvidas de ordem ética: Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II, 2º Andar, sala 2005 - telefone (31) 3409-4592, e-mail: coep@prpq.ufmg.br. E com os endereços eletrônicos: Jordania de Oliveira Eugenio: jordaniaeugenio2@hotmail.com e Rafael Fortes Soares: rafa.fortes@gmail.com

Por fim, enfatizamos que, ao assinar este Termo, você concorda em fazer parte do grupo de mulheres que serão observadas e eventualmente entrevistadas no CIAM, havendo possibilidade de sua eventual entrevista ser gravada em áudio. Este documento seguirá em duas vias, com espaço destinado para assinaturas. Uma delas ficará com você e a outra será arquivada junto com os dados das observações e de sua eventual entrevista – utilizados somente para essa pesquisa – na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG pelo período mínimo de 5 anos, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Afirmamos novamente que não haverá qualquer publicação ou divulgação de sua imagem e/ou nome, bem como das outras participantes da pesquisa

Assim, se você entendeu a proposta da pesquisa e concorda em participar, favor assinar o protocolo abaixo dando o seu consentimento.

Desde já, agradecemos pela compreensão!

Prof. Dr. Rafael Fortes Soares
Orientador

Jordania de Oliveira Eugenio
Pesquisadora

Participante:

Eu, _____, declaro ter sido informada e concordo em participar, como voluntária, do projeto de pesquisa acima descrito.

Assinatura da participante

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2020.

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO – FUNCIONÁRIA CIAM

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Pesquisa: “A DIALÉTICA DO LAZER NO COTIDIANO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE – MG”.

A Senhora está sendo convidada a participar da pesquisa “A DIALÉTICA DO LAZER NO COTIDIANO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE – MG”, da doutoranda Jordania de Oliveira Eugenio, coordenada pelo pesquisador responsável Prof. Dr. Rafael Fortes Soares, ambos do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais.

A pesquisa tem por objetivo: compreender de que forma o lazer está presente no cotidiano da mulher em situação de rua de Belo Horizonte. Para isso, buscaremos entendimentos acerca das atividades desenvolvidas no cotidiano das mulheres que frequentam o CIAM. Acreditamos que este trabalho pode contribuir para pesquisas sobre mulheres que estão em situação de rua, principalmente por trazer para o debate essas mulheres reconhecidas como cidadãs e, conseqüentemente, detentoras de direitos e atenção do poder público. O trabalho ainda tende a contribuir para a diminuição do preconceito e desconhecimento sobre a vida das mulheres que estão em situação de rua.

Serão realizadas, ao longo da pesquisa, observações e entrevistas individuais (formais e/ou informais; presenciais e/ou *online*) que serão registradas por escrito e/ou gravadas em áudio e, depois, transcritas; sendo armazenadas na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG pelo período mínimo de 5 anos. Essas entrevistas terão duração média de 35 a 50 minutos, sendo agendadas com as participantes previamente.

Levando em conta o contexto da pandemia da covid-19, nos comprometemos a cumprir os protocolos de saúde determinados pelos governos federal, estadual e municipal, bem como as orientações internas do CIAM. Para tanto, durante as observações e entrevistas presenciais, respeitaremos o distanciamento de 2m da participante e faremos o uso de máscaras em toda nossa estadia no local. Por conta do contexto pandêmico, vamos realizar também entrevistas de forma *online*, que serão feitas por meio do melhor aplicativo de reuniões para ambas as partes (participante da pesquisa e pesquisadora) e somente após a autorização da entrevistada. Informamos, ainda, que, como nas entrevistas presenciais, as entrevistas *online* serão registradas por escrito e gravadas em áudio, sendo, depois, transcritas e disponibilizadas para as participantes.

Esclarecemos que, por prevermos os riscos de sua participação neste estudo, como o incômodo ou o constrangimento ao responder a questões sensíveis, tais como: atos ilegais, violência e sexualidade; cansaço; medo de ser exposta; e/ou tempo destinado para responder à entrevista, você poderá interromper ou se desligar da entrevista a qualquer momento, inclusive recusando sua participação no estudo, sem que haja qualquer tipo de ônus para a senhora.

Buscando evitar tais riscos, comprometemo-nos a garantir o anonimato e o sigilo absoluto no tratamento das informações coletadas. Quando os resultados da pesquisa forem publicados, sua identidade e a das outras participantes serão preservadas, pois as participantes serão identificadas por nome fictício ou número. Além disso, garantimos que buscaremos minimizar desconfortos gerados durante a entrevista e a observação, ficando atentos aos sinais verbais e não verbais e dando a liberdade para a participante se recuse a responder quaisquer questões desconfortáveis.

A coleta de dados se iniciará após a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais. Esclarecemos que todas as despesas relacionadas com este estudo serão de responsabilidade dos pesquisadores e que não haverá qualquer forma de remuneração financeira para a senhora.

Assumimos o dever de tornar público o resultado desta pesquisa e reiteramos nossa disponibilidade na prestação de esclarecimentos em qualquer etapa do estudo. Informamos que, caso haja algum dano à senhora proveniente da presente pesquisa, a senhora poderá buscar indenização.

Disponibilizamos-nos, através do endereço Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Av. Presidente Carlos Luz, 4664/Campus UFMG, Pampulha, Belo Horizonte - MG, (31) 3409- 2337 e divulgamos os dados do Comitê de Ética da UFMG (COEP) para esclarecimentos estritamente relacionados às dúvidas de ordem ética: Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II, 2º Andar, sala 2005 - telefone (31) 3409-4592, e-mail: coep@prpq.ufmg.br. E com os endereços eletrônicos: Jordania de Oliveira Eugenio: jordaniaeugenio2@hotmail.com e Rafael Fortes Soares: rafa.fortes@gmail.com

Por fim, enfatizamos que, ao assinar este Termo, a senhora concorda em fazer parte do grupo de mulheres que serão entrevistadas e observadas, havendo possibilidade de sua entrevista ser gravada em áudio. Este documento seguirá em duas vias, com espaço destinado para assinaturas. Uma delas ficará com a senhora e a outra será arquivada junto com os dados de sua entrevista – utilizados somente para essa pesquisa – na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG pelo período mínimo de 5 anos, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Reiteramos que não haverá qualquer publicação ou divulgação de sua imagem e/ou nome, bem como das outras participantes da pesquisa.

Assim, se a senhora entendeu a proposta da pesquisa e concorda em participar, favor assinar o protocolo abaixo dando o seu consentimento.

Desde já, agradecemos pela compreensão!

Prof. Dr. Rafael Fortes Soares
Orientador

Jordania de Oliveira Eugenio
Pesquisadora

Participante:

Eu, _____, RG _____ d
eclaro ter sido informada e concordo em participar, como voluntária, do projeto de
pesquisa acima descrito.

Assinatura da participante

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2020.

APÊNDICE C

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

I APRESENTAÇÃO: Este roteiro será utilizado como instrumento para o registro de percepções acerca de fatores ambientais e comportamentais observados no decorrer de uma das etapas do estudo de doutorado intitulado “A DIALÉTICA DO LAZER NO COTIDIANO DAS MULHERES COM TRAJETÓRIA DE VIDA NAS RUAS DE BELO HORIZONTE – MG”. O objetivo de sua utilização é fazer com que os dados aqui registrados possam contribuir para a compreensão das formas como lazer se desenrola no cotidiano da mulher em situação de rua de Belo Horizonte. Para isso, as observações ocorrerão, de forma primordial, no Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) em Belo Horizonte, durante seu horário de funcionamento 13 às 18h em datas combinadas com a coordenação do equipamento.

II – IDENTIFICAÇÃO:

- a) Pesquisador responsável:
- b) Data da observação:
- c) Horário de início da observação:
- d) Horário de término da observação:
- e) Local da observação:
- f) Número aproximado de pessoas observadas:
- g) Observações adicionais:

III – OBSERVAÇÕES DO AMBIENTE:

- a) Descrição do local da observação:
- b) Descrição das mulheres em situação de rua presentes:
 - Quantidade de mulheres em situação de rua;
 - Disposição espacial das mulheres em situação de rua (quais salas ou espaços essas mulheres estavam);
- c) Descrição das funcionárias do CIAM presente no local da observação:
 - Quantidade de funcionárias;
 - Função desempenhada;
 - Disposição espacial das funcionárias;
- d) Descrição da ocasião vivenciada no dia da observação:
 - Descrever a estadia e uso da mulher em situação de rua, dos espaços do CIAM.

e) Observações adicionais:

IV – OBSERVAÇÕES DO COMPORTAMENTO:

a) Descrição sobre as interações das mulheres em situação de rua com o espaço da observação:

- Familiaridade com o local;
- Sensação de pertencimento ao local;
- Cuidado com o local;

b) Descrição sobre as interações das mulheres em situação de rua entre elas próprias:

- Meios de comunicação (exs.: descrever as comunicações verbais e não verbais);
- Momentos de estabelecimento e de quebras comunicativas;

c) Descrição sobre as interações das mulheres em situação de rua com as funcionárias presentes no ambiente:

- Meios de comunicação (exs.: descrever as comunicações verbais e não verbais);
- Momentos de estabelecimento e de quebras comunicativas;

d) Percepções acerca das ações das mulheres em situação de rua durante a observação:

- Postura típica;
- Ritmo do movimento;
- Características dos gestos;
- Tom de voz;

e) Percepções acerca das ações das funcionárias presentes no espaço de observação:

- Postura típica;
- Ritmo do movimento;
- Características dos gestos; - Tom de voz;

f) Observações adicionais:

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA - MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA

I – APRESENTAÇÃO: Este roteiro será utilizado como instrumento para o registro de falas das mulheres em situação de rua que frequentam o CIAM, acerca do seu cotidiano dentro e fora desse equipamento público. Tal procedimento constitui uma das etapas do estudo de doutorado intitulado “A DIALÉTICA DO LAZER NO COTIDIANO DAS MULHERES COM TRAJETÓRIA DE VIDA NAS RUAS DE BELO HORIZONTE – MG”. O objetivo da realização das entrevistas é fazer com que os dados aqui coletados possam contribuir para a compreensão de como o lazer se desenrola no cotidiano da mulher em situação de rua. Para isso, as entrevistas ocorrerão com a coleta de depoimento das mulheres em situação de rua que frequentam o CIAM. A efetivação dessa etapa do estudo será feita com agendamento prévio na sede do local supracitado.

II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA

- a) Nome:
- b) Data de nascimento:
- c) Escolaridade:
- d) Tempo que está em situação de rua:
- e) Data e horário da entrevista:

III – ENTREVISTA:

- a) Fale um pouco do processo que lhe trouxe até a condição de rua.
- b) Como é sua relação com seus familiares? Possui contato?
- c) Possui filhos?
- d) Qual era seu estado civil antes de estar em situação de rua?
- e) Possui alguma ocupação trabalhista na rua? E antes dessa condição?
- f) Faz parte de algum programa social municipal ou federal?
- g) Fale um pouco sobre como é sua rotina nas ruas? Como ocorre a divisão do seu tempo?
- h) Como são suas relações com outras mulheres em situação de rua? E com os homens?
- i) No tempo em que está em situação de rua, como se configuram suas relações afetivas e/ou sexuais?
- j) No tempo em que está em situação de rua, já sofreu algum tipo de violência ou abuso?
- m) O que mais gosta de fazer no seu dia-a-dia?

- n) Qual seu entendimento sobre o lazer? Com base nele, quais suas práticas de lazer?
- o) Como tomou conhecimento do CIAM? Qual sua relação e impressões sobre o CIAM?
- p) Como é sua relação com as funcionárias do CIAM?
- q) Quais os serviços/atividades disponibilizadas neste equipamento público você faz uso?
- r) Me fale sobre suas expectativas. Você possui vontade de reestabelecer seus vínculos cortados após a condição de rua?

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTA - FUNCIONÁRIA CIAM

I – APRESENTAÇÃO: Este roteiro será utilizado como instrumento para o registro de falas das mulheres em situação de rua que frequentam o CIAM, acerca do seu cotidiano dentro e fora desse equipamento público. Tal procedimento constitui uma das etapas do estudo de doutorado intitulado “A DIALÉTICA DO LAZER NO COTIDIANO DAS MULHERES COM TRAJETÓRIA DE VIDA NAS RUAS DE BELO HORIZONTE – MG”. O objetivo da realização das entrevistas é fazer com que os dados aqui coletados possam contribuir para a compreensão de como o lazer se desenrola no cotidiano da mulher em situação de rua. Para isso, as entrevistas ocorrerão com a coleta de depoimentos das mulheres funcionárias do CIAM. A efetivação dessa etapa do estudo será feita com agendamento prévio na sede do local supracitado.

II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA

- a) Nome:
- b) Data de nascimento:
- c) Formação acadêmica:
- d) Função desempenhada no CIAM:
- e) Tempo de trabalho no CIAM:
- f) Data e horário da entrevista:

III – ENTREVISTA:

- a) Fale um pouco de seu percurso de chegada ao CIAM.
- b) Como é seu trabalho no local? O que é de sua responsabilidade?
- c) Como é sua relação com as mulheres em situação de rua que frequentam o local?
- d) A partir de sua percepção o que as mulheres em situação de rua buscam ao frequentar o CIAM?
- e) A partir de sua percepção e experiência, como se desenrola a rotina da mulher em situação de rua fora e dentro do CIAM?
- d) Me fale sobre os serviços oferecidos pelo CIAM às mulheres em situação de rua.
- e) Me fale sobre sua motivação de trabalhar com esse grupo social.
- f) A partir de sua percepção e experiência, o que o CIAM representa para essa mulher?